

**Universidade Federal do Amazonas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na
Amazônia
PPGSCA/UFAM**

**ESTUDO DAS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS E O TURISMO
COMO ATIVIDADE ECONÔMICA ENTRE COMUNIDADES DA
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO
NEGRO**

**Linha 1. Sistemas Simbólicos e Manifestações
Socioculturais**

Doutoranda: Shirley Cintra Portela de Sá Peixoto

Orientadora: Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas

Manaus-Amazonas

2019

**Universidade Federal do Amazonas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia
PPGSCA/UFAM**

SHIRLEY CINTRA PORTELA DE SÁ PEIXOTO

**ESTUDO DAS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS E O TURISMO COMO
ATIVIDADE ECONÔMICA ENTRE COMUNIDADES DA RESERVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Manaus-Amazonas

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P379e **Peixoto, Shirley Cintra Portela de Sá**
Estudo das relações socioculturais e o turismo como
atividade econômica entre comunidades da Reserva de
Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro / Shirley
Cintra Portela de Sá Peixoto.
2019
216 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marilene da Silva Corrêa Freitas
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia)
Universidade Federal do Amazonas.

1. Rio Negro. 2. População Tradicional. 3. Reserva de
Desenvolvimento Sustentável. 4. Turismo de Base
Comunitária. 5. Turismo Colaborativo. I. Freitas, Marilene
da Silva Corrêa II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

SHIRLEY CINTRA PORTELA DE SÁ PEIXOTO

Tese intitulada “Estudo das relações socioculturais e o turismo como atividade econômica entre comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro”, apresentada ao programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Área de concentração: Linha 1. Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais

Aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Profa. Dra. Renilda Aparecida da Costa
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Profa. Dra. Ártemis de Araújo Soares
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Allan Soljenitsin Barreto Rodrigues
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Odnei de Souza Ribeiro
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Manaus, 28 de maio, 2019

Ao meu núcleo familiar, constituído pelo meu companheiro Arkbal Villar Camara de Sá Peixoto e pelas minhas filhas Ana Vitória e Maria Luíza Portela de Sá Peixoto, e aos inspiradores deste trabalho, muitos dos quais fazem parte do outro lado do caminho.

Feci quod potui faciant meliora potentes (Expressão latina)

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela vida e por mais essa oportunidade de amadurecimento e de crescimento da alma e do espírito. O caminho até aqui foi longo, acontecimento que me fez pensar em desistir, mas esses pensamentos foram sublimados pela vontade de ir mais além.

Agradeço ao meu núcleo familiar pelo apoio e pelo incentivo a terminar o que comecei. A minha família, peço desculpas pelas muitas manhãs em que trabalhava e quando vocês vinham me dar um beijo, eu apenas estava com o corpo presente em frente a tela do computador, mas os pensamentos pairavam sobre a RDS do Rio Negro, nas comunidades e nos comunitários. Mesmo assim vocês compreenderam e me perdoaram, por isso segui em frente. Agora vejo que não foi tempo perdido, aprendi que a família é o melhor abrigo do mundo.

Agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Marilene da Silva Corrêa Freitas, por quem tenho muito respeito e admiração, aqui registro a minha gratidão pelas orientações.

Agradeço aos amigos que estiveram presentes e participaram desta caminhada de forma direta ou indireta. Ao meu amigo João Batista Noronha, pelo esforço em conseguir documentos para o trabalho e pela disposição para as longas conversas. Ao prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos, que me ensinou a compreender e usar a teoria de Norbert Elias. A Madalena, que participou de forma indireta ao me substituir na resolução de problemas domésticos.

Agradeço aos comunitários, em especial a Liliane e Nelson Mendonça, que me receberam na casa deles com muito carinho. Também sou grata a Roberto Sebastião, mais conhecido como Sabá, Oziana, Janderson Mendonça, Isolena, Vera e Lucineide Garrido, Maria Rosineide de Sousa, Aldenor Cirico dos Santos, Saruê e Aldeniza, vocês foram muito importantes nessa caminhada. O resultado deste trabalho é para todos os comunitários da RDS do Rio Negro.

Agradeço a Universidade Federal do Amazonas e ao Curso de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia que oportunizaram o meu doutoramento.

Agradeço aos colegas e amigos que fiz durante o curso, em especial ao meu amigo Diogo Torres Neto, que me ensinou muito durante nossas conversas. A Ercíla, muito querida e objetiva, e a Yomarley, que sempre estava disposto a contribuir quando solicitado.

Epígrafe

Era uma vez na Amazônia a mais bonita floresta
mata verde, céu azul, a mais imensa floresta
no fundo d'água as Iaras, caboclo lendas e mágoas
e os rios puxando as águas
Papagaios, periquitos, cuidavam de suas cores
os peixes singrando os rios, curumins cheios de amores
sorria o jurupari, uirapuru, seu porvir
era: fauna, flora, frutos e flores
Toda mata tem caipora para a mata vigiar
veio caipora de fora para a mata definhar
e trouxe dragão-de-ferro, prá comer muita madeira
e trouxe em estilo gigante, prá acabar com a capoeira
Fizeram logo o projeto sem ninguém testemunhar
prá o dragão cortar madeira e toda mata derrubar:
se a floresta meu amigo, tivesse pé prá andar
eu garanto, meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá
O que se corta em segundos gasta tempo prá vingar
e o fruto que dá no cacho prá gente se alimentar?
depois tem o passarinho, tem o ninho, tem o ar
igarapé, rio abaixo, tem riacho e esse rio que é um mar
Mas o dragão continua a floresta devorar
e quem habita essa mata, prá onde vai se mudar???
corre índio, seringueiro, preguiça, tamanduá
tartaruga: pé ligeiro, corre-corre tribo dos Kamaiura
No lugar que havia mata, hoje há perseguição
grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão
castanheiro, seringueiro já viraram até peão
afora os que já morreram como ave-de-arribação
Zé de Nata tá de prova, naquele lugar tem cova
gente enterrada no chão:
Pois mataram índio que matou grileiro que matou posseiro
disse um castanheiro para um seringueiro que um estrangeiro

roubou seu lugar
Foi então que um violeiro chegando na região
ficou tão penalizado que escreveu essa canção
e talvez, desesperado com tanta devastação
pegou a primeira estrada, sem rumo, sem direção
com os olhos cheios de água, sumiu levando essa mágoa
dentro do seu coração

Aqui termina essa história para gente de valor
prá gente que tem memória, muita crença, muito amor
prá defender o que ainda resta, sem rodeio, sem aresta
era uma vez uma floresta na Linha do Equador..

(Saga da Amazônia - Vital Farias)

Resumo

Esta tese intitulada Estudos das Relações Socioculturais e o Turismo como Atividade Econômica entre Comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Do Rio Negro (RDS do Rio Negro), teve como parte dos estudos a pesquisa primária, que se deu a partir da visão dos comunitários sobre o processo sociocultural criado pela atividade turística durante o suposto turismo de base comunitária ou turismo comunitário em seis comunidades localizadas em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). A abordagem teórico-metodológica da tese baseou-se em vários autores e estudos sobre a Amazônia e o Rio Negro, como Samuel Benchimol, Cândido de Melo Leitão, Pe. João Daniel, Alexandre Rodrigues Ferreira, Arthur César Ferreira Reis, Neide Gondim, Marilene Corrêa da Silva Freitas, entre outros. Também foram referenciados alguns autores que escreveram sobre a proteção e conservação ambiental e sobre a importância do desenvolvimento socioeconômico para as populações tradicionais, como Charles Wagley, Armando Dias Mendes, Betty Jane Meggers, Gláucio Campos Gomes de Matos, Amélia Regina Nogueira, Vivian Zeidemann, Antonio Carlos Diegues e outros. A importante contribuição de Norbert Elias, em 1990, apresentando a sociologia figuracional, que implica nas interdependências funcionais dos sujeitos, foi guia de compreensão e interpretação dos resultados desta pesquisa. Hassan Zaoual, em 2005, propôs a teoria do desenvolvimento situado que possibilitou a formulação da proposta de intervenção, categorizada como turismo colaborativo, e também foi uma importante fonte de pesquisa. A pesquisa de campo foi alicerçada nos preceitos legais e teóricos que norteiam o Turismo de base comunitária (TBC) e o turismo comunitário (TC). O resultado da análise nos permitiu identificar que a prática nas comunidades pesquisadas não se configura TBC ou TC. Esse entendimento ficou compreensível ao se construir um quadro com as principais ideias de turismo de base comunitária e turismo comunitário e compará-lo com o verificado em campo. Em virtude dos resultados obtidos, propusemos um modelo de desenvolvimento estratégico para o turismo colaborativo sustentado pelo viés figuracional, no qual as redes de interdependências funcionais incumbem a participação colaborativa aos atores envolvidos na busca de proporcionar qualidade de vida para os comunitários, ou seja, os próprios constituintes da figuração.

Palavras-chave: Rio Negro, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Turismo de Base Comunitária, População Tradicional, Turismo Colaborativo

Abstract

This thesis entitled Study of Sociocultural Relations and Tourism as an Economic Activity among Communities of the Rio Negro Sustainable Development Reserve (RDS Rio Negro), included as part of the studies the primary research, has led to research into the sociocultural process created by tourism activity in the supposed existence of community based tourism or community tourism in six RDS communities. The theoretical approach and methodology of the thesis mobilized several authors and studies on the Amazon and Rio Negro, such as Samuel Benchimol, Cândido de Melo Leitão, Fr. João Daniel, Alexandre Rodrigues Ferreira, Arthur César Ferreira Reis, Neide Gondim, Marilene Corrêa da Silva Freitas among others. And authors who have written about protection, environmental conservation and the importance of socioeconomic development for traditional populations, such as Charles Wagley, Armando Dias Mendes, Betty Jane Meggers, Gláucio Campos Gomes de Matos, Amélia Regina Nogueira, Vivian Zeidemann, Antonio Carlos Diegues and others. With the important contribution Norbert Elias (1990) and the figurative sociology, which implies the functional interdependence of the subjects, was a guide to understanding and interpreting the results of this research. And Hassan Zaoual (2005) with the situated development theory, which made possible the formulation of the intervention proposal, categorized as collaborative tourism. Field research was based on the legal and theoretical precepts that guide community-based tourism (TBC) and community tourism (TC) and as a result of the analysis allowed us to identify that there is no TBC or TC in the communities surveyed. This understanding was comprehensible in the construction of a framework with the main ideas of tourism, community based tourism and the field. Ahead of the result, we proposed a strategic development model for collaborative tourism supported by the figurative bias, in which networks of functional interdependencies are responsible for the collaborative participation of the actors involved in the quest to provide quality of life for the community, is the figuration.

Keywords: Rio Negro, Sustainable Development Reserve, Community Based Tourism, Traditional Population, Collaborative Tourism.

Sumário

MAPAS	11
QUADROS	11
FOTOS	12
FIGURAS	13
GRÁFICOS	14
SIGLAS	14
INTRODUÇÃO	17
SESSÃO I - CAMINHOS DA PESQUISA	28
1.1 Abordagens e influências na pesquisa secundária	28
1.2 Trabalho de campo: o difícil percurso do reconhecimento	34
1.3 Turismo: atividade econômica, social e cultural	51
1.4 Turismo: sem conceitos, fenômeno complexo e interdisciplinar	59
SESSÃO II - REGULAMENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	72
2.1 Lei de Uso Público da Unidade de Conservação	81
2.2 Áreas protegidas e o turismo	84
2.3 Rio Negro no Mosaico de Áreas Protegidas e no Corredor Ecológico	89
2.4 TBC ou TC: uma discussão conceitual para uma proposta econômica	93
2.5. Estado da Arte: turismo no baixo Rio Negro	103
SESSÃO III – RIO NEGRO: HISTÓRICO E FRAGMENTADO	109
3.1 Dimensões das políticas públicas de proteção territorial e ambiental	115
3.2 O Potencial para Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro	121
3.3 Economia ambiental ou economia ecológica	131
3.4 Economia dos moradores da RDS do Rio Negro	136
SESSÃO IV - CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL	148
4.1. Relações socioculturais, ambientais e econômicas	154
4.2. Realidade do turismo nas comunidades	159
4.3 Comunidades sem atividade de turismo	167
4.4 Impasses e possibilidades para o turismo colaborativo na RDS do Rio Negro	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
ANEXOS	191
Anexo 1. Decreto de Criação da RDS Rio Negro	192

Anexo 2. Decreto de Uso Público para Unidades de Conservação do Estado do Amazonas	197
Anexo 3. Lei Nº 2908 de 13/07/2004 – em fase de elaboração	206
Apêndice 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	210
Apêndice 2 - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO	211
Apêndice 3 - ROTEIRO DA ENTREVISTA	212

MAPAS

Mapa 1. Localização das comunidades pesquisadas. Fonte: IDESAM.	50
Mapa 2 Corredor Central da Amazônia.....	91
Mapa 3 Mosaico de UCs do Baixo Rio Negro.	92
Mapa 4 Localização da RDS do Rio Negro.....	117
Mapa 5. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.	119
Mapa 6 Mapa das potencialidades turísticas das comunidades da RDS do Rio Negro.	122
Mapa 7 Recursos Madeireiros da RDS do Rio Negro.	144
Mapa 8. Desmatamento anual na RDS do Rio Negro entre os anos de 2008 e 2015.	145

QUADROS

Quadro 1. Empreendimentos privados no Lago do Acajatuba.....	36
Quadro 2. Lago do Acajatuba. Potencial turístico - percepção do comunitário.....	42
Quadro 3. Lago do Acajatuba. Interesse das comunidades em receber turistas.	43
Quadro 4 Entidades setor privado e público com parceiras da Amazonastur.	74
Quadro 5. Implementação da UC.	88

Quadro 6. Atrativos da comunidade na visão do comunitário do Lago Acajatuba	139
Quadro 7. Atrativos da comunidade na visão do comunitário do Rio Negro.	140
Quadro 8 Dados do desmatamento na RDS do Rio Negro.	142
Quadro 9. Turismo na RDS do Rio Negro.	166
Quadro 10. Parcerias da Pousadas no Lago do Acajatuba com as comunidades.	170
Quadro 11. Embarcações; comunidades, paradas, horários e valores.	175

FOTOS

Foto 1. Igreja Evangélica da Comunidade N.S. da Conceição.	39
Foto 2 Comunidade Nossa Senhora de Fátima.	40
Foto 3 Comunidade XV de Setembro.	40
Foto 4. Igreja Católica da comunidade Tumbira.	45
Foto 5 Igreja Católica Comunidade S. Helena do Inglês.	46
Foto 6 Restaurante comunitário do Saracá.	47
Foto 7 Hotel de Selva Ariaú Tower.	76
Foto 8 Barco regional de turismo.	83
Foto 9 Centro Social, comunidade Sta. Helena do Inglês.	103
Foto 10 Casa de Artesanato. Comunidade Tumbira.	129
Foto 11 Artesanato – painéis em madeira. Comunidade Tumbira.	129
Foto 12 Artesanato com sementes de açaí. Comunidade Tumbira.	130
Foto 13. Pousada Comunitária na comunidade Santa Helena do Inglês. Autora: Peixoto, 2017.	162

FIGURAS

Figura 1. Necessidades atuais do turismo de massa.....	31
Figura 2 Esquema estratégico à política de Turismo.	58
Figura 3 Movimento circular das necessidades, escolhas, tempo, meios e recursos, recursos complementares e retorno.....	61
Figura 4. Suprasistema sociocultural. Autor. Sérgio Molina, 2000.	64
Figura 5 Classificação dos motivos de viagem.....	68
Figura 6 Inter-relação entre os tipos do turismo - adaptado de Graburn H. H. Nelson, <i>Tourism: the sacred journey</i> , 1989.....	69
Figura 7 Escada de participação cidadã de Arnstein, S.R. (1969) - A ladder of citizen participation. <i>Journal of the American Institute of Planners</i>	124
Figura 8 Efeitos positivos do turismo de base comunitária.....	127
Figura 9 Efeitos negativos do turismo de base comunitária.....	128
Figura 10 Construção da oferta turística.	137
Figura 11 Atividades econômicas identificadas no PG da RDS do Rio Negro.....	147
Figura 12. Sistema da inter-relação do turismo.	159
Figura 13. Mapa mental, com saída do Porto do São Raimundo para as comunidades.....	164
Figura 14. Mapa Mental. – Lago do Acajatuba.	167
Figura 15. Rede de interdependência do Turismo Colaborativo.	171

GRÁFICOS

Gráfico 1. Lago do Acajatuba - Entrevistados por sexo.....	36
Gráfico 2. Lago do Acajatuba - Entrevistados por idade.	37
Gráfico 3. Lago do Acajatuba – Interesse em participar da atividade de turismo.	37
Gráfico 4. Lago do Acajatuba. Avaliação sobre a vida na comunidade.	41
Gráfico 5. Lago do Acajatuba. O porquê do sentimento em viver na comunidade.	41
Gráfico 6. Lago do Acajatuba. Atividade de turismo na comunidade.	42
Gráfico 7. Comunidade do Rio Negro. Entrevistados por sexo.....	44
Gráfico 8. Comunidades do Rio Negro. Entrevistados por idade.	44
Gráfico 9. Comunidades do Rio Negro. Avaliação da vida na comunidade.	47
Gráfico 10. Comunidades do Rio Negro. O porquê do sentimento em viver na comunidade.	48

SIGLAS

AIEST - International Association of Scientific Experts in Tourism/ Associação Internacional de Especialistas Científicos em Turismo

AMAZONASTUR - Empresa Estadual de Turismo do Amazonas

APA - Área de Proteção Ambiental

CC - Capacidade de Carga

CDB - Convenção sobre a Diversidade Biológica

CEUC - Centro Estadual de Unidades de Conservação

CNTur - Confederação Nacional do Turismo

COMBRATUR - Companhia Brasileira de Turismo

CST - Conta Satélite do Turismo

DEMUC - Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

FAS - Fundação Amazônia Sustentável

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FISET - Fundo de Investimento Setorial de Turismo

FUNDEPAR - Fundação Parque e Reservas Florestais do Amazonas

FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMS - imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento do Amazonas

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

LAC - Limite Aceitável de Câmbio

MBRN - Mosaico do Baixo Rio Negro

MTur - Ministério do Turismo

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

PAREST - Parque Estadual

PB - Bolsa Família

PBF - Programa Bolsa Floresta

PEMC - Política Estadual sobre Mudanças Climática

PG - Plano de Gestão

PIB - Produto Interno Bruto

PM - Plano de Manejo

PNDPA - Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo da Amazônia Legal

PUP - Plano de Uso Público

RAIS - Relação Anual das Informações Sociais

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REDES TUPÉ - Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé

RESEX - Reserva Extrativista

SEMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEUC - Sistema Estadual de Unidade de Conservação

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TBC - Turismo de Base Comunitária

TC - Turismo Comunitário

TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário

UC - Unidade de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UP - Uso Público

VARIG - Viação Aérea Rio-Grandense

WWTTC - The World Travel & Tourism Council /Conselho Mundial de Viagens e Turismo

INTRODUÇÃO

Amazônia, território do imaginário, da cobiça, da conquista. Os primeiros europeus que passaram pelas terras do atual estado do Amazonas escreveram sobre a região como o bíblico “Jardim do Éden”, o Eldorado, que nele havia a proteção das belas mulheres guerreiras, as Amazonas. No século XVIII, o Padre João Daniel escreveu, em riqueza de detalhes, sobre a grandiosidade do rio, o clima, a floresta, o solo e a biodiversidade da Amazônia.

No século vinte e um, a Amazônia ainda detêm a biodiversidade das florestas tropicais em estado de “preservação” e “conservação”, em particular no estado do Amazonas. Porém, observam-se situações de vulnerabilidade das espécies, biomas e do ecossistema como um todo que encaminha-se para um processo de desaparecimento (SILVA, 2013). A presença do Estado é importante para manter a grande riqueza natural, que é a floresta amazônica. Em paralelo às políticas públicas de governo, a Amazônia tornou-se preocupação internacional de caráter ambiental. No início, a proteção ao ambiente natural e os seres humanos foram excluídos da agenda da conservação ambiental. Demoraram a serem aceitos, mas, por meio de lutas, conquistas e algumas vitórias eles foram incluídos no processo da conservação. Por alguns, como parte atuante na conservação do ambiente natural, para outros como destruidores e aniquiladores da floresta.

Para a pesquisa desta tese foram selecionadas seis comunidades que residem dentro de uma Unidade de Conservação (UC) estadual da categoria de uso sustentável, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, localizada na margem direita do Rio Negro. O foco da pesquisa foi a visão do comunitário sobre o processo sociocultural e econômico, e a relação deste comunitário com o sistema do Turismo de Base Comunitária (TBC) ou Turismo Comunitário (TC).

O Turismo de Base Comunitária e o Turismo Comunitário apresentam-se como modelos alternativos de turismo que se diferenciam do turismo tradicional. Eles promovem o resgate cultural, a conservação ambiental, e visam propiciar melhorias econômicas e sociais para as comunidades que os praticam. Desse modo, justifica-se a implementação da atividade de turismo nas áreas de proteção da natureza, uma vez que essa é uma atividade econômica com baixo impacto ambiental (MALDONATO, 2009).

A RDS do Rio Negro está situada nos limites dos municípios de Manacapuru, Novo Airão e Iranduba. Nela estão inseridas dezenove comunidades, categorizadas como populações tradicionais conforme a Lei 9.985/00¹, que utilizam os recursos diretos da natureza como meio de subsistência com o uso de técnicas que foram desenvolvidas e adaptadas ao longo das gerações. Algumas dessas técnicas não condizem com a sustentabilidade ambiental da região e nem contribuem para o desenvolvimento econômico local, entretanto são de rápido retorno financeiro, como por exemplo: os desmatamentos para loteamento, aberturas de ramais e a extração ilegal de madeira. O turismo aparece para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro como uma proposta socioeconômica e de conservação ambiental, que, quando bem planejada, poderá assegurar os objetivos de uma Unidade de Conservação, que é a geração de renda, conservação ambiental, e resgate da cultura local.

Dentre as dezenove comunidades da RDS do Rio Negro, apenas sete divulgam integrar-se a atividade de turismo de base comunitária, uma vez que recebem apoio e incentivo de uma organização não governamental (ONG). Esta ONG também gerencia a política pública de governo do estado do Amazonas, que é o Programa Bolsa Floresta (PBF).

Descrito o primeiro cenário das comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro e o turismo como uma proposta de desenvolvimento socioambiental e econômico, algumas perguntas nortearam a pesquisa primária, tais como: haveria, de fato, a participação da comunidade em todo o processo de implantação da atividade turística, para ser considerado turismo de base comunitária ou turismo comunitário? seria mais uma política pública que os comunitários afirmam ocorrer “de cima pra baixo”? ou apenas não é a tendência ou disposição de algumas comunidades? o modelo de turismo implementado está, realmente, sendo apenas um projeto econômico exógeno e que não envolve e nem preserva a identidade local?

A teoria de sítios simbólicos criada por Hassan Zaoual (2008), que versa sobre o turismo situado, propõe um modelo de atividade turística criada pelas comunidades com a associação do ambiente natural, cultural a elaboração de projetos econômicos que respeitem a diversidade local e a complexidade do mundo atual. O autor também defende que o senso comum dos atores locais é um caminho que deve ser trilhado, pois é indicativo do sistema de valores que influencia as práticas econômicas que efetivamente ocorrem nos sítios estudados.

¹ Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC 2000.

A política pública vigente, no caso, o Programa Bolsa Floresta (PBF), apoia o desenvolvimento do turismo de base comunitária, para que este realmente se concretize causando o menor impacto cultural e ambiental possível. O PBF usa a metodologia de mobilizar e incentivar a cooperação comunitária para a tomada de decisões de forma participativa, com ferramentas que promovam a integração dos grupos locais.

Ignacy Sachs (2004) assinala que, para que haja o desenvolvimento sustentável é necessário promover o engajamento das comunidades locais no processo de gestão das áreas protegidas, bem como, a proteção da cultura local. O autor discorre sobre a importância da criação de espaços para o exercício da democracia direta, como foros de desenvolvimento locais que criem e fortaleçam os conselhos consultivos e deliberativos, a fim de empoderar as comunidades para que assumam um papel ativo e criativo no planejamento do seu futuro. Sachs (*Ibidem*) justifica que a apropriação das comunidades se dá pela abertura de espaços para a democracia direta, que constitui a chave para as políticas de desenvolvimento e pressagiam um novo paradigma de economias mistas capazes de funcionar mediante o diálogo, as negociações e os vínculos contratuais entre os atores do desenvolvimento.

Com base no desenvolvimento sustentável que Sachs (*Ibidem*) aduz como o exercício da democracia direta, indaga-se: é possível pensar no turismo organizado pelas comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro sustentável? A atividade de turismo é democrática? Se propõe a promover melhorias na qualidade de vida local, com a geração de emprego e renda? Existem mecanismos suficientes para tratar de forma adequada a complexidade socioambiental dessa proposta de desenvolvimento? As comunidades ainda não exercem a democracia direta por falta de conhecimento sobre as propostas da política pública?

Em relação às populações amazônicas, Samuel Benchimol (1999) assevera que as populações ribeirinhas entendem a dinâmica do seu território, os ciclos das águas, a época boa de pescar, a lua para caçar, o canto dos pássaros e os mistérios da floresta; e que, esse caboclo de saberes empíricos participou e contribuiu para o desenvolvimento regional. A situação atual desse grupo é de empobrecimento e de exclusão social, conquanto, apesar da lenta formação cultural e social, não poderá deixar de integrar o processo de desenvolvimento sustentável de forma participativa e assumir as suas responsabilidades diante deste novo dilema. Colocar em prática suas aptidões, de forma que concilie e promova o uso inteligente dos recursos naturais, aliado às necessidades de avanços na qualidade de vida da população, e dentro de uma perspectiva solidária e em benefício das gerações atuais e futuras (BENCHIMOL, *Ibidem*), é uma proposição direta nesta abordagem. A situação das populações tradicionais como agentes de ocupação e desenvolvimento da região.

No livro *Zênite ecológico e Nadir econômico social*, Benchimol (2010) aborda sobre a relação entre os seres humanos e a natureza, bem como, faz uma reflexão sobre a posição da humanidade no processo de desgaste ambiental e no dilema do desenvolvimento sustentável e, principalmente, nas vantagens que a Amazônia poderia obter dos países desenvolvidos para o desenvolvimento das populações ribeirinhas, povos da floresta e populações tradicionais. Além disso, o autor traçou as primeiras ideias sobre o pagamento de serviços ambientais que estão em voga nos dias atuais.

Armando Dias Mendes no seu livro *Amazônia modos de (o) usar* (2001) expõe sugestões de como se beneficiar do bioma Amazônia sem trazer destruição ambiental e social. Ele comenta sobre a preocupação relativa ao interesse dos países desenvolvidos pela Amazônia, cita frases de alguns líderes, e chama a atenção para a falta de atenção e zelo por parte do governo brasileiro. Mendes (*Ibidem*) afirma que a Amazônia está na pauta mundial como a maior reserva de água doce, minério e biodiversidade do mundo e como a principal marca da natureza que ainda permanece conservada, ao contrário dos demais biomas ao redor do mundo (MENDES, 2001).

Uma corrente de pensamento tradicional defende a proteção integral dos recursos naturais da Amazônia. Entretanto, em oposição a primeira, surge uma corrente moderna que tenta desmistificar a ideia de “florestas intocadas” ao destacar a importância das populações tradicionais na conservação da biodiversidade. A corrente moderna surgiu em consequência dos resultados das pesquisas realizadas na década de 1990, financiadas pelo Banco Mundial (CLEAVER, 1992; DIEGUES, 2008), que deram suporte a ideia de que a permanência dos seres humanos no ambiente natural pode ser positiva.

A formação populacional da Amazônia é complexa, sendo composta por populações urbanas, rurais e indígenas. Estas últimas são formadas por habitantes seculares da região, que agora vivem em áreas protegidas e usam técnicas de manejo tradicional e contemporâneo dos recursos naturais. É fato que o desenvolvimento econômico da região está entrelaçado com a disponibilidade de recursos naturais, contudo, deve haver disciplina e condições para que seja convertido em desenvolvimento socioeconômico. As ameaças aos recursos naturais da Amazônia são decorrentes da falta de ciência e tecnologia, que resulta em interferência no avanço do manejo florestal e animal (SILVA, 2013).

O dilema para continuação das populações tradicionais no seu local/território está em como gerar alternativas de renda, desenvolvimento e sustentabilidade para essas populações sem gerar riscos ao bioma e aos ecossistemas amazônicos. Sachs (2004) responde essas

questões ressaltando a importância de pensar em termos de desenvolvimento local, que deve promover a pluriatividade dos membros das famílias e incentivar as mais diversas frentes de empregos.

Teorias e conceitos desenvolvidos por Diegues (2000), Molina (2001), Sachs (2004), Pádua (2011) e Medeiros (2011) apontam que as áreas protegidas são os instrumentos mais eficazes para a conservação dos ecossistemas. No entanto, ressaltam que elas dependem de um ordenamento territorial, de um caráter jurídico e de um plano de manejo ou gestão, para que se faça o uso do território de forma racional.

No Brasil, considera-se como marco fundador da problemática ambiental a criação das leis que compreendem o ambiente natural de forma direta e indireta, são elas: o Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504/64), o Código Florestal (Lei nº. 4.771/65), a Lei de Proteção da Fauna (Lei nº. 5.197/67), a Política Nacional do Saneamento Básico (Dec. nº. 248/67) e a criação do Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental (Dec. nº. 303/67).

Outro importante marco,, conhecido por poucos, foi a realização do 1º Simpósio Brasileiro de Conservação da Natureza que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1967. O paradoxo para aquele momento do simpósio era a política do governo. O Brasil vivia uma ditadura, cujo lema era “integrar para não entregar”, avançar para o desenvolvimento da Amazônia a qualquer custo. Deste encontro resultaram diversas iniciativas conservacionistas, como as indicações de criações de áreas de preservação ambiental e ações para a conservação das espécies (FBCN,1977).

A Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN) foi criada no ano de 1958 com o objetivo de: criar e estabilizar parques, reservas e monumentos, dando especial atenção para espécies raras e ameaçadas de extinção; promover a cooperação nacional e internacional para defesa ambiental; realizar estudos sobre a conservação ambiental e, por fim, difundir os conhecimentos conservacionistas (FRANCO, *et al*, 2012). Além disso, a FBCN teve sua importância na concentração e divulgação de ações conservacionistas no Brasil.

Salienta-se que na década de 1980 foram criadas novas leis direcionadas ao meio ambiente, com ressalva para a criação da primeira reserva extrativista do Brasil - RESEX Chico Mendes. Nesta década ocorreu um salto positivo nas leis ambientais, como a Lei Federal nº. 6.938/81, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PMN), que conceituou o meio ambiente e criou Sistema Nacional de Meio Ambiente.

A Lei 6.902/81 dispôs sobre a criação das Estações Ecológicas e as Áreas Proteção Ambiental (APA) e em seu Art. 1º refere às Estações Ecológicas como áreas que representam os ecossistemas brasileiros e que se destinam à realização de pesquisas básicas e ecológicas para a proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 deu-se amplitude aos princípios regulamentais da relação ambiente e sociedade, com cuidados, participação e ação da população na preservação e na defesa ambiental. A carta constitucional estabeleceu à coletividade o dever de defender o meio ambiente (art. 225, *caput*) e indicou como direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros a proteção ambiental que consta no art. 5º, LXXIII (AÇÃO POPULAR).

É importante destacar a Lei 9.605/98 de Crimes Ambientais, que gera as sanções penais e administrativas que procedem do comportamento humano e de atividades que causam degradação ao ambiente natural.

Além desses, o Brasil precisou de mais outro instrumento de proteção ambiental, a Lei 9.985/2000 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC 2000). Nela se estabelece a criação das Unidades de Conservação, que podem ser federais, estaduais e municipais. Essas Unidades de Conservação diferenciam-se conforme o uso e se dividem em duas categorias: de uso sustentável e de proteção integral, ambas com suas subcategorias e objetivos específicos.

Nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável permite-se a habitação humana, conforme a Lei 9.985/00 que categoriza esses moradores como populações tradicionais, por viverem dentro de uma Unidade de Conservação. Vianna (2008) aponta que essa categoria vem desde os tempos da criação das áreas de proteção ambiental (APAs), na década de 80, quando o poder público tentou retirar a população local das recém-criadas áreas protegidas. O termo foi primeiramente usado pelos conservacionistas e ambientalistas para indicar que essas populações tinham convívio harmonioso com o ambiente natural, e foi plenamente aceito pelos moradores das áreas protegidas.

Há outras denominações para as populações de cultura tradicional não-indígenas, tais como: camponeses, usado por Queiroz (1973), comunidades ou sociedades tradicionais, usado por Diegues (2008) e populações locais ou grupos tradicionais, segundo a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, 1988). Para esta tese será utilizado o que consta na Lei

Brasileira 8.985/2000 que denomina essas populações humanas como populações tradicionais.

O movimento dos seringueiros e extrativistas identificou-se com essa categoria de população tradicional, pois buscavam garantir os seus direitos de ficar na terra e usar os recursos naturais (VIANNA, 2008). É defendido por ambientalistas e estudiosos da área ambiental que o uso dos recursos naturais pelas populações extrativistas e indígenas são de baixa entropia, e que estes resultam na conservação da natureza (BROWN, K. BROWN, G. 1992; DIEGUES, 2008). Em contrapartida, a maior destruição dos recursos ambientais é gerada por grandes fazendeiros e grupos econômicos de grande.

Diegues (2008) conceitua como populações tradicionais, de sociedades tradicionais e culturas tradicionais, como compreensão do mesmo significado. Explica o autor:

Quando se fala na importância das populações tradicionais na conservação da natureza, está implícito o papel preponderante da cultura e das relações homem/natureza. Aliás, reside na interação homem-natureza um dos pontos que diferenciam as várias correntes da antropologia no que diz respeito a cultura. Para os deterministas, que seguem Ratzel, é o meio ambiente que determina a cultura. No lado oposto está o possibilismo histórico de Boas, em que o meio ambiente não tem influência na origem dos padrões culturais (DIEGUES, 2008. p. 77).

Com a implantação das áreas protegidas iniciaram-se os estudos sobre os impactos sociais, ambientais e culturais na região de floresta tropical e em diferentes continentes, que tiveram como resultado o insucesso do instrumento de proteção ambiental (DIEGUES e ARRUDA, 2000).

A importância das comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade da floresta tropical brasileira está no uso tradicional do recurso natural, que é de baixa pressão. Isto é o resultado do meio sociocultural em que foi socializado, contudo o manejo adequado e criativo desse patrimônio cultural permite-se ao novo, a inovação.

Na década de 1990 o governo brasileiro comprometeu-se em criar áreas protegidas depois de assinar a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB, 1992). Dessa forma, delegou a cada Estado da Federação e seus municípios o compromisso de contribuir para alcançar as metas em termos de criações de unidades de conservação estaduais e municipais.

No estado do Amazonas instituiu-se, no ano de 2007, o Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC²), com normas e diretrizes para a criação de unidades de conservação. Esse sistema especifica que depois de ser criada judicialmente a área protegida tem o prazo de cinco anos para elaborar o Plano de Gestão (PG) (Art.2º, XI, SEUC, 2007), com o objetivo de levar ao público interessado informações de relevância sobre a unidade de conservação, com os aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos, situação fundiária, declaração de significância e as estratégias para o desenvolvimento das mesmas. Apresentam-se também, no Plano de Gestão, os programas de ação que servem como base para o planejamento de atividades que contribuirão para alcançar os objetivos da Unidade de Conservação. Dentre estes, está o Uso Público (UP), que é um programa que considera e delimita a capacidade de suporte da Unidade de Conservação. De posse das informações levantadas pelo UP, pode-se planejar a realização de atividades que provocam certo grau de impacto no meio ambiente (AMAZONAS, 2010).

O Uso Público é um instrumento para conservação e manutenção do ambiente natural e é um dos programas mais importantes para justificar a criação de uma Unidade de Conservação, principalmente por ser macro e incluir os subprogramas e projetos para o desenvolvimento do turismo, lazer, estudos científicos e educação ambiental.

O Plano de Uso Público tem por objetivo promover o desenvolvimento da população local e a criação de novos empregos e/ou autoempregos para jovens e adultos, homens e mulheres, com o intuito de assegurar simultaneamente a sustentabilidade socioambiental e o crescimento econômico (geração de renda). Como consequência disso, o UP pretende contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e, ao mesmo tempo, reduzir a pressão sobre o ecossistema.

As Unidades de Conservação são políticas públicas que servem como estratégia para ordenação territorial, regularização fundiária, contenção do avanço da grilagem de terras e da fronteira agrícola, bem como, deter o uso arbitrário da terra. Para conter e restringir estes problemas foram criadas mais políticas públicas com foco para o desenvolvimento de novas atividades econômicas que não causem tanto impacto ao ambiente natural. No Amazonas, a situação ainda é mais complexa, com grandes problemas para a ordenação territorial, com grilagem de terras e avanço da agropecuária no sul do Estado, sendo que um fator agravante é a falta de investimentos que torna difícil a fiscalização do território.

² Sistema Estadual de Unidades de Conservação, Amazonas. LEI Complementar n° 53, de 05 de junho de 2007.

O Amazonas contribui para a política ambiental brasileira por meio da manutenção de 111 unidades conservação (UCs) até o momento, sendo: 47 federais, 41 estaduais e 23 municipais. Ao todo as áreas de proteção ambiental somam cerca de 35% do território estadual (mais de 44 milhões de hectares). As categorias são importantes, para melhor entender essa divisão. Temos 58 UCs de uso sustentável (isso significa ter população tradicional na área protegida) e 18 unidades de proteção integral (área sem humanos). Para a gestão destas últimas criou-se o Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC), enquanto as federais têm como órgão gestor o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação estabeleceu os objetivos, as diretrizes, os critérios e as normas para implantação das unidades de conservação, bem como, as infrações e penalidades que podem ocorrer dentro das áreas protegidas. Mas, antes de 2007 o Estado já havia criado algumas áreas protegidas, desde a década de 1980, os chamados parques estaduais.

No ano de 1989, foi criada a PAREST (Parque Estadual) Nhamundá. No início dos anos 1990, foi efetuada a criação da REBIO Morro dos Sete Lagos (federal), da PAREST Serra do Aracá, da RDS de Mamirauá, da APA Caverna do Maroaga e da APA Nhamundá. Quando foram criadas essas UCs a gestão estava a cargo da Fundação Parque e Reservas Florestais do Amazonas (Fundepar), que tinha por objetivo justamente a implantação, a estruturação e a preservação dessas unidades.

No período 2002 a 2009 o estado do Amazonas chegou a ter mais de quarenta UCs. No que tange as diretrizes do SEUC (2007) seu objetivo é incrementar o uso das áreas protegidas para pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e turismo sustentável, bem como incentivar as populações locais a administrar a UC, como parte integrante do desenvolvimento, promovendo melhorias na qualidade de vida, além de colaborar decisivamente para a conservação da biodiversidade local (SEUC, 2007).

A partir da diretriz do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (2007), formulou-se o objetivo desta pesquisa que é estudar as relações socioculturais e o turismo como atividade econômica entre as comunidades que desenvolvem essa atividade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. Tal objetivo acompanha as dimensões específicas no sentido de discriminar os aspectos socioambientais, o modo de vida, a expressão identitária, simbólica e econômica das comunidades escolhidas e demonstrar, no

que diz respeito às necessidades, as vulnerabilidades e tendências expansionistas da atividade de turismo de base comunitária ou turismo comunitário ou outra perspectiva econômica.

Para cumprir os objetivos foram definidas seis comunidades inseridas na RDS do Rio Negro, três no Lago Acajatuba (Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e XV de Setembro) e três nas margens do Rio Negro (Saracá, Santa Helena do Inglês e Tumbira). As comunidades que estão nas margens do Rio Negro dizem realizar o turismo de base comunitária, e as do Lago Acajatuba não desenvolvem atividades de turismo.

Esta tese estrutura-se em quatro sessões, cujas descrições são apresentadas a seguir. Na primeira sessão é apresentado o percurso da pesquisa, bem como os autores que são referenciais da pesquisa teórica como Boaventura de Souza Santos, Luzia Neide Coriolano, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Gláucio Campos de Matos, Carlos Maldonado, Ariane Kuhnen, Samuel Benchimol, Armando Mendes, Charles Wagley, Hassan Zauoal, Ignacy Sachs, Antônio Carlos Diegues, Fritjof Capra e outros. Mostra a lógica da pesquisa antes do campo, e a base para a construção dos instrumentos pertinentes na coleta de dados. Para a pesquisa as referências de campo estão em Robert Yin, Norbert Elias, Gláucio Gomes Campos de Matos, Sarah Viá, Ada Dencker, José Pinheiro, Hartmut Günther, Antônio Carlos Gil e Hassan Zauoal. No todo ou em partes essas referências orientam os sentidos que interpretam o campo e os registros.

Na segunda sessão são apresentados os debates teóricos sobre o turismo, que vários autores sustentam como atividade complexa (IGNARRA, 2003; MATIAS, 2007; CUNHA, 2001; OLIVEIRA, 2005; BARRETO, 1995) que ainda não suporta limites para uma definição, de modo que sempre aparecem novas formulações. Apesar disso, os estudiosos enfatizam a necessidade de estudos para a área, diante da complexidade do sistema turístico que exige interdisciplinaridade nos estudos. Aborda-se ainda o marco regulatório do turismo no Amazonas, a participação do órgão responsável pelo turismo no Estado e a forma de ação do órgão que atua como prestação de serviços. Os programas para o desenvolvimento do turismo na região do Governo Federal e a Lei de Uso Público, que permite a atividade de turismo e lazer em áreas protegidas são outros tópicos que integram a composição desta sessão. Conclui-se este capítulo da tese com uma discussão sobre os conceitos de Turismo de Base Comunitária (TBC) e Turismo Comunitário (TC), ambos com a proposta de desenvolvimento econômico, social e de valorização cultural.

A terceira sessão apresenta o Rio Negro histórico e o mistério das águas negras, as dimensões de políticas públicas de proteção territorial e ambiental da região. O potencial

turístico da RDS do Rio Negro também é posto como possibilidade. Apresentam-se os conceitos sobre a economia ambiental e ecológica e suas diferenças, uma caracteriza-se pela sobrevivência econômica e a outra pela conservação e preservação do meio ambiente. Identifica-se o meio econômico dos comunitários e a incipiência da atividade turística na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, e a forma como o turismo é desenvolvido nas três comunidades pesquisadas.

A quarta e última sessão aponta os resultados da pesquisa de campo, descrevendo as relações socioculturais entre as comunidades, apontando os desafios para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e descrevendo a realidade das comunidades no que diz respeito ao turismo e as estratégias para o desenvolvimento, como a proposta do Turismo Colaborativo.

Como os modelos urbanos de desenvolvimento socioambiental e econômico por meio do turismo apresentam características próprias, entende-se que estes não podem ser repetidos nas comunidades distantes dos centros urbanos, o que implica na busca de um modelo que seja situado, local, próprio, participativo e colaborativo.

SESSÃO I - CAMINHOS DA PESQUISA

*“Poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para sair daqui?
Isso depende bastante de onde você quer chegar, disse o Gato.
O lugar não importa muito..., disse Alice.
Então não importa o caminho que você vai tomar, disse o Gato”
(LEWIS CARROLL, 1990).*

1.1 Abordagens e influências na pesquisa secundária

O sociólogo Boaventura Santos (2002) registra no seu artigo intitulado “Sociologia das ausências e uma sociologia das emergências” a necessidade de transmutar a razão que é entendida por ele de algumas maneiras. A primeira é a razão impotente que leva a pensar que nada pode ser feito para mudar; a segunda é a razão arrogante que não sente a necessidade de mostrar a sua própria liberdade; em seguida vem à razão metonímia³ que diz só existir uma única forma de racionalidade, depois a razão proléptica que não pensa no futuro porque julga saber de tudo; por fim, sugeriu o sociólogo, há a razão indolente que se traduz como uma forma de conhecimento hegemônico. Ele também diz que é necessário ocorrer a mudança, pois, o atual momento em que vive a humanidade pede que haja a transformação da percepção dos seres humanos sobre o ambiente onde se vive.

As formulações mais próximas a da posição teórica de Boaventura Souza Santos permitem configurar o Turismo de Base Comunitária (TBC) ou o Turismo Comunitário (TC) como uma atividade econômica participativa que pode edificar-se em virtude de uma parceria entre as comunidades tradicionais e uma organização social, de forma a incentivar as primeiras à autogestão dos recursos naturais e culturais existentes, proporcionando equidade do trabalho e benefícios econômicos, características que são resultantes da prestação de serviços da atividade de turismo (MTUR, 2010; MALDONADO, 2009). O turismo comunitário tal como formulou Coriolano (2009), deverá proporcionar a valorização da cultura local, aumentar a receita e colaborar na preservação do ambiente natural, bem como, reduzir os problemas sociais, como o êxodo juvenil (CORIOLANO *et al.*, 2009).

O turismo de base comunitária, enquanto proposta para as comunidades inseridas em unidades de conservação, tem a promessa de mudanças na estrutura das atividades econômicas, culturais e sociais, bem como, a gestão participativa. A atividade traz como conceito a potencialização e valorização da cultura local e a conservação do ambiente natural.

³ A razão metonímica, que reivindica como a única forma de racionalidade, não buscando descobrir outras, ou descobrindo apenas como forma de matéria-prima.

Dentre as dezenove comunidades inseridas na RDS do Rio Negro, apenas sete estão estruturadas para receber os turistas e visitantes, graças ao apoio em capacitação e fomento da organização não governamental (ONG) Fundação Amazonas Sustentável (FAS), criada em 2008 para contribuir na conservação do meio ambiente e o desenvolvimento do turismo de base comunitária (FAS, 2014).

Kuhnen (2009) afirma que as relações entre a sociedade e o ambiente natural são construídas a partir de inúmeras determinações culturais, sociais, psicológicas, físicas, espaciais e históricas. Essas relações entre comunidade e natureza são importantes na construção do TC ou TBC, pois a atividade se estrutura no conhecimento local, na cultura e na preservação e conservação do ambiente natural. Portanto, o ambiente não é apenas uma fonte de suprimentos para sobrevivência, mas também é rico em significações, valores simbólicos e afetividade.

A referência em Kuhnen (*Ibidem*) oportuniza a abordagem de Matos (2015), quando o autor teoriza sobre o *Ethos* amazônico. Ele afirma que os costumes, os comportamentos, a cultura e os hábitos de se viver na Amazônia, são conhecimentos que passam de pai para filho ao longo das gerações, e que esses costumes, culturas, construções e habilidades se adaptam de acordo com o regime das águas.

Charles Wagley (1988) argumenta que estudar a cultura e o modo de vida dos seres humanos amazônicos é buscar conhecimento para encontrar indícios do que deverá ser modificado para melhorar os padrões de vida atuais. Afirmou que esse conhecimento também permite antever algumas reações a novos elementos na cultura amazônica, de modo que as conquistas da ciência possam promover a prosperidade para os trópicos. Contudo, o autor faz uma ressalva:

Qualquer programa de reforma social tem que se basear no perfeito conhecimento da vida familiar da sociedade visada. Isto se aplica sobretudo, a um programa que implique na modificação de hábitos, valores ou atitudes, que são inculcados na intimidade da vida familiar (WAGLEY, 1988. p.190).

Os estudos das relações sociais e do turismo como atividade econômica incluem as mudanças culturais e ambientais para essas comunidades. Segundo Benchimol (1999), os seres humanos desenvolveram seus valores a partir do seu contato íntimo com o ambiente físico e biológico, o ciclo de vida se adaptou às características regionais, retirando das

florestas e dos rios os recursos materiais para a subsistência, além de servir como fonte de inspiração para o imaginário.

Wagley (*Ibidem*) constata que para a melhoria na qualidade de vida dos amazônidas não seria necessário esperar progressos científicos, e reafirma que a humanidade já possui conhecimentos técnicos que foram acumulados durante as gerações e o problema se formou em não difundir o conhecimento e as habilidades técnicas, ou seja, parte do mundo já desenvolveu essa tecnologia e a outra parte, ainda não. Em síntese, não há partilha e transferência de tecnologia para os subdesenvolvidos. Além disso, deve haver o cuidado de não excluir o conhecimento comunitário, valorando a cultura local, pois esta serve de base para a introdução de novas tecnologias.

Hassan Zaoual (2008) advoga que tecnologias exógenas estão fadadas ao insucesso. O autor trouxe a teoria dos sítios para pensar o lugar da cultura no desenvolvimento econômico que permite a abordagem do turismo situado. Salienta, em sua teoria, que as pessoas, assim como os territórios, não são iguais e que não se deve transferir modelos de desenvolvimento econômico e social. Os sítios simbólicos de pertencimento caracterizam a elaboração de uma teoria econômica que tem base na realidade local, mas com articulação dialógica com o global. Segundo o autor, é importante ressaltar que antes da apresentação do turismo como desenvolvimento econômico, deve-se fazer um planejamento com base na cultura local, para então ser ofertado no mercado global, visto que o turismo é uma oferta de mercado.

Zaoual (*Ibidem*) critica as práticas turísticas tracionais, aprofunda erros cometidos na atual tipologia de turismo, e apresenta o conceito de sítios simbólicos de pertencimento. Ao abordar as mudanças econômicas consistentes e duráveis de um território, destaca como importante a tomada do senso comum partilhado pelos atores da situação. No senso comum está o sistema de valores e as representações dos sítios, e ambos influenciam as práticas econômicas e sociais. O autor defende uma teoria dos sítios relacionada ao turismo duradouro. Zaoual (2006) enfatiza que na medida em que o senso comum é apreendido maior se torna o lugar das crenças coletivas em qualquer empreendimento econômico.

No âmbito da teoria dos sítios apresentada por Zaoual, destaca-se o *pathos* criado pelo capitalismo global e seus impactos sobre territórios, povos e culturas. O “*homo economicus*” é uma criatura do capitalismo, gerada do seu modo de produção e de sua aplicação em países periféricos nas sociedades do sul. Esse modelo econômico contrasta e colide com resistências culturais e territorialidades acostumadas a organizar sua vida material e simbólica desconhecendo a lógica do capital. Ao serem inseridos no capitalismo, esses chamados países

periféricos resistem em núcleos culturais que são antagônicos aos valores difundidos pelo pensamento econômico capitalista. Isto porque “o sítio é memória e ação, é virtualidade, mas também passado, futuros perdidos, experiências acumuladas, falas alternativas, regras de sociabilidade e compromissos comunitários” (ZAOUAL, 2006, pg.09).

No artigo intitulado “Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?,” Zaoual (2008) demonstrou, com os resultados da sua pesquisa, que estavam ocorrendo mudanças no mercado turístico, de modo que a oportunidade para o novo turismo conduzia a uma transição em direção a quebra de paradigma da sociedade que tinha condições econômicas de viajar. Esse novo paradigma é caracterizado pelo declínio do turismo de massa e aumento do turismo local e comunitário. Conforme o autor, a crise da quantidade, que é uma crise do turismo em geral, abriu as portas para a qualidade (Figura 1).



Figura 1. Necessidades atuais do turismo de massa.
Fonte. ZAOUAL, 2008. Org. Peixoto, 2016.

Outro problema comum, identificado por Zaoual (*Ibidem*) nas pesquisas de campo, consiste na transferência de projetos e tecnologias dos países do Norte para o Sul, sem a preocupação com a identidade, a complexidade, o conhecimento, a diversidade e a contingência dos sítios. A cultura é o principal capital que assegura a eficácia de projetos econômicos, sociais e ambientais. Não dar a devida importância a essa peculiaridade leva

inúmeros projetos a fracassos irreversíveis, com perdas econômicas e socioambientais (ZAOUAL, 2008).

O mito de dominação do mundo que alimenta as ciências e tecnologias do capitalismo já tem revelado o fim do determinismo e da linearidade. A incerteza está presente em todas as falhas da grande ideologia do progresso produtivo (ZAOUAL, *Ibidem*).

A caracterização das atividades turísticas situadas para a construção de um modelo que agregue uma inovação estratégica tem a visão no arcabouço teórico de Hassan Zaoual. Esta enfoca no turismo situado, ou seja, aquele que contempla os sítios de pertencimento, os sujeitos e suas práticas culturais que se expressam na comunidade de interesse.

Maldonado (2009) aduz que a vontade de superar a pobreza levou inúmeras comunidades a buscarem alternativas de renda frente aos limitados resultados da economia de sobrevivência. Como opções foram implementadas atividades como: a pequena agroindústria doméstica, o turismo e os ecomercados. O autor faz ressalva sobre o turismo, que, em determinadas condições, poderia contribuir na revitalização da economia rural, gerando novas frentes de emprego e de renda e valorizando o patrimônio ambiental e cultural (MALDONADO, *Ibidem*).

Simonian (2005) informa que a pesquisa de campo entre as populações tradicionais traz benefícios ao informar sobre os problemas e encaminhar soluções. Essa pesquisa aumenta o acervo de dados, em sua maioria mediados pela noção de sustentabilidade, com novos modelos de gestão ambiental, social e econômica, a fim de orientar os atores sociais da pesquisa e subsidiar políticas públicas para o desenvolvimento dessas populações tradicionais, o que indica a possibilidade da abordagem de campo.

Para Ignacy Sachs (2009) a conservação da biodiversidade entra em cena depois de uma longa reflexão dos seres humanos contemporâneos sobre o futuro da própria humanidade, que dela depende para garantir a existência das futuras gerações. No entanto, ele defende que essa proteção não deverá ser concretizada na criação de templos intocáveis, como a criação de áreas protegidas sem populações locais. Justifica-se a importância da presença humana nas áreas protegidas por meio das pesquisas arqueológicas na Amazônia, que contraria o pensamento de exclusão humana ao demonstrar que o território havia sido historicamente enriquecido pela presença humana. A manutenção da população é benéfica na medida em que os habitantes podem funcionar como agentes protetores, inclusive, no combate contra atividades ilícitas realizadas por exógenos (SACHS, 2009; DIEGUES, 2008).

A crítica à natureza intocada abordada por Sachs e Diegues (*Ibidem*) refere-se ao modelo norte-americano, a exclusão dos moradores das áreas protegidas. Esse modelo foi copiado pelos países chamados em desenvolvimento. Contudo, oportunizou a ocorrência de vários conflitos sociais.

Capra (2006) explica que a visão sistêmica da vida é uma base adequada, tanto para compreender as ciências do comportamento e sociais, quanto para entender a ciência econômica. Esta se torna um problema a medida em que não é entendida fora da visão cartesiana.

Com base em todos os autores supracitados, a proposta desta sessão foi de compreender a rede de interdependência cultural entre as comunidades estudadas e o processo de desenvolvimento socioambiental de cada uma delas. As comunidades estudadas foram: Nossa Senhora Fátima, Nossa Senhora da Conceição e XV de Setembro, que não desenvolvem atividade de turismo, e as comunidades Tumbira, Santa Helena e Saracá, que dizem desenvolver atividade de turismo de base comunitária. A abordagem foi centrada no comunitário, que é o sujeito social da pesquisa, e na visão que ele tem sobre a atividade turística e o turista. Nesta rede de interdependência, analisar as dimensões socioculturais e as mudanças causadas pelo desenvolvimento do turismo como atividade econômica, além das influências favoráveis na conservação ambiental e da valoração cultural, são focos da pesquisa de campo.

Esta tese opta por um posicionamento crítico em relação à existência de turismo de base comunitária, e para isso identifica a situação atual do turismo nas comunidades pesquisadas, traça alternativas de melhorias e traz uma nova proposta para o desenvolvimento do turismo local, o turismo colaborativo. Diante do que foi investido como uma alternativa econômica viável e diante das necessidades reais das comunidades, constatou-se que o turismo praticado por essas comunidades não se configura como turismo de base comunitária ou turismo comunitário. Ambos os segmentos turísticos têm, em tese, o comprometimento de dividir os benefícios com a comunidade, de forma a beneficiar convenientemente a coletividade, o que não foi observado.

1.2 Trabalho de campo: o difícil percurso do reconhecimento

A pesquisa teórica e empírica traçou o itinerário da compreensão e da apreensão da realidade estudada. Dito de outro modo, o percurso do reconhecimento percorreu abordagens teóricas e estudos sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro (RDS do Rio Negro) e a constituição do foco sobre o campo. Esta dimensão empírica sobre o universo social, ambiental e econômico põe em perspectiva a contribuição do turismo como atividade econômica.

O turismo tornou-se objeto de estudo científico desta pesquisa por apresentar inúmeras características e segmentos, que confirmam sua complexidade, e por ser experimentado de variadas formas na região do baixo Rio Negro.

O turismo tem importância como fato social e de relevância histórica. Na atualidade destaca-se por oportunizar a criação de políticas públicas, sobretudo para regiões mais carentes que apresentem o potencial para esta atividade. A principal característica do turismo é de servir como alternativa econômica para o desenvolvimento e sustentabilidade do sítio⁴ de aplicação, que são diversificados pela cultura, pelo social e pelo ambiental.

Em geral, difunde-se a ideia de que o turismo gera uma soma considerável, capaz de causar o crescimento do produto interno bruto (PIB) de um país, e por isso, enfatiza-se a emergência desta proposta também para o desenvolvimento econômico local. Em contrapartida, é importante lembrar que estudos mostram que o turismo é um fato social que causa impacto direto em uma nação, estado, município e principalmente em comunidades.

A coleta de dados secundários se deu por meio de evidências, documentações, registros e do Plano de Gestão da Reserva de desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. O importante foi conhecer os aspectos socioambientais (GIL, 1999) antes das indagações de campo, procedimento que ajudou a contextualizar as questões que foram formuladas para suprir as lacunas do conhecimento.

Os dados primários foram coletados pela observação direta e por meio de entrevistas. Durante o período de imersão foi possível acessar alguns aspectos do comportamento humano, em que os sujeitos demonstram não estar plenamente conscientes ao se expressarem sobre determinado assunto (PINHEIRO; et al. 2008).

⁴ Categorizado por Norbert Elias é o lugar onde há a rede de interdependências, uma teia invisível, as práticas socioculturais. (CAMPOS, 2015).

As entrevistas deram maior flexibilidade para obter informações sobre o perfil das pessoas envolvidas e das vivências, fornecendo informações sistemáticas em diferentes áreas do conhecimento (DENCKER; VIÁ, 2001).

Este estudo teve o aporte teórico-metodológico das ciências humanas sociais, pois foi inspirado no método de Norbert Elias (1993,1994) que analisa as configurações sociais e a interação social dos homens, e conseqüentemente a influência da história, da moral e dos costumes sobre a civilização.

A pesquisa foi realizada com viagens ao campo, das quais, desde o início da pesquisa, foram excluídos os inventários para as atividades de turismo, bem como, a visão do turista sobre os serviços oferecidos. A importância foi dada à visão dos comunitários e a maneira como eles fazem o atendimento turístico, como dividem as atividades e como partilham os ganhos. O mais importante foi conhecer o entendimento deles sobre a proposta do turismo de base comunitária nas relações socio-econômicas.

Outro instrumento usado na pesquisa foi o roteiro de observação, que teve a finalidade de direcionar o olhar para as atividades econômicas e sociais da população pesquisada, inclusive durante as conversas informais estabelecidas com as pessoas, o que colaborou para compreender as características físicas e o uso social do espaço comunitário (DENCKER; VIÁ, *Ibidem*).

A pesquisa de campo iniciou nas comunidades do Lago do Acajatuba. A primeira foi a comunidade Nossa Senhora da Conceição, seguida pela XV de Setembro e Nossa Senhora de Fátima. Cada comunidade possui suas peculiaridades e semelhanças, são localizadas próximas e não têm atividades de turismo comunitário ou de base comunitária. A importância desta região para o desenvolvimento do turismo está na quantidade de empreendimentos hoteleiros no Lago (Quadro 1).

Empreendimentos privados no Lago do Acajatuba
Pousada Tariri Amazon Lodge
Pousada Trapiche Amazon Lodge
Restaurante do Carlintinho
Pousada Evolução

Quadro 1. Empreendimentos privados no Lago do Acajatuba.
Org. Peixoto, 2019.
Fonte: Amazonas, 2017.

Os participantes da pesquisa foram selecionados nas próprias comunidades com a indicação do presidente comunitário. A seleção prévia foi feita por idade, incluindo apenas pessoas com mais de 18 anos, e aquelas que desenvolvem alguma atividade econômica como a pesca, a agricultura, o extrativismo de recursos não madeireiros ou o comércio na comunidade. (Gráficos 1 e 2)

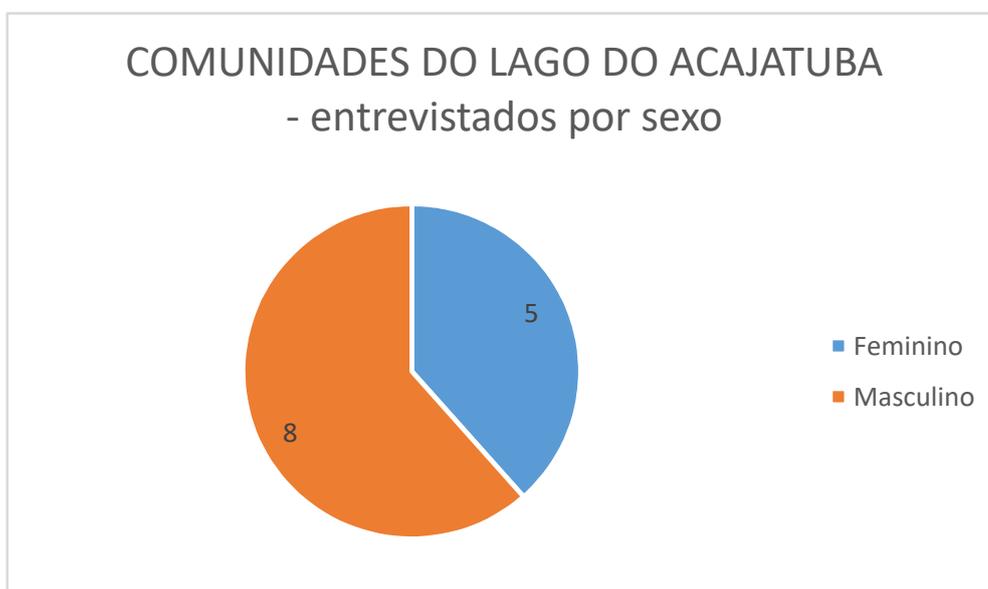


Gráfico 1. Lago do Acajatuba - Entrevistados por sexo.
Org. Peixoto, 2019.

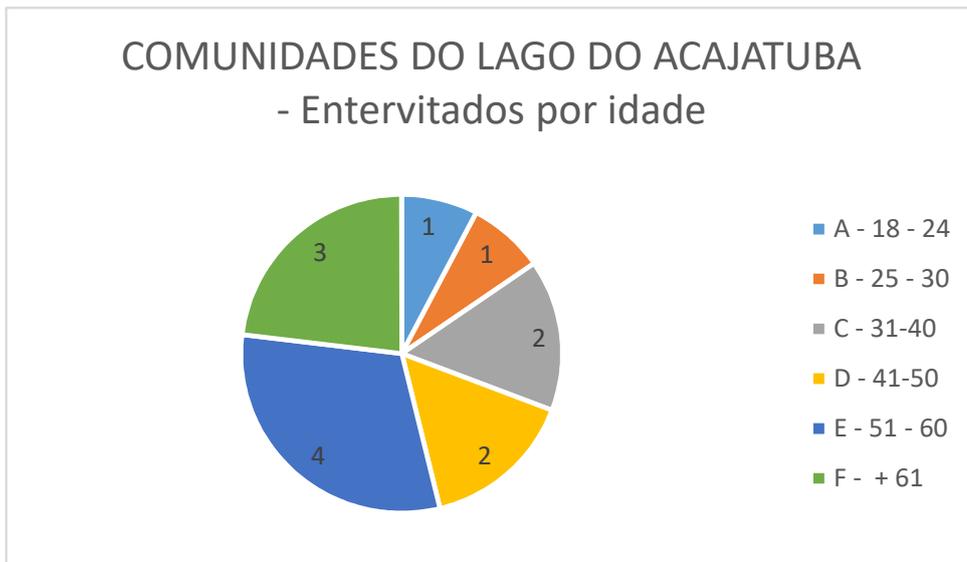


Gráfico 2. Lago do Acajatuba - Entrevitados por idade.
Org. Peixoto, 2019.

Durante as entrevistas ocorreram conversas paralelas, por meio das quais foi identificado que há vontade dos comunitários das comunidades do Lago do Acajatuba em empreender no turismo, mas não sabem como. (Gráfico 3).

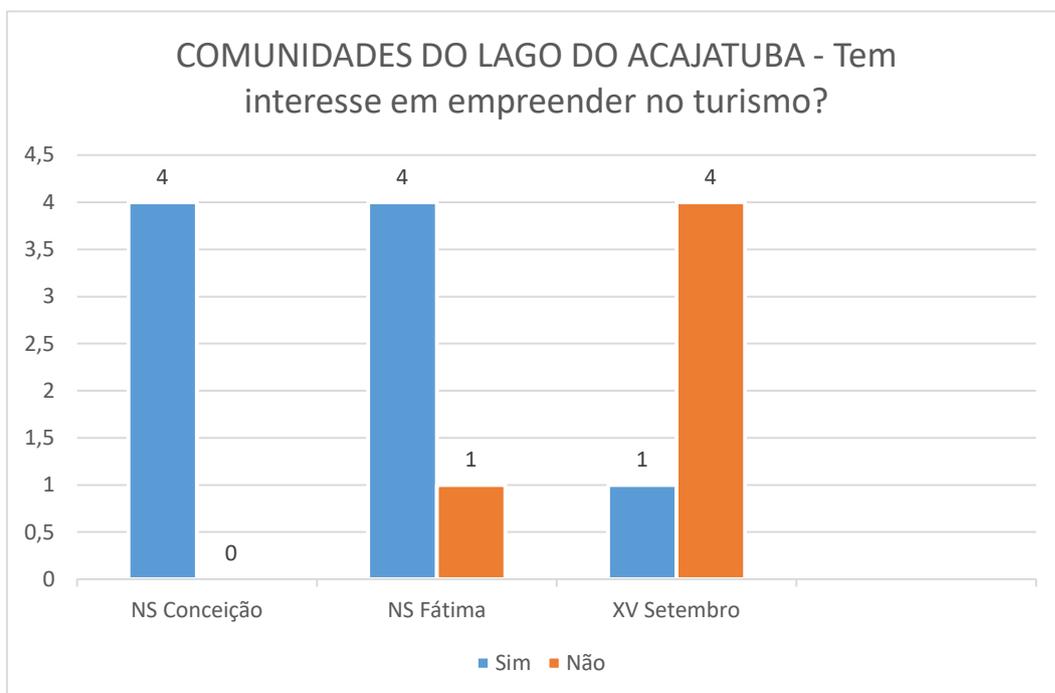


Gráfico 3. Lago do Acajatuba – Interesse em participar da atividade de turismo.
Org. Peixoto, 2019.

Nas comunidades Tumbira, Saracá e Santa Helena do Inglês os entrevistados foram as pessoas com alguma relação com o turismo e indicados pelos líderes comunitários. Também houve a seleção prévia de informantes com idade acima de 18 anos.

Constataram-se na pesquisa de campo as características dos comunitários, que formaram um grupo homogêneo, com similaridades nos costumes, condições idênticas de subsistência econômica e cultural, portanto, não houve a necessidade de aplicar questionários em toda a comunidade, mas somente uma amostragem representativa.

Os resultados mostraram que o turismo de base comunitária ou turismo comunitário não existe nas comunidades que serviram de base para essa pesquisa, e que as comunidades que não desenvolvem atividade de turismo anseiam pela oportunidade, mesmo sem saber bem o que é o turismo.

A morfologia social das comunidades é apresentada no documento mais importante da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, que é Plano de Gestão (PG). Nele consta a organização social de cada comunidade, como as igrejas, o centro social, escola e o campo de futebol.

A Nossa Senhora da Conceição foi criada no ano de 1989. Foi observado que não é obrigatório que os comunitários participem da Associação dos Moradores da Nossa Senhora da Conceição, contudo, só recebem a bolsa floresta se estiverem associados. A comunidade pertence ao município de Iranduba, entretanto, supre suas necessidades de compra de mantimentos, venda de manufaturados e atendimentos médicos no município de Manacapuru. É formada por 104 casas e 73 moradores, que se distribuem ao longo do Igarapé do Mariano. A sede comunitária é organizada com uma igreja da Assembleia de Deus (Foto 1), campo de futebol, luz elétrica e água encanada. É carente de escola, agentes de saúde e comunicação externa (radiofonia ou telefone rural). Em relação às manifestações socioculturais, consta apenas o aniversário da Igreja Canaã. É uma comunidade carente e muito próxima a ela está uma pousada de selva.



**Foto 1. Igreja Evangélica da Comunidade N.S. da Conceição.
Autora: Peixoto, 2017.**

A comunidade Nossa Senhora de Fátima localiza-se na área do município de Iranduba, foi fundada em 1991 e é constituída por 67 casas e 51 moradores que participam da Associação dos Moradores de Nossa Senhora de Fátima. Na sede comunitária tem escola com educação infantil, EF1, EF2 e EJA, mas não tem ensino médio. Tem um agente de saúde e a comunicação é feita por telefone público. Na sede comunitária existem igrejas Católica, Adventista, Assembleia de Deus e Pentecostal. As manifestações culturais estão na Festa de Nossa Senhora de Fátima e o aniversário do Clube São Raimundo. Tem como subsistência a roça, a horta e o pomar. (Foto 2).



**Foto 2 Comunidade Nossa Senhora de Fátima.
Autora: Neves, 2017**

A comunidade XV de Setembro (Foto 3) foi criada no ano de 2002, situa-se no município de Iranduba e os moradores participam da Associação Comunitária XV de Setembro. É composta por 46 casas e 42 moradores, possui igrejas Católica e Assembleia de Deus, escola com educação infantil e EFI, tem um agente de saúde e é carente de meios de comunicação via telefone, celular ou fônias. As manifestações socioculturais são o Festejo de Santa Maria e o Aniversário da Comunidade.



**Foto 3 Comunidade XV de Setembro.
Autora: Neves, 2017.**

Dentre as perguntas do roteiro de entrevista, constava a avaliação do entrevistado sobre a comunidade (Gráfico 4). Os resultados foram:

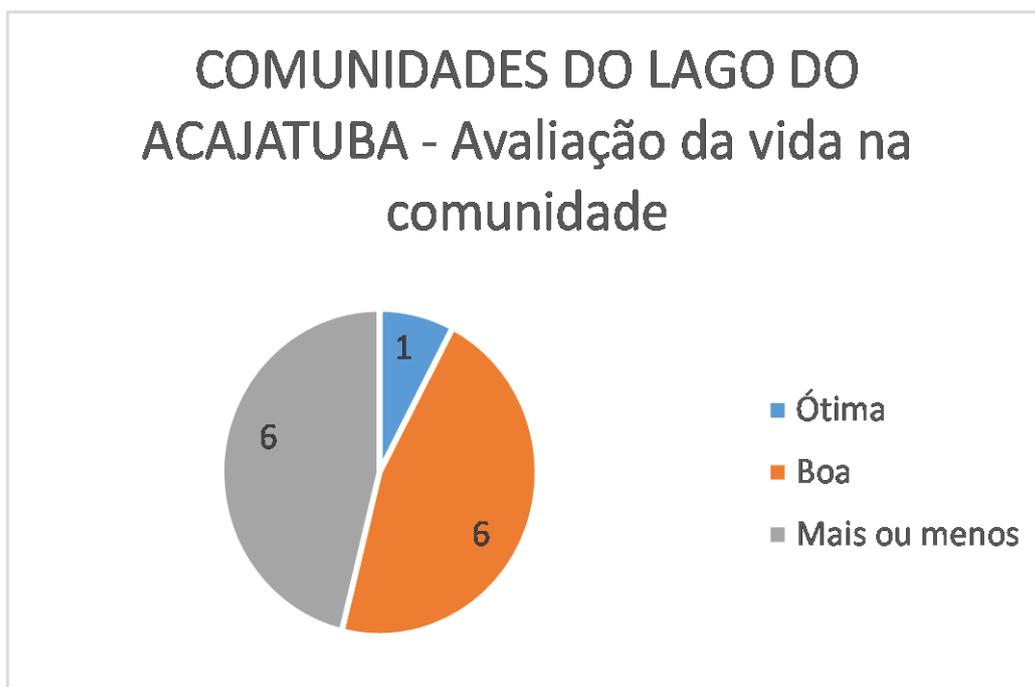


Gráfico 4. Lago do Acajatuba. Avaliação sobre a vida na comunidade. Org. Peixoto, 2019.

Depois da resposta foi questionado o porquê daquele sentimento (Gráfico 5), nesta pergunta foi considerada mais de uma resposta por entrevistado.

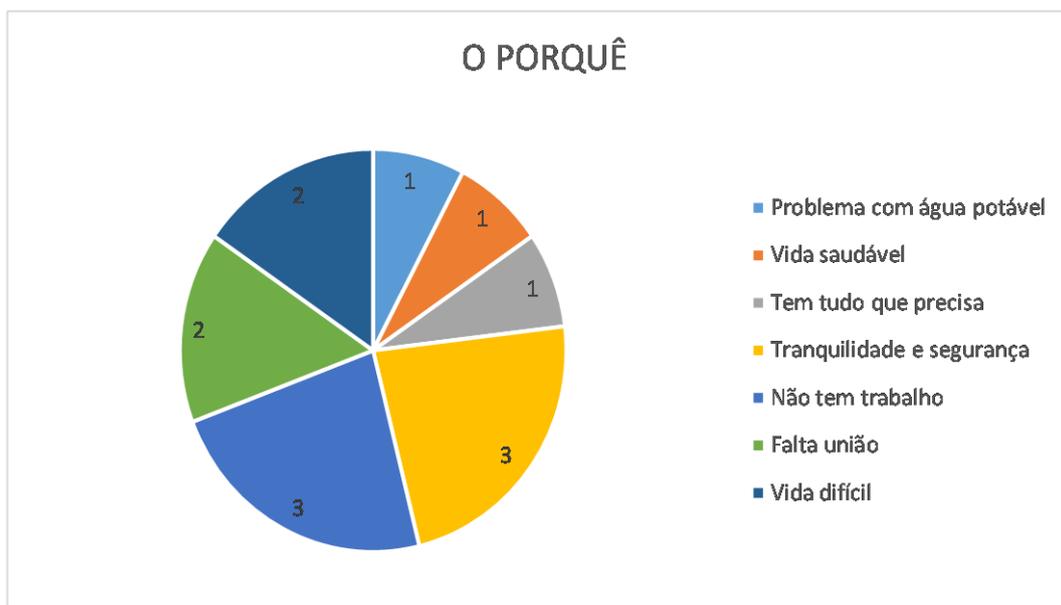


Gráfico 5. Lago do Acajatuba. O porquê do sentimento em viver na comunidade. Org. Peixoto, 2019

Em relação à atividade de turismo houve unanimidade entre os entrevistados das 3 comunidades do Lago do Acajatuba (Gráfico 6).

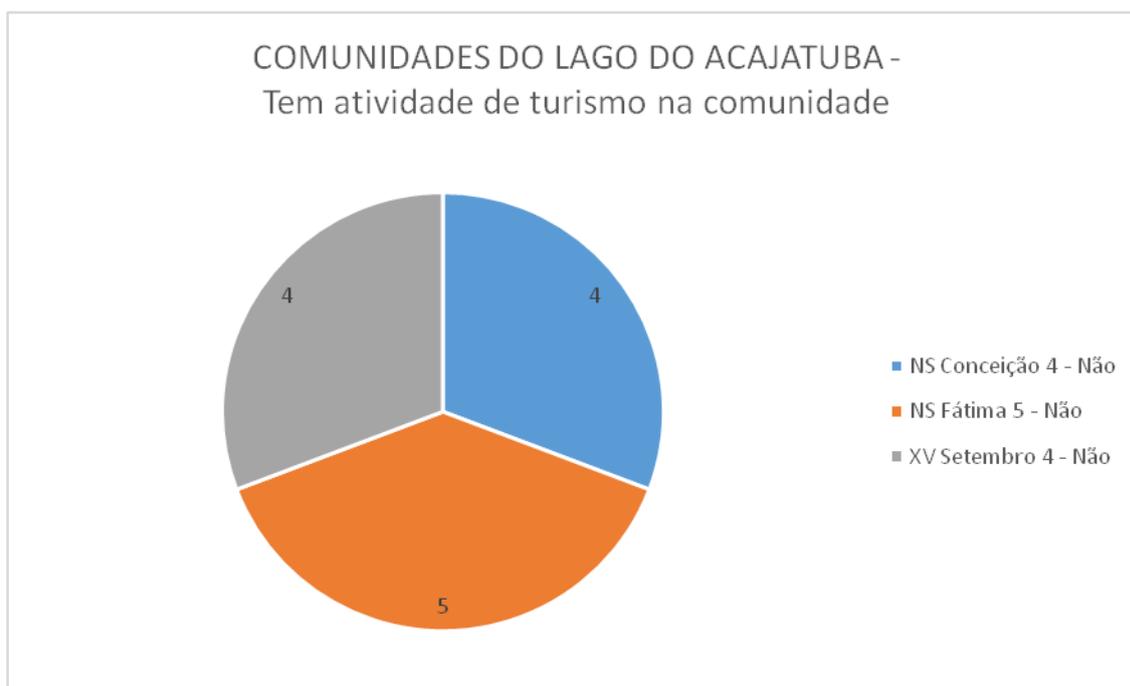


Gráfico 6. Lago do Acajatuba. Atividade de turismo na comunidade. Org. Peixoto, 2019.

Com o intuito de saber se a comunidade tem potencial para desenvolver atividade de turismo foi perguntada quais as atividades de artesanato são desenvolvidas na comunidade e se obteve como resposta as seguintes respostas: obteve-se como resposta:

Comunidade	Artesanato com Madeira	Artesanato com Palhas	Artesanato com Sementes
S Conceição	1	2	1
NS Fátima	0	0	0
XV Setembro	1	2	1

Quadro 2. Lago do Acajatuba. Potencial turístico - percepção do comunitário. Org. Peixoto, 2019.

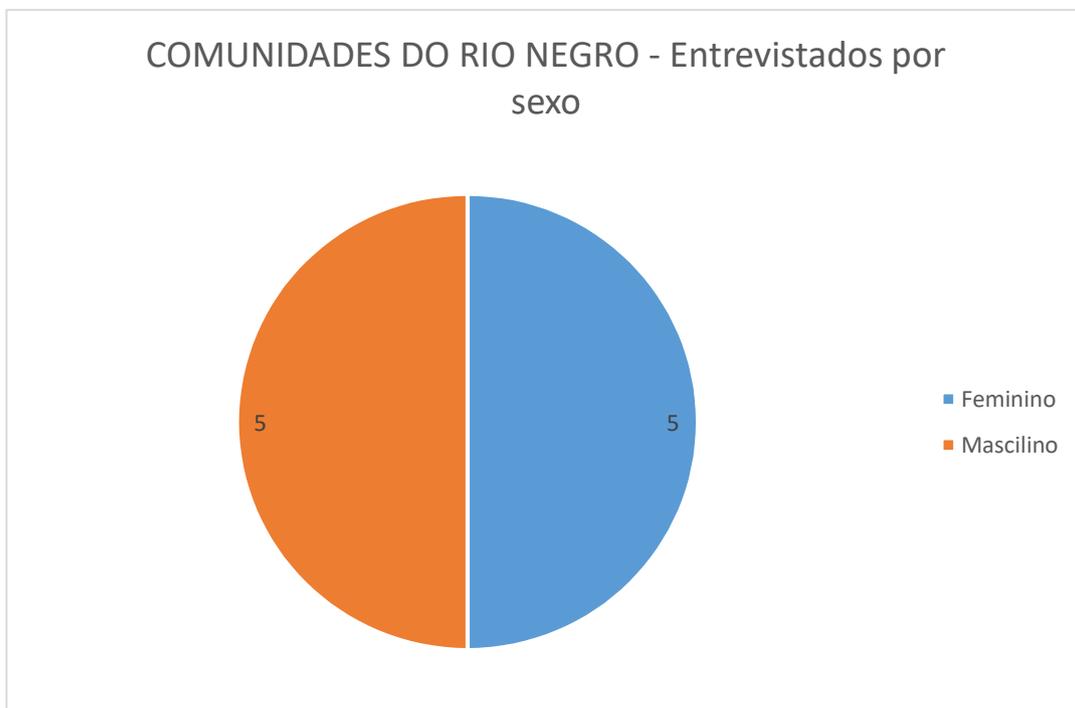
Foi questionado ao comunitário se ele tem interesse em se organizar para receber os turistas, e as respostas foram:

TEM INTERESSE EM SE ORGANIZAR para receber o turista?		
COMUNIDADE	SIM	NÃO
NS Conceição	4	
NS Fátima	4	1

Quadro 3. Lago do Acajatuba. Interesse das comunidades em receber turistas. Org. Peixoto, 2019.

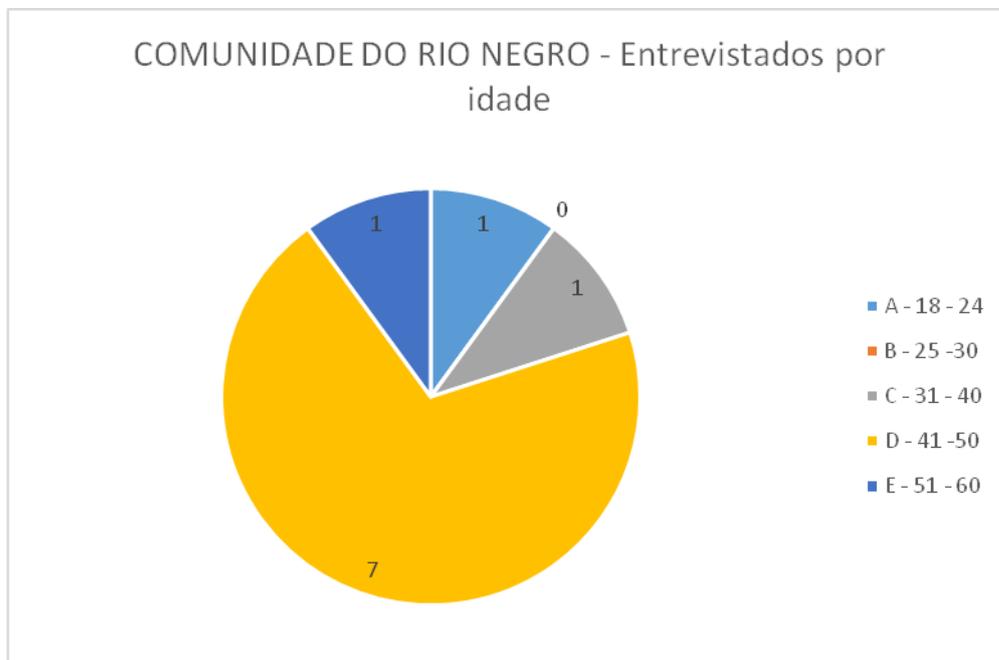
O que se pode destacar nas duas tabelas é que na comunidade N. Senhora de Fátima os entrevistados não veem potencial turístico na sua comunidade. Nas outras duas comunidades os entrevistados assinalaram o recurso não madeireiro como potencial turístico. Na segunda tabela, ficou claro que 38% dos entrevistados não querem se organizar para receber turistas e 62% querem se organizar para receber os turistas.

Nas comunidades do Rio Negro, baixando no ritmo das águas, iniciam-se as pesquisas, primeiro pela comunidade Tumbira, seguindo pela Santa Helena do Inglês e por último Saracá. Os entrevistados foram eleitos por idade e quem trabalha ou desenvolve alguma atividade no turismo. Essa seleção teve a recomendação dos presidentes comunitários das três comunidades. Abaixo (Gráfico 7) mostra os entrevistados por sexo.



**Gráfico 7. Comunidade do Rio Negro. Entrevistados por sexo.
Org. Peixoto, 2019.**

Na sequência, os entrevistados por idade, a seleção prévia foi que estes comunitários deveriam ser maiores de 18 anos.



**Gráfico 8. Comunidades do Rio Negro. Entrevistados por idade.
Org. Peixoto, 2019.**

A primeira a ser pesquisada foi à comunidade Tumbira, que pertence ao município de Iranduba e foi criada no ano de 1986. Sua organização comunitária inclui a Associação dos Moradores da Comunidade do Tumbira, que apresenta reuniões mensais, sendo que os comunitários participam do programa bolsa floresta. A comunidade é constituída por 45 casas e 32 moradores, tem uma igreja católica, uma escola com educação infantil, escola EF⁵ I, EF II, Ensino Médio e EJA⁶, um campo de futebol, um Centro Comunitário e possui energia elétrica e água encanada. A comunicação é feita por radiofonia e internet, sendo importante destacar que nesta comunidade existem empreendimentos turísticos particulares, com destaque para a Pousada do Garrido, que recebem turistas regularmente.

Na comunidade Tumbira (Foto 4), apesar da atuação e visitas constantes dos funcionários da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), não há uma unidade básica de saúde, enfermeiro ou médico, mas tem agente de saúde. Em relação às manifestações socioculturais estão a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e o Campeonato de Futebol. Há comunitários que desenvolvem atividades de artesanato e formam o grupo Coletivo das Artes e Talentos da Floresta. A produção econômica dos moradores está no roçado, no cultivo de horta ou pomar, em uma marcenaria de pequena comercialização, na pesca artesanal e no extrativismo madeireiro. No momento da pesquisa, não existiam ações de plano de manejo na comunidade.



**Foto 4. Igreja Católica da comunidade Tumbira.
Autora: Peixoto, 2017.**

⁵ Ensino fundamental I e II

⁶ Educação de Jovens e Adultos

A comunidade Santa Helena do Inglês (Foto 5) pertence ao município de Iranduba e foi criada no ano de 1989. Sua organização comunitária é formada pela Associação dos Produtores Rurais Agrícolas da Comunidade Santa Helena do Inglês. A sede da comunidade tem 33 casas e 20 moradores, uma igreja católica, uma escola com ensino de educação infantil e ensino fundamental I, um campo de futebol, fornecimento de energia elétrica e água encanada, a comunicação é feita por radiofonia e possui um agente de saúde e um agente de endemia. Os comunitários apresentam atividade econômica baseada no roçado, na horta ou pomar e na pesca profissional. O destaque desta comunidade é a construção da Pousada Comunitária Vistas do Rio Negro.



**Foto 5 Igreja Católica Comunidade S. Helena do Inglês.
Autora: Peixoto, 2017.**

A comunidade Saracá (Foto 6) também pertence ao município de Iranduba e foi criada em 1986, sendo constituída atualmente por 50 casas e 36 moradores. Os moradores estão associados à Associação Comunitária do Saracá, em sua sede existem três igrejas, sendo uma Católica, uma Adventista e uma Presbiteriana, uma escola com educação infantil, EF I e EF II. Também há o fornecimento de energia elétrica e água encanada na sede comunitária, e a presença de um agente de saúde. A comunicação é feita por um telefone público e radiofonia.

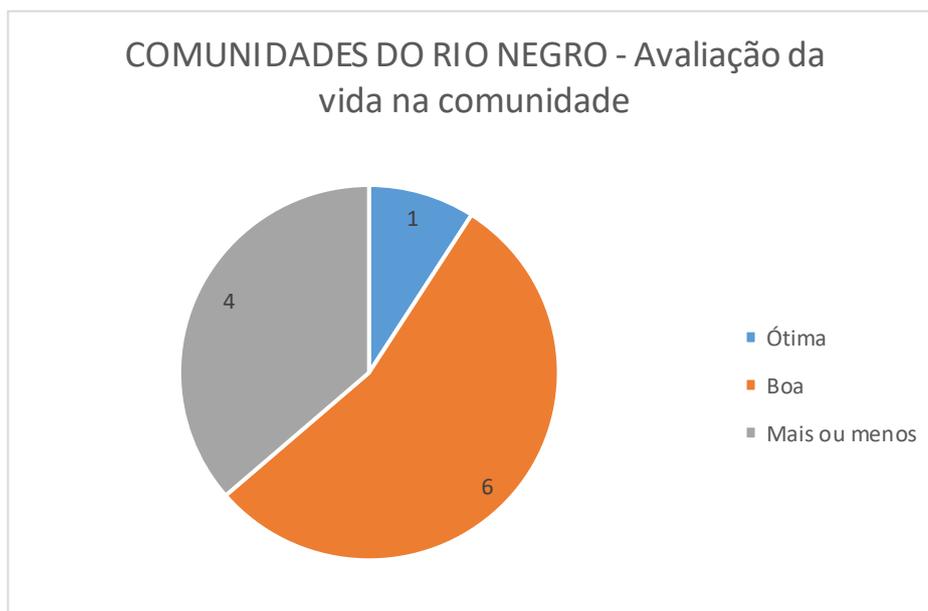
As manifestações socioculturais desta comunidade são as Festas de São Sebastião e do Clube Guarani do Saracá. Alguns comunitários trabalham com artesanato e constituíram o

grupo de artesanato Formiguinhas. Para participar do turismo foi construída uma ONG e o restaurante comunitário.



**Foto 6 Restaurante comunitário do Saracá.
Autora: Peixoto, 2017**

Nas comunidades do Rio Negro foi questionado sobre o que eles achavam da vida na comunidade, e as respostas são apresentadas no gráfico abaixo:



**Gráfico 9. Comunidades do Rio Negro. Avaliação da vida na comunidade.
Org. Peixoto, 2019.**

A próxima pergunta foi sobre o porquê desse sentimento, e os resultados foram:

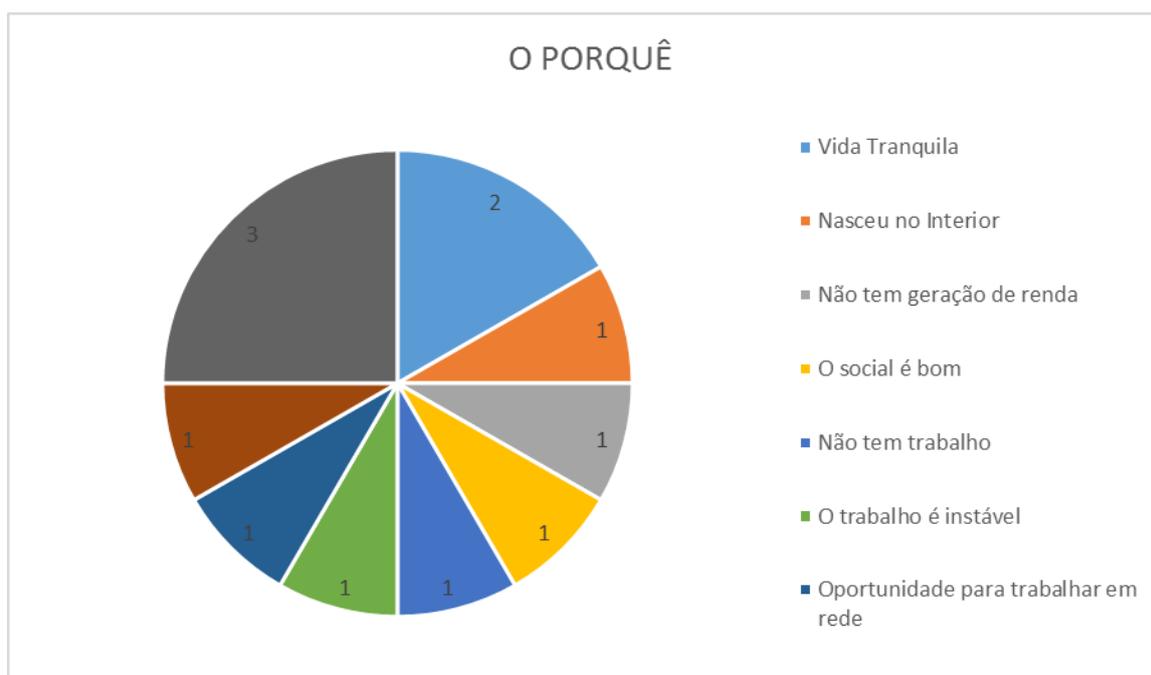


Gráfico 10. Comunidades do Rio Negro. O porquê do sentimento em viver na comunidade. Org. Peixoto 2019.

A rigor a morfologia econômica das localidades descritas são caracterizadas como extrativistas, ou seja, que sobrevivem de atividades econômicas de baixo impacto nas quais estão enquadradas as atividades de extração dos recursos florestais, agricultura familiar, pesca artesanal e profissional. Há pouca atividade coletora de recursos não madeireiros, o que as torna compatíveis com a descrição de extrativistas.

Sem prosseguimento na atividade de manejo florestal, sem o extrativismo vegetal e a criação de animais, a dependência das famílias que constituem essas comunidades advém de iniciativas nucleares de políticas estaduais e federais, como o bolsa floresta e o bolsa família, respectivamente.

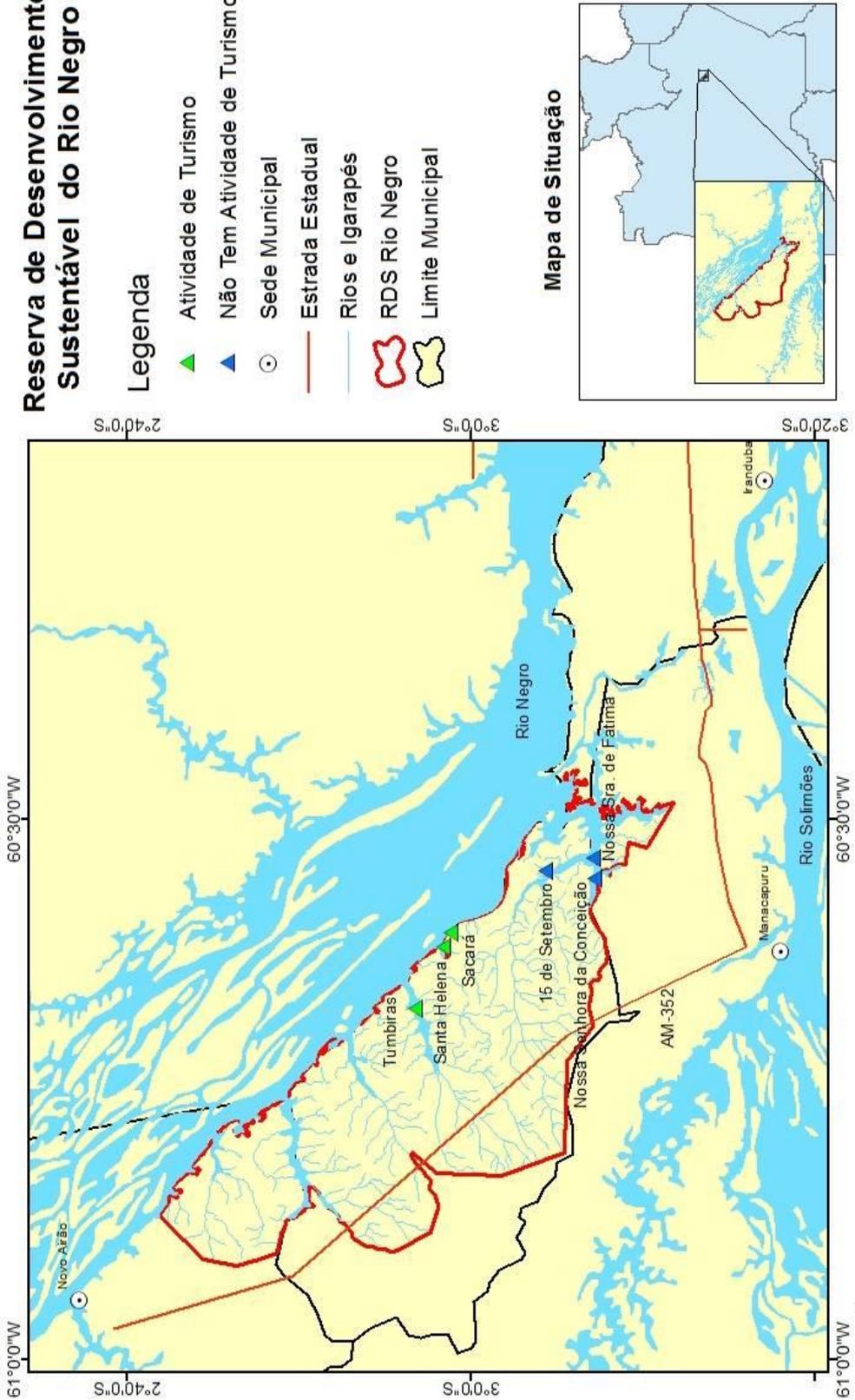
Entre as iniciativas promovidas pelo Estado, foram experimentadas a criação de animais (aves) e o manejo florestal, mas não tiveram sucesso. Empasses atribuídos a burocratização, baixa organização comunitária, com fragilidade de articulação econômica e ausência de noção logística, são justificativas e argumentos recorrentes para a paralisação dessas iniciativas.

No âmbito de iniciativas particulares, um exemplo de ação econômica na área em foco são os empreendimentos turísticos organizados pelo Hotel Ariaú Tower, que acolheu a disponibilidade de trabalho dos indivíduos dessas comunidades, como guias turísticos, camareiros e serviços de limpeza e de hotelaria. Este empreendimento durou cerca de 30 anos, mas hoje está em completa desagregação econômica e física, que começou a ficar evidente a partir do ano 2006.

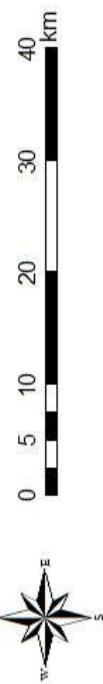
A implementação de medidas que assegurem a sobrevivência da população ribeirinha, a não ser pelo monoextrativismo, é um desafio para o Estado e para sociedade amazonense desde o caso de conformidade econômica da borracha. A política territorial, ambiental e assistencial do Estado gerou outra possibilidade de sobrevivência, com concepções e práticas que articulam o ambientalismo, a conservação ambiental e a inclusão de populações tradicionais em atividades turísticas. Esta tese se propõe a demonstrar justamente as dimensões deste desafio e das dificuldades a serem enfrentadas.

O mapa a seguir mostra a localização das comunidades que participaram da pesquisa de campo.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro



Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: WGS 1984
 Fonte dos dados: IBGE (2016), MMA (2017), IDESAM (2015)



Mapa 1. Localização das comunidades pesquisadas. Fonte: IDESAM, Org. Peixoto, 2017

1.3 Turismo: atividade econômica, social e cultural

Uno de los fenómenos sociales más significativos de nuestro tiempo es el Turismo. Desde mediados de siglo XX este movimiento ha sido adquiriendo un volumen de colosales proporciones, y hoy no es dable ignorar ni su importancia ni su problemas. (FUSTER, 1971).

No processo de desenvolvimento humano, tanto econômico como social, também são desenvolvidas as necessidades de intercâmbio e de contínua produção de novas necessidades superiores. Assim, inicia-se o processo de formação do “*homo turisticus*”, ele recebe influência de novos mercados, dentre os quais está o mercado turístico.

Acentua Acenrenza (2002) que o economista austríaco Hermann Von Schullern Schattenhofen foi um dos pioneiros a estudar o turismo. Em Von Schullern Schattenhofen 1911 publicou a obra Turismo e Economia Nacional, conceituando o turismo como um fenômeno econômico e isso deu origem a economia no estudo do turismo. A atividade turística como potência econômica e organizada apareceu na segunda metade do século XX, quando passou a ser beneficiada com o progresso tecnológico e social associado tanto ao desenvolvimento da indústria quanto ao movimento sindical dos trabalhadores que defendia a redução das horas de trabalho e o aumento do tempo livre.

Com vistas na expansão econômica por meio do turismo, o Brasil, no intuito de regulamentar o novo mercado, formulou Leis e Decretos, a partir de 1938, com o então presidente Getúlio Vargas, que editou o Decreto-Lei 406/38, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. Com o Decreto-Lei o Estado brasileiro teria que dar a autorização para a exploração de atividades relacionadas ao turismo, tais como, vendas de passagens aéreas, marítimas e rodoviárias. Dois anos depois, instituiu-se o Decreto-Lei 2440/40, que regulou as atividades de empresas e agências de viagens e turismo.

Na década de 1950, com o novo decreto, o Decreto 44863/58, instituiu-se a Comissão Brasileira de Turismo, a COMBRATUR, que teve a incumbência de delinear o turismo nacional. Na década seguinte, o Decreto-Lei nº 55/1966 deliberou a Política Nacional de Turismo, criou o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Esta última tinha a função de organizar e implementar o turismo em todo o Brasil, de forma que estivesse balizada pelas diretrizes do CNTur.

Nos anos 1970 foram criadas Leis para apoiar o turismo no Brasil. Por meio do Decreto-Lei 1191/71, foi criado o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) que financiava

projetos para o desenvolvimento do turismo. O Decreto-Lei 1376/74, Fundo de Investimento Setorial de Turismo (FISSET), mais o Decreto-Lei 1439/75, dispõem sobre a concessão de incentivos fiscais e outros estímulos à atividade turística nacional. Em 1977, a Lei 6605/77 dispunha sobre as atividades e serviços turísticos, estabelecendo condições para o seu funcionamento e fiscalização. No mesmo ano foi criada a Lei 6513/77 que dispõe sobre a criação de áreas especiais de interesse turístico e bens de valor cultural e natural. Essa lei seguiu a Convenção do Patrimônio Mundial⁷ da UNESCO de 1972.

Nos anos 1980, o Decreto 84910/80, no Art. 1º regulamenta, para os fins da Lei nº 6505/77, as atividades exercidas pelas empresas ou entidades que exploram ou administram meios de hospedagem de turismo, restaurantes de turismo e acampamentos turísticos (*Campings*). O Decreto nº 87348/82 estabelece as condições em que serão prestados os serviços de transporte turístico de superfície e dá outras providências. O Decreto 89707/84 ordena as empresas prestadoras de serviços para a organização de congressos, convenções, seminários e eventos congêneres. O Decreto-Lei 2294/86 dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, bem como, estabelece normas, instruções, preceitos, regras para liberdade de exploração da atividade e serviço de turismo, obrigação tributária conforme a legislação dos municípios, baseados na livre-iniciativa e livre-concorrência da atividade.

Na carta Magna de 1988, o turismo está presente no Art. 180: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.” A partir de então o turismo está presente no Direito Brasileiro.

A Lei 8181/91 dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo que passa a se denominar Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, com aumento de suas competências. Em 1993, foi instituída a Lei 8623/93 que cria a profissão de guia de turismo, com atribuições e penalidades. As leis com suas atribuições, regras, normas e penalidades, apareceram para regular a atividade no estado brasileiro, contudo até o final dos anos 90, pouco havia se falado de um turismo regional, onde se colocaria em destaque a cultura local, usando os recursos e o diferencial de cada localidade. Até aqui o foco era regular a atividade econômica.

⁷ Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na décima sétima sessão: Constatou que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estavam ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através e fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes.

O destaque de significância do turismo na economia brasileira ocorreu em 1991, com a Conferência Internacional sobre Estatística do Turismo e Viagens, a Conta Satélite do Turismo (CST). Atualmente tem por objetivo fornecer avaliações dos impactos do turismo na sociedade e na economia. A OMT divulga a significativa importância do turismo na economia de um país por meio de evidências da contribuição na geração de empregos e no aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

O diferencial do turismo de outros setores está nas suas características, como o consumo do produto turístico, no qual é realizado fora do lugar habitual dos seus compradores. Essa prática não é particular apenas a um setor produtivo, mas tem interligação direta e indireta com outros setores, permitindo, até certo ponto, isolar o turismo para estimar a estatística do turismo na porcentagem econômica.

A Organização Mundial do Turismo OMT (1994) conceitua turismo como um conjunto de atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu ambiente habitual, por período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de ócio, por negócios ou outros motivos. Na Conferência de Ottawa 1991, já haviam sido feitas recomendações sobre as definições de turismo, turistas e viagens, e a partir de então não foi mais aceita a visão estereotipada do “sair de férias” (GOELDNER, *Ibidem*).

Para muitos estudiosos o turismo foi inicialmente categorizado como atividade econômica e os estudos foram empregados nas “áreas de interesse que centram na oferta e demanda, na balança de pagamentos, no mercado de divisas, na geração de empregos, nos multiplicadores, no desenvolvimento” (IGNARRA, 2003).

A *World Travel and Tourism Council* (WTTC) divulga que o turismo é responsável pela criação e manutenção de cerca de milhões de postos de trabalho em todo mundo (MATIAS, 2007). Outros autores destacam as estatísticas com base nas hospedagens, um dos pontos nodais para a estatística do turismo, pois abrange apenas uma parcela dos turistas. Existem turistas que usam recursos de hospedagem apropriados para a atividade, e não entram nas estatísticas. Outro ponto para a estatística do turismo é o que mede os embarques e desembarques de voos nacionais e internacionais, esta também pode ser considerada nodal, pois não incluem as outras formas de locomoção turística.

No Brasil, o Ministério do Turismo (MTur) define o turismo como sendo uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações compra e venda de serviços turísticos efetuados entre os agentes econômicos do turismo. Essa atividade é gerada pelo

deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (EMBRATUR, 1992), como:

Conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do lugar de domicílio, desde que tais deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa.” (BRASIL, MTur, 2015).

Em outras palavras, a definição do MTur consiste no paradigma econômico, nas transações de compras de passagens aéreas e serviços do local receptor, incluem a permanência e o deslocamento, entretanto não podem ser por motivo de atividade remunerada. Aqui se abre a questão sobre o turismo de negócios, que aparece como outro ponto nodal. Como classificar as pessoas que saem do local de domicílio, usa parte do *trade*⁸ do receptivo para fazer turismo de compras?

No artigo “Os estudos antropológicos sobre turismo no Brasil: uma história recente” Barretto (1995) aduz que, no Brasil, a maioria dos estudos científicos sobre o turismo reside nas ciências econômicas e administrativas, que o fenômeno sempre está no paradigma⁹ econômico e que a falta de mais estudos sobre as relações sociais produzidas pela relação entre os visitantes e os visitados é fruto inerente da atividade. A definição de turismo assim manifesta:

“...consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência e visitam outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços - geralmente prestados por pessoas - especialmente implementados para esse tipo de visitação, cuja a operação   negócio” (BARRETTO, 2009, p. 63).

Os pesquisadores brasileiros que estudam o turismo buscam uma definição para a atividade, contudo, ainda há predominância dos benefícios econômicos, assinala Antônio Pereira Oliveira (2005):

⁸ O Trade Turístico constitui um conjunto de equipamentos do produto turístico, formando uma estrutura para atender o visitante ou turista. São os meios de hospedagem, bares e restaurantes, Centros de Convenções e Feiras de Negócios, agências de viagens e turismo, empresas de transporte, lojas de e todas as atividades comerciais periféricas ligadas direta ou indiretamente   atividade turística.

⁹ Tomas Kuhn - A essência do conceito de paradigma   a rejeição da noção positivista de progresso do conhecimento (1962).

“O turismo atua como uma migração temporária acompanhada de transferência de renda. Envolve consumo efetuado fora do local de domicílio. De um lado está a procura, que é o conjunto de pessoas com renda disponível para viajar. De outro, encontramos a oferta, um núcleo receptor dotado de infraestrutura de equipamentos, de bens e serviços. Pressupõe-se a existência de um mercado turístico” (OLIVEIRA, 2005, p. 48).

Luiz Renato Ignarra (2003) aponta que os serviços proporcionados pelo *trade* turístico oferecidos pela localidade anfitriã agregam benefícios financeiros e econômicos à atividade, constituindo-se de uma combinação de atividades dos setores de serviço e indústria, que se interligam com a efetivação da viagem. Como exemplo pode citar os pacotes turísticos que incluem transporte, alojamento, serviços de alimentação, lojas, espetáculos, instalações para atividades diversas e outros serviços do receptivo disponíveis para indivíduos ou grupos que viajam, deixando temporariamente a sua residência habitual. E ainda complementa:

“O turismo engloba todos os prestadores de serviços para os visitantes ou para os relacionados com eles [...] do ponto de vista estritamente econômico pode-se dizer que é a soma de todos os gastos turísticos dentro de um país, subdivisão política ou região econômica centrada no deslocamento de pessoas entre áreas contíguas” (IGNARRA, pg.75, Ibidem).

O apoio é dado ao setor turístico em um país quando há influências positivas no Produto Interno Bruto (PIB), é importante entender que o turismo só trará benefícios econômicos se tiver aumento na demanda de turistas. Contudo, para que seja destaque na economia é necessário que o setor receba investimentos do Estado que incentivem a atividade, para que tenha possibilidades de crescer com qualidade e obter resultados positivos. De fato, é uma indústria sem fumaça, mas tem seus poluentes sociais, ambientais e econômicos, que precisa de sumidouros bem eficientes.

No mercado mundial o turismo apresenta inúmeras oportunidades de crescimento para países que não estão com problemas internos, como a guerra ou epidemias. Há vantagens competitivas para aqueles que ainda mantêm protegidos os patrimônios naturais, edificados, históricos e culturais.

Nos países desenvolvidos, o turismo tem prioridade, e cresce em evidência. Por ser uma atividade importante, merece o fomento de infraestrutura, formulação de diretrizes e regulação dos empreendimentos em qualquer escala, seja no turismo familiar, comunitário ou em rede internacional. Também é importante a formulação de leis para legalizar e punir quem usa o setor na contravenção. Todas essas são estratégias para adequar o crescimento positivo da atividade.

A indústria do turismo tem um paradoxo de observação, há um desejo de descoberta mútua entre o visitante e o visitado, e isto impulsionam as atitudes dos atores envolvidos nesse sistema. O que não se pode esquecer é que, nesse entremear, há o comércio, que interfere no cotidiano dos visitados, o encanto e o ilusório para os visitantes, Contudo, para manter essa indústria heterogênea, deve-se dar destaque as diversidades dos sítios, bem como, manter o autêntico.

O turismo pode ser visto como uma indústria, conforme a tradição econômica. Governos usam o turismo como instrumento para atingir metas de reestruturação, crescimento econômico, geração de emprego e renda, desenvolvimento regional, criação de políticas públicas e fomento de melhoria em economias locais, para isso constroem novos atrativos e fazem divulgação nacional e internacional (HALL, 2004). O turismo está presente nas promessas de eleição da maioria dos políticos, entretanto, por ser complexa, quase sempre é difícil se cumprir este compromisso de campanha.

Hall (*Ibidem*) escreve que o turismo não é uma panaceia para os males econômicos, contudo o turismo como indústria de exportação pode contribuir no equilíbrio regional e nacional de maneira positiva, como na diversidade de bases de renda (mais uma oportunidade de ganhos). Isso justificaria os investimentos e melhorias na infraestrutura local, edificando assim, uma base mais sólida para a criação e manutenção dos serviços locais (HALL, *Ibidem*).

No mercado turístico também há a demanda e a oferta, o comércio de produtos, bens e serviços, aponta Lemos (2001) por sua vez, que o mercado turístico constitui-se de um conjunto de relações, que pode ser também de troca ou contato entre os que querem vender e os que querem comprar os bens e serviços turísticos.

O turismo funciona como uma indústria, onde precisam ser feitos estudos sobre demanda, pois a importância está em usufruir e pagar pelo uso dos atrativos e serviços que são ofertados, a fim de alcançar bons negócios. Os autores Lage e Milone (1991) acrescentaram que o consumidor tem por princípio a obtenção do ápice da satisfação de seus gastos, por

meio de escolhas, da melhor combinação possível dos produtos turísticos. A demanda é heterogênea, poderá ser classificada por renda, idade, país ou região emissora, tendo uma interferência considerável nos valores de serviços e produtos oferecidos pelo local receptor.

Defende Beni (1998) que a segmentação de mercado turístico serve para orientar uma política de turismo que atenda, em particular, cada destinação da atividade. No entanto, se faz necessário uma análise profunda das motivações da demanda, pois são essas informações que irão melhorar e inovar o produto a ser ofertado.

Outro fator importante para o mercado turístico é que este seja produtivo. É imperativo que a circunstância política e socioeconômica do país seja favorável, para que beneficie o alto rendimento da indústria turística. A interferência do ambiente positivo está nas melhorias, como no controle da inflação, reformas políticas e investimentos em políticas públicas voltadas para o turismo.

Jean-Michel Hoerner (2008) destaca o turismo como uma indústria, no sentido em que reconhece as vantagens de uma atividade industrial de capital, mão de obra e, como tal, tratada como qualquer atividade econômica sujeita às forças de mercado. O autor não nega a contribuição dos estudos sobre a atividade turística na visão cartesiana, entretanto, são conceitos a se expandir.

Atualmente, os conceitos existentes sobre turismo são meramente para fins estatísticos. Porém, para ampliar o conhecimento sobre a influência do turismo nas relações sociais, impactos ambientais e territoriais no local receptor, deve-se rejeitar a forma redutora de confinamento dos conceitos do turismo nas ciências econômicas.

O mercado turístico é uma estratégia para o crescimento econômico de um país, porque oferece oportunidade de emprego (direto e indireto) e renda, entre outras vantagens a serem empreendidas. Entretanto existem os desafios para o crescimento do setor, como políticas públicas direcionadas a atividade, divulgação e melhorias da infraestrutura, imagem e dos produtos turísticos.

A indústria turística não pode ser compreendida apenas por meio de estatísticas que medem o crescimento no número de turistas que visitaram o país, mas também pelo reconhecimento das consequências provenientes dessa atividade, como o decréscimo do desemprego, o aumento na procura por mão de obra especializada no setor e em setores adjacentes como os de manufaturados, industrializados, comércios e outros. A figura abaixo demonstra a estratégia da indústria turística.

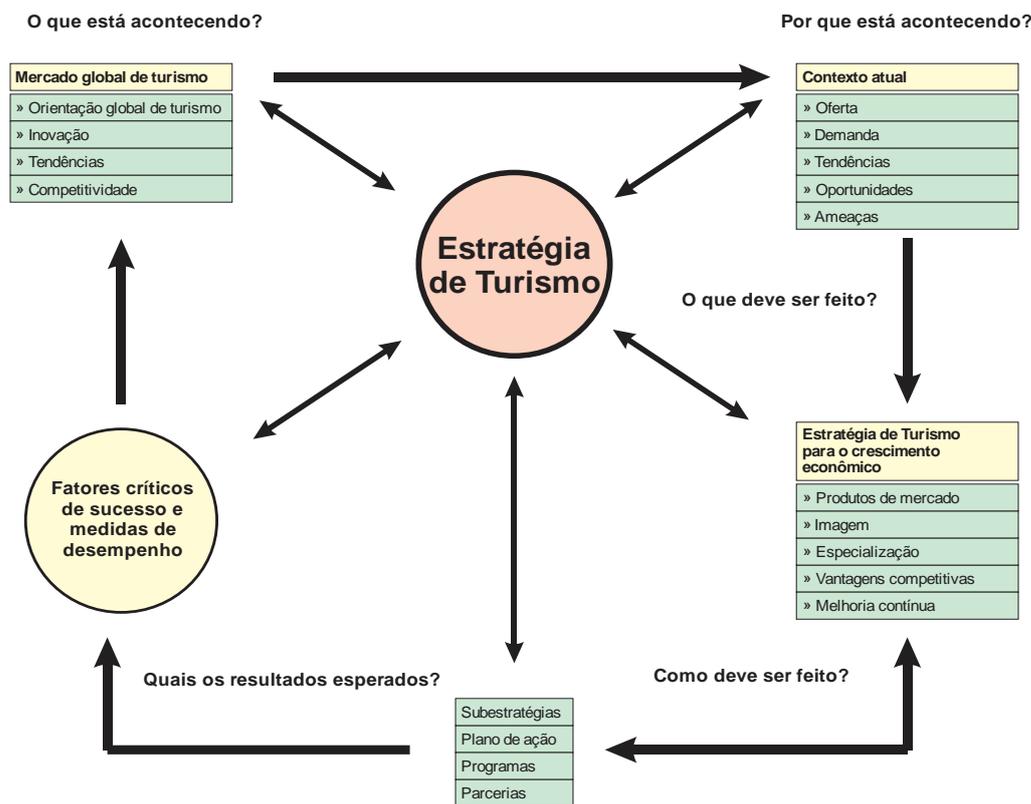


Figura 2 Esquema estratégico à política de Turismo.
Fonte: Filio e Sobral et al. 2007.

A indústria turística é tão abrangente e tem características tão peculiares que pode ocasionar, inclusive, uma competição entre países na oferta dos produtos turísticos, utilizando meios variados como as propagandas, comerciais de televisão e até a indústria cinematográfica. Esta indústria cultural de massa também é cheia de características únicas, tanto que Edgar Morin (2009) afirma que ela é formada por um combinado de símbolos, mitos e imagens relativos à vida prática e imaginária, sendo um sistema de projeções e de identificações específicas.

Além da divulgação, existe a competição industrial e, como qualquer outro produto no mercado, precisa de inovação. Para que isso ocorra são necessários investimentos, criação de novos atrativos, melhoria na infraestrutura, entre outros cuidados importantes para que o produto se mantenha no mercado.

Nas décadas de 1980 e 1990 um dos produtos turísticos que mais geraram lucros para países em desenvolvimento foi o ecoturismo (OLIVEIRA, 2007). A crise ambiental que a humanidade vivencia influi no declínio da saúde psicológica das pessoas associado ao seu modo de vida, isso incita a busca pela paz, pela tranquilidade, e pela conciliação dos seres humanos com o ambiente natural. Com isso, aumenta a busca por locais com ambientes

naturais preservados e que sejam apropriados para descanso e lazer, também estimulados pelo desejo de conhecer e participar do cotidiano das populações não urbanizadas.

A globalização também está presente na indústria turística, não apenas na expansão, divulgação, disputa competitiva entre empresas do *trade turístico*¹⁰, mas também no incentivo do turismo de massa. No contexto competitivo, o que conta é a importância econômica do setor, valorizando a qualidade dos serviços no destino e a satisfação do cliente.

Em relação ao sistema de turismo local, segundo Brunetti (2002) o que os governos precisam é de um novo paradigma de governança e desenvolvimento, que valorize as realizações dos diversos atores que se envolvem na atividade, e da força social e comunitária.

1.4 Turismo: sem conceitos, fenômeno complexo e interdisciplinar

No turismo existem os conflitos das teorias e conceitos - requisitos acadêmicos para efeito de ser uma ciência, com objeto e especificidade e escolhas epistêmicas. Como explica Sampaio (2013):

O turismo é entendido como um fenômeno cultural complexo que resiste a ser definido, justificando a rejeição de modelos e tipologias, a favor de estudos locais, concretos e particulares, que privilegiam a pluralidade de práticas, a partir das quais se procura explorar ambiguidades, contingências e “deslizes” (slippages) de significação (SAMPAIO, 2013, p.170).

As explicações e conceitos começam sempre pela etimologia da palavra turismo e turista. De acordo com Luis Fernandes Fuster (1971) as duas palavras datam do ano de 1800 e turista (*tourist*) é uma pessoa que faz *tur* por recreação, viagem de prazer, cultural, que visita um número de lugares por algum interesse, turismo (*tourism*), por sua vez, é a teoria e a prática do turista, viajando a lazer. Fuster (*Ibidem*) explica que ambas as palavras possuem a mesma raiz *Tur* e explica que os sufixos *ist* e *ism* dão início ao surgimento das palavras. A primeira palavra a aparecer documentada, em 1760, nos dicionários do século XVIII, é *Tour*

¹⁰ São organizações privadas e governamentais atuantes no setor de "Turismo e Eventos" como os Hotéis, Agências de Viagens especializadas em Congressos, Transportadoras Aéreas, Marítimas e Terrestres, além de Promotores de Feiras, Montadoras e Serviços Auxiliares (tradução simultânea, decoração, equipamentos de áudio visuais, etc.) (EMBRATUR, 1995).

que significava galicismo. Contudo, a invenção das palavras com os sufixos é de origem inglesa.

Fuster (1971) e Artur Haulot¹¹ (1961) buscam, na figura bíblica de Moisés, explicar o sentido da palavra *Tur*, em especial quando foi enviado um grupo de representantes ao país de Canaã para visitar e informar sobre as condições topográficas, geográficas e agrícolas. *Tur*, no hebreu antigo, corresponde a “viagem de descoberta”, reconhecimento e exploração.

O primeiro livro a usar como título o prefixo *Tour* foi de Henry Swinburne - *Picturesque Tour Spain*, editado em Londres, em 1810. Depois vieram outras obras como *Memorias de um Tourista*, de Stendhal, 1828; *The Tourist in Spain*, de Thomas Roscoe, editado em três tomos que datam de 1836, 1837 e 1838; *The Tourist in Spain and Marocco*, 1839, de Thomas Roscoe; *The Tourist in Portugal*, de W. H. Harrison, 1839. Todas as edições eram ilustradas com gravuras dos locais para serem visitados. Ainda foram publicadas ilustrações com subtítulos *Tour* que datam de 1881. Com o final do século XIX há também a evolução do conceito Turismo.

Por ser uma palavra de origem simples e até comum, o turismo aparece no início do século XX como apenas uma viagem de prazer. Porém, na atualidade, estuda-se as inúmeras motivações que levam o indivíduo a viajar e como classificar se ele é turista, como por exemplo, um doente que chega a um balneário para tratamento em águas termais, um comerciante que viaja para visitar uma feira e fazer negócios, ou viajar para visitar a família, esses são pequenos exemplos que dão margem para não engessar o conceito de turismo.

Explica Fuster (*Ibidem*) que foi na escola de Berlim que o turismo encontrou seu ponto de partida, e foi graças aos esforços de Glücksmann, Benschmidt e outros que, em 1929, eles definem o turismo como: “um vencimento de espaço por pessoas que vão a um lugar que não o lugar fixo de residência”.

Shwink e Bormann¹² (1930) e Fuster (1971) apresentam a mesma linha de pensamento, de traslado temporal e movimento de pessoas ou um conjunto de pessoas, e complementam que há as motivações. Esses autores conceituam turismo como: “movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de sua residência permanente por qualquer motivo relacionado ao espírito, corpo ou profissão”.

¹¹ Haulot: *Le tourisme et la Bible*, 1961.

¹² *Die Lehre vom Fremdenverkehr*, Berlim, 1930 - A Doutrina do Turismo (nossa tradução).

Autores do início do século XX (FUESTER, 1971; ESCALONA, 2004, CUNHA, 2007) apresentam outras definições análogas, acrescentando o tráfego de passageiros de luxo, consumo fora do local de residência habitual, ofertas exclusivas às altas classes sociais e econômicas, que poderiam fazer o deslocamento circular, de ida e volta. Assim, deu-se o início do turismo, agora com mais uma característica, o turismo de massa que pode ser considerada uma outra forma de migração humana, como será explicado mais à frente.

Francisco Muñoz de Escalona (2004) esclarece que o turismo é um modelo microeconômico de oferta, que pode ser alternativo ou convencional, e um modelo sociológico de demanda, que parte da premissa da oferta do produto turístico, que deve ser planejado e apresentar o deslocamento circular (saída e retorno) (FUSTER, 1971; ESCALONA, 2004). A figura mostra o sistema do turismo de Muñoz (*Ibidem*) e Cunha (2007).

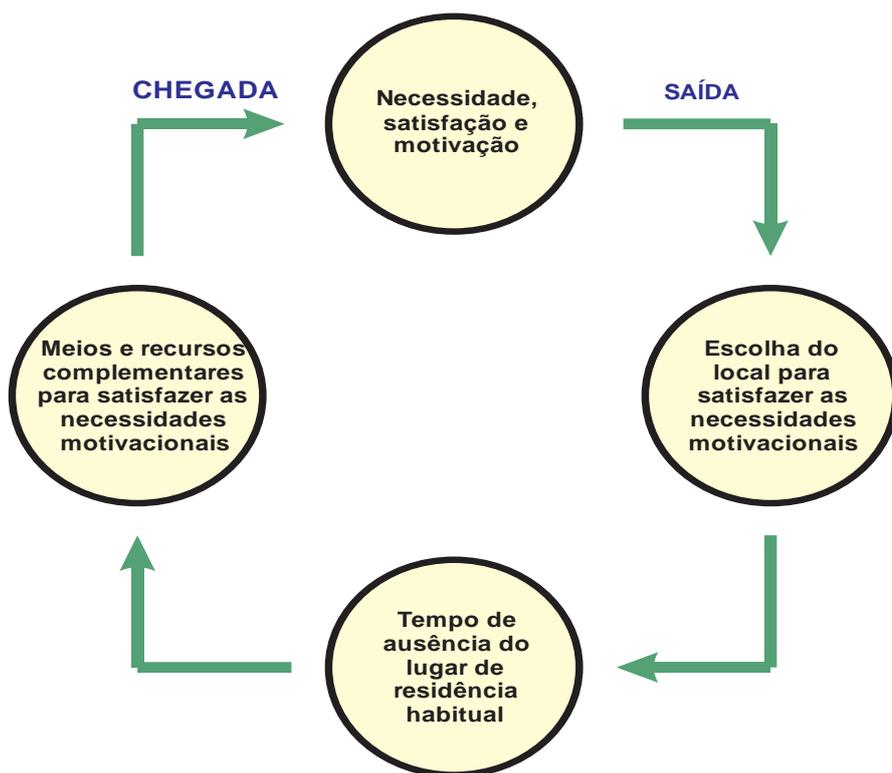


Figura 3 Movimento circular das necessidades, escolhas, tempo, meios e recursos, recursos complementares e retorno.
Org. Peixoto, 2018.

O sistema de movimento circular inicia-se com a motivação que a pessoa recebe e que gera a necessidade de satisfazer o conhecimento sobre um determinado local, uma determinada cultural e o ambiente natural. Depois vem o deslocamento do local de residência

para outro, onde permanecem temporariamente. Após atender suas necessidades ele retorna para o seu local de origem. É importante destacar que neste sistema de deslocamento temporário, há a construção de relações de diversas naturezas, como social, cultural e econômica. Daí forma-se uma teia complexa de interdependência e conexões.

O turismo, de acordo com muitos autores (OLIVEIRA, 2005; IGNARRA, 2003; MATIAS, 2007; CUNHA, 2007, FUSTER, 1971; HAULOT, 1991; BARRETO, 1995), é definido no primeiro momento como sendo apenas uma viagem de prazer. Esse pensamento foi efêmero, pois muito tiveram que considerar em relação a atividade; não souberam ao certo como definir o que são as viagens turísticas. Outro ponto em comum é atribuir ao turismo as características fenomênicas e circunstanciais. Sobre isso Fuster (*Ibidem*) escreve:

[...] El turismo surge como fenómeno que se da en la sociedad actual, en la del siglo XX más avanzado, y condicionado por un concurso de circunstancias actuales - tiempo libre, igresos suficientes, transportes, mentalidad, etc. (FUSTER, p.43. 1971)

O autor aponta que o turismo se tornou um fenômeno neste século, e condicionou ao escreveu que antes já havia o deslocamento de pessoas, viagens e passeios, contudo não havia o tempo livre, o salário, os meios de transportes e as mudanças no comportamento para o surgimento do “*homo turisticus*”¹³. Barretto (1995) esclarece que o turismo, no contexto atual, só pode existir graças ao tempo livre, após o cumprimento do dever e em obediência às necessidades humanas¹⁴. Outra abordagem que se assemelha a esta é a de Oliveira e Vitte (S/D) que classifica o turismo como fenômeno social, econômico, cultural e comunicacional, em sua dimensão material e simbólica, o que corresponderia as suas atividades “sociais” enquanto motivadas e individuais, que são subjetivas.

Lucínio Cunha (2007), na sua obra Introdução ao Turismo, defini primeiro o que é o turista, para enfim, tentar chegar a uma definição para a atividade. De acordo com Cunha (*Ibidem*) a palavra Turismo não era nova, no romance de Eça de Queiros “Os Maias”, o romancista já usava a expressão francesa *touriste*.

Fuster (*Ibidem*) explica sobre as várias mudanças na definição de turismo, mas, foram Walter Hunziker e Kurt Krapf (1942) e Cunha (2007) que deram algum grau de sistematização para definir o turismo, em sua acepção fenomênica, dinâmica e de livre escolha:

¹³ Escreve Luis Fernandez Fuster sobre o *homo turisticus*, que é o elemento fundamental, o sujeito realizador.

¹⁴ Hierarquia de Maslow.

“o conjunto das relações e fenômenos originadas pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principalmente, permanente ou temporária”. (CUNHA, 2007, p.149).

Para o turismo ocorreram inúmeras definições, contudo, ainda não se conseguiu preencher as lacunas deixadas com essas tentativas, talvez pela diversidade de necessidades de viajar e de inúmeras formas de deslocamento, bem como, uma definição que alcance toda a complexidade¹⁵ que o sistema¹⁶ turístico se constitui.

Diante da falta da definição consensual e objeto de estudo do turismo muitos escritores, estudiosos e pesquisadores negam a definição dada pela Organização Mundial do Turismo (OMT)¹⁷, que são as atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu ambiente habitual, por período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de ócio por negócios ou outros motivos. Todavia, concordam que o turismo é uma atividade complexa, sendo considerado , um sistema aberto¹⁸. Sérgio Molina (2000) aponta que o turismo, , está relacionado ao meio ambiente com seus intercâmbios. O sistema aberto como descrito pelo autor tem foco no destino turístico e é formado por subsistemas: superestrutura, demanda, atrativos, equipamentos, infraestrutura e comunidade local, que devem interagir e participar para alcançar o objetivo em comum.

¹⁵ Segundo Morin (2011), a Complexidade: “num primeiro sentido, a palavra *complexus* significa aquilo que está ligado em conjunto, aquilo que é tecido em conjunto”. “À primeira vista, é um fenômeno quantitativo, a extrema quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidades”.

¹⁶ Sistema funcional do turismo constitui um fulcro de todo desenvolvimento da atividade turística na medida em que evidências as conexões que se estabelecem entre todos os elementos que formam o sistema quando age sobre um deles ou quando sofre qualquer influência (negativa ou positiva) ou não acompanham o desenvolvimento dos restantes.

¹⁷ Com criação da Organização Mundial do Turismo (OMT) em 1975, com sede em Madri, na Espanha -, atribui-se a proteção dos interesses relativos ao turismo dos países membros da Organização.

¹⁸ No sistema aberto inclui entradas (*in puts*) saídas (*out puts*), constituídos por estruturas que visam e determinam seus fins, evolui no tempo, com comportamento, situa-se num ambiente com o qual estabelece relações (CUNHA, 2001).

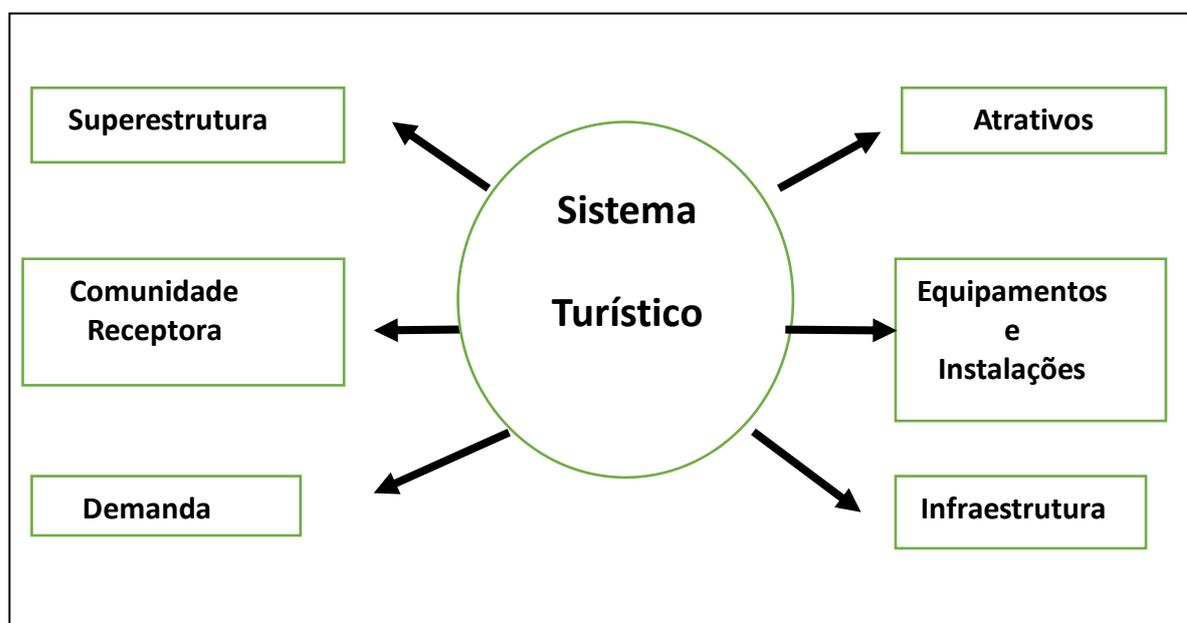


Figura 4. Suprasistema sociocultural. Autor. Sérgio Molina, 2000.

A definição legada da OMT dá ênfase a outras definições do turismo, destacando a natureza do fenômeno turístico como um caminho sagrado na “cultura ocidental”, com tempo de grandes expectativas e decepções, sendo este, uma maneira de definir o que significa viver (GRABURN, 1989; NASH, 1989), não se aprofundando sobre a classificação do fenômeno turístico, embora indiquem determinações econômicas.

Segundo Matias (2007) escreve que ambos deixam clara a forma como veem o turismo, como de imperialismo econômico, uma dicotomia entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos, este para servirem e serem ponte de prazer para os desenvolvidos. No entanto, é possível compreender as intenções do fenômeno turístico, os sentidos e os significados que lhes atribuem os sujeitos para além das indicações rígidas das determinações.

Outros autores veem o turismo como um fenômeno social, sendo o turismo uma experiência societária e factual, pois há uma interação humana, cuja natureza e forma se definem pela cultura dos indivíduos que interagem entre si e o meio produtor do turismo (SHAMES E CLOVER, 1989).

Sobre o fenômeno turístico, Escalona (2004) relata que na elaboração de um novo conceito para o Turismo, deve ser ancorado nas raízes populares, formato descritivo, natureza sociológica e com fins estatísticos, os mesmos incluem aspectos assegurados e defendidos na AIEST (Associação Internacional de Especialistas Científicos em Turismo) como a OMT (Organização Mundial do Turismo). O autor esclareceu sobre a ponderação na tentativa de conceituar o fenômeno. Contudo há autores de outros campos disciplinares, a exemplo da

sociologia e filosofia que indicam a não necessidade de enquadrar, engessar e emoldurar o fenômeno.

Haulot (1991) escreve o quanto é vasto o campo para o estudo do fenômeno turismo, e admitiu que o tema seja foco de estudo e pesquisas de várias ciências e áreas do conhecimento. Ignarra (2003) aborda o assunto como enfoques básicos para o estudo do turismo, Goeldner, et al. (2002) versam sobre abordagens básicas dos estudos, ambos convergem na ideia de que, para estudar o turismo deve haver vários métodos de pesquisas, sem existir um consenso para pesquisar o turismo. Em outras palavras, esses autores se distanciam do paradigma rígido, sugerem a diversidade de abordagem, sem um cânone exclusivo. Em concordância com a sugerida diversidade seguem-se, em síntese as principais abordagens:

- ✓ **Enfoque/abordagem institucional** - instituições que realizam as atividades turísticas, que requer em uma investigação da organização, dos métodos operacionais, dos problemas de custos e da posição econômica dos agentes e serviços de companhias de viagens, locadoras, todos os serviços oferecidos aos turistas;
- ✓ **Enfoque/abordagem do produto** - produtos turísticos e a forma como são produzidos e colocados no mercado e consumidos;
- ✓ **Enfoque/abordagem histórica** - análise das atividades e instituições turísticas à partir do ângulo evolutivo, buscando a causa das inovações, crescimento, o declínio e das mudanças de interesse.
- ✓ **Enfoque administrativo** - análise administrativa está focada na microeconomia e na gestão da empresa turística.
- ✓ **Enfoque/abordagem econômico** - áreas de interesse centradas na oferta e demanda, na balança de pagamentos, no mercado de divisas, na geração de empregos, nos multiplicadores e no desenvolvimento. A pesquisa é feita exclusivamente do ponto de vista econômico.
- ✓ **Enfoque sociológico** - o turismo é uma atividade social, que tem foco nos estudos do comportamento turístico de indivíduos e de grupos; impactos da atividade na sociedade receptora. As pesquisas sobre o turismo incluem temas relacionados às classes sociais, hábitos e costumes dos visitantes e dos residentes e a sociologia do tempo livre.

- ✓ **Enfoque geográfico** – aborda os aspectos espaciais, localização das áreas turísticas e das mudanças que a atividade traz para a paisagem, a turistificação do lugar. A forma espacial em que o turismo ocupa, nos tipos de deslocamento e no impacto do meio ambiente.
- ✓ **Enfoque interdisciplinar** - o turismo, na verdade, congrega todos os elementos da sociedade, razão pela qual as pesquisas no campo do turismo tendem a ser interdisciplinares. O turismo cultural exige uma pesquisa antropológica e o comportamento dos turistas, pesquisas sociológicas;
- ✓ **Enfoque sistêmico** - trata-se da pesquisa que trabalha com grupos de elementos inter-relacionados para formar um produto organizado a fim de se atingir um conjunto de objetivos.

As abordagens são demonstrativas das atividades, levando a compreendero sistema turístico e a importância dos estudos, não só para profissionais no turismo, mas para o meio social, ambiental, cultural e econômico. Haulot (1991) afirma que na academia o curso tem foco para profissionalizar, apresentam técnicas de negócios turísticos, sublimando outros enfoques de estudos. Porém é importante reconhecer que o turismo vai além das técnicas de mercado, como nas pesquisas sobre o local da atividade, social, político e o ambiental.

Fuster (1971) esclarece que o turismo está na mente dos seres humanos modernos, como uma conquista, e tem vigor em crescer continuamente, ainda que apresentem os defeitos do nascimento e a má distribuição no tempo e a polarização dos espaços, mas, espera-se para o futuro que essas anomalias sejam sanadas. A comparação é feita a uma criança, que cada passo no crescimento traz mais surpresas e novas tendências - novos centros de interesses. Abrindo assim caminhos para estudar o fenômeno da sociedade atual.

Arthur Haulot (*Ibidem*) tem o olhar bem diferenciado sobre o fenômeno turismo. No seu artigo publicado na *Revue de L'Académie Internationale du Tourisme*¹⁹, em abril de 1966, destaca que seria muito ingênuo da parte dele achar que o turismo é o remédio para os males da humanidade. Mas que ele crê, sem nenhum equívoco, que a desigualdade social, o desequilíbrio na distribuição das riquezas naturais, a ignorância e o egoísmo são prejuízos para a atividade turística e que o turismo seria o antídoto mais eficaz contra esses males.

¹⁹ Publicado pelo Jornal da Academia Internacional do turismo em comemoração ao Ano Internacional do Turismo. Proclamación por la Naciones Unidas y a iniciativa de la UIOOT, de 1967 Año Internacional del Turismo (AIT), bajo el lema Turismo Pasaporte para la Paz.

Contudo é comum confundir definições-marco com a finalidade estatístico-operacional, e teórico-conceituais que a academia solicita. A OMT tenta dar definições e conceitos para atividade de turismo, contudo trabalha mais com o quantitativo da atividade, produz estatística e metodologia da Conta Satélite do Turismo (CST), - impactos do turismo na economia do país. Constrói terminologia por meio da elaboração do Tesouro²⁰ desde o início dos anos 90. A Organização já apresentou consecutivas definições de turismo, mas todas apresentam lacunas para questionamentos dos estudiosos do Turismo (PAKMAN, 2014).

O Turismo é frequentemente apresentado como um impulsor econômico para os países em desenvolvimento, que não estejam com problemas locais, como guerras, epidemias e outros agravantes. Atualmente, os mais recentes estudos, destacam o turismo como alternativa para o desenvolvimento sustentável (BRETON, 2004).

Considera-se também, a importância em tipificar as atividades de turismo, servindo as potencialidades do lugar, bem como, conhecer as motivações que levam as pessoas se deslocarem. Além de, favorecer e potencializar o mercado turístico, e caracterizar ou produzir novos atrativos - identificando o local, estado ou país (CUNHA, 2007).

A tipificação das variedades de turismo permite também identificar a demanda, de forma a adequar e avaliar a oferta existente ou explorar outros atrativos para ofertar. O que estabelece são relações entre os motivos para o deslocamento e as características do destino e o tipo de turismo.

Cunha (*Ibidem*) chama atenção para o que não pode acontecer como confundir produto turístico com tipo turístico. O primeiro visa o lucro, o econômico; o segundo resulta de fatores psicológicos, culturais ou profissionais intrínsecos ao indivíduo. Entretanto não está claro uma definição de potencialidades turística, atrativos, produto e oferta turística. Alguns autores mesclam as nomenclaturas no corpo do texto.

Autores como Goeldener, Ritcher e McIntosh (2002) também fazem tipologias para o turismo, fazendo analogia das motivações para viagem como a hierarquia das necessidades de Maslow²¹. Consideram que a escada de necessidades de viagem está nos primeiros degraus - níveis inferiores -, que devem ser satisfeitos, antes que passem para o próximo degrau de

²⁰ Tipo de vocabulário controlado utilizado por pessoas que compartilham uma mesma linguagem em dada área de conhecimento. É uma ferramenta de controle terminológico que tem por objetivo a padronização da informação.

²¹ Maslow definiu uma série de cinco necessidades do ser, a primeira necessidade fisiológica, segurança, sociais, estima e auto realização (PERIARD, 2018).

satisfação. Nestes primeiros patamares deve ser atendida a necessidade fisiológica e de segurança no local durante a viagem.

Os viajantes escolhem seus locais por atividades e experiências que o lugar oferece, adequando o perfil psicológico e motivacional (GOELDENER, RITCHER, MCINTOSH, 2002). Iganarra (2003) classifica os motivos que levam as pessoas a viajar, para depois tipificar o turismo. Os motivos são:

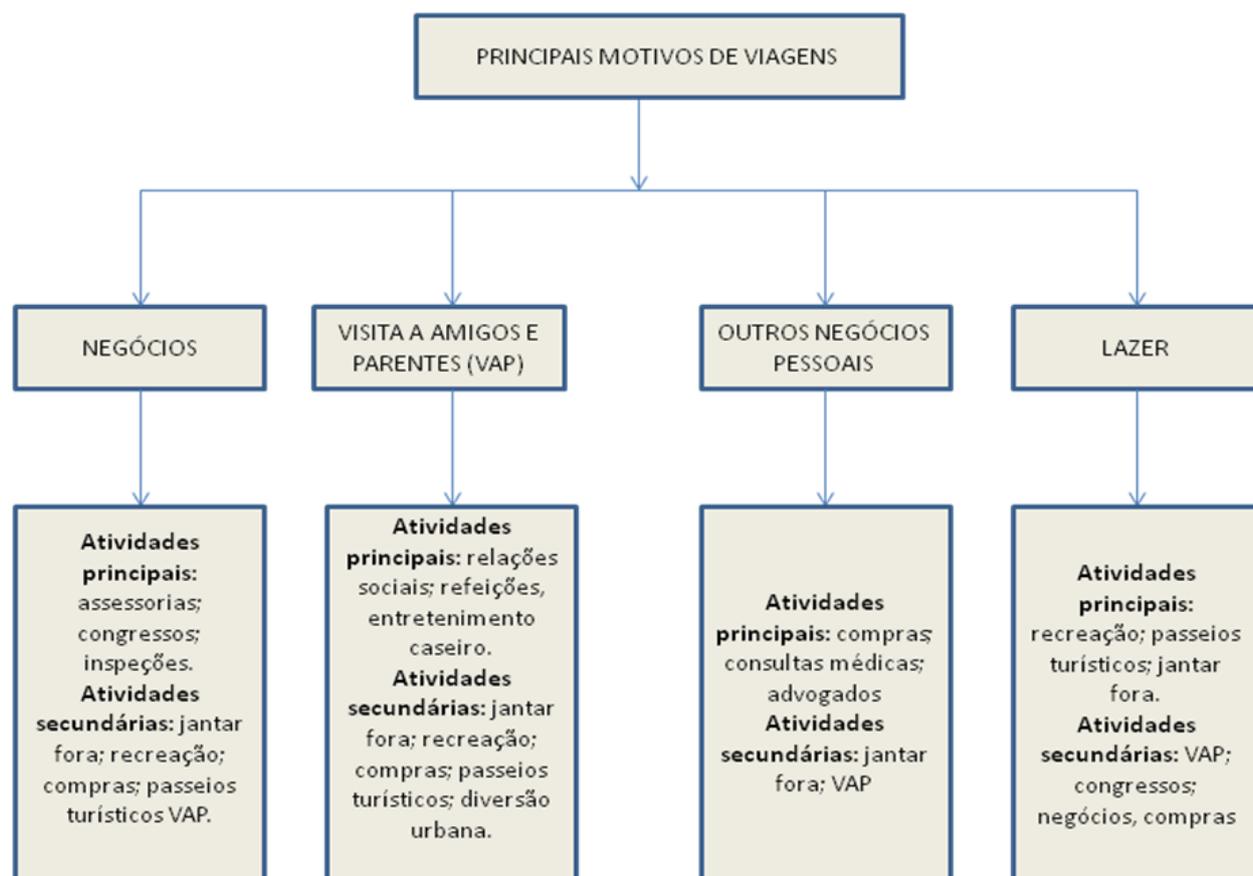


Figura 5 Classificação dos motivos de viagem.
Fonte: Iganarra, 2002

Iganarra (*Ibidem*) defende que o produto turístico é composto por dois atrativos: Naturais e culturais. Para este autor os atrativos naturais estão classificados com recurso escasso, de oferta limitada e com demanda efetiva e potencial. Os atrativos culturais são recursos livres, com valorização por parte dos consumidores. O turista exige uma combinação entre ambos.

Autores como Cunha (2007), Oliveira (2005) são análogos em tipificar o turismo como: de recreio; cultural; de repouso, étnico; de natureza; de negócios, desportivo. Oliveira acrescenta a essa lista o turismo de eventos, de lazer; religioso; de juventude; social;

ecológico; de compras; de aventura; gastronômico; de incentivada terceira idade; de intercâmbio; de cruzeiros; rural; técnico; GLBT²²; de saúde e turismo nostálgico.

Existem similaridades nas tipicidades de turismo, por não haver separação concreta, podendo coexistir dois ou mais tipos de turismo para o mesmo local.

Como as viagens se realizam por diversas motivações, também há diversas emoções para atendê-las, como há diversidade de atrativos. Um destino se constrói e surge das inter-relações dos tipos de turismo (CUNHA, *Ibidem*).

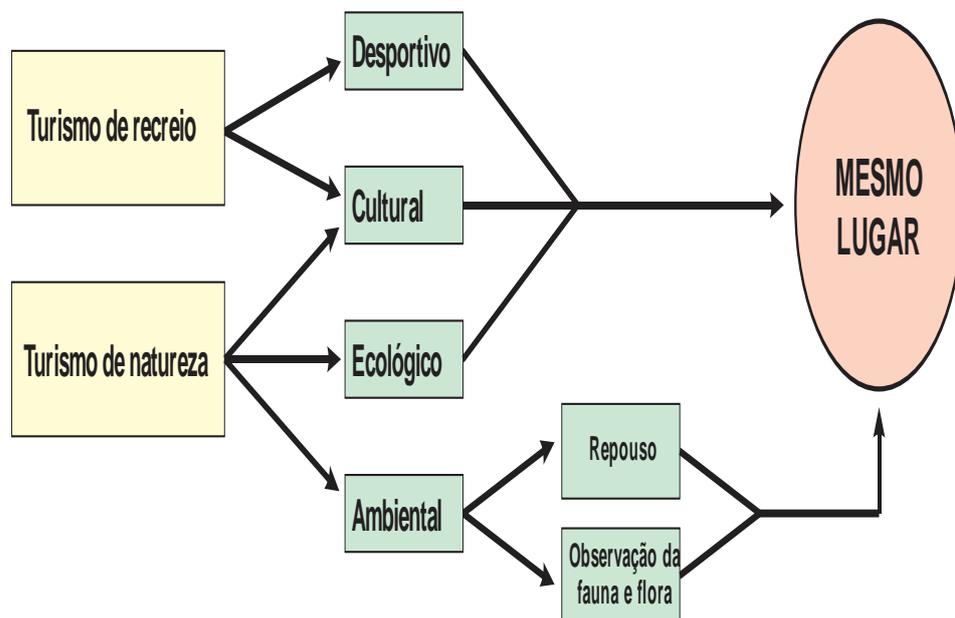


Figura 6 Inter-relação entre os tipos do turismo - adaptado de Graburn H. H. Nelson, *Tourim:the sacred journey*, 1989.

Cunha (2007) esclarece com a tabela que, cada tipo de turismo tem a sua escala de importância e motivações, que são próprias das correntes turísticas destinadas àquela atividade. Porém nada impede de fazer combinação de atrativos durante a mesma viagem.

O destaque entre as categorias do turismo está na década de 1970, assim escreve Pires (1998) que em oposição ao turismo de massa e aos impactos negativos surge um novo turismo, mais alternativo, com apreciação ao meio ambiente, e valorização cultural das comunidades receptoras. Nesta década inicia-se deste modo a disseminação dos movimentos ambientalista e “preservacionista” e das organizações não governamentais

²² Sigla usada para definir Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros.

O turismo de natureza, ecoturismo ou o turismo de aventura, unem algumas características singulares como sendo um turismo responsável, educacional e sustentável. É um segmento do turismo mais alternativo, é praticado ao ar livre. Aqui se pode afirmar que são os anseios por uma vida mais saudável que incitam turistas a abandonar as tradicionais férias de sol, mar e compras por alternativas de férias mais personalizadas e com grupos menores, características do turismo de natureza.

Na década passada, conforme Russell (2000) cresce uma nova tendência para um novo tipo de turismo, o de base comunitária. Entretanto o conceito formado para este segmento se tornou uma combinação incongruente. Propõem o autor que, o turismo de base comunitária (TBC) deve preencher três critérios, e estes são premissas do segmento: ter o apoio e a cooperação da população local; o compartilhamento dos benefícios advindos do turismo entre os comunitários e, exigem dos comunitários a proteção da identidade cultural e ambiente natural. A proposta dessa tipologia é para que possa restabelecer economia local, sem agressões ao ambiente natural, bem como, trazer melhorias sociais, proteger a cultura local contra a crescente onda de globalização. Outro critério de relevância é a inclusão das políticas municipais e estaduais para segurança jurídica²³ do turismo.

O segmento do turismo comunitário envolve diretamente o ambiente natural. É considerada como uma atividade de baixo impacto ao ambiente natural. Este segmento tornou-se uma atividade econômica que corrobora com os objetivos de uma unidade de conservação de uso sustentável, garantindo a conservação da diversidade biológica, gerando desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e protegendo as comunidades tradicionais com seus conhecimentos e cultura. Apresenta-se como uma perspectiva ideal para análise de regiões com biomas e ecossistemas amazônicos, ao nosso ponto de vista. Todavia a construção de consensos para fazer com que todos os comunitários tenham o mesmo objetivo é um desafio entre os fatos e a idealização de conceitos.

A condição do local, também significado com o turismo situado, aduz ao turismo comunitário e sustentável, um reforço indispensável aos valores culturais e ambientais. Esta é uma perspectiva que agrega elementos importantes para a compreensão da atividade turística em realidades amazônicas.

²³ O princípio da segurança jurídica foi inserido na Constituição de 1988 pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993. Tem por objetivo proteger e preservar as expectativas imparciais das pessoas. É um instrumento capaz de assegurar a previsibilidade esperada pela sociedade que pode advir tanto da lei (Direito positivo) quanto dos juízes e tribunais (que exercem a jurisdição).

A obtenção de um produto turístico, no entanto, é um processo formal e de intervenção humana. Segue-se um planejamento, identificando o potencial local e ao inventário dos atrativos turísticos, com a cooperação comunitária e o marcos regulatório federal e o lugar do turismo nas Leis estaduais e municipais, assim como, incentivos de infraestruturas, constituem em fomentos para implantação da atividade.

SESSÃO II - REGULAMENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

“Tanto verde tudo aqui é tão bonito, mas as cores do infinito já não tem a mesma cor. E o sol parece, lá no fim do dia, uma prece que alumia, um adeus pedindo amor...”
(RAÍZES CABOCLAS, UMA PRECE AMAZÔNICA, 1996).

Kurt Krapt (s.n) - fundador do Instituto de Estudos Turísticos da Universidade de Berna, na Suíça, aponta um novo elemento para agregar aos estudos do turismo, a política turística. Naquele momento a ideia não teve muitos adeptos, porém surgiu como um novo argumento para os políticos (KRAPT, [S.N.]; ACERENZA, 2012).

No Brasil a Constituição Federal de 1988 alude responsabilidade as competências sobre o turismo, no artigo 180. “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social”. Dividindo a responsabilidade aos Estados, Municípios e Distrito Federal, podendo criar estruturas para normatizar, critérios para fiscalizar e classificar o exercício da atividade de turismo. Com a Lei estadual poderá assegurar o empreendimento com benefícios fiscais, estabelecer regras para financiar e fomentar, orçamento estatal diretamente para o turismo - como o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) do turismo, recém-criado no estado de Minas Gerais. E, não menos importante os empreendimentos que tenham o compromisso com a sustentabilidade ambiental.

Com a redemocratização da nação brasileira e com a aceitação das orientações da OMT o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) estruturou-se na Secretaria Nacional de Turismo e Serviços do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, no governo do então presidente Itamar Franco, década de 1990.

O objetivo geral do Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi de fomentar o desenvolvimento de novos roteiros turísticos nos municípios, como foco a sensibilização da comunidade em geral sobre a importância do turismo, contribuindo diretamente para as descentralizações de ações da própria atividade e incentivando a gestão e a cogestão nos municípios e comunidades. Dessa forma fortaleceria as relações entre o poder público e os segmentos da sociedade civil e os participantes da atividade de turismo.

Vale ressaltar que o Programa Nacional de Municipalização do Turismo não daria recursos financeiros diretos. Os municípios não tinham obrigação de participar do Programa,

mas aqueles que resolvessem participar do programa lhes eram repassadas as tecnologias, informações, oficinas de planejamento participativo, técnicas e dinâmicas de grupo abrangendo vários métodos. (TRENTI; FRETUCCI, 2011)

A responsabilidade em desenvolver o turismo fez com que vários estados da União dessem à devida atenção na elaboração de Leis, Decretos e Políticas Públicas designadas a qualificação daqueles que atuam ou querem participar na prestação de serviços turísticos e ao futuro de novos empreendimentos.

O estado do Amazonas possui um órgão dedicado ao turismo desde 2003, quando foi aprovado por meio do Decreto Nº 23.410 o Estatuto da Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR -, empresa pública com fins privados, que nos dias atuais fomenta o turismo por meio de articulações com o setor privado e público, por meio de prestação de serviço de cunho turístico, tem por preceito divulgar e promover o Estado no mercado turístico. (Quadro 4).

CATEGORIAS	ENTIDADES DO CNT - SETOR PRIVADO
Agências e Operadoras	ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens; BITO - Brazilian Incoming Tour Operators; BRAZTOA - Associação Brasileira das Operadoras de Turismo.
Alimentação	ABRASEL- Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento; ABRESI - Associação Brasileira das Entidades de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo; FNHRBS - Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.
Capacitação e Qualificação	ABBTUR - Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo; Fórum Nacional dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; SENAC - Serviço Nacional do Comércio.
Comunicação	ABRAJET - Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo
Eventos	ABEOC - Associação Brasileira de Empresas de Eventos; ABRACCEF - Associação Brasileira de Centros de Convenções e Feiras; FBC&VB - Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureau; UBRAFE - União Brasileira dos Promotores de Feiras.
Hospedagem	ABIH - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira; ABR - Associação Brasileira de Resorts; ABRACAMPING - Associação Brasileira de Campismo; FBAJ -

	Federação Brasileira dos Albergues da Juventude; FOHB - Fórum de Operadores Hoteleiros no Brasil.
Lazer e Entretenimento	ADIBRA - Associação das Empresas de Parques de Diversões do Brasil
Organizações de Trabalhadores	CONTRATUH - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hotelaria; FENAGTUR - Federação Nacional de Guias de Turismo.
Organizações Patronais	CNC - Confederação Nacional do Comércio; FENACTUR - Federação Nacional de Turismo
Segmentos Turísticos	ABCMI NACIONAL - Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade; ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura; ABRATURR - Associação Brasileira de Turismo Rural.
Transportes	ABETAR - Associação Brasileira das Empresas Aéreo Regional; ABLA - Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis; ANTTUR - Associação Nacional dos Transportadores de Turismo; SNEA - Sindicato Nacional dos Empresários Aeroviários.
Agentes Financeiros	BASA - Banco da Amazônia S.A.; BB - Banco do Brasil; BNB - Banco do Nordeste do Brasil; BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; CEF - Caixa Econômica Federal; AFEAM - Agencia de Fomento do Estado do Amazonas.
Estados e Municípios	FORNATUR - Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo; CNM - Confederação Nacional dos Municípios; AAM – Associação Amazonense dos Municípios.
Governo Federal	Casa Civil da Presidência da República; EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo; INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; MD - Ministério da Defesa; MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário; MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; MF - Ministério da Fazenda; MIN - Ministério da Integração Nacional; MINC - Ministério da Cultura; MJ - Ministério da Justiça; MMA - Ministério do Meio Ambiente; MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; MRE - Ministério das Relações Exteriores; MT - Ministério dos Transportes; MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego; MTUR - Ministério do Turismo; SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

**Quadro 4 Entidades setor privado e público com parceiras da Amazonastur.
Fonte. Amazonastur, 2018.**

A empresa pública de turismo está ausente das comunidades, a presença do Estado é indispensável no reconhecimento do potencial do lugar, no planejamento das atividades e atrativos e no apoio, fomento e divulgação da oferta turística. Como premissas estão no trabalho de base, dentro das comunidades.

O Governo Federal criou o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Amazônica (1995), as Estratégias para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal (1997). Com a construção das Agendas Positivas da Amazônia, e dentre os instrumentos de desenvolvimento está o ecoturismo, no Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo da Amazônia Legal (PROECOTUR). Essas políticas públicas que se estendem até o estado do Amazonas estão sob diligência da empresa pública de turismo do Amazonas - Amazonastur.

O potencial turístico do estado do Amazonas sempre foi o ambiente natural, existe registro de passeios turísticos no município de Manaus desde a década de 1960, como os passeios ao lago Januári, hoje Parque Januári, área de conservação ambiental pertencente ao município de Iranduba. Os passeios eram realizados pela agência de turismo Selvatur, fundada em abril de 1965, O atrativo do local é tão interessante que, ainda hoje é realizado esse passeio. Vale ressaltar que é explorado a mais de cinco décadas, mas que ainda desperta o imaginário do visitante.

Primeira proposta do governo militar relacionada ao turismo para o Amazonas foi a construção do Tropical Hotel de Manaus, em 1963. A iniciativa foi da extinta empresa de Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), que recebeu incentivos fiscais e financeiros do governo militar, veio corroborar ao projeto de poder da ditadura militar, que preconizava a ideologia de um Brasil grande, moderno e integrado

A cidade de Manaus foi um dos principais destinos de compras do país, entre os anos de 1970 e 1980, em decorrência da Zona Franca de Manaus, com seus produtos de todos os gêneros, alimentícios e eletroeletrônicos importados e com os produtos das montadoras do antigo Distrito Industrial. Contudo foram poucos com visão empreendedora que se aventuraram no turismo como novo modelo de negócios. O estado foi o primeiro a ofertar a hospedagem na selva, o termo hotéis de selva foi denominação do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 1992).

O Amazonas destacou-se no cenário internacional na década de 1980 com primeiro e maior hotel da floresta Amazônica, o Aripuanã Tower, inaugurado em 1986, o complexo

hoteleiro edificado- às margens do Rio Ariaú, afluente do Rio Negro, - no entorno da RDS do Rio Negro -. O hotel foi referência para a visita à floresta amazônica. Suas torres eram nas copas das árvores, o que levava os visitantes a lembrar da moradia do lendário homem das selvas, um atrativo material que não existe mais.



**Foto 7 Hotel de Selva Ariaú Tower.
Autora: Peixoto, 2018.**

Depois de tanto charme, beleza e encantos, com passagens de muitos ilustres visitantes o Ariaú Tower terminou em ruínas, não se sabe ao certo o porquê, mas não teve seguimento como atrativo turístico no Amazonas. O Rio Ariaú foi o principal atrativo do hotel de selva, porém o empreendimento suntuoso não teve forças de resistir.

O Amazonas destaca-se pelo seu patrimônio material e imaterial, que diversifica os atrativos do estado. Considera-se patrimônio material a floresta, bacias hidrográficas e as populações humanas que constituem os biomas, os ecossistemas e a composição espacial do lugar. O patrimônio imaterial é composto pela grande diversidade e complexidade das culturas étnicas, mitos e o imaginário desenvolvido pela adaptabilidade milenar na Amazônia.

O foco no ecoturismo e no turismo como desenvolvimento sustentável preside a elaboração da Lei 2908/13/07/2004, que dispõe sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no Estado do Amazonas. No primeiro artigo define a parceria entre as Prefeituras Municipais, em cujo território haja recursos naturais e patrimônio cultural. Responsabiliza os agentes públicos em relação ao turismo no Amazonas.

Nos parágrafos 1 e 2 da Lei 2908/2004 consta no texto a política de desenvolvimento do ecoturismo turismo sustentável, que devem ter programas voltados para uso sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivo a conservação e a busca de uma consciência ambientalista por meio da interpretação ambiental, de maneira responsável e socialmente justa e economicamente viável.

A Lei que ainda não foi aprovada é um marco regulatório fundamental para o desenvolvimento do turismo no Amazonas, pois estabelece que existam regras para o turismo sustentável e para o desenvolvimento do ecoturismo, com diretrizes e normas em função de: compatibilizar as atividades de turismo sustentável e ecoturismo como o uso sustentável dos recursos naturais e redução de resíduos. Entretanto, no texto da Lei, não há regulação e normas para iniciativa pública e privada no desenvolvimento do ecoturismo e turismo sustentável no Amazonas, mostrando apenas de forma teórica as definições dos segmentos do turismo em ambiente natural.

A falta da Lei Estadual destinada ao turismo tem como consequências a falta de segurança jurídica; normas para o planejamento; ordenamento; diretrizes; metas e programas que possam ser atrativos para futuros empreendedores. Além de acarretar os equívocos no planejamento, a carência de fomento – caso da Amazonastur -, dispensa a regulação, licenciamento e a fiscalização na atividade turística. Pondera-se que, a pasta do turismo ainda não recebeu a devida importância governamental, pois ainda não há Lei para o desenvolvimento do turismo no Amazonas.

Apesar da falta da Lei Estadual do Turismo no Amazonas nada impede ao desenvolvimento da atividade, que seguem as regras do Mtur - órgão que tem por função classificar, categorizar, com a certificação ministerial, as atividades, equipamentos, empreendimentos e prestadores de serviços turísticos. Na verdade, essas regras e normas impostas pelo MTur tornam-se mais um instrumento de defesa do consumidor estabelecendo um nível de qualidade para a atividade turística no Brasil.

Badaró (2006) esclarece que a exploração da atividade segue o princípio da liberdade econômica e que as garantias constitucionais da livre iniciativa não afetam a validade do MTur, nem mesmo a legitimidade do Estado. O cadastro do MTur serve como identificação para os prestadores de serviço turísticos. Esse cadastro é visto como medidas de incentivo qualitativo e quantitativo, além de coordenar a atividade em território nacional. Em sumo, “o cadastro não obrigatório, mas é recomendável”.

Trigo (2001) explicou que o interesse governamental pelo turismo ocorreu apenas nos últimos anos, quando os governos passaram a valorar o turismo como incentivo para economia, iniciando-se assim, a regulação da atividade, a fomentação na qualificação dos recursos humanos, infraestrutura e produtividade dos agentes.

Ao responsabilizar os estados, municípios e Distrito Federal por meio do PNMT, o Estado brasileiro oportunizou que estes fossem proativos, com a criação dos Conselhos Municipais do Turismo, Fundo Municipal do Turismo, inventário das potencialidades turísticas e o Plano Municipal de Desenvolvimento. O PNMT estrutura-se em parcerias e tem a sua gestão descentralizada.

A Lei 11.771/08 dispõe no Art. 4º como o conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo - PNT estabelecido pelo Governo Federal.

No início do século XXI o Brasil adotou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com marco na gestão participativa e com vistas ao desenvolvimento regional.

Dentre as ações da política nacional para a ampliação do turismo está o Programa de Regionalização do Turismo (PRT); Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR e o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA). No Estado do Amazonas esses programas foram desenvolvidos pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR).

Beni (2001) fez uma avaliação da política de turismo considerando como:

“A espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos e programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais” (BENI 2001,pg. 120).

Dias (2003) considerou que a política de turismo formalmente instituída pode ser inexistente, e que, para sua existência deve haver a presença do estado, seja para orientar, regulamentar ou ordenar os segmentos de turismo estadual. Sendo assim pode-se entender a

política do turismo como plano articulado para o desenvolvimento num contexto amplo, como uma política de desenvolvimento regional.

O termo política, aqui usado para apontar atividade ou conjunto de atividades relacionadas ao turismo, o Estado aparece como presente enquanto sujeito e objeto. É sujeito em relação a atos, como ordenar, proibir com efeitos para sociedade em geral de um determinado território, onde legisla por meio de normas que tem efeito para todos. É objeto ao passo das suas ações, como a conquista, manutenção, defesa, ampliação, robustecimento, ou o contrário, derrubada, destruição do poder estatal. A política pública pode ser definida como um conjunto de ações para dar cumprimento pelo Estado, enquanto sujeito da ação da política pública deve direcionar as ações para atender as necessidades de toda a sociedade.

No ano de 2004 a 2005 foram gerenciados pela Amazonastur grandes programas como Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), Programa de Regionalização do Turismo (PRT), Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA), Programa de Certificação do Turismo (PCTS), Programa Clube da Melhor Idade (PCMI), Programa Nacional de Turismo Rural de Base Familiar (PNTRAF) do Ministério da Agricultura.

Para fortalecer o turismo, criou-se em 2016, o Fórum de Secretários Municipais de Turismo do Amazonas, com o intuito de criar e implantar os planos municipais de turismo - Neste mesmo ano foi implantado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Turismo que disponibilizou diversos cursos para qualificação de pessoas interessadas em trabalhar com o turismo.

Apesar dos grandes programas voltados para potencializar o turismo na região norte, por meio de novas diretrizes e normas do Programa de Regionalização do Turismo, o maior estado da federação em extensão contou em 2013 com oito polos turísticos, todos com as normas do Mtur. No ano de 2016 ocorreu a redução para sete polos incluindo 14 municípios. . Conforme o MTur, a categorização atual serve como instrumento para identificação do desempenho da economia do turismo nos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. O PRT foi instituído por meio da Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015, com o objetivo de classificar os municípios inseridos nas regiões turísticas.

Em 2004, por recomendação da OMT o Brasil estabeleceu uma política para o turismo regional e lançou o primeiro Mapa do Turismo Brasileiro, com as divisões do Amazonas em polos: Solimões, Amazonas, Madeira e Sateré. No ano de 2006 o Estado contava com os

polos Rio Negro e Solimões, Manaus/Encontro das Águas, Uatumã, Sateré/Tucandeira, Madeira, Alto Solimões e Alto Rio Negro. Em 2009 os polos passaram a ser: Rio Negro e Solimões, Médio Solimões, Polo Amazônico, Uatumã, Sateré, Madeira, Alto Solimões e Alto Rio Negro.

No ano de 2013 um novo Mapa de Regionalização do Turismo Brasileiro foi elaborado, dessa vez foram excluídas algumas cidades do estado do Amazonas. Em 2016, foram retirados os polos Madeira, Manaus/Encontro das Águas, Uatumã, Sateré/ Tucandeira, restando o do Solimões (Município de Atalaia do Norte), o Amazônico (Municípios de Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva), o do Médio Amazonas (Municípios de São Sebastião do Uatumã e Silves), o Médio Solimões (Município de Tefé), o Rio Médio Solimões (Manaquiri), o Rio Negro (Barcelos e São Gabriel da Cachoeira) e o Sateré (Maués e Parintins). (PRT, mapa turismo, 2016).

A justificativa para a exclusão foram os critérios adotados no novo mapa, como não dispor oferta turística nos municípios que compõem o polo; apresentar características e identidade histórica, cultural, econômica, geográficas muito similares entre eles, assim identificou-se que os municípios que compõem as regiões; poderiam ser limítrofes ou distribuídos de forma contígua (próximo, junto ou adjacente). A metodologia usada foi à quantitativa partindo de dados secundários e realizou-se uma análise em agrupamento que dividiam os elementos de uma amostra em grupo, agrupando-os em elementos similares de acordo com as suas variáveis.

Os municípios excluídos do Amazonas tiveram a variável “número de estabelecimento de hospedagem e número de empregos formais” como fonte de coleta de dados para subsidiar a decisão foram a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, e a estimativa de turistas nacionais e internacionais, dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)/MTur. Diante das variáveis foram classificados os municípios nas categorias denominadas de A, B, C, D e E. Os municípios que apresentaram valores zero nas variáveis foram colocados na categoria E. O MTur justificou que a avaliação servira para delinear novas ações que permitam definir políticas e estratégias específicas para esses municípios.

Arthur Haulot (1991) aduz que não se pode interpretar o turismo apenas como uma atividade econômica, pois vai além de dados estatísticos econômicos de uma determinada localidade ou nação. O mais importante é pesquisar os matizes de como desenvolver uma forma de turismo que respeite as complexidades dos sítios, que seja aceito e para que dê certo,

que cause efeitos positivos e minimize os impactos negativos. Todavia, é imperioso que não seja o turismo o único meio econômico da comunidade.

2.1 Lei de Uso Público da Unidade de Conservação

O Uso Público é um dos instrumentos que foi criado pelo poder público para visitação, pesquisa, lazer e educação ambiental nas unidades de conservação. No uso da área protegida existem algumas restrições, que são apontadas no Plano de Gestão (PG) de cada Unidade de Conservação (UC), e no PG recomenda-se a elaboração do Plano de Uso Público (PUP) - um dos programas mais importante do plano de gestão.

O Plano de Uso Público não pode fugir da ordenação expressa no Plano de Gestão. O dilema do uso público reside em conciliar o uso com preservação e conservação da biodiversidade e demais recursos naturais encontrados nas Unidades de Conservação.

A visitação nas unidades de conservação está na Lei Federal 9.985/00, que, mesmo com o conhecimento dos impactos gerados pela visitação pública também pode oferecer vantagens para população local, como a educação ambiental, geração de renda para a população local e do entorno, criação de infraestrutura, bem como a capacitação de comunitários para trabalhar no turismo e a geração de receitas para a Unidade de Conservação. Esses impactos são previstos e constam no Plano de Gestão no item zoneamento, não permitindo atividades desordenadas, estabelecendo regras para visitação, por meio de atividades de educação e interpretação ambiental, como também do ecoturismo e lazer em áreas naturais.

Como exemplo para Uso Público temos as trilhas, que são de uso comum dos comunitários podem ser transformadas em trilhas educativas para receber o turista ou visitante, mas, adverte Takahashi (1998) que, mesmo produzindo baixo impacto, as trilhas reduzem a vegetação rasteira, a biomassa e podem alterar a composição da flora mediante a eliminação de espécies frágeis. Em altos níveis, podem acarretar alteração na composição ou mesmo perda completa da vegetação forrageira, extinção de espécies, compactação do solo, alargamento da trilha e diminuição da taxa de infiltração.

Por isso o planejamento é essencial, pois pode diminuir significativamente os efeitos negativos da visitação. Esse planejamento deve considerar, necessariamente, a sustentabilidade, a determinação da capacidade de carga (CC) da área, o limite aceitável de

câmbio (LAC) e combinar métodos de planejamento de recreação como o manejo baseado na experiência e o espectro de oportunidades de recreação. Daí a importância da elaboração do PG antes de ser facultada a visitação, pois todos esses agravantes a visitação serão considerados pelo documento, que formaliza o planejamento para a UC.

O Uso Público em Unidade de Conservação Estadual foi estabelecido pela Lei Complementar nº 53, de 05 de junho de 2007, no Artigo 21 § 4º I “é permitida e incentivada à visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Gestão”.

De acordo com pesquisas da EMBRATUR (2016) há um aumento em todo território nacional por parte da demanda em busca de atividades de lazer e esporte em contato com a natureza, o ecoturismo. Entram na oferta turística as UC do estado do Amazonas que precisam ter o Plano de Gestão e o Plano de Uso Público para ordenar o uso da unidade de conservação pelo coletivo, com a sensibilização pública para conservar a natureza. Quanto os impactos positivos, não se restringem apenas ao retorno material ou social para as comunidades, mas o benefício também se estende aos visitantes que podem estar em contato direto com a natureza, um trabalho realizado de acordo com a necessidade, por meio de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e turismo sustentável. (SNUC, 2007, Art. 5º item IV)

O Plano de Uso Público regulamenta as atividades de uso público dentro da Unidade de Conservação – atividades previamente estudadas para reconhecer os limites aceitáveis de mudanças, com equilíbrio para minimizar os impactos gerados pelo ordenamento da atividade. As pretensões da gestão da Unidade de Conservação estão nas diretrizes e normas do Plano de Uso Público, e que estas possam instigar uma nova postura do visitante, por meio do desenvolvimento de atividades de educação ambiental, pesca esportiva, turismo de aventura, observação de aves²⁴, ecoturismo.

Para o desenvolvimento e contentamento do ecoturismo/visitação em Unidade de Conservação faz-se necessário algumas adaptações para manter a conservação do meio ambiente, tanto no espaço físico como social.:

- ✓ Capacitar recursos humanos – monitorar os visitantes e os efeitos dessa visita – estratégia de manejo para visitação – disponibilizar informações, orientações e participar de outras atividades que envolvam a cadeia do turismo;

²⁴ A observação de aves ou *birdwatching* é definida como uma atividade de recreação ao ar livre economicamente viável, educacional e compatível com a preservação ambiental, Faria (2007).

- ✓ Ordenar a visitação – planejamento para receber o visitante;
- ✓ Definir as regras e normas para uso – limites de visitação;
- ✓ Implementar a infraestrutura – trilhas adequadas (capacidade, interpretação e educação ambiental); centro de Visitantes, sanitários adequados, venda de alimentos e bebidas e primeiros socorros.

Com esses recursos e algumas adaptações pode-se iniciar a atividade de uso público da UC. O Plano de Uso Público (PUP) é um dos instrumentos mais importante para justificar a criação de uma unidade de conservação. Primeiro item da legalidade Federal, conforme o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) no Art. 2º parágrafo II- escreve que devemos utilizar a natureza, de forma planejada , compreendendo a preservação e a utilização sustentável.

A RDS do Rio Negro ainda não tem o Plano de Uso Público para direcionar as atividades de turismo e lazer na unidade de conservação.



**Foto 8 Barco regional de turismo.
Autora: Peixoto, 2018**

2.2 Áreas protegidas e o turismo

“...o Brasil anda na contramão da história. Sediou a Cúpula da Terra em 1992, porém não se resolve a enveredar pela trilha do desenvolvimento sustentável...” (SACHS, 2002).

No ano 1992 o Brasil assinou a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). No preâmbulo consta que os países signatários da CDB se comprometem a alcançar até 2010 uma significativa redução da perda da diversidade biológica, e conscientes da importância da diversidade biológica para evolução e manutenção dos sistemas necessários à vida da biosfera e que reconhecem a importância e a necessidade de promover uma cooperação internacional, regional e mundial para o tema, como a criação de medidas especiais para, atender as necessidades dos países em desenvolvimento, até mesmo com aporte de recursos financeiros e o acesso às tecnologias pertinentes.

Os objetivos da CDB são o da conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos recursos naturais e a repartição mais justa e equitativa dos benefícios advindos da utilização dos recursos genéticos, bem como, o acesso adequado aos recursos genéticos e a cooperação técnica e transferência de tecnologias.

O acordo internacional entrou em vigor no mês de dezembro de 1993 e no Brasil em maio de 1994, depois da aprovação do Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo Nº 2, de 1994. A Convenção sobre a Diversidade Biológica estabeleceu que cada país, na sua soberania, torna-se responsável pela conservação da biodiversidade, na construção de metas para alcançar os objetivos da CDB.

No preâmbulo do Decreto consta que reconhece:

[...] a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes (DECRETO LEGISLATIVO Nº2/94-PREÂMBULO CDB).

No ano de 1999 foi realizado no estado do Amapá o Seminário consulta “Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade na Amazônia brasileira”, durante o seminário foram indicadas 385 áreas prioritárias para conservação da biodiversidade regional e uso sustentável. Este seminário teve a participação de órgãos federais, estaduais municipais e da sociedade civil (ONGs e movimentos sociais).

Deste evento saíram às áreas prioritárias para o Amazonas e dentre elas estava, a então Estação Ecológica de Anavilhanas (ESEC), na atualidade Parque Nacional de Anavilhanas, o Parque Estadual do Rio Negro e a Área de Proteção Ambiental Margem direita do Rio Negro. Ambas com alta importância biológica e alto grau de endemismo.

A Lei Nº 9.985 de 2000 regulamentou o artigo 225 da Constituição Federal e instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SEUC), sancionado pelo Vice-Presidente da República Marcos Maciel no exercício do cargo de Presidente da República. A Lei estabeleceu critérios e normas para a criação e implementação das unidades de conservação brasileiras, pois serviu de fonte para a criação dos sistemas estaduais e municipais.

No Brasil foi criado do Decreto Lei Nº 4.339/2002 que institui os princípios e diretrizes gerais da Política Nacional da Biodiversidade. Lei que tem como princípios integrar os seres humanos a natureza, a manutenção da diversidade cultural nacional, o acesso ao conhecimento tradicional associado a biodiversidade, o valor e o uso da biodiversidade. Do objetivo geral da Política foram criados sete eixos temáticos que orientam a implantação desta política, chamados de componentes.

No componente 2 da Conservação da biodiversidade consta nos seus objetivos específicos de apoiar e promover a consolidação e a expansão do SNUC; incentivar o estabelecimento de processos de gestão participativa em conformidade com o SNUC e promover a criação de unidade de conservação de proteção integral e de uso sustentável, levando-se em conta a representatividade na unidade ao Sistema.

No ano 2006 as unidades de conservação e as terras indígenas passam a ser áreas protegidas, como parte do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), considera-se estratégia do governo federal para conservação dos recursos naturais na Amazônia.

Em 2003, no estado do Amazonas foi criado o Programa Zona Franca Verde, como política pública com foco no ambientalismo e no desenvolvimento sustentável. Para dar dimensão nacional e internacional foi instituída a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável (SDS), e teve como primeiro secretário o Dr. Virgílio Maurício Viana. Que a seguir edificou a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) que gerencia a política pública de Estado o Programa Bolsa Floresta (PBF), com recursos advindos da compensação ambiental, com o lema “manter a floresta em pé²⁵”.

No final do mesmo ano o governo do Estado criou 4,4 milhões de hectares de unidades de conservação, contudo faltava oficialmente reconhecer essas UCs. Foi com a sanção da Lei Estadual Complementar de nº53 de 05 de junho de 2007 que se instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), estabeleceram-se os critérios e normas estaduais para a criação, implementação e gestão das UCs do Estado.

Na linha tempo, verificou-se que as primeiras unidades de conservação do Amazonas foram criadas ainda no século XX, como o Parque Pico da Neblina (1979, PARNA); Parque do Jaú (1980, PARNA); Estação Ecológica de Anavilhanas (1981, ESEC); Reserva Ecológica Sauim Castanheira (1982, RESEC); Reserva Biológica Abufari (1982, REBIO); Estação Ecológica Jataí-Solimões (1983, ESEC); Área de Relevante Interesse Ecológico Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (1985, ARIE). Observou-se que todas essas áreas foram criadas pelo Estado como reservas e estações ecológicas ou áreas de relevante interesse ecológico, nelas estão proibidas a permanência humana, seguindo a Política Nacional de Meio Ambiente de 1981.

O modelo antigo das políticas conservacionistas de criação de áreas protegidas dos países do primeiro mundo foi copiado para os países do terceiro mundo. Nesse modelo, a os seres humanos eram vistos como destruidores da natureza (DIEGUES, 2008), esse modelo teve várias consequências, formaram-se vários conflitos sociais para a população local. . No Brasil encontram-se vários exemplos: como na Amazônia, destacando a luta dos seringueiros por seu território, e dessa luta resultou um novo modelo de UC, sendo criada a primeira reserva extrativista do país.

No ano de 1995 o seringueiro Chico Mendes conseguiu mobilizar e organizar cento e trinta seringueiros de toda região norte brasileira para uma reunião em Brasília, daí o primeiro Encontro de Seringueiros. A importância dessa mobilização de classe foram os debates com os representantes do Estado em busca de soluções para os problemas dos seringueiros. Naquele momento a política brasileira de ocupação do Estado brasileiro era arbitrária, com implantação de empreendimentos madeireiros, garimpos, agropecuária e

²⁵ Termo de Aziz Nacib Ab’Saber. Do Código Florestal para o Código da Biodiversidade. *Biota Neotrop.* Oct/Dec 2010 vol. 10, no. 4.

queima da floresta nativa para produção de pasto, fabricação de carvão vegetal na Amazônia para assegurar que o latifúndio era produtivo e tinha dono. Ocorreram muitas expulsões dos antigos moradores, então criou-se a cultura de resistência ao desapossamento (SOUZA, 1990).

Vários conflitos se formaram para se poder chegar a esse encontro, de onde colheram dois importantes frutos: duas resoluções A primeira conhecida como, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), e a segunda foi a criação na Amazônia das reservas extrativistas, que previa a preservação dos seringais, castanhais e demais áreas de coleta extrativista. Naquela época, significou uma questão polêmica, mas uma política fácil de ser aplicada para evitar o avanço sobre a floresta. A criação de reservas extrativistas se tornou propaganda do governo do Presidente José Sarney, como medida de preservação ambiental (SOUZA, *Ibidem*).

Depois desses fatos iniciaram as criações de áreas protegidas sem a exclusão da população local. No Amazonas criaram-se a Floresta Nacional Purus (1988, FLONA); Floresta Nacional Pari-Cachoeira I e Pari –Cachoeira II (1989, FLONA) Floresta Nacional Mapiá-Inauini (1989, FLONA); Floresta Nacional Amazonas (1989, FLONA); Floresta Nacional Tefé (1989, FLONA).

As áreas protegidas, criadas pelo estado do Amazonas iniciaram na década de 1990. A Reserva Biológica Morro dos Sete Lagos (REBIO, 1990); Parque Estadual Serra do Aracá (PAREST, 1990); Área de Proteção Ambiental Caverna do Maroaga (APA, 1990); Área de Proteção Ambiental Nhamundá (APA,1990) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDS,1990). Área de Proteção Ambiental Margem Direita do Rio Negro –Setor Paduari/Solimões (APA MD,1995); Parque Estadual do Rio Negro- Setor Norte (PAREST ,1995); Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro – Setor Atuirá/Apauzinho (APA ME, 1995); Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul (PAREST, 1995); Área de Proteção Ambiental Margem Esquerda do Rio Negro – Setor Tarumã Açú/Tarumã Mirim (APA ME, 1995); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDS, 1998); Parque Estadual Nhamundá (PAREST, 1999).

A criação da RDS²⁶ do Rio Negro iniciou no ano de 2007, pela então, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS) que com a

²⁶ Conforme o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas no seu Artigo 21. A RDS é uma área natural que abriga comunidades tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de utilização dos recursos naturais.

participação comunitária da Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Direita do Rio Negro – Setor Puduari Solimões, sugeriu um recorte feito na APA para criara uma Reserva de Desenvolvimento sustentável (RDS). Para tanto ocorreu à consulta pública com a presença de comunitários. Teve a aprovação no ano de 2008. Como Reserva de Desenvolvimento sustentável do Rio Negro (RDS do Rio Negro).

Assim, por meio da Lei Estadual nº 3.355 de 26 de dezembro de 2008 foi sobreposto a Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Negro a RDS Rio Negro, com área de 102.978,83 hectares abrangendo os municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão. Com a implementação em 2009 e a criação do conselho gestor e o desenvolvimento de projetos socioambientais. (AMAZONAS, PG, 2016).

ANO	IMPLEMENTAÇÃO DA RDS DO RIO NEGRO
2006	Implementação do Seguro defeso para os pescadores
2007	Consulta Pública e aprovação para Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio negro
2008	Criação da RDS-Lei - 3355 - 26/12/2008
2009	Implementação do Programa Bolsa Floresta (CEUC/FAS)
2010	Criação do Conselho Gestor Portaria 254/2010

Quadro 5. Implementação da UC.
Fonte: IDESAM, 2015.

2.3 Rio Negro no Mosaico de Áreas Protegidas e no Corredor Ecológico

A importância do corredor ecológico é manter a cobertura vegetal e restaurar as áreas fragmentadas, principalmente das unidades de conservação, áreas protegidas e terras indígenas, com isso aumentam os fluxos de passagem animais, dispersão das sementes e restauração das áreas danificadas por ações antrópicas.

O Corredor Central ou Corredor Ecológico da Amazônia está totalmente dentro do estado do Amazonas, composto por 81 áreas protegidas de Uso Sustentável, Proteção Integral e Terras Indígenas. A importância do Corredor Ecológico é mais uma estratégia para o planejamento regional, instrumento de conservação e preservação ambiental, de forma que, possibilita a regeneração vegetal de áreas degradadas, constituindo uma faixa que liga áreas de passagem de animais terrestres e avifauna.

A região do Baixo Rio Negro foi recortada para criação de UCs desde a década de 1980. O objetivo de sempre, é a proteção ambiental da região. As primeiras UCs foram criadas pelo Governo Federal, a PARNA Jaú, no rio Unini, na margem direita do Rio Negro e a PARNA Anavilhanas. Em 1995, o estado do Amazonas criou o Parque Estadual Rio Negro e três Áreas de Proteção Ambiental (APA), (Margem Esquerda Setor Aturiá - Apuauzinho; Margem Esquerda Setor Tarumã Açu - Tarumã Mirim; Margem Direita Setor Solimões - Puduari). O Estado criou em 1998 a RDS do Rio Amanã, que envolve parte do rio Unini; no ano de 2001 o Parque Estadual Rio Negro sofreu com novos limites, desta vez em dois Parques (Setor Norte e Setor Sul); em 2005, consolida-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé), do município de Manaus; e, em 2006, criou-se a Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Unini, essa unidade nasceu por meio de reivindicação das comunidades do rio. E, no ano de 2009, a APA Margem Direita teve recategorização de parte do território da RDS Rio Negro.

O ordenamento territorial do baixo Rio Negro está recortado por onze áreas protegidas, sendo de Proteção Integral ou Uso Sustentável, essas Unidades de Conservação fazem parte do Projeto Corredores Ecológicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A RDS do Rio Negro está na margem direita do baixo Rio Negro, próximo a Manaus, também faz parte da formação do Corredor Central da Amazônia (CCA)²⁷, que passa pelas bacias do Rio Negro, Solimões, Juruá, Japurá, Jutai e Tefé.

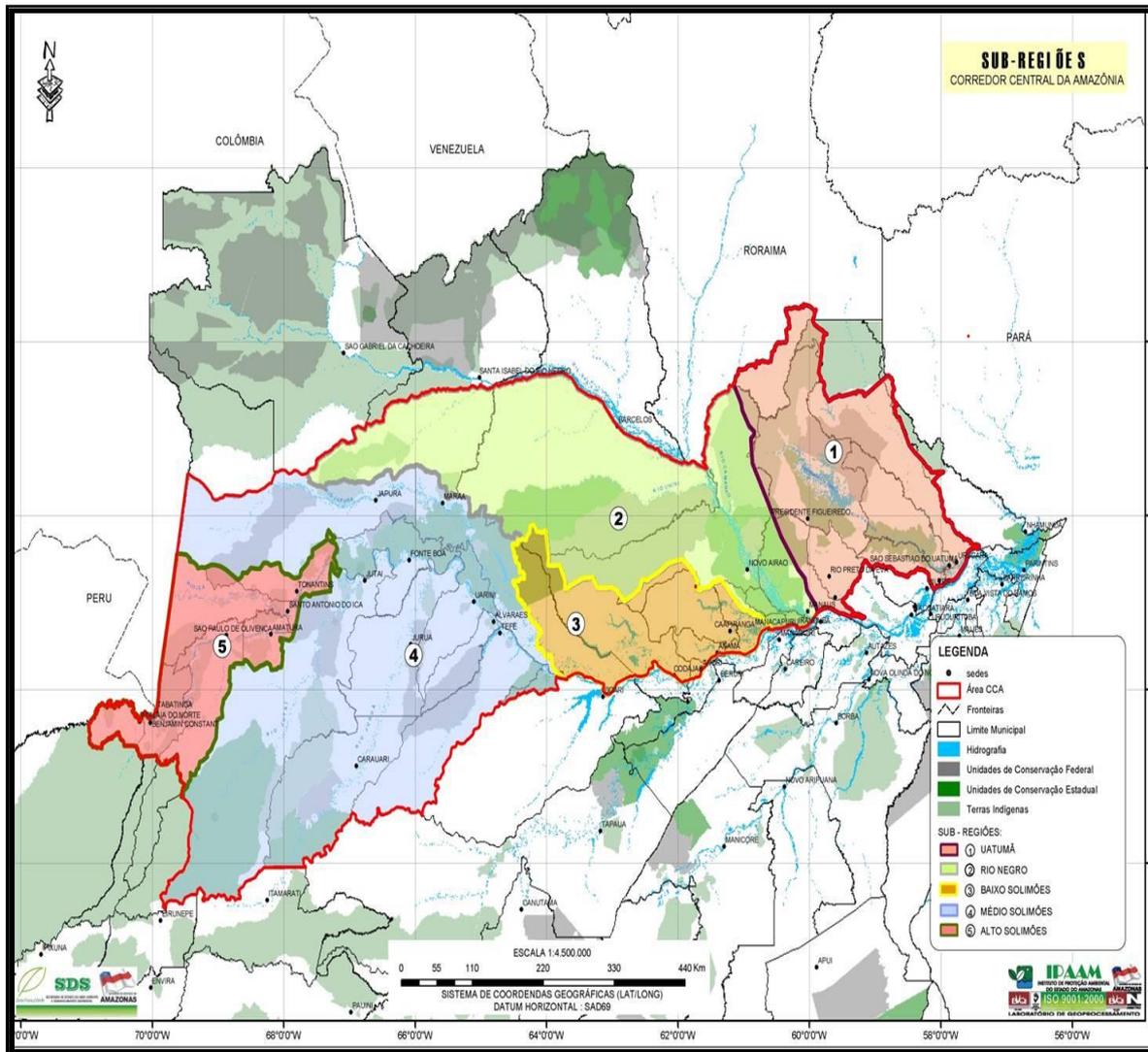
Em tese o Corredor Ecológico propõe a restauração das fragmentações florestais, que são danos ambientais ocorridos nos *habitats* naturais que cooperam para a diminuição das populações *in situ*, entre esses danos está o isolamento e a perda dos ambientes da vida silvestre.

Uma proposta de proteção e conservação do ambiente natural tem o propósito de integrar essas áreas e mitigar os danos ambientais anteriores. Além da proteção e conservação ambiental há a expectativa de realizar o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais, contudo, há um dilema, que deve ser estudado como proposta de desenvolvimento para os Corredores Ecológicos, conforme Valeri e Senô (2014):

A relação entre a existência dos corredores ecológicos e o princípio do desenvolvimento sustentável informa que é necessário que se estabeleçam metas para o desenvolvimento das culturas agropecuárias, garantindo-se, no entanto, o movimento da fauna pelo meio ambiente através dos corredores ecológicos, visando integrar as reservas florestais e ambientais, os fragmentos florestais e as áreas de preservação permanente, locais estes onde se desenvolve a vida animal (VALERI E SENÔ, 2014, pg.02).

O importante é a percepção de que a recuperação de um dano ambiental, conforme existiu antes da ação antrópica, é muito difícil, ou até quase impossível, ainda mais quando há extinção de espécies vegetais e animais.

²⁷ O Corredor Central da Amazônia localiza-se integralmente no estado do Amazonas, composto por 76 áreas protegidas, sendo 14 UCs federais (6 de Proteção Integral e 8 de Uso Sustentável), 14 UCs estaduais (3 de Proteção Integral e 11 de Uso Sustentável) e 48 Terras Indígenas, compreendendo 52 milhões de hectares.

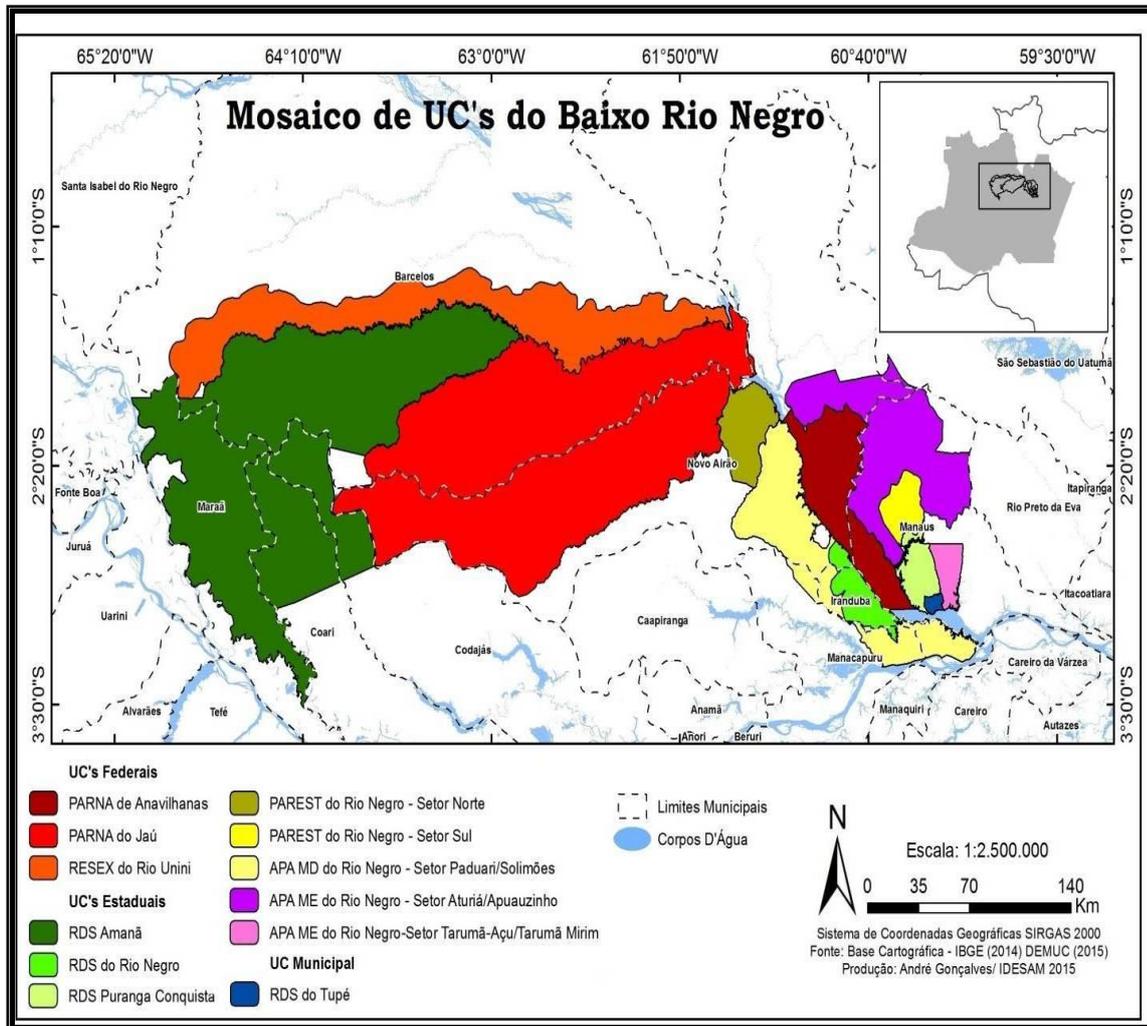


Mapa 2 Corredor Central da Amazônia.
Fonte: Google, 2017.

A RDS do Rio Negro faz parte do Mosaico do Baixo Rio Negro. O mosaico constitui-se por um conjunto de unidades de conservação de diferentes categorias, que estão próximas, justapostas ou sobrepostas. A proposta é realizar uma gestão conjunta e integrada dessas áreas protegidas por lei.

O mosaico do baixo Rio Negro (MBRN) está situado entre os municípios de Manaus e Barcelos, na calha do Baixo Rio Negro e dentro da reserva da biosfera Amazônia²⁸, teve seu reconhecimento em dezembro de 2010, por meio da Portaria 482, do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2010).

²⁸ Reserva da Biosfera é o reconhecimento da UNESCO, desde 1971, para as regiões que possuem recursos naturais raros, que devem ser utilizados de forma racional. Por meio do Programa MaB – Man and Biosphere (O Homem e a Biosfera), cada reserva é composta por áreas representativas dos diversos ecossistemas que caracterizam a região onde está inserida.



Mapa 3 Mosaico de UCs do Baixo Rio Negro.
Fonte: ICMBio, 2014.

Apesar de toda essa blindagem, a região sofre com a extração ilegal de madeira, caça e pesca predatórias, expansão urbana, ameaça ao patrimônio arqueológico, conflito fundiário, turismo desordenado, falta de alternativas de geração de renda e, não menos importante, com a desvalorização das comunidades tradicionais. (HERRMANN e COSTA, 2015). O cuidado está em buscar soluções que causem baixo impacto ao ambiente natural, mas que proporcionem qualidade de vida para os moradores das Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

2.4 TBC ou TC: uma discussão conceitual para uma proposta econômica

As pesquisas sobre turismo de base comunitária e turismo comunitário foram feitas em produções científicas sobre o tema, com vistas a compreender alguns aspectos e dimensões acerca do assunto. As pesquisas do tipo Estado da Arte são reconhecidas por aplicarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema. QCom esse tipo de abordagem busca-se investigar, em cada trabalho e no conjunto deles, um conjunto de categorias e facetas que ajudam a explicar o fenômeno a ser analisado (FERREIRA, 2002).

As atividades de turismo de base comunitária e turismo comunitário aplicam-se em diferentes níveis e formas para alcançar o desenvolvimento social, cultural, econômico e cultural da comunidade que os aplica. Os avanços dependem diretamente da abordagem que é dada, dos países em que o turismo comunitário é desenvolvido e do debate entre os autores envolvidos na atividade de turismo. O intuito é promover a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável, de forma a estimular o surgimento de oportunidades de trabalho e renda, com baixo impacto ambiental, além de melhorias econômicas e socioculturais, com a existência de equilíbrio entre os participantes, na construção de modelo endógeno para o turismo.

Para o Estado da Arte do Turismo de base comunitária foram selecionados obras de relevância de estudiosos sobre a temática do turismo em comunidades, destacando-se o aporte teórico de Zauoal (2009); Fabrino et al. (2015); Hall (2000); Murphy (1985); Sampaio et al. (2011); Hiwasaki (2006); Lima (2011); Irving (2004); Sansolo e Bursztyrn (2009); Sampaio e Coriolano (2009); Ascanio (2003); Rogerson (2014); Giampiccoli et al. (2014); Navarro e Benavides (2013).

As mudanças para uma nova forma de viajar são constatadas por Zauoal (2009) na identificação da nova demanda turística, uma transformação, que é constituída de grupos mais exigentes na qualidade dos atrativos, tal seja a procura por locais atraídos pela cultura e pelo meio ambiente conservado.

Entretanto, o turismo de base comunitária ou turismo comunitário é uma atividade que se apresenta como resistência ao turismo de massa consumista, e que associa a estratégia de trabalho, de vida e de comunicação social para conservar modos de vida próprios de populações tradicionais e para contribuir com a melhoria das condições de vida local (GRIMM, 2017).

Para o desenvolvimento do turismo aponta Dias (2003), que o Estado deve estar presente em todos os níveis, do planejamento à atuação, sendo o único que tem a capacidade de articular com forças da sociedade para o planejamento e o desenvolvimento turístico, para a preservação ambiental socialmente justa e economicamente viável. O Estado tem papel importante na implementação do turismo em comunidades tradicionais, como o apoio e a atuação no planejamento, legislação de regulamentação, incentivo e fomento em empreendimentos e promoção da atividade.

Por ser uma atividade econômica com múltiplas inter-relações, o turismo, com os seus mais diversos setores produtivos, influencia outros segmentos que formam a estrutura organizacional do local. O turismo pode beneficiar a todos de uma determinada região, contudo há uma ressalva para a dualidade da atividade, que pode apresentar tanto oportunidades quanto riscos. As oportunidades são de cunho econômico, social, ambiental e cultural, e os riscos são culturais, territoriais, econômicos, sociais e ambientais. Casos reais de turismo de base comunitária e de turismo comunitário revelam que há uma distância entre o conceito dado ao segmento e o desempenho satisfatório da atividade entre os comunitários.

Deve-se entender que, quando uma comunidade abre-se para receber o turista, o seu território é consumido, não por invasores, mas por pessoas que compraram o produto turístico, e na formulação do produto consta o patrimônio natural e cultural, por isso, os atrativos devem ser bem planejados, bem como, a sua utilização de forma racional dos recursos com vista a sustentabilidade territorial. Como um elemento básico para a atividade turística existir, deve haver um espaço destinado a transformações para receber o turista. Coriolano (2006) identifica que o turismo é uma das causas que contribuem com a desterritorialização e reterritorialização, de forma a produzir novas configurações geográficas.

No turismo comunitário e no turismo de base comunitária a comunidade não consegue viver apenas do turismo, esta atividade econômica é quase sempre secundária. Isso é um dos grandes problemas, pois o turismo deve ser compreendido como um negócio de mercado, que capta os visitantes no mercado turístico, gera finanças e precisa se renovar para manter-se no mercado de oferta turística. É importante destacar que, para se manter no mercado como uma oferta turística, é necessário a manutenção de um gestor comunitário constante, que entenda da atividade, faça contatos e a divulgação do produto turístico, caso contrário, não tem como a comunidade se manter na atividade de forma esporádica, mesmo porque, os comunitários perdem o interesse pela atividade e as edificações construídas para receber o turista entram em estado de deterioração.

Quando a comunidade local se propõe a desenvolver o turismo como economia, ocorrem as modificações estruturais e criam-se expectativas nos comunitários, que se estabelecem em função do processo produtivo da atividade. Contudo Dias (*Ibidem*) reconhece que não há planejamento perfeito, os mesmos devem ser revistos com frequência, devido às mudanças na estrutura da sociedade.

No segmento social, ainda faltam muitos estudos, pois seria enganoso dizer que as comunidades estão plenamente autônomas, pois não é apenas a capacitação para a atividade de turismo ou o fomento de infraestrutura para receber os turistas que garante a organização social. Ascanio (2003) identifica que no turismo as questões sociais aparecem quando não há eficiência e nem equidade. Para o autor, eficiência é maximização dos benefícios líquidos e a equidade social é o acesso aos benefícios líquidos por toda a comunidade. Reconhece Hall (2000) que o turismo de base comunitária é uma ferramenta para redução da pobreza.

Os primeiros passos para o planejamento do turismo comunitário devem ser o levantamento minucioso do patrimônio cultural da região e a avaliação dos possíveis impactos ambientais, sociais e culturais a serem causados pela atividade turística. O cuidado com o ambiente natural é a base fundamental para o ecoturismo e outras ramificações que usam a natureza como atração, a participação da comunidade local no planejamento e gestão do turismo de base comunitária e turismo comunitário. A razão de empreender no turismo é manter o ambiente conservado, dar sustentabilidade econômica e resguardar a cultura local.

Sampaio et al., (2011) apresentam as diversas aproximações nominais e combinações para a iniciativa de turismo como redução da pobreza, como turismo de base comunitária ou turismo comunitário solidário e sustentável. Para esses autores não há uma definição exclusiva, mas o que elas têm em comum é a inclusão comunitária no processo de desenvolvimento do turismo.

Murphy (1985) foi o primeiro a apresentar um conceito que ele denomina de turismo comunitário. O autor traz características do turismo e de áreas rurais dos países em desenvolvimento. O turismo de base comunitária é uma categoria considerada recente do turismo, com poucos estudos sobre os impactos socioambientais nas comunidades, pois não existem casos profícuos da atividade nas literaturas. Entretanto sabe-se que somente o estudo proporcionará o conhecimento para propor os modelos de empoderamento que as comunidades necessitam.

A proposta de Hiwasaki (2006) era de que o modelo de turismo de base comunitária estruturasse-se para incluir a participação comunitária no planejamento da proposta e gestão da atividade turística, de modo a: conservar os atrativos naturais e culturais; partilhar os benefícios econômicos e sociais com a comunidade; promover a responsabilidade comunitária para que o visitante tenha uma experiência com segurança, qualidade e sem prejuízos sociais e ambientais. Para Grimm et al., (2017) o turismo de base comunitária é uma proposta que surge frente ao exaurido turismo de massa.

Pela discussão sobre realidades do TBC tem-se esta atividade como resistência ao turismo de massa consumista, e que o associa à estratégia de trabalho, de vida e de comunicação social para conservar modos de vida próprios de populações tradicionais e que possam contribuir para a melhoria das condições de vida local (GRIMM, et al., 2017, p. 27).

Lima (2011) explica que no turismo comunitário ou de base comunitária surgem vários segmentos que agregam as potencialidades do meio rural e urbano, como envolvimento das populações tradicionais e de grupos sociais (excluídos do processo social) que incluem a cultura local. Castillo e Oliveira (2015) corroboram com a ideia de que o turismo de base comunitária é uma nova modalidade de se fazer turismo, e que objetiva as transformações e melhorias sociais, com a inovação social.

Francois J. Belisle lançou em 1979 o artigo sobre os estudos dos impactos percebidos pelos comunitários de Santa Marta na Colômbia, intitulado *The perceived impact of tourism by residents: a case study in Santa Marta, Colombia*. A importância desse estudo para aquele momento foi grande e culminou em uma proposta de criação de programas que minimizassem a divergência entre turistas e moradores, e também na formulação de novos planos para conquistar apoio dos residentes para os empreendimentos turísticos. A pesquisa realizada por Belisle (*Ibidem*) além de identificar os aspectos positivos e negativos do turismo percebidos pelos residentes de Santa Marta, também permitiu observar novas variáveis de influência selecionadas nas respostas dos moradores. A primeira hipótese foi de que a percepção do impacto turístico varia com a distância em que uma pessoa vive da zona turística, e com o *status* socioeconômico do morador. Apresenta-se nas pesquisas que, apesar da percepção de alguns aspectos negativos sérios, os residentes de Santa Marta consideraram favorável a atividade de turismo.

Entretanto, no final dos anos de 1990 o conceito pobreza tem ampla utilização. Nesse contexto inclui-se o Banco Mundial que teve o papel de recomendar e sugerir o combate à

pobreza, e para isso, sua primeira estratégia foi a identificação de políticas que incentivem a criação de novas frentes econômicas para dar rendimento e colocar esse indivíduo “pobre” na linha do não-pobre. “Foi nesta década que surgiu na Inglaterra o conceito de Pro-poor Tourism”, ou Turismo Orientado para os Pobres; a proposta de congregar os “pobres” ao mercado capitalista mediante intervenções de projetos turísticos comercialmente viáveis que pudessem gerar trabalho e renda para as populações carentes (ROGERSON, 2014).

Para Saayman e Giampiccali (2015) a proposta do Pro-poor Tourism (TOP) é uma alternativa ao turismo convencional e uma forma de minorar a pobreza e colaborar na redução da miséria nas comunidades. As diferenças examinadas por Saayman e Giampiccali (*Ibidem*) entre o turismo de base comunitária e o Pro-poor Tourism (em relação ao turismo de massa) estão no controle do turismo por parte da comunidade. A abordagem de justiça social se caracteriza nos objetivos de compartilhamento, entretanto, o Pro-poor Tourism é de origem e sustentado pelo sistema neoliberal e ergue barreiras para não haver mudanças no estado atual das comunidades.

Em 1994, David G Simmons no artigo intitulado “*Community participation in tourism planning*” (Participação da comunidade no planejamento do turismo, em português), o autor levantou a tese de que os planejadores do turismo deveriam usar a laboração da comunidade no planejamento do turismo. Isso se justifica por duas razões: os impactos do turismo, sentidos mais intensamente na área de destino, e os residentes da comunidade, que estão sendo reconhecidos como um ingrediente essencial na “atmosfera de hospitalidade” do local receptor.

Látková e Vogt (2012) examinaram atitudes dos moradores rurais em relação ao planejamento do turismo em diferentes etapas do desenvolvimento econômico, a troca social e o modelo de ciclo de vida do destino turístico. Os impactos do desenvolvimento do turismo sobre as atitudes dos moradores, como atividade econômica total de uma comunidade.

Hanafiah et al. (2013) analisam o desenvolvimento do turismo e seus impactos no interior das comunidades, considerando as atitudes dos grupos que são diretamente influenciados no desenvolvimento atual e futuro da atividade turística. As condutas positivas da comunidade atuam nos níveis de satisfação dos turistas e proporcionam a continuação do turismo. Os autores afirmam que o envolvimento e a participação da comunidade no processo turístico são de suma importância para a manutenção da atividade.

Peter e Murphy (2002) lançam o artigo denominado *Tourism as a community industry—an ecological model of tourism development* (O turismo como uma indústria comunitária, em português), um modelo ecológico do desenvolvimento do turismo. Os autores abordam as comunidades em *British Columbia* no Canadá que desenvolveram seu potencial no turismo como um meio de diversificar a economia local. Com aumento da consciência da comunidade e reconhecimento do papel desempenhado pelo turismo na conservação, as evidências sugerem que as comunidades e a indústria do turismo podem trabalhar em conjunto e formar parcerias mutuamente benéficas. Para tanto, foram organizadas oficinas para aproximar a comunidade, com vista ao desenvolvimento de uma relação de trabalho sinérgica. A comunidade Colúmbia Britânica se tornou um exemplo de cooperação eficaz, usando métodos de abordagem e oficinas para enfatizar o potencial para o planejamento de turismo conduzido pela comunidade.

A partir das análises de uma comunidade na Costa Rica, Navarro e Benavides (2013) propuseram orientações para o desenvolvimento econômico, por meio do turismo de base comunitária, mas essas orientações eram destinadas a comunidades organizadas e entidades da economia social que se dispunham a concepção de projetos voltados ao turismo de base comunitária. O turismo planejado e sempre avaliado é considerado uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento comunitário. Tem por objetivo possibilitar o desenvolvimento de comunidades desfavorecidas, entretanto poderá existir um hiato entre as políticas públicas e as práticas do turismo comunitário ou de base comunitária.

Conforme Grimm et al. (2017) foi na década de 1980 que surgiu, na América Latina, como alternativa de desenvolvimento sustentável, o Turismo Rural Comunitário (TRC), com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nas pesquisas dos autores sobre o tema aparecem publicações nos idiomas: inglês (43), português (40), espanhol (14) e italiano (2). Nas publicações brasileiras aparecem como principal território de análise os estados do Amazonas, Pará e Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, São Paulo e Paraíba como estudo de casos (GRIMM et al., *Ibidem*). Nas publicações internacionais estão em destaque os países: Equador, Cabo Verde, Bali, Botswana e África do Sul, Chile, Panamá, México, Kenya, África do Sul, Iran, Namíbia e Uganda (GRIMM et al., 2017). A partir do ano de 2013 ocorreram reduções nas publicações brasileiras sobre o turismo de base comunitária nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em relação as publicações internacionais sobre a mesma temática também houve redução nos países: Equador, Cabo Verde, Bali, Botswana, África do Sul, Iran, Namíbia, Uganda, Costa Rica, Camboja, Malásia, Tailândia, Laos, China, Jamaica e Zâmbia (GRIMM et al., *Ibidem*)

O importante é destacar a relevância do turismo de base comunitária ou comunitário no sentido econômico e que estes benefícios sejam partilhados, no sentido da economia solidária e comércio justo. Outra relevância do turismo comunitário está no fortalecimento dos laços comunitários e na participação e atribuições de atividades direta ou indiretamente destinadas a comunitários.

No Brasil, trabalham-se dois conceitos do turismo em comunidades, que são o turismo comunitário, que é o turismo de resistência e luta comunitária, e o turismo de base comunitária, que é proposto para melhorias econômicas e sociais, resgate cultural e conservação da natureza. Entretanto, há necessidade de estruturação da comunidade, essa recebe apoio de universidades e projetos de ONGs que apoiam e promovem o turismo comunitário ou o turismo de base comunitária. Elegemos alguns projetos para ilustrar e estes seguem abaixo:

O Projeto Saúde e Alegria têm como base a economia solidária, o turismo aparece como alternativa aos projetos de turismo convencional, com práticas sustentáveis no uso dos recursos naturais e o incentivo a interculturalidade, divulgado como o turismo de base comunitária.

O Projeto Bagagem apoia a criação de roteiros de turismo comunitário em comunidades da Amazônia. Ele visa a economia solidária e o turismo comunitário com gestão participativa. Atualmente o projeto faz parte da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário, Rede Turisol, que é formada por organizações que se uniram com a missão de fortalecer o turismo comunitário no Brasil (TURISOL, 2016).

A *World Wide Fund for Nature* (WWF) apoia o ecoturismo comunitário, onde a comunidade é participativa no desenvolvimento da atividade e os benefícios ficam na comunidade.

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) fomenta e apoia o desenvolvimento do turismo de base comunitária na região do Baixo Rio Negro, fornecendo edificações para receber o turista e incentivando a participação da comunidade por meio de capacitações e curso relacionados a atividade de turismo.

No Turismo em Redes TUCUM (Rede Cearense de Turismo Comunitário), a gestão está com a população local, que atua de forma direta no desenvolvimento do turismo. Tem como base a gestão participativa da comunidade ou da família na manutenção e construção de infraestrutura e serviços oferecidos aos turistas. O diferencial da Rede TUCUM é a resistência

da população local para ficar no seu território. A organização se deu por determinação e firmezas dos comunitários frente ao Estado, e eles não aprovam o trinômio turismo de base comunitária.

A apresentação das iniciativas brasileiras mostra que ainda são acanhadas as iniciativas comunitárias. As iniciativas existentes não conseguem gerir por si só e precisam de uma ONG que funciona como amparo e apoio na busca de incentivos governamentais e fornece apoio na capacitação para o turismo, para a prática da economia solidária e da blindagem local em relação ao exógeno.

Alguns estudos, como os de Coriolano (2006) e Irving (2009), conceituaram o turismo praticado em comunidades do nordeste como turismo da resistência, luta e defesa dos territórios e modos de vida tradicional. Nesse caso, o turismo apenas contribui como instrumento para o desenvolvimento de atividade econômica, manutenção da cultura local e proteção ambiental.

Coriolano (2006) entende que o turismo em comunidades afastadas dos centros urbanos é o turismo comunitário. A autora defende que o turismo comunitário é caráter de resistência dos comunitários frente ao turismo convencional. As novas configurações geográficas e dinâmicas territoriais que tiveram a permissão, por meio de políticas públicas, para a implantação de infraestruturas apenas para a política empresarial, especulação e construção de grandes empreendimentos particulares. O problema reside nessas políticas, que não contam com as populações locais e tornam necessárias as lutas dos comunitários, que são usuários de décadas do lugar, e reivindicam a produção de novos espaços autorizados pelo poder público. Diante da posição do Estado iniciou-se a luta popular local contra interesses empresariais, de modo que os objetivos dos comunitários são de proteção do lugar, da cultura, do meio ambiente e da sociedade local.

Para Irving (2009) no turismo comunitário os protagonistas são os moradores. A autora indica as bases para o desenvolvimento do turismo comunitário, que são: base endógena da iniciativa; participação dos atores protagonistas desde o planejamento até a execução; limite dos impactos sociais e ambientais, a fim de que sejam controlados; benefícios a população local; afirmação cultural e prática da interculturalidade; e o “encontro” entre os atores locais e os turistas, que simultaneamente são agentes, sujeitos e objetos do processo turístico.

Há outros autores que usam o turismo de base comunitária. Bartholo (2014) aborda sobre as relações comunitárias e o turismo de base comunitária, afirmando que, nessas relações comunitárias, as identidades e outras distinções pessoais estão seguras, bem como, repartidas entre os seus pares. Mas, na construção do turismo de base comunitária o compartilhamento deve ser sólido.

Bursztyn (2014) conceitua o trinômio turismo de base comunitária como modo de organização do turismo de iniciativa local, e que, antes eram tidas como inferiores, contudo depois que se uniram e iniciaram uma articulação entre os governos municipais, estaduais e federal, ganharam visibilidade e conseguiram influenciar políticas públicas para o fortalecimento desse tipo de turismo.

Benevides (1997) identifica que para ter-se o desenvolvimento econômico local deve equacionar os problemas causados pela atividade turística, tais como a preservação e a conservação ambiental, a cultura local, a geração de renda e emprego, a participação comunitária e a qualidade de vida.

Lima (2003), por sua vez, entende que o turismo é diferente das atividades econômicas locais, como o extrativismo, a pesca e a agricultura de subsistência, atividades que são voltadas para as necessidades de pequenos grupos sociais. Entretanto, essas atividades podem ser congregadas na elaboração dos atrativos turísticos locais, uma vez que exigem a participação dos atores locais são faces do enraizamento cultural.

Hallack (2006) aponta que no turismo de base comunitária as relações econômicas são engrandecidas por outras relações que se sobressaem ao lucro imediato, e não é uma atividade composta em sua essência de atores econômicos, e sim de uma complexa rede socioeconômica articulada com ações direcionadas a saúde, a educação, a cultura e ao meio ambiente.

Para Grimm et al (2017) o turismo de base comunitária tem princípios orientadores para uma estratégia de diversificação econômica e desenvolvimento sustentável em comunidades que apresentam vulnerabilidade econômica e social:

a) As comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas etc. Têm uma vantagem comparativa, elas têm ativos de enormes valores: cultura,

arte, música, paisagens naturais, fauna e clima e o turismo pode ajudar na conservação deste patrimônio;

b) O setor do turismo é diversificado e tem potencial para apoiar outros setores econômicos complementando atividades de subsistência, por meio da criação de renda em toda complexa cadeia de fornecimento de mercadorias e serviços (alojamento, transporte, alimentação e recreação); sem substituir as atividades tradicionais (pesca, cultivo, etc.) salvo pela decisão individual de trabalhar exclusivamente com o turismo;

c) A atividade oferece diferentes oportunidades, especialmente para mulheres (que representam importante força de trabalho e sustento familiar) e jovens (que precisam de acesso a um mercado de trabalho mais diversificado), exigindo relativamente pouco treinamento;

d) Abre caminho para reivindicações comunitárias de saneamento ambiental, transporte, comunicação, abastecimento de água, segurança pública e saúde, tendo visto que esta infraestrutura é necessária para o desenvolvimento do turismo, mas benéfica especialmente as comunidades locais. (GRIMM, et al, 2017).

Portanto, de acordo com os autores referenciados acima, ainda não há parâmetros de casos ou experiências de turismo de base comunitária que tenham sido aplicados com êxito. Ocorre que ainda faltam grandes passos a serem dados e outros a serem corrigidos. As mudanças e transformações devem ocorrer por meio da educação e a busca por melhorias para a comunidade deve passar pelo fortalecimento da governança comunitária. Trazer formas de comunicação para monitorar o turismo e o acesso ao mercado turístico, entre outras necessidades de conhecimentos da área, é imperativo para que haja qualidade no serviço prestado e se obtenha retorno satisfatório para melhorar as condições de educação, saúde, regate e proteção cultural da comunidade. Essas reflexões são importantes para que o turismo de base comunitária deixe de ser visto como uma utopia e na prática supere a lacuna de problemas de base advinda dos comunitários, fazendo com que o tema turismo faça parte dessa nova educação. .



**Foto 9 Centro Social, comunidade Sta. Helena do Inglês.
Autora: Peixoto, 2018.**

2.5. Estado da Arte: turismo no baixo Rio Negro

A atividade de turismo de base comunitária pode ser considerada uma atividade recente nas comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro (RDS - Rio Negro). Porto (2014) aponta que o fomento do turismo de base comunitária nesta região começou a ser discutido a partir do aumento do fluxo de visitação, o turismo de massa. O problema incidia na falta da participação comunitária.

Pesquisas acadêmicas identificaram que o turismo de base comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro tem seus obstáculos sociais e territoriais a serem superados, pois só assim poderá aspirar ao turismo de base comunitária. Autores que estudaram comunidades e turismo no Rio Negro apontam os percalços para desenvolver o turismo como atividade econômica.

Souza et. al. (2010) aponta que o problema da região está na gestão do Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia, cujas partes deveriam caminhar juntas na gestão territorial, o que, de fato, não acontece. Na atualidade, cada Unidade de Conservação faz sua gestão, sem participação ou consultas a outros gestores. Os autores Identificam que:

... infelizmente, ao longo das últimas décadas, os atores envolvidos com o turismo no baixo Rio Negro, identificam que esse atores tiveram muitas dificuldades para interagir, o que levou a práticas isoladas, e que muitos dos atores locais não estavam cientes que o baixo Rio Negro é formado por um mosaico de áreas protegidas, bem como, desconhecem os potenciais que estas áreas podem representar para o turismo (SOUZA, et al., 2010. p.3).

A criação do mosaico tem seus fins específicos, dentre eles está a gestão em conjunto com outras áreas protegidas, independente de ser de uso sustentável ou de proteção integral, e de ser federal, estadual ou municipal. Souza et al. (*Ibidem*) observam que para obter êxito no turismo, as comunidades do baixo Rio Negro dependem de um meio ambiente conservado e que os lucros e benefícios provenientes da atividade econômica deverão ser aplicados na conservação ambiental e convertidos em privilégios e direitos para as comunidades locais.

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável são áreas de administração conjunta do governo e associações comunitárias. Estas Unidades de Conservação devem ter o plano de manejo/gestão com o objetivo à conservação ambiental, bem como, a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais. Peixoto (2013) salienta que o turismo e o lazer vêm ocorrendo de maneira intensa em várias Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro. Porto (2014) destaca que a prática do turismo convencional faz parte do dia a dia de algumas comunidades da região do Baixo Rio Negro. A atividade, porém, acontece de maneira distanciada dos grupos sociais da região, é o turismo embarcado²⁹ é o mais frequente. Nesta modalidade, os benefícios das comunidades limitam-se à comercialização de artesanatos e apresentação de rituais indígenas.

Neves (2018) aponta que o turismo na região da RDS do Rio Negro é formado por representantes de hotéis e pousadas que desenvolvem atividades turísticas e ofertam, em seus pacotes turísticos, as categorias de turismo de aventura, de natureza e de experiência. Descreve a autora:

Os visitantes são europeus (30%), americanos (20%), indianos (5%), chineses (5%) e brasileiros (50%). O gasto médio é de aproximadamente R\$ 500,00 por dia incluindo hospedagem e alimentação, mas pode ter um custo maior, dependendo do hotel. Das empresas que atuam na

²⁹ Turismo embarcado: o turista só sai do barco para visitar alguma comunidade e retorna para o barco novamente.

região da RDS do Tupé, todos os representantes têm conhecimento que atuam em áreas protegidas. As empresas que atuam na RDS do Rio Negro têm ciência que atuam em áreas protegidas e conhecem as diretrizes e regras para a sua visitação. Destacam ainda que existe o diálogo com os representantes do órgão gestor, e observam que a comunicação entre órgão gestor e empresas ainda é incipiente, mas poderá contribuir para uma boa relação no planejamento das ações, visando o desenvolvimento das atividades na UC (NEVES, 2018, p. 25).

Com intuito de organizar as ações de turismo realizadas no baixo Rio Negro, Silva (2018) destaca a realização de um fórum com o objetivo apoiar a implantação do Plano de Ação de turismo de base comunitária, com um espaço para discutir e debater sobre o turismo em diferentes níveis de governança, a fim de buscar apoio para capacitações, intercâmbios e influenciar políticas públicas voltadas para o turismo em Unidades de Conservação. A formação do grupo de trabalho se deu em 2011 por Órgãos Federais, Estaduais e Municipais de Meio Ambiente: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade e Centro Estadual de Unidades de Conservação - SEMAS/CEUC16, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Fórum Permanente em Defesa das Políticas Públicas das Comunidades Rurais Ribeirinhas do Município de Manaus - FOPEC, Central de Turismo Comunitário da Amazônia - CTCA, Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Silva (2018) ressalva que a formação do Fórum deu origem a dois roteiros turísticos de base comunitária no baixo Rio Negro. Um na margem esquerda do Rio Negro, intitulado roteiro TUCORIN, e outro, roteiro na margem direita do Rio Negro, o roteiro RDS RIO NEGRO. Entretanto, durante as pesquisas de campo, verificou-se a existência do roteiro da RDS do Rio Negro, contudo não havia atividades de turismo de base comunitária, ficou evidente que não há autonomia e nem gestão dos comunitários, eles recebem apoio e regência da Fundação Amazonas Sustentável. Segue Silva:

Os dois roteiros turísticos são resultados da construção coletiva das comunidades locais em conjunto com vários atores sociais que em momentos e de formas diversas contribuíram para consolidar essa ideia. Segue mapa das iniciativas de TBC no baixo Rio Negro.

O grupo de trabalho do Fórum de Turismo de Base Comunitária tem desenvolvido medidas de divulgação dos roteiros do baixo Rio Negro. A elaboração do folder foi uma ação conjunta de instituições governamentais, não governamentais, privadas, terceiro setor (SILVA, 2018. p. 30)

Nas comunidades que estão recebendo turistas e desenvolvendo alguma atividade de turismo, é fundamental que sejam socializadas as histórias e cultura local, considerando que ambas são atraentes para o visitante e desencadeiam novidades que o turista busca no lugar. Para a transformação de um lugar em um território de turismo é importante considerar tanto a produção de uma infraestrutura física quanto logística na criação de atrativos para a formação de um serviço especial de recepção ao turista (PEIXOTO, 2013). Aponta à autora a influência positiva da população local sobre a proteção e conservação ambiental:

As populações tradicionais que vivem dentro das Reservas de Desenvolvimento Sustentável têm como subsistência a exploração dos recursos naturais, decorrentes dos hábitos histórico-culturais e das condições da fauna e da flora. São justamente essas populações que desenvolvem um papel importante para proteção ambiental, constando inclusive em Lei que elas ficarão reguladas por contrato tendo a obrigação de participar da preservação, da recuperação, da defesa e da manutenção da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (PEIXOTO, 2013. p. 15)

Peixoto (*Ibidem*) também constata que a identidade territorial turística exige um longo processo educativo que inclui verificar as expectativas locais, o entendimento da proposta e do planejamento econômico. Embora, muitos estudos apontassem comunidades onde o turismo seria propício pelas condições físicas de atratividade, estes desconsideram aspectos relativos às pessoas que iriam protagonizar essa atividade. O sucesso para a criação de um território turístico requer planejamento, formação e investimento.

Afirma Silva (2008) que o turismo acontece nos locais receptores de fluxos turísticos e podem apresentar impactos positivos e negativos nos aspectos ambiental, econômico, social, e nas relações entre os visitantes e os autóctones. Segue a autora:

O ritmo acelerado do crescimento desta atividade obriga os planejadores do turismo a redirecioná-lo para caminhos sustentáveis, onde todos os agentes: governos, iniciativa privada, moradores locais, turistas, organismos não governamentais e universidades sejam envolvidos no processo de desenvolvimento dos destinos turísticos com o intuito não apenas de incrementar a atividade, mas de promover uma melhor qualidade de vida aos seus moradores (SILVA, 2008).

As iniciativas de turismo de base comunitária dentro de Unidades de Conservação podem se constituir em uma alternativa econômica viável para os comunitários, sem que isso signifique a perda dos valores que sustentam e dão identidades às suas práticas.

Sousa (2017) evidência que as comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro têm dificuldades em planejar o turismo de base comunitária e isso se mantém, conforme explica a autora:

...principalmente pelas ações do Estado, no que diz respeito às políticas públicas em interpretar o turismo pela ótica econômica, distanciando-o de seus compromissos sociais e ambientais. Da mesma forma, foi possível observar que a FAS, atua suplementarmente ao Estado do Amazonas a implementação de políticas governamentais e projetos que contemplem o desenvolvimento turístico (SOUSA, 2017, p.45).

Conquanto, de acordo com Sousa (*Ibidem*) o turismo de base comunitária é uma forma de prática sustentável, sendo usado no discurso ambientalista com a finalidade de integrar a comunidade e minimizar os conflitos e insatisfações da comunidade local. Destaca a autora:

Além disso, acredita-se que os moradores da RDS Rio Negro que se reconhecem e se identificam enquanto “povo do lugar”, se sentem excluídos do processo de planejamento e gestão das atividades turísticas. Por outro lado, eles acreditam que o TBC é um veículo potencial para transformação social e uma alternativa de conservação da natureza, inclusão social, além de, ser capaz de gerar renda para a localidade. Finalmente, observou-se que a forma organizacional do turismo atende a preferências individuais, portanto não havendo a intenção de promover o desenvolvimento em uma perspectiva local (SOUSA, 2017, p.48).

O Estado da Arte sobre o desenvolvimento do turismo de base comunitária nas comunidades do baixo Rio Negro aponta que não existe essa atividade conforme o conceito desse

segmento do turismo. Os trabalhos verificados demonstram que na região há uma intensa visitação de turistas. Existe o potencial, já que o ambiente natural ainda é conservado, entretanto, os comunitários estão ausentes no processo de gestão territorial, ambiental e econômica.

Nas pesquisas não se apontam soluções para a aplicação do turismo de base comunitária, apenas apresentam a forma como acontece e é explorado o turismo na região do baixo Rio Negro, as dificuldades dos comunitários, a ausência do Estado na fiscalização e o apoio direto as comunidades para desenvolver a atividade turística, que incluem infraestrutura, logística, educação, saúde e divulgação, bem como o descaso das operadoras de turismo com as comunidades locais.

A problemática da exploração inexorável do baixo Rio Negro pela atividade econômica turística remete ao desgaste local feito pelos exploradores do turismo, não há o envolvimento de forma direta ou indireta da comunidade, o que encaminha a antipatia dos visitantes. A comunidade não recebe benefícios coletivos pelo uso do seu território, e nada muda no cenário de abuso dos exploradores do turismo.

SESSÃO III – RIO NEGRO: HISTÓRICO E FRAGMENTADO

Para anunciar o teu oráculo, Por que me enviaste à cidade, Onde habitam os cegos eternos, Se tenho o espírito iluminado? Porque me levaste a ver O que não me é concedido mudar? O determinado tem de acontecer, O temido tem de se aproximar. (CASSANDRA – VOX FEMINA TRÁGICA, BARROSO, 2004).

As primeiras notícias que se tem do rio Negro, datam de meados dos anos pós mil quinhentos, quando Gonçalo Pizarro, irmão de Francisco Pizarro, conquistador dos Incas, organizou uma expedição para encontrar o “El Dorado” e o “País das Canelas”, tendo como companheiro de viagem, o também espanhol, Francisco Orellana. Depois de muitas desventuras, mortes e massacres de indígenas e de não ter encontrado quase nada do que procurava, Gonçalo retornou a Quito, mas ordenou que Orellana continuasse rio abaixo na companhia de cinquenta e sete soldados e de dois religiosos, um deles Gaspar de Carvajal, Frade Dominicano. (CARVAJAL, ROJAS, ACUÑA, 1945).

O relato de Carvajal, intitulado “Descobrimento do rio de Orellana”, tornou-se célebre e é, até hoje, uma das principais fontes de estudos sobre a conquista ibérica da Amazônia. Foi desse escrito que surgiu a lenda das mulheres guerreiras, razão pela qual, anos depois, o rio de Orellana passou-se a chamar de rio das Amazonas. Sempre contando “com o auxílio de Nosso Senhor”, dos arcabuzes e de balestras, Orellana seguiu viagem até alcançar a ilha de Cubagua, no litoral venezuelano, em 11 de setembro de 1542. Entretanto, um pouco mais de um ano antes, na “véspera da Santíssima Trindade” de 1541, a expedição descobriu a “boca de outro grande rio, à mão esquerda, que entrava no que navegávamos, e de água negra como tinta, e por isso lhe pusemos o nome de rio Negro”. Impressionado com o que viu, Carvajal complementou: “Corria ele tanto e com tal ferocidade que em mais de vinte léguas fazia uma faixa na outra água, sem misturar-se com a mesma” (CARVAJAL, ROJAS, ACUÑA, *Ibidem*).

Durante a expedição de Pedro Teixeira, ocorrida entre 1637 e 1638, o padre Cristobal de Acuña, da Companhia de Jesus e autor do igualmente célebre relato “Novo descobrimento do grande rio das Amazonas”, escreveu que da “banda do norte” vinha “um rio grandíssimo, com légua e meia de boca e as águas tão negras, que se distinguem das outras”. Acuña ficou tão impressionado quanto Carvajal, porém foi mais poético em relação ao encontro das duas águas. Segundo ele, o Negro tenta submeter o Amazonas, “ombro com ombro, sem respeito algum, apossando-se da metade” de toda a calha do grande rio “por mais de doze léguas” até

que este, não tolerando “tanta arrogância” revolve-o “em suas turvas ondas, o faz entrar no caminho” fazendo-o “reconhecer por amo o que ele queria vassalar”. Quanto ao rio Negro em si, das notícias que pôde obter, Acuña acenava que ele nascia “em umas serras vizinhas do Novo Reino de Granada e que em sua origem se dividia em dois braços”; um desses era o próprio rio Negro e o outro desaguaria “no mar do norte, à vista da ilha da Trindade”, que muitos pensavam ser “o famoso Orinoco” (CARVAJAL, ROJAS, ACUÑA, *Ibidem*).

Muito tempo depois as tais notícias mostraram-se verdadeiras e são emblemáticas para tipificar o espírito aventureiro dos homens daqueles tempos.

Mesmo não penetrando no rio, que os Tupinambás denominavam de Uruna, Cristobal de Acuña, afirmou que ele era muito povoado, de “terras altas, de ótimo solo... têm muitas e boa campinas, cobertas de sazoados pastos, para poderem nelas pastar inúmeras cabeças de gado”. Disse ainda que ele produzia “grandes árvores de boas madeiras para qualquer tipo de embarcações e edifícios” e que era povoado “de toda a qualidade de caça e seus peixes, em verdade, são tantos como no das Amazonas, por serem suas águas tão claras, tanto que nos lagos que forma” (CARVAJAL, ROJAS, ACUÑA, 1945).

Mais de cem anos depois do relato de Acuña, o Ouvidor e Intendente Geral da Capitania de São José do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, percorreu durante os anos de 1774 e 1775 os vários rincões da Capitania, inclusive por toda a extensão do rio Negro até os seus limites com as então terras espanholas. O Ouvidor Sampaio, como ele ficou conhecido na historiografia, fez um relato minucioso e embasado de tudo o que viu e ouviu (SAMPAIO, 1985). Segundo ele, quando em primeiro de dezembro de 1774 os índios que remavam as canoas da comitiva “avistaram as alegres colinas, que tanto aformoseiam a soberba entrada” do rio Quiari, como eles chamavam o Negro, a alegria foi imensa a bordo: eles estavam de volta ao seu rio. Para dar um descanso aos remadores, a comitiva se deteve nesse dia na Fortaleza da Barra, que muito tempo depois daria origem a cidade de Manaus. (SAMPAIO, *Ibidem*, p 93-94).

O Ouvidor discorre sobre as primeiras incursões no rio e deixa patente que todos os méritos relativos às conquistas, até então, tinham sido dos lusitanos, “pois que os castelhanos não só ignoravam aqueles países, mas até os tinham por fabulosos” tanto que para eles “os habitantes do Rio Negro eram gigantes” (SAMPAIO, *Ibidem*, p 95-97).

Em 08 de fevereiro de 1775 eles alcançaram a vila de Barcelos, sede da Capitania do Rio Negro por decisão de Francisco Xavier de Mendonça Furtado em Carta Régia de 1755.

Neste documento a nova capitania se separava da Capitania do Grão Pará e da de São Luís do Maranhão, principalmente para ter mais autonomia nas questões relativas às inúmeras investidas espanholas, holandesas e inglesas sobre a rica região do Negro (SAMPAIO, *Ibidem*, p 198-203).

Para encerrar esse ciclo de importantes relatos sobre o rio Negro, mas não para esgotá-lo porque outros tantos foram produzidos posteriormente, deve ser lembrado o brilhante trabalho do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira com a sua monumental Viagem Filosófica ao Rio Negro, empreendida durante quase uma década, entre 1783 e 1792. Esse naturalista, baiano de nascimento, organizou um detalhado inventário científico da região e recolheu dezenas de peças etnográficas que foram enviadas para Portugal, principalmente para as universidades de Porto e de Coimbra. Somente duzentos anos depois, parte desse material retornou à Manaus para a “Exposição Memórias da Amazônia: expressões de identidade e afirmação étnica” promovida pela Universidade do Amazonas, Universidade do Porto e Universidade de Coimbra (FERREIRA, 2007).

O historiador Arthur César Ferreira Reis lembrou que tanto o Ouvidor Sampaio quanto o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira entenderam que o melhor lugar para a sede da Capitania era o Lugar da Barra e não a vila de Barcelos. Por iniciativa do Governador da Capitania, Manoel da Gama Lobo d’Almada, a sede foi transferida para o Lugar da Barra em 1791, mas intrigas na Corte portuguesa fizeram a sede voltar para Barcelos em 1799. Em 1807 a sede administrativa da Capitania foi transferida definitivamente para Manaus (REIS, 1989).

O Rio Negro, cenário para histórias de conquistas, ainda é descrito de forma poética por alguns que aqui navegaram, por viajantes, aventureiros e exploradores. O Negro encanta e surpreende na atualidade a todos que nele adentram. O geógrafo Aziz Ab’Sáber (2003) também foi tocado pela grandeza e beleza do Negro, e escreveu:

“A despeito da rasura das terras baixas regionais e do labirinto hidrográfico nelas embutidos ou a elas associado, existem notáveis visuais, no conjunto das paisagens amazônicas, a partir de pequenas elevações dos tabuleiros e seus terraços. Verdadeiros mares de água doce, emoldurados pelas exóticas pinturas de tons escuros do céu amazônico. Vultos de ilhas fluviais florestadas e o notável espetáculo do pôr do sol na

rasura das réstias de terras, que sublinham indefinidamente o horizonte” (AB’SÁBER, 2003, p.13 e 14).

A cada vazante do Negro - o fenômeno -, surgem milhares de ilhas que durante a cheia são parcialmente cobertas pelas águas negras, além de brotarem, naturalmente, quilômetros de belas praias de areias brancas e limpas que fazem os olhos mais céticos encantarem-se com tanta beleza. Zeidemann (2001) chama de “o mistério das águas pretas” para aqueles que quiseram explicar o fenômeno da cor negra do rio. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira realizou inventários científicos expressivos na região (1783- 1792), para o naturalista as águas do Rio Negro não eram pretas, mas na cor âmbar. Entretanto o conhecimento empírico das populações que viviam na região acreditava que a cor negra das águas se devia aos vegetais que nela caíam e eram dissolvidos, relacionavam as águas negras à decomposição vegetal (ZEIDEMANN, *Ibidem*).

O mistério foi esclarecido depois de séculos, foi na década de 1980 que foram aceitos os estudos que explicaram que as águas do Rio Negro correm rápido nas corredeiras rasas e movimenta sem pressa ao encontro com as águas do Solimões, isso acontecemais de um mês depois de baixada. Outro fenômeno natural e cíclico das águas, na época menos chuvosas, são as nascentes do alto Rio Negro que apresentam níveis baixos de água, enquanto a do Baixo Rio Negro está cheio, isto por mando das chuvas de regiões vizinhas (ZEIDEMANN, 2001).

No ordenamento territorial geográfico a cidade de Barcelos será referenciada como centro da bacia do Rio Negro, o que está acima de Barcelos será tratado como Alto Rio Negro e o trecho abaixo, até Manaus na confluência com o Rio Amazonas, será o Baixo Rio Negro.

O Alto Rio Negro, acima de Barcelos, tem características especiais, lá habitam aproximadamente vinte e dois povos indígenas que representam dez por cento da população indígena do Brasil. Com referências de estudos de pesquisa, esses povos desenvolveram relações de adaptação com o ambiente natural, a região é tida como um ecossistema desprovido de fertilidade do solo, não há várzea, e com carências do recurso piscoso (SILVA, 2012).

No Baixo Rio Negro havia as vilas que correspondiam a Santo Elias do Jaú, que mais tarde viria a ser chamada de freguesia Ayron (atual Velho Airão), fundada em 1694, primeira povoação de colonos as margens do Rio Negro, Barcelos e a Fortaleza da Barra (atualmente Manaus), entre outros aldeamentos hoje desaparecidos (LEONARDI, 1999).

A região vai além da sua grandiosidade e beleza, no início da colonização portuguesa, toda a historiografia do Rio Negro constam em diários das expedições de reconhecimento, crônicas do clérigo e relatos de viagem. Essas fontes oficiais foram escritas a partir da observação desses viajantes sobre as sociedades indígenas da região, contudo não houve aprofundamento na memória oral, mitos, genealogias indígenas (GUZMÁN, 1997).

A ocupação humana na região se deu, conforme a registros arqueológicos por diferentes grupos étnicos, conhecidos como sociedades pré-coloniais. Dentre eles estão os Barés, Manaos, Mayapenas, Passés e Baníwas, esses últimos do tronco linguístico aruak (NEVES, 2015). Não há dúvidas da existência do patrimônio arqueológico na região, a cultura material, os artefatos de pedra e os vasos de cerâmica se encontram em abundância na região.

Os primeiros relatos referem-se as populações usando a língua aruak e o ativo comércio entre os grupos étnicos, conforme o diário do padre Samuel Fritz: é notável o comércio que têm esses Manaves (Manao) com os Aisuares, Ibanomas (tribos entre os rios Tefé e Purus) e Jurimáguas, constam nas mercadorias, lâminas de ouro, vermelhão, raladores de mandioca, redes de palha e tacapes (PINTO, 2006).

Os portugueses passaram a competir com grupos étnicos, Manaos e Barés, que ocupavam a região de Barcelos. Na região, haviam canais de comércio que se estendiam desde o médio Rio Negro ao litoral das Guianas com seus colonizadores holandeses, que traziam produtos da Europa e que estavam chegando à Amazônia Central. Daí o estímulo para a intensificação da presença portuguesa no Rio Negro, com a construção do forte de São Gabriel da Cachoeira e a fundação da cidade de Barcelos (REIS, 1989). A região, desde os primeiros relatos, sempre foi viva, habitada, rica em cenários e misteriosa, uma região de exploração no passado e no presente, como a atual pesquisa demonstra.

Na a década atual, o Rio Negro, no que diz respeito à situação ambiental, pode-se dizer que ainda apresenta extensas áreas virgens de floresta, cuja conservação deve-se principalmente à baixa densidade demográfica. A população habita ao longo das margens do rio e nos seus maiores afluentes de forma espalhada (ZEIDEMANN, 2001).

Na região do baixo Rio Negro, ocorre com muita frequência a destruição das florestas, por meio da extração ilegal de madeira, da queima para o plantio e criação de pastagens. Esse modelo econômico de exploração dos recursos naturais traz como consequência o

desequilíbrio social e ambiental que se agrava com o aumento populacional e o desenvolvimento econômico não planejado para a região.

Ao contrário dos relatos de Carvajal, Rojas, Acuña, (1945), Zeidemann (*ibidem*) informa que as águas do Rio Negro são pobres em nutrientes o que dificulta a agricultura de várzea, porém, a acidez das águas traz proteção, evitam a procriação de insetos, e com os fenômenos naturais da seca formam belas praias, mas na cheia inundam imensas florestas que formam os igapós. A autora expressa seu pensamento ao dizer: “É difícil imaginar alternativas econômicas que compatibilizem a preservação dessa região com a melhoria de qualidade de vida das populações ribeirinhas (ZEIDEMANN, 2001, p. 66)”.

O cenário de beleza peculiar do Rio Negro conduz a uma nova oportunidade para o desenvolvimento social, territorial, cultural e econômico para a região. As milhares de ilhas que preenchem o canal principal do Rio Negro, como em Anavilhanas, assim como a paisagem do alto Negro, onde se encontram diversas cataratas e cachoeiras que se formam quando as chuvas nas cabeceiras diminuem e o nível das águas baixa, deixando aflorar rochas em diversos pontos, principalmente acima de São Gabriel da Cachoeira, onde se localiza o Pico da Neblina, o ponto mais alto do Brasil (ZEIDEMANN, *Ibidem*).

Para proteção da região, políticas públicas foram pensadas com o objetivo de frear o desmatamento, promover a proteção ambiental e social e combater a grilagem de terras. Uma das ações foi a separação de grandes recortes de terras do Rio Negro para a criação de unidade de conservação, sendo que uma das propostas para o desenvolvimento sustentável da região é o uso de seu potencial para o desenvolvimento do turismo e do ecoturismo, que são atividades econômicas, que devem ser planejadas para favorecer a conservação da região (ZEIDEMANN, 2001).

O baixo Rio Negro está atualmente recortado por áreas de proteção ambiental de uso sustentável e proteção integral, que são instrumentos de conservação do ambiente natural.

3.1 Dimensões das políticas públicas de proteção territorial e ambiental

No ano de 2003 foi instituída a política pública do governo de Estado, o Programa Zona Franca Verde, que seria o meio, pelo qual, as demais políticas estaduais seriam articuladas. Estas políticas deveriam agregar a ideia do desenvolvimento e o adjetivo sustentável, embutindo todos os pressupostos dele, tal como foi vinculado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – ECO/92 (SCHWEICKARDT, 2010).

O Programa Zona Franca Verde teve por objetivo melhorar a qualidade de vida, gerar emprego e renda e promover a conservação da natureza, e como desafio, revitalizar a produção florestal de produtos florestais não madeireiros por extrativistas e madeireiros, com o manejo florestal, bem como aumentar a produção do pescado e de frutas tropicais.

O Estado recebeu destaque internacional com a criação de leis de cunho ambiental, como a Criação da SDS, Centro Estadual de Unidades de Conservação, Centro Estadual de Mudanças Climáticas, Programa Bolsa Floresta, Projeto de Redução de emissão do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas e Programa Estadual de Eficiência Energética. Com esse processo de institucionalização o Amazonas se tornou um dos pioneiros nas questões ambientalistas dentre os estados brasileiros. Essas Leis trouxeram elementos e estruturas legais para projetos de pagamento de serviços ambientais do provedor, para conservar os ecossistemas e recompensar a quem realiza esse trabalho, que gera benefícios à coletividade, em nível local e global.

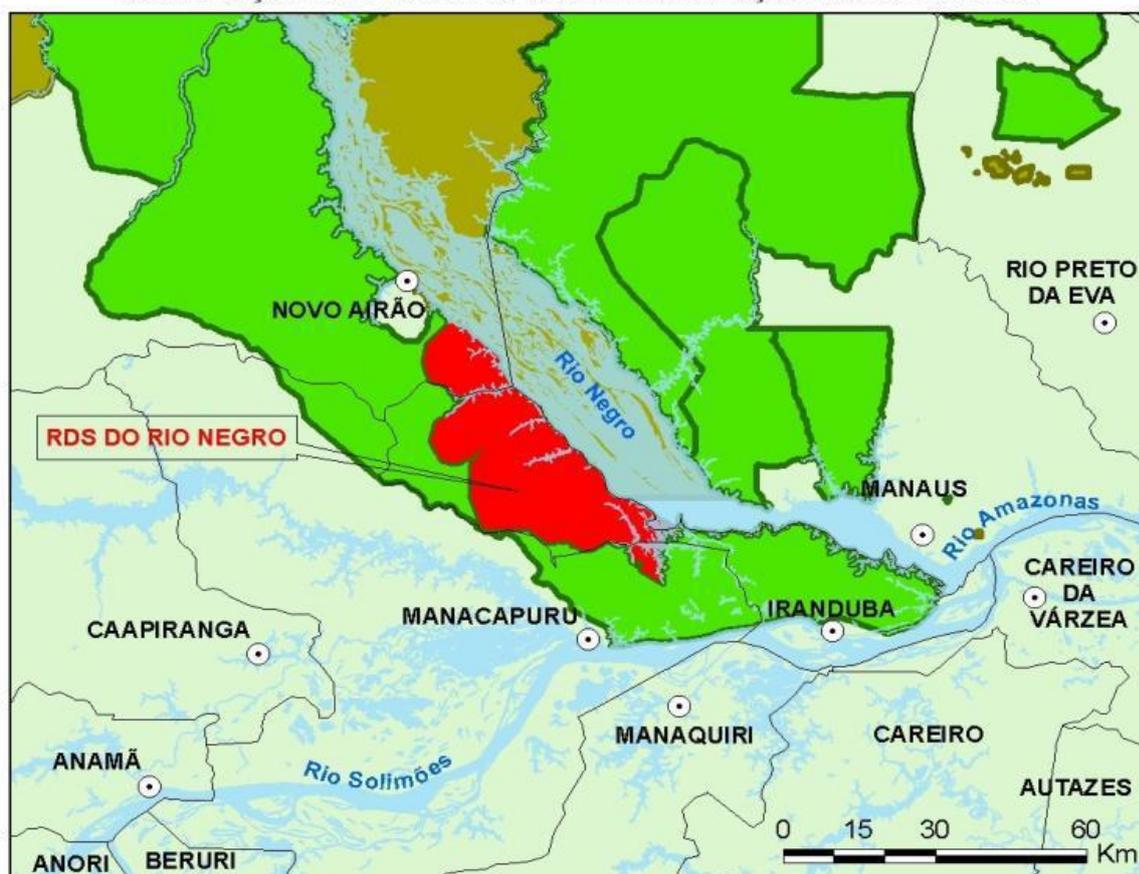
Benchimol (2010) avalia que os países mais ricos do mundo devem pagar para aqueles que contribuem para a prestação dos serviços ambientais, com a criação de áreas de preservação, conservação, reservas extrativistas, florestas nacionais, estações ecológicas, reservas indígenas e outras áreas protegidas. Contudo, o atual recurso que as empresas multinacionais dispõem para esse fim ainda é insuficiente, precário. O autor destaca que com o pagamento dos serviços ambientais mais dignos se deve investir na gestão administrativa, aumentar o quantitativo de cientistas, laboratórios, centros de investigação, campos de experimentação e fazendas agropecuárias, campos de manejo florestal, introdução de novos métodos de preservação e conservação, uso inteligente dos recursos naturais. Em resumo, esse recurso advindo do comprador dos créditos de carbono deve ser um valor que dê para investir na melhoria da qualidade de vida, não só local, mas regional.

A dificuldade encontrada está na valoração dos serviços ambientais, dar preço ao trabalho da natureza se torna uma tarefa complexa, mas considerando o uso direto (produção madeireira, beleza cênica para o turismo), o valor indireto (regulação do clima e manutenção do ciclo das águas) e o valor de não uso (preservação das espécies ameaçadas), poderia se imaginar um valor bem alto. Mas, como escreve Benchimol: “A Amazônia tem valor incalculável, porém não tem preço, porque não está à venda. Mas tem um enorme custo para a manutenção mesmo no seu estágio do *status quo*” (BENCHIMOL, 2010, p 83).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro tem grande importância para a conservação da biodiversidade dos ecossistemas amazônicos do baixo Rio Negro, bem como, na sustentação da qualidade de vida das comunidades tradicionais, oferecendo potencial de uso para o desenvolvimento sustentável das comunidades que estão inseridas na RDS Rio Negro. Esta Reserva foi criada em dezembro de 2008 com a divisão da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Negro, com uma área de 102.978,83 hectares, abrange parte dos municípios de Manacapuru, com 3.696,15 ha (4%), Novo Airão, com 16.613,91 ha (16%) e Iranduba, com 81.867,86ha (80%). Localizada na microrregião do médio Amazonas o acesso se dá por via fluvial, partindo de Novo Airão ou de Manaus, e via terrestre, atravessando a Ponte Rio Negro, pela rodovia AM-070 (Estrada Manoel Urbano), a seguir pela rodovia AM-352 que levará até o município de Novo Airão.

Por ser uma UC estadual está sob a gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), por meio do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC), que foi formalmente regulamentado na Lei Estadual Nº. 3.355 de 2008. Os objetivos básicos desse gestor são de preservar a natureza, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e qualidade de vida, promover o manejo dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais, bem como valorar, conservar e aperfeiçoar os saberes e técnicas de manejo usado pela população local.

LOCALIZAÇÃO DA RDS DO RIO NEGRO EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS



Mapa 4 Localização da RDS do Rio Negro.
Fonte: IDESAM, 2015.

No momento, a reserva está atravessando um processo de mudanças ambientais, econômicas e sociais, causadas pelo acelerado desflorestamento da região, consequentemente ocasionando a perda dos seus serviços ambientais³⁰, sociais e econômicos para as populações tradicionais.

Mendes (2001) afirmou que deveria ser criado um Projeto Amazônico e, dentro dele, ter a Agenda Amazônica constituída de desafios a serem superados, como o envolvimento e o comprometimento com o ambiente natural, a questão ecológica, por inúmeras razões, e que sua destruição implicaria na impossibilidade de sobrevivência para futuras gerações. Fixado a este, estaria valoração ou o desenvolvimento material e espiritual das populações amazônicas. O outro desafio está em conciliar o envolvimento e o desenvolvimento, no sentido da

³⁰ Serviços ambientais são quatro segmentos destacados pelo governo federal, de que são: **provisão**: que a capacidade dos ecossistemas de regular a água, frutos, raízes, e plantas medicinais, pescado, mel, madeira, e matéria prima para geração de energia (óleos, eólica, e mineral); **reguladores**: benefícios obtidos por meio de processo naturais que proveem as condições ambientais são a fotossínteses, controle de enchentes e erosão, purificação e regulação dos ciclos das águas e controle de pragas e doenças; **culturais** são os proveitos recreativos, educacionais, estéticos e espirituais que os ecossistemas proporcionam e **suporte** são os que contribuem para a formação do solo, ciclagem de nutrientes, polinização e dispersão de sementes (SENADO FEDERAL, 2007).

articulação entre os dois. Essa proposta é chamada de desenvolvimento sustentável e não pode ficar presa apenas à sustentação biológica, mas também à sustentação mental, moral e espiritual, a noosfera³¹.

Existe uma pressão mundial para o não uso da Floresta Amazônica, causando perda na economia e renda para a região, por não usar a cadeia produtiva dos recursos madeireiros e não madeireiros, minerais, agrícolas e pecuários (BENCHIMOL, 2010). Contudo, permanecer apenas no extrativismo ainda é o axioma da Amazônia, o que não conseguiria acompanhar a demanda do mercado consumidor de massa. Mas, se deve respeitar as opções ascéticas de famílias ou grupos que se contentam com a “pobreza sustentável” em comunhão com a natureza, o que não pode é ser generalizada (MENDES, 2001).

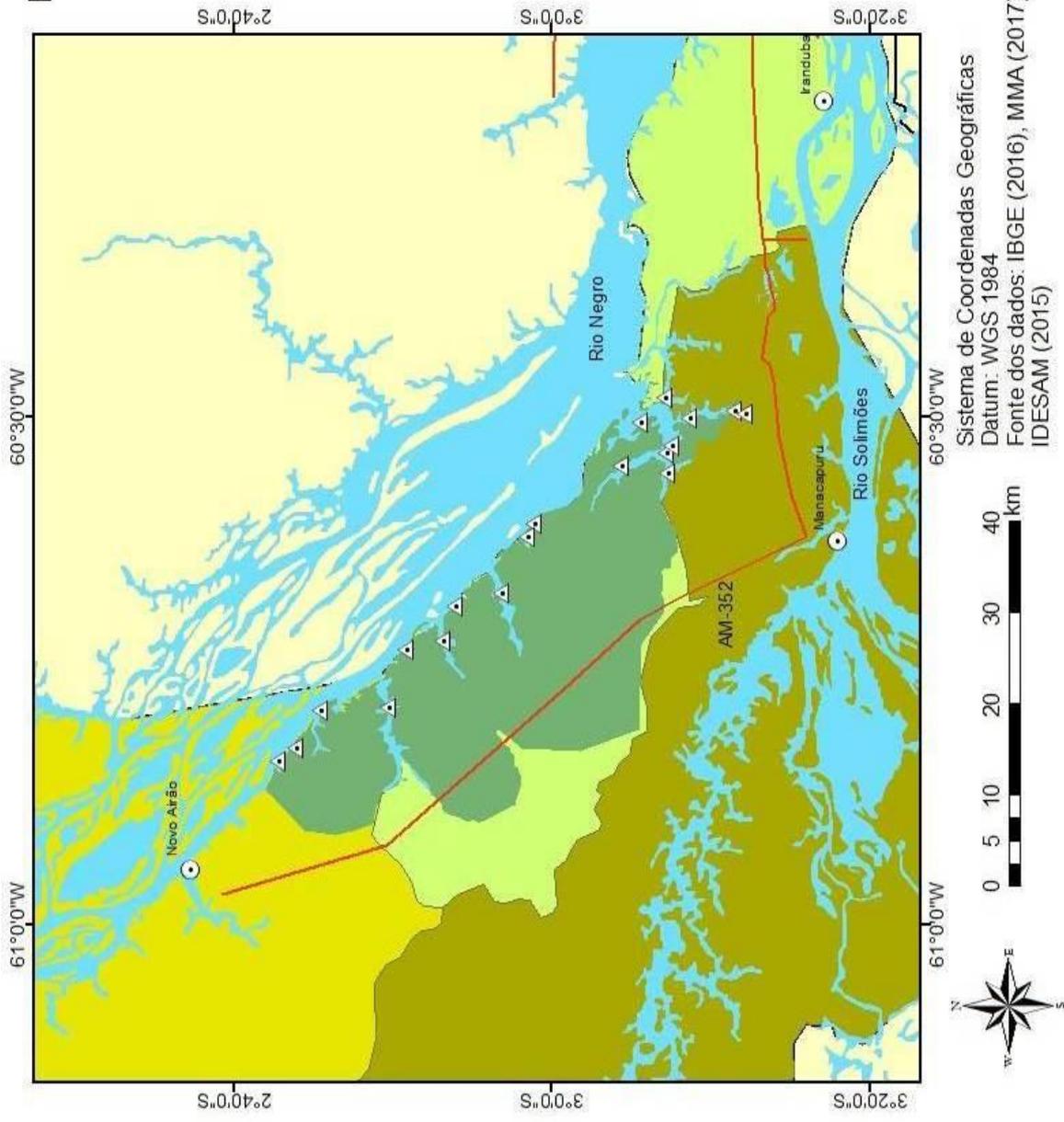
O Amazonas faz uso do sistema de pagamento por serviços ambientais, por meio do Programa Bolsa Floresta (PBF), com ações do projeto e seus subprojetos que incluem 15 unidades de conservação. Neste Programa, o indivíduo assume uma ação voluntária entre outras ações, como o desmatamento zero. Dentre as Unidades de Conservação (UCs) que estão incluídas no Programa Bolsa Floresta (PBF) está a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro.

Os impactos antrópicos da RDS do Rio Negro residem também na facilidade de acesso à região, que aumentou após a construção da ponte Rio Negro em 2011. Pesquisas que foram realizadas apontam para um impacto causado pela construção da ponte, que teve como efeito o crescimento desordenado da região, como a construção de casas, loteamentos ilegais, abertura de ramais, aumento das já instaladas fábricas de tijolos e atividades agrícolas, que tiveram aumento da demanda e, conseqüentemente o desflorestamento (SANTINE, 2013).

A área da RDS coexiste com dezenove comunidades, que são: Comunidades Tiririca, Santo Antônio, Marajá, Nova Esperança, no município de Novo Airão; Comunidades de Terra Preta, Camará, Carão, Tumbira, Santa Helena dos Ingleses, Saracá, São Tomé, Santo Antônio do Lago do Acajatuba, XV de Setembro, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora da Conceição e São Francisco do Bajarú, no município de Iranduba; Terra Santa e Nova Aliança, no município de Manacapuru.

³¹ O conceito da noosfera é atribuído ao filósofo francês Teilhard de Chardin.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro



Mapa 5. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.
Fonte: IDESAM/2015.
Org. Peixoto, 2017

A data de formação da população é importante para entender as necessidades e transformações que estão constantemente presentes nas vidas dessas comunidades. A maioria das comunidades formou-se entre as décadas de 80 e 90. A mais antiga é Terra Santa de 1945; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em 1976; São Francisco do Bajuru, em 1980; São Tomé, em 1982; Tiririca e Santo Antônio do Acajatuba, em 1985; Tumbira e Saracá, em 1986, Santo Antônio, em 1988; Nova Esperança, Nossa Senhora da Conceição e Santa Helena, em 1989; Terra Preta, em 1990; Nossa Senhora de Fátima, em 1991; Carão, em 1993; Camará, em 1995; Nova Aliança, em 2001; XV de Setembro, em 2002 e Marajá, em 2012.

O Plano de Gestão da RDS do Rio Negro³² registra que a população atual iniciou a ocupação com suas famílias para a margem direita do Rio Negro para viver do extrativismo, muitas delas migraram do Nordeste e de outras regiões da Amazônia (AMAZONAS, PG da RDS do Rio Negro). Consideradas comunidades tradicionais, elas têm atividades desenvolvidas na agricultura e na pesca de subsistência e comercial, extrativismo madeireiro, artesanato e turismo.

³² Registro a participação da pesquisadora nas pesquisas de campo para elaboração do plano de gestão como consultora de turismo.

3.2 O Potencial para Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) apresenta no Art. 4, parágrafo IV dos seus objetivos a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações locais, especialmente das comunidades tradicionais. Regulamentado pelo Decreto Nº 30.873/2010 estabelece diretrizes para o uso público das unidades de conservação que estão sob a gestão do estado do Amazonas.

Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro existem dois tipos de atividades de turismo, uma particular, desenvolvida por pequenos e grandes empreendedores, e outra se diz ser o comunitário, que é difundido como TBC.

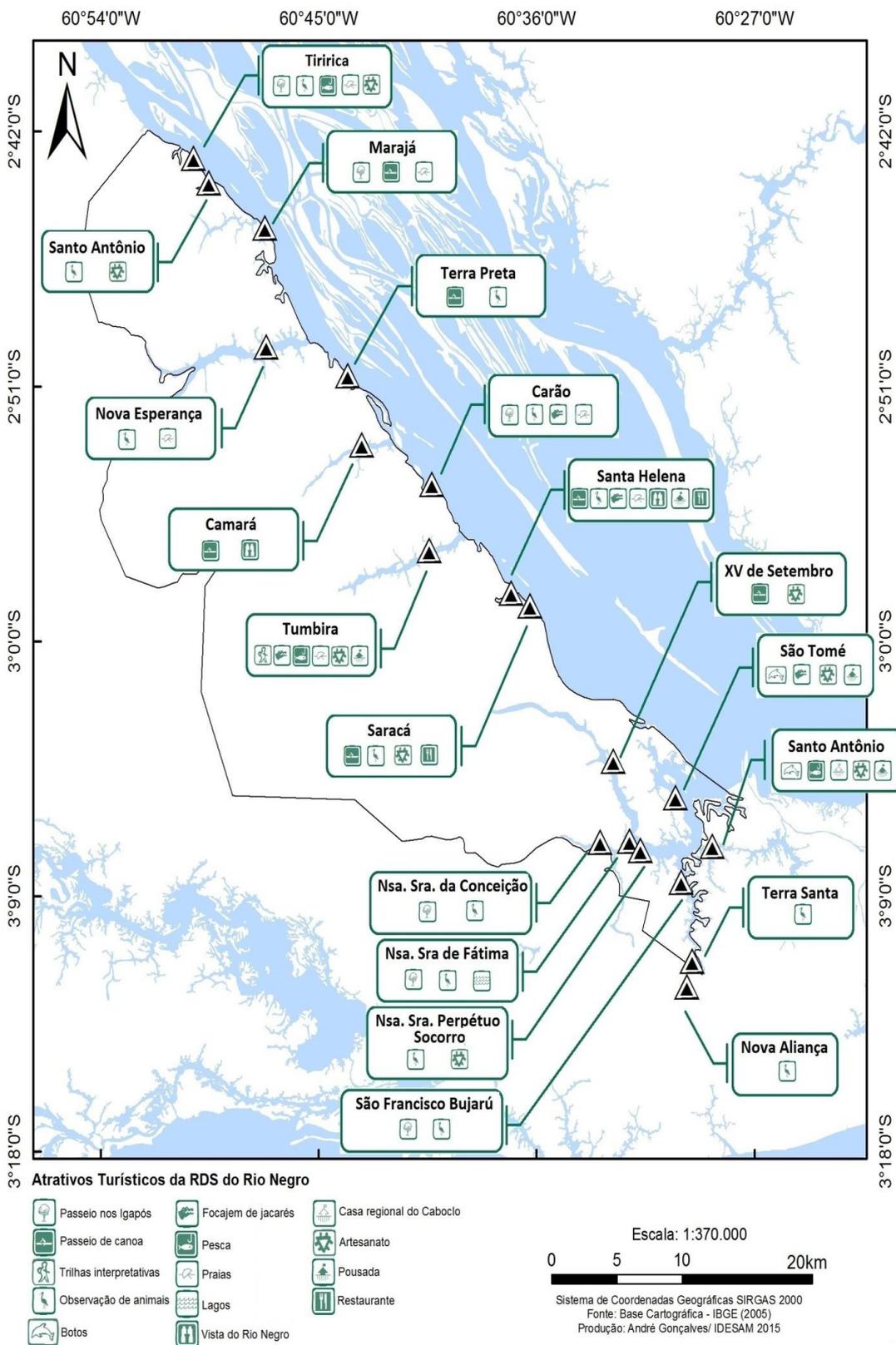
A Lei 11.771/2008 que dispõe a Política Nacional de Turismo tem por objetivo - artigo 5º, propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural; preservar a identidade cultural das comunidades e as populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística; reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008).

Com relação ao potencial turístico, aquele comum às dezenove comunidades é o potencial natural. O bioma amazônico favorece o turismo de natureza, ecológico, comunitário, aventura, observação de avifauna, entre outros segmentos da atividade. Esse potencial pode ser trabalhado para oportunizar a visita constante, pois os atrativos se diferenciam durante os 12 meses do ano. O ciclo das águas cria paisagens diferenciadas durante seu curso, tais como a floresta de terra firme, o sub-bosque e a floresta de igapó, praias e etc. Na vegetação endêmica encontram-se as orquídeas e as bromélias e outras características que se revelam belas mudanças das paisagens. Apesar disso, no presente, não são muitos os atrativos³³ para motivar uma demanda constante para a RDS do Rio Negro. Sem constância na demanda não

³³ Com base em vários autores, que não definem o que é atrativos turísticos mas apontam o que fazem os turistas a desistirem lugar, está a falta de segurança alimentar, pessoal, serviços de saúde, comunicação, infraestrutura, não ter facilidade para locomoção, meios de transportes, problemas e instabilidade política, a guerra, níveis de preços locais e o câmbio, epidemias entre outros.

Nas comunidades estudadas na RDS do Rio Negro apontaram para a falta de comunicação, assistência à saúde em caso de urgência e emergência, não tem facilidade nos meios de transporte.

há como proporcionar ganhos satisfatórios no uso dos serviços turísticos diretos e indiretos do local.



Mapa 6 Mapa das potencialidades turísticas das comunidades da RDS do Rio Negro.
Fonte: Amazonas, 2017.

Para a estruturação do Turismo de Base Comunitária a cooperação da comunidade é imprescindível, ela deve estar no processo de planejamento até sua implementação para o turismo sustentável. As principais teorias já discutidas e defendidas como formas de participação da comunidade incluem a atuação cidadã, a redistribuição de poder, os processos de colaboração e capital social, essas teorias formam a base para a definição do Turismo de Base Comunitária, conforme Okazaki (2008). O autor sustentou que, deve-se ter uma abordagem integral da comunidade para ser parte de um turismo sustentável, assim, devem-se reduzir os impactos negativos causados pela atividade, e reforçar, simultaneamente, os efeitos positivos. Ele também observou que a força da indústria do turismo poderá ter influência negativa, quando parcialmente implantada ou positiva quando toda a comunidade está interligada.

A cooperação comunitária é fundamental e não poderá limitar-se apenas na redistribuição equitativa de recursos financeiros, mas na partilha de conhecimentos que contribuam para a transformação do processo de aprender, na atuação e no autodesenvolvimento pessoal. Tudo isso permitirá que a sociedade local tenha participação justa nos custos e benefícios.

Okazaki (1988) e Haywood (2008) definem a participação comunitária como um processo que envolve as partes interessadas, de forma que, para se tomar decisões é necessária uma atuação compartilhada. Contudo, destaca-se que a cooperação e a mobilização comunitária são demoradas, pois existem barreiras que devem ser superadas, como a educação, a inexperiência, a falta de visão para negócios e a ausência de assistência financeira e fomento por parte do Estado. Esse quadro piora quando os interesses individuais e escusos de alguns estão presentes no desenvolvimento da atividade. Tais barreiras devem ser superadas antes de receber o público exógeno, do contrário, não tem como a comunidade participar do Turismo de Base Comunitária.

Como o turismo é um produto consumido no local do receptivo, ele fica muito suscetível a influências externas. Nas comunidades, essa relação entre moradores e turistas se mostra ainda mais sensível, podendo ser de indiferença e até mesmo, em muitos casos, pode ser hostil por parte dos moradores. Outro problema comum é quando não há o envolvimento do comunitário, nesses casos não tem como criar um ambiente turístico, pois os moradores se sentem vitimados e os turistas insatisfeitos.

A imagem da comunidade local não se restringe apenas a aceitação do turismo, mas do ambiente natural, da infraestrutura, instalações de hospedagens, e eventos locais, esses ativos

da comunidade fazem parte do acolher, que é essencial para crescer adequadamente os ativos da comunidade. Okazaki (*Ibidem*) destaca ainda que o envolvimento do exógeno com a força motriz (movimentação) da comunidade são elementos importantes para a proteção ambiental e cultural, além da compra dos produtos turísticos, que é uma forma de incentivar renda e trabalho.

Em muitas experiências de Turismo de Base Comunitária a cooperação comunitária é ignorada nos projetos, nas ações e nas práticas, e por isso o TBC raramente tem o efeito desejado. Okazaki (*Ibidem*) criou um gráfico com escala de participação da comunidade que identifica se a comunidade está preparada para o TBC. O autor usou a “escada de participação cidadã”, que é a redistribuição de poder, processos de colaboração e criação de capital social. Essa teoria de cooperação comunitária e o empoderamento do conhecimento participativo, estão na base de uma definição de modelo bem-sucedido de TBC.

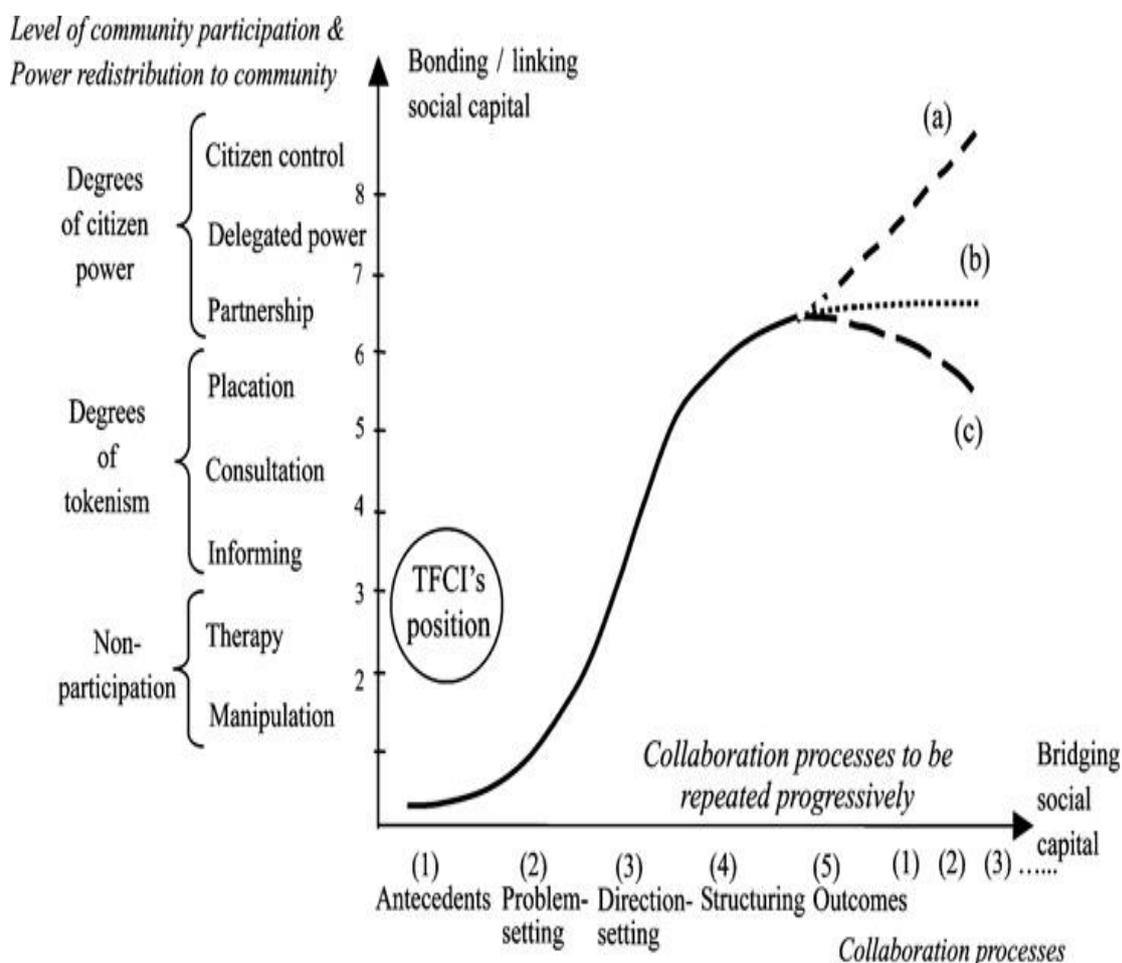


Figura 7 Escada de participação cidadã de Arnstein, S.R. (1969) - A ladder of citizen participation. Journal of the American Institute of Planners.

Na escada expõem-se cada degrau correspondendo à expansão do poder dos cidadãos em determinar o resultado final na ação pública. Os degraus inferiores são de manipulação e terapia, neles se encontram os níveis de “não participação”. Seu objetivo real é permitir que detentores do poder manipulem os participantes, para que as pessoas participem do planejamento dos programas. Os degraus 3 e 4 é de informação e consulta, onde os cidadãos podem ouvir e serem ouvidos. Quando a participação é restrita a esses níveis mais baixos, não há uma progressão, portanto, nenhuma garantia de mudar a atual situação da população. O degrau 5 é a pacificação, é o nível mais elevado do simbolismo, visto que as regras permitem que os cidadãos recomendem, mas o poder de decidir continua retido nas mãos de poucos, os chamados *powerholders* – denominação da autora.

Subindo na escada para o degrau 6, o poder de decisão e participação do cidadão vai crescendo. Nesse nível os comunitários podem participar de parcerias, que os permita barganharem poder junto a seus detentores. No degrau 7 acontece a delegação de poder e no degrau mais altos da escada de participação, o degrau 8, está o controle do cidadão; aqui os cidadãos alcançam a maioria de assentos da tomada de decisão, ou seja, o poder administrativo completo.

Na linha horizontal estão os processos colaborativos, que devem ser repetidos sempre. O primeiro processo é o dos antecedentes, o segundo se caracteriza pela definição dos problemas, o terceiro é a direção a ser tomada, o quarto é a estrutura e o quinto são os resultados. Essas etapas são repetidas continuamente. Okazaki justificou que a escada de participação comunitária é apenas uma simplificação, mas que ilustra a participação do cidadão que, em geral, é um ponto esquecido. Além disso, o patamar de cada degrau foi identificado em função da importância da mobilização comunitária. A manipulação indica que os detentores do poder tem atitudes positivas para deixar as pessoas se manifestarem, mesmo não dispoendo de informações, conhecimento e assessoria técnica. Esta disposição é importante para que se inicie o processo de tomada de decisões por conta própria.

A terapia é uma forma encontrada pelos exógenos para não assumirem os erros e enganos sozinhos, a técnica encontrada é abrandar a responsabilidade dividindo-a com a comunidade. Muitas vezes essas atitudes são praticadas por técnicos de órgãos públicos. A responsabilidade de comunicar as pessoas sobre seus direitos, responsabilidades e opções, é uma corrente que flui de cima para baixo. A consulta, por sua vez, é a participação, por meio de reuniões de vizinhança, entre outras, onde se apresentam os dados de participação na pesquisa. Outra definição importante é a de pacificação, que apresenta uma pequena influência da participação cidadã nas decisões, entretanto não significa que os tomadores de

decisão levarão em conta o que foi comunicado. Na parceria, porém, o poder é disseminado por uma negociação entre os comunitários e detentores do poder. Durante o planejamento, onde as decisões são divididas em comitês, são delegados poderes aos comunitários, que podem tomar decisões sobre as contas da política pública. Desse modo, o controle do cidadão é a responsabilidade pelo planejamento, pela política, assumindo a gestão em sua totalidade (MEDEIROS; BORGES, 1996).

Segundo Medeiros e Borges (1996) e Demo (2007) são três, os itens basilares no planejamento participativo: (1) a formação de consciência crítica e autocrítica da comunidade, pela qual se elabora o conhecimento adequado dos problemas que afetam o grupo, formula com seu saber e em aliança com o saber técnico, um posicionamento crítico diante da realidade; (2) a identificação de dos problemas prioritários, formulando estratégias palpáveis para o enfrentamento, encontrando caminhos alternativos e propostas de negociação; e (3) organização do grupo, que são essenciais para concretizar os dois itens anteriores.

Aplicar o conceito da escada de participação cidadã para o TBC na capacitação da comunidade ajuda a manter a autoridade e os recursos para tomar decisões, a agir e desenvolver o controle do turismo na sua região, em vez de deixar os governos ou operadoras multinacionais do setor tomarem poder de decisão (OKAZAKI, 2008; TIMOTHY, 2007). Com isso, cria-se possibilidade de empoderamento da comunidade, assim, para realizar o turismo sustentável, deve haver a participação e a ação das comunidades afetadas pela atividade, em relação à importância da justiça política e socioeconômica (OKAZAKI, *Ibidem*).

É importante ser entendido pela comunidade que o turismo é dependente de muitos fatores externos, as parcerias devem envolver múltiplas partes interessadas com setores públicos e privados. As parcerias entre esses setores e a comunidade devem estar na base do planejamento participativo, os processos de tomada de decisão compartilhada e com um único objetivo, colmatar as distinções culturais. A colaboração é um meio para resolver os conflitos entre as várias partes interessadas, permite que todas as partes se envolvam na tomada de decisões, mesmo em um ambiente culturalmente diversificado (OKAZAKI, 2008).

Efeitos Positivos do TBC



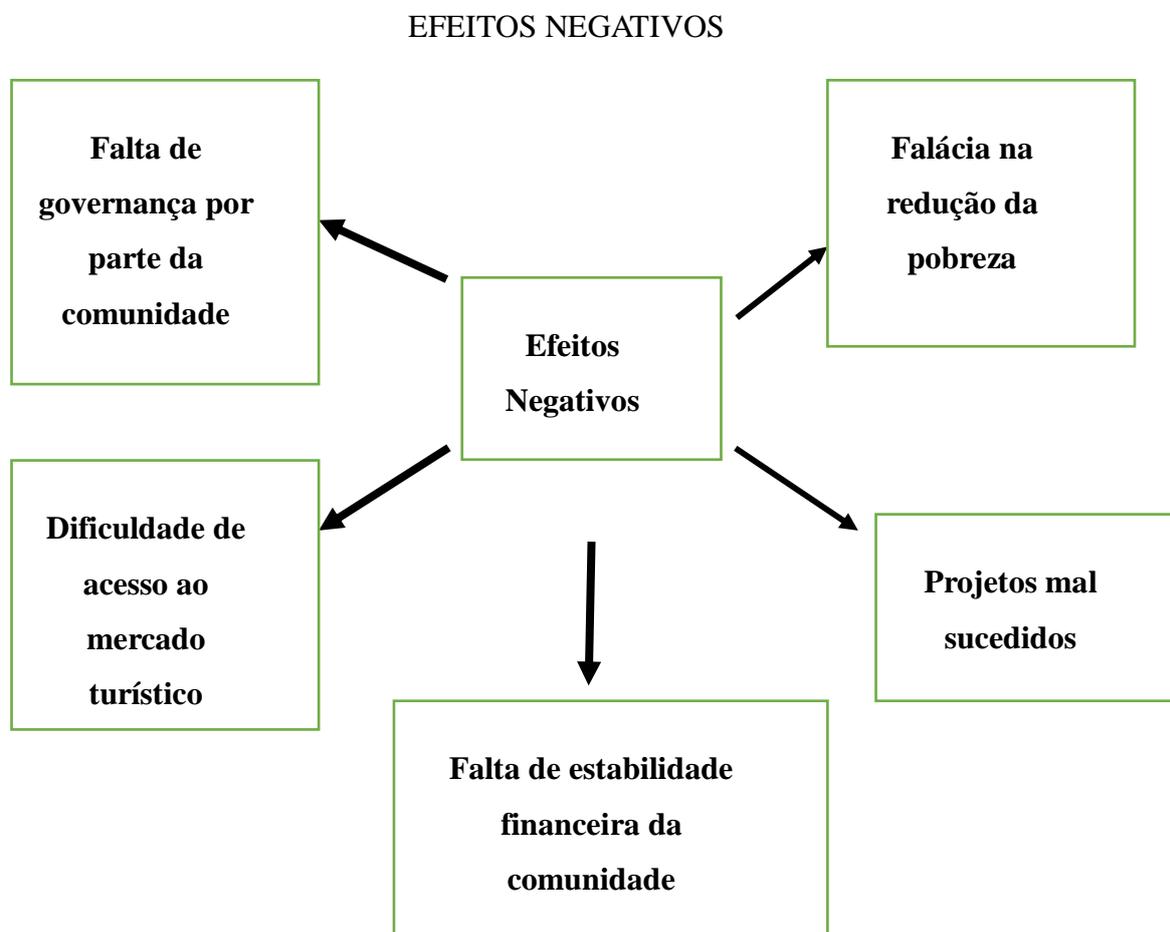
Figura 8 Efeitos positivos do turismo de base comunitária.
Org. Peixoto, 2016.

Nikolla (2013) corrobora a ideia de que a participação comunitária é considerada de suma importância para o desenvolvimento do turismo e de estudos científicos. O caso apresentado de turismo comunitário por Brunetti 2002 e por Nikolla et al. 2013 mostram dois casos de sucesso de turismo de base comunitária no norte do Brasil, nos quais foi enraizado um modelo ambientalmente consciente e responsável. O autor avalia que houve melhoras significativas nas comunidades e que a qualidade de vida aumentou. Além disso, foi discutida a situação da comunidade, essa noção de desenvolvimento adaptada à localidade e como ele é considerado pelos habitantes como atores na transformação do seu território.

Contrária a essa ideia escreve Mathieson e Wall (1982) que o turismo de base comunitária (TBC) pode ser a direção errada. A pesquisa desses autores assinalou que o TBC raramente reduz a pobreza e que as comunidades deveriam tentar adentrar no mercado comercial de turismo, porque isso poderia trazer um impacto benéfico maior do que se pensava tradicionalmente.

Nos projetos de turismo de base comunitária, apresentados na pesquisa, não há um que possa ser considerado bem-sucedido. A maioria das iniciativas falharam no sentido de tirar a comunidade da miséria. Isso acontece pela falta de estabilidade financeira e o difícil acesso ao

mercado, aliado a fraca governança por parte dos comunitários. Por esse motivo NIKOLLA et al. (2013) justificam que a solução está em unir as comunidades pobres com as grandes redes operadores de turismo, em vez de estabelecer apenas um turismo alternativo.



**Figura 9 Efeitos negativos do turismo de base comunitária.
Org. Peixoto, 2016.**

Por outro lado, Murphy (1985) argumentou que a chave para a sobrevivência em países em desenvolvimento reside em promover habilidades locais, criatividade e inovação para o futuro desenvolvimento. Esta atitude pode levar a um gerenciamento comunitário para obter controle e poder no desenvolvimento do turismo local.



**Foto 10 Casa de Artesanato. Comunidade Tumbira.
Autora: Peixoto, 2018.**

Na verdade, essas ideias só reforçam aquilo que é o turismo, complexo, não é isolado, tem que ser compartilhado, participativo e difundido entre as partes interessadas. O que não se pode considerar, para o desenvolvimento do turismo nas comunidades do Baixo Rio Negro, é competir com as formas do turismo tradicional. Deve-se planejar para manter a autenticidade do receptivo, bem como atrativos turísticos, como artesanato, mas sem precisar ir além das atividades tradicionais. Deve-se criar um turismo que possa favorecer e garantir a sobrevivência das comunidades, o bem-estar social, cultural e econômico.



**Foto 11 Artesanato – panelas em madeira. Comunidade Tumbira.
Autora: Peixoto, 2018.**



**Foto 12 Artesanato com sementes de açai. Comunidade Tumbira.
Autora: Peixoto, 2018.**

3.3 Economia ambiental ou economia ecológica

“(...) que os recursos a princípio pareciam inesgotavelmente abundantes; que os sinais iniciais de sua extinção foram mascarados por variações normais nos níveis daquele recurso ao longo dos anos ou das décadas; que foi difícil as pessoas concordarem em serem parcimoniosas na coleta de um recurso compartilhado; e que a complexidade dos ecossistemas frequentemente torna as consequências de alguma perturbação causada pelo homem virtualmente impossível de serem previstas mesmo por um ecologista profissional” (JARED DIAMOND, 2010, pg25).

O turismo caminha junto com a globalização, como a visitação de exógenos em locais considerados exóticos, com outra identidade cultural, com a aproximação do endógeno, bem como, com a divulgação do produto turístico para o mundo globalizado. No sistema de economia globalizada as consequências negativas são inerentes ao processo, como o desemprego ou subemprego. Quando se estuda a comunidade receptora e sua estrutura de poder, observa-se que, as pessoas são fáceis de absorver as mudanças nas práticas sociais, como modelo de hospitalidade padronizado para o turismo, mudanças na infraestrutura, e o mais preocupante, a turistificação³⁴ do lugar e da cultura. Como dos exemplos é o fato de as atividades culturais sofrem mudanças para agradar os turistas ou o fato de objetos da cultura material ser colocados à venda para os turistas.

A globalização causa mudanças, como a exposição da área protegida e suas comunidades tradicionais são colocadas na oferta turística. A sociedade exógena é incitada para o consumo da paisagem natural. Conforme Pires são três tipos de atitudes humanas frente a problemática ambiental de conservação da natureza, a primeira é a atitude sentimental, a segunda é a atitude altruísta e a terceira é a atitude realista científica. Esta última diz respeito ao universo em que vivemos o aumento demográfico e a expansão industrial e que desde o século passado está ameaçando o equilíbrio biológico (PIRES, 1977). Portanto, o cuidado com o ambiente natural está presente nos sentimentos, atitudes e estudos, todos, na medida certa, influenciando o modo como o turista se sentem encantados e encorajados a conhecer e conservar o ambiente natural.

³⁴ Conceito novo que serve para caracterizar mudanças no espaço, na paisagem, na cidade ou na cadeia produtiva servir a atividade turística (FIGUEIREDO, 2008).

Pires (*Ibidem*) afirma ainda que a civilização que demanda por consumo de energia, indústrias, tecnologias, combustível, onde dispõem de uma única fonte de matéria prima, que é a natureza, sacrifica milhares de espécies de animais e vegetais, transforma o ecossistema, com a poluição do ar, solo e da água. Ponderar sobre a importância da ecologia para economia e as nuances das duas principais teorias econômicas que abordam o tema do meio ambiente se faz necessário para entender as diferenças entre elas. Para tanto, é importante fazer um breve resgate histórico.

O pensamento sobre o desenvolvimento industrial do início do século XX ainda trazia a definição de que a industrialização era um progresso para a civilização. O progresso foi difundido como sendo sinônimo de crescimento econômico, sendo intimamente relacionado ao desenvolvimento. Considerou-se, nas duas linhas de pensamento, que a Teoria Econômica tem o seu ponto de partida clássico na análise do uso dos recursos naturais, pois é uma ciência que trata dos recursos como escassos. A variável meio ambiente só entrou em questão no final dos anos de 1960, com a proposta de criar um novo modelo de desenvolvimento que fosse sustentável, incentivando a redução dos impactos da ação dos seres humanos ao ambiente natural.

A ciência econômica subdividiu-se em duas grandes correntes. Uma de cunho ambiental, a Economia Ambiental, conhecida como economia neoclássica, usa bases dos teóricos neoclássicos e concentra-se na análise da escassez/abundância de recursos. A outra de cunho ecológico, a Economia Ecológica, que nega o pensamento da economia ambiental, pois avalia que este seja tão-somente parcial, ao passo que ela tenta incorporar aspectos dos ciclos biogeoquímicos e intercâmbios de energia termodinâmica na análise dos desgastes ambientais.

Os teóricos da economia ambiental baseiam-se na premissa do pensamento de Adam Smith em defesa do liberalismo econômico e do integral desempenho do mercado, liberando o uso dos recursos naturais. Na contemporaneidade, essa teoria ainda tem primazia para o desenvolvimento de um país. Ao verem a economia como um sistema macro e a natureza como um subsistema desse sistema, os defensores desta abordagem contribuem muito para o aumento inexorável da extração do recurso natural, fato esse, que agravou muito a situação ambiental do planeta terra. Nesse contexto o planeta já havia passado por duas grandes guerras sendo que na última explodiu uma bomba atômica, que causou danos imediatos ao ambiente natural.

Com preocupações em relação a continuidade a vida humana, alguns cientistas econômicos uniram-se com cientistas de outras áreas do conhecimento e deram início aos estudos sobre um novo modelo econômico, o pensamento econômico ecológico, demonstrando que o crescimento demográfico e a pobreza contribuem muito para a destruição do ambiente natural.

A proposta da economia ambiental, em relação aos recursos naturais, está na exploração do ambiente natural para a produção de bens. Segundo essa proposta a expansão da economia pode ser infinita, como a substituição dos recursos por trabalho ou capital reprodutível³⁵. Além disso, ela acredita no progresso tecnológico e científico, como uma variável para garantir o crescimento econômico, bem como ter mais eficiência na exploração dos recursos naturais. Para os seguidores deste pensamento o meio ambiente é apenas para exploração e o estoque do recurso ambiental. O pensamento de deixar para explorar no futuro se justifica apenas se o ganho de capital ou rendimento for equivalente à taxa de juros do mercado. O esgotamento das reservas naturais automaticamente se reverte em escassez de recursos e conseqüentemente, com o tempo, a oferta reduz e o preço do recurso aumenta. Com o esgotamento dos recursos o preço o é máximo e a procura se torna quase zero.

Um exemplo do ótimo esgotamento é o gás natural, que justifica ser explorado pelos ganhos com custo de oportunidades (*royalty*) que os municípios ganham com a exploração desse recurso natural. Contudo para continuar justificando ser explorado esse recurso natural, deve-se fazer uma análise comparativa do preço do gás natural no mercado e o valor dos *royalties* ao longo do tempo.

O processo de valoração dos recursos naturais tem bases no conceito neoclássico de soberania e racionalidade. Esse conceito parte do princípio que o consumidor é racional em relação ao preço que deve ser dado a um determinado bem ou serviço ambiental, e estes estão divididos em valor de uso (água, energia), valor de opção (pagar pelo bem que poderá ser usado no futuro) e o valor de existência (compromisso ético de preservação) (ORTIZ, 2003).

A economia ecológica, por outro lado, tem início no pensamento emergido ao final dos anos de 1960, quando foi fundado o Clube de Roma, formado por cientistas, industriários e políticos. Todos tinham por objetivo discutir problemas de ordem econômica, política e ambientais.

³⁵ De acordo com Peter May (2010) o Capital Reprodutível pode ser considerado genericamente como todas as formas de capital, manufaturado, humano ou natural, passíveis de reprodução.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi o marco dos anos de 1970 para o tema. Teve a primeira grande reunião de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas (ONU) para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente. Nesse evento foi lançado o relatório Limites do Crescimento, do Clube de Roma. A conclusão do relatório foi um alerta para a humanidade diminuir o consumo dos recursos naturais, e caso isso não acontecesse a terra chegaria ao esgotamento em um século. Naquele momento, vários pensadores começam a se destacar no cenário mundial. Alexander King, um dos fundadores do Clube de Roma, e o economista Ignacy Sachs, um dos percussores da economia sustentável. É importante entender que os pensadores da economia ambiental formam um grupo misto e de caráter interdisciplinar. Um desses pensadores, o brasileiro Clovis Cavalcante, é formado em economia e é reconhecido internacionalmente por fundar, em 1989, a *International Society for Ecological Economics (ISEE)*³⁶ e ser o atual presidente.

O pilar do pensamento dos economistas ecológicos está na segunda Lei da Termodinâmica, que é entropia³⁷. Nicholas Georgescu-Roegen (MUELLER, 2005) afirma que é possível observar o cerne da entropia no funcionamento da economia, iluminando caminhos para análises construídas sobre as inter-relações entre o sistema econômico e o meio ambiente. O autor nega que a economia seja um sistema isolado, mas sim um sistema aberto e de constante transformação de energia útil em energia menos nobre, que é dissipada no ambiente. Conforme o pensamento de Cechin e Veiga (2010) que dizem que a entropia é a transformação energética da produção de calor, que depois de usar se dissipa, torna-se uma energia menos nobre, esta é a forma de degradação de energia e tal processo é irreversível.

Os sistemas que conseguem manter o padrão de equilíbrio na organização das mais diversas formas de vida são abertos e existem em áreas de fluxo energético não isolados. O planeta Terra é fechado, pois a quantidade de materiais não muda, mesmo recebendo permanentemente o indispensável fluxo de energia do sol (SCHNEIDER & SAGAN, 2005).

Toda transformação energética envolve produção de calor. Ele tende a se dissipar, e por isso é a forma mais degradada de energia. Embora uma parte possa ser recuperada para algum propósito útil, não se pode aproveitar todo o calor. Justamente devido à sua tendência a se dissipar. Assim, a essência da Lei da Entropia é que a degradação da energia tende a um máximo em sistema isolado, e que tal processo é irreversível. Claro, sistemas que conseguem manter um

³⁶ The ISEE - The International Society for Ecological Economics <http://www.isecoeco.org/>

³⁷ É a transformação da energia em forma menos nobre

padrão de organização, como as mais diversas formas de vida, não são isolados. São abertos e existem em áreas de fluxo energético. (SCHNEIDER & SAGAN, 2005).

Os seres vivos conseguem manter sua organização temporária, tentam resistir à entropia, isso só acontece porque são constantes nos sistemas abertos a entrada de energia e materiais. Em síntese, a energia usada para realizar o trabalho é uma energia útil e de baixa entropia, a energia dissipada não serve mais para esse mesmo processo. Ao utilizar as fontes de energia útil, o homem acelera o processo de entropia e aumenta a energia dissipada.

No sistema econômico, para manter sua organização material e crescer em escala, há de se nutrir em energia útil com baixa entropia e de transformar em energia menos nobre que se dissipa no ambiente, diminuindo a qualidade desta. O cientista Nicholas Georgescu-Roegen quebrou paradigmas ao expor sua visão do crescimento econômico ser exponencial, ou seja, segundo esse modelo é fisicamente impossível obtermos crescimento econômico infinito, visto que os recursos que nutrem esse sistema são finitos (CECHIN; VEIGA, 2010).

Entende-se que a visão dos economistas ecológicos é guiada pelos estudos da termodinâmica, que, ligada ao campo multidisciplinar, impactarão diretamente a sociedade e o meio ambiente nas decisões econômicas de um país (LOYOLA G. 2001). Aqui cabe citar o que escreveu Fritjof Capra (2006):

A civilização continua a crescer quando a sua resposta bem-sucedida ao desafio inicial gera um ímpeto cultural que leva a sociedade para além de um estado de equilíbrio, que então se rompe e se apresenta como um novo desafio. Desse modo, o padrão inicial de desafio e resposta é repetida em sucessivas fases de crescimento, pois cada resposta bem-sucedida produz um equilíbrio que requer novos ajustes criativos (CAPRA, 2006, p. 25).

Em resumo, diante do dilema ambiental em que a civilização contemporânea se encontra, caso ela não dê uma resposta bem-sucedida ao desafio passará para a gênese de outra civilização (CAPRA, 2006).

3.4 Economia dos moradores da RDS do Rio Negro

A elaboração do plano de gestão³⁸ da RDS iniciou-se no ano de 2015. Nele consta um levantamento socioeconômico da região, as atividades econômicas das comunidades como a agricultura, a pecuária, a piscicultura, a extração de madeira e o extrativismo como insumo principal para a fabricação de artesanato e para o turismo.

Nessa pesquisa, observou-se que o turismo de base comunitária foi uma escolha das pessoas locais, a partir da apresentação do turismo como opção econômica, sem saber ao certo o que é o turismo. Na atualidade, não existe uma política pública para o desenvolvimento econômico voltada diretamente para o turismo na RDS do Rio Negro. Isso deixa a atividade mais vulnerável ao fracasso, a exposição irregular das comunidades frente a atividade turística. Apesar do potencial que a região tem para o turismo, este está adormecido, como também está o interesse da maioria dos comunitários pela atividade. Apenas empreendedores entre os próprios comunitários mantém essas atividades vivas, como é o caso das iniciativas privadas das Pousadas Tumbira e Tariri.

Os comunitários que se dispuseram a participar da pesquisa tem alguma ideia do que seja o turismo, mas a maioria tem apenas a vontade, sem saber o que é o turismo de fato. Muitos afirmam que a atividade turística traz o benefício da renda extra, mas alguns entrevistados nas comunidades do Rio Negro vão além desse discurso, falam também da troca de conhecimento. Contudo, para adentrar no mercado turístico, é necessário que conheçam o potencial da região, os atrativos que podem ser construídos, além de identificar qual é o produto da comunidade e o que ela tem a oferecer de diferencial no mercado turístico. Para chegar tão longe se faz necessário conhecer o que é turismo. Cunha (2007) explica o que se entende por uma oferta turística:

[...]o conjunto de todas as facilidades, bens e serviços adquiridos ou utilizados pelos visitantes bem como todos aqueles que foram criados com o fim de satisfazer as suas necessidades e postos a sua disposição e ainda os elementos naturais ou culturais que concorrem para a sua deslocação (CUNHA, 2007, pg.175)

De acordo com a leitura de autores como Cunha (2007), Oliveira (2005), Haulot (1991), Fuster (1971) e Acerenza (2002) é possível organizar a ideia da oferta turística a partir do seu potencial, a partir disso é possível concretizar a construção e organização dos atrativos,

³⁸ A autora da pesquisa participou como consultora em turismo do Plano de gestão da RDS do Rio Negro.

que não são apenas os serviços, mas incluem a segurança social, política, ambiental e sanitária do lugar, até se chegar a um produto turístico consistente de forma que seja competitivo no mercado onde será comercializado. A ideia da oferta turística mostra-se na figura abaixo (Figura 10), inicia-se dentro do local onde há as potencialidades e segue até ser inserido no mercado turístico, para fora.

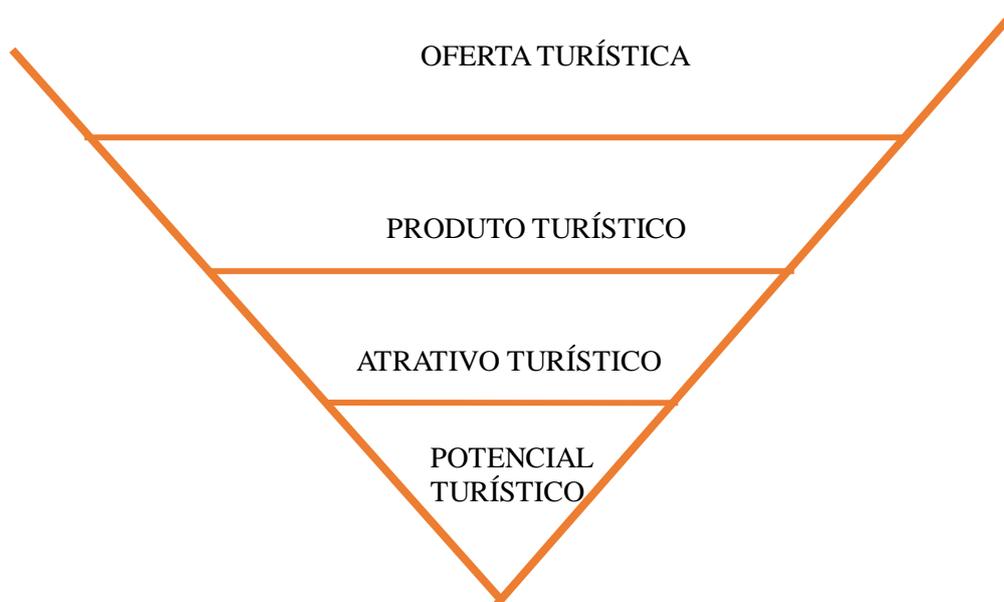


Figura 10 Construção da oferta turística.
Org. Peixoto, 2018.

Para melhor entender os passos da oferta turística é necessário saber o que é o potencial turístico. Neste estudo, observou-se que o potencial do ambiente natural para o turismo na Amazônia– é uma vocação natural, porém o que não existe é o valor de uso referente ao quanto pagar pelo uso efetivo do recurso ambiental. Isso poderá acontecer se houver investimentos econômicos no ambiente, o potencial em si não oferece condições para receber o turista.

Considera-se atrativo turístico aquilo que se tem para oferecer ao turista, é o potencial com suas modificações. Isso vai depender de um plano de desenvolvimento, com normas e regras para serem seguidas, para não surgir atrativos que não pertençam à cultura local. Os atrativos são culturais, como o patrimônio edificado, histórico e ambiental. Os pesquisadores como Fuster (1971), Haulot (2000) e Oliveira (2005) não consideram como atrativas as regiões com doenças endêmicas, problemas políticos, guerras, insegurança alimentar social e individual, locais sem garantia de transportes e que apresentem falta de meios de comunicação. Norbert Elias (1992) escreve sobre a busca de emoções prazerosas na esfera do lazer:

[...] Um deles é de que grande parte dos fatos de lazer despertar emoções que estão relacionadas com aquelas pessoas experimentam noutra esfera: despertam medo, compaixão ou ciúme e ódio por simpatia com os outros, mas de uma maneira que não é seriamente perturbante e perigosa, como é o caso, com frequência, na vida real. Na esfera mimética, por assim dizer, transposto numa combinação diferente. Perdem o seu ferrão. Confundem-se com uma espécie de prazer (NORBERT ELIAS, 1992, pg. 124).

Dessa forma, pode-se entender que o mimético é uma aproximação do real em que o lazer provoca emoções. Como os atrativos que apresentam formas artísticas e emoções a serem sentidas, mas nada que apresente risco de vida às pessoas. Caso exista um país sem estrutura ou que está em guerra também pode ocorrer demandas de indivíduos que queiram usufruir das atividades miméticas, pelo alto grau de excitação que o ambiente provoca.

Produto turístico é tudo que é oferecido ao turista (OLIVEIRA, 2005). Um conjunto de atrativos turísticos com serviços, equipamentos e locais disponíveis ao turista. O produto deve ter qualidade nos atrativos, só assim atrairá os turistas. O que está pronto para se oferecer ao turista e ao mercado turístico como uma oferta turística. A oferta turística está no comércio turístico, a partir desse momento está à disposição dos consumidores que escolhem os produtos que querem consumir, diferente dos consumos tradicionais, no turismo são os consumidores que se deslocam para consumir o produto.

Diante dos estudos daquilo que venha a ser uma oferta turística observa-se que as comunidades da Reserva que dizem ter atividade de turismo de base comunitária, além de não estarem efetivamente no segmento de Turismo de Base Comunitária, ainda não estão estruturadas para entrar no mercado. A forma de trabalho ainda é incipiente, há pouco profissionalismo e entendimento da complexidade do turismo e do mercado turístico.

Estudar o turismo que é realizado nas comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável foi um desafio, pois há uma ideia preconcebida de que lá funciona um turismo de base comunitária, sem que na verdade seja, e também de que os preceitos de desenvolvimento situado nos recursos humanos e ambientais da comunidade são seguidos. Conforme o conceito em uso, a comunidade local deve ser participativa desde o planejamento, até a implantação do projeto e a gestão das atividades de turismo, o que de fato não ocorre nessas comunidades.

A teoria do turismo de base comunitária em desenvolvimento exige uma ação decisiva dos comunitários que implica no envolvimento direto das populações locais em todas as fases do processo da formação, até o ponto em que a por completo, transformando-a em única gestora do empreendimento.

Para identificar iniciativas de turismo de base comunitária como atividade bem-sucedida (GOODWIN; SANTILLI, 2009) considera-se cinco principais categorias de análise, que são: (1) capital social e empoderamento, (2) desenvolvimento econômico local, (3) modos de vida, (4) conservação do meio ambiente e (5) comercialidade.

Atualmente o turismo de base comunitária pode ser visível tanto na literatura científica como nos discursos políticos para elaboração de políticas públicas, associado à proposta de turismo sustentável e ao desenvolvimento local. Contudo, a realidade é diferente, existe uma lacuna entre o ideal e o real, e esta dualidade está presente na na vivência das comunidades, ou seja, há uma contradição entre a prática e a teoria.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro tem como seu maior potencial o bioma amazônico, que ainda se encontra em estado aceitável de conservação. Mas, se faz necessário criar regras, para a utilização do patrimônio natural. Durante as pesquisas de campo foi questionado sobre as potencialidades da comunidade para desenvolver o turismo. Os comunitários do Lago do Acajatuba responderam:

COMUNIDADE	ARTESANATO COM MADEIRA	ARTESANATO COM PALHAS	ARTESANATO COM SEMENTES
NS Conceição	1	2	1
NS Fátima	0	0	0
XV Setembro	1	2	1

**Quadro 6. Atrativos da comunidade na visão do comunitário do Lago Acajatuba
Org. Peixoto, 2019.**

O mesmo questionamento foi feito nas comunidades Tumbira, Santa Helena do Inglês e Saracá. As repostas são bem mais diversificadas, pois nestas comunidades os moradores já receberam apoio econômico e capacitações para o desenvolvimento do turismo. Eles

apresentam mais opções de potencialidades, pois já foram trabalhados na percepção ambiental do local.

Atrativos para o turismo – comunidades do Rio Negro			
Tipos de atividade de turismo	Tumbira	Santa Helena do Inglês	Saracá
Restaurante Comunitário			3
Trilha	1		1
Passeio Lago			1
Demonstração da pesca artesanal			1
Artesanato	5		3
Casa de farinha	1		
Focagem de Jacaré	1		
Pousada comunitária		2	
Empreendimentos particulares	5		

Quadro 7. Atrativos da comunidade na visão do comunitário do Rio Negro. Org. Peixoto, 2019.

O que se percebe nos quadros das comunidades do Lago do Acajatuba e Rio negro que devesse ter como premissa o planejamento para a construção de uma oferta turística, com vistas no futuro bem próximo, para não degradar as potencialidades naturais, como à turistificação do lugar, a degradação ambiental, social e cultural e a exclusão da comunidade local.

O turismo contribui para o desenvolvimento regional, mas o Estado deve saber que tipo de desenvolvimento econômico quer fomentar para que ocorra as melhorias na qualidade de vida da população local bem como, por ser um sistema aberto, sempre em busca a melhorias contínuas, diferentes da maioria dos projetos econômicos que só fazem melhorias passageiras.

A indústria do turismo é considerada como uma indústria impulsora, pois utiliza matéria-prima do lugar, mão-de-obra local, neste caso, as potencialidades e os atrativos turísticos, que formam o produto turístico e se comercializa como oferta. Não se pode romantizar que a população tradicional deve permanecer estática, sem poder entrar no mercado econômico, mesmo porque, compreende-se que a região turística é, por definição, um destino comercial para suprir os serviços requeridos pelo visitante (ACERENZA, 2002; SMITH, 1980).

A proteção ambiental da Amazônia é uma preocupação do governo, o estado do Amazonas tem como política ambiental a criação de áreas protegidas, entretanto se faz necessário à elaboração da Lei do Turismo que apoiem os programas das diretrizes de Uso Público (DECRETO Nº 30.873, de 28 de Dezembro de 2010).

A falta da leis adequadas impede investimentos no setor causando uma insegurança jurídica, normas para o planejamento, ordenamento, diretrizes, metas e programas para os empreendedores. Nesta situação considera-se que a carência da Lei do Turismo gera a desordem, a falta do planejamento, fomento, regulação, licenciamento e de fiscalização na atividade turística.

Os comunitários da RDS ainda apresentam uma relação desarmoniosa com o ambiente natural, embora haja investimentos de política pública do governo, ainda há supressão da floresta pelo desmatamento, retirada de madeira para comércio ilegal. Desde o ano da criação da Reserva, em 2008, foi medido o desmatamento por ano e área, que apresenta redução nos anos seguintes até 2014 e um aumento no ano de 2015. Como indica o quadro a seguir.

Ano	Desmatamento (ha)	%	Desmatamento Acumulado (ha)	%
2008	1.714	41,5	1.714	41,5
2009	486	11,8	2.200	53,28
2010	330	8,0	2.530	61,27
2011	339	8,2	2.869	69,48
2012	230	5,6	3.099	75,05
2013	320	7,8	3.419	82,80
2014	284	6,9	3.703	89,68
2015	426	10,3	4.129	100
Total	4.129	100	-	-

**Quadro 8 Dados do desmatamento na RDS do Rio Negro.
Fonte: IDESAM, 2016.**

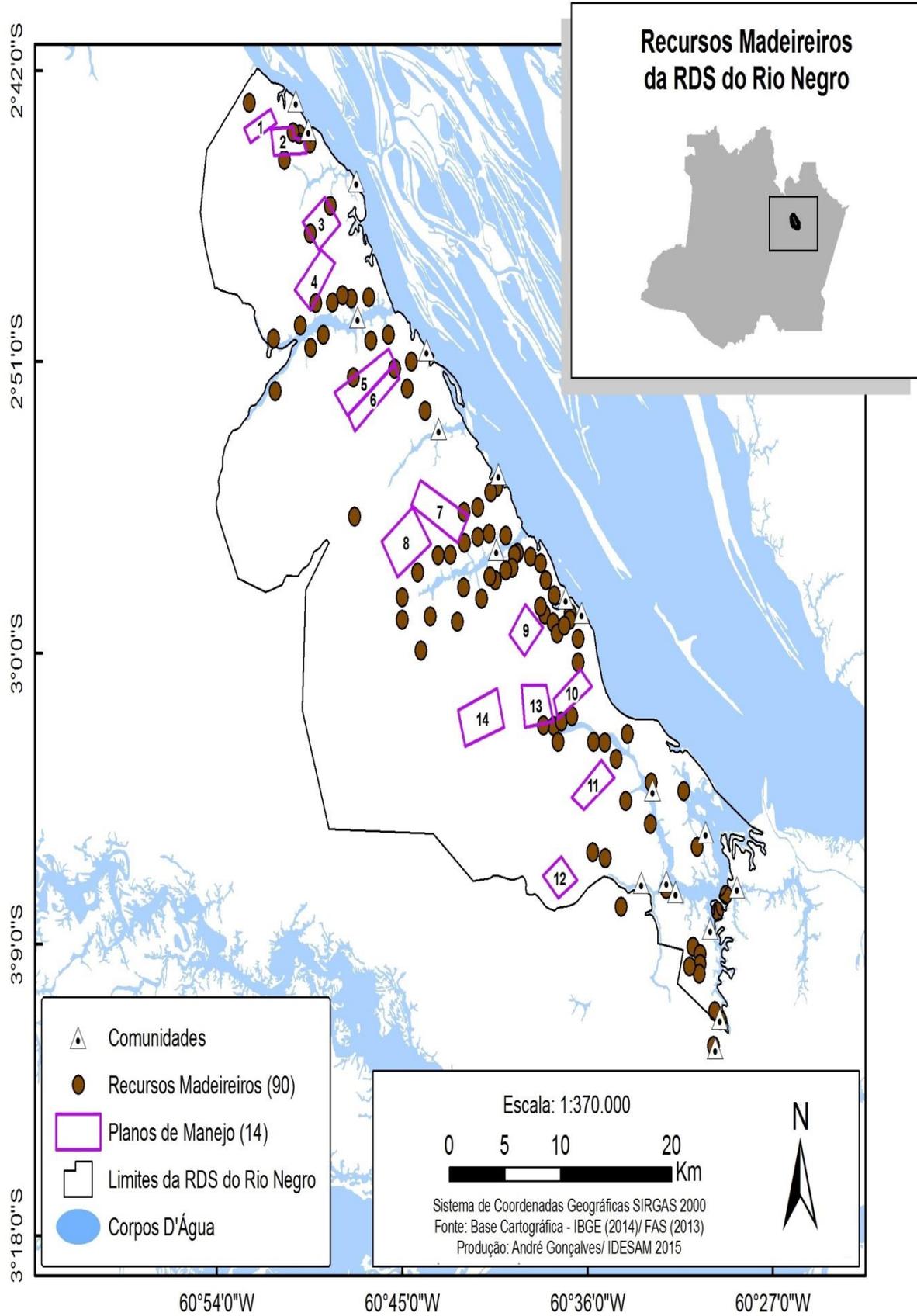
Conforme o Plano de Gestão da RDS do Rio Negro (2017) consta que os planos de manejos florestais recebem apoio e fomento de órgão público e do terceiro setor:

Os planos de manejo são apoiados com recursos da FAS/BNDES, Bradesco e Instituto Camargo Corrêa (FAS 2015), em parceria com o DEMUC e o IDAM, sendo o IDAM o responsável técnico. A validade das Licenças de Operação (LO), à princípio, duravam dois anos. Atualmente, o método de renovação das LO deve ser realizado anualmente, sendo solicitada junto ao IPAAM. A LO aprova as atividades de corte, arraste e permite o acesso ao Documento de Origem Florestal (DOF), visando à autorização do transporte para a colheita florestal (AMAZONAS, PG, 2017, pg.193).

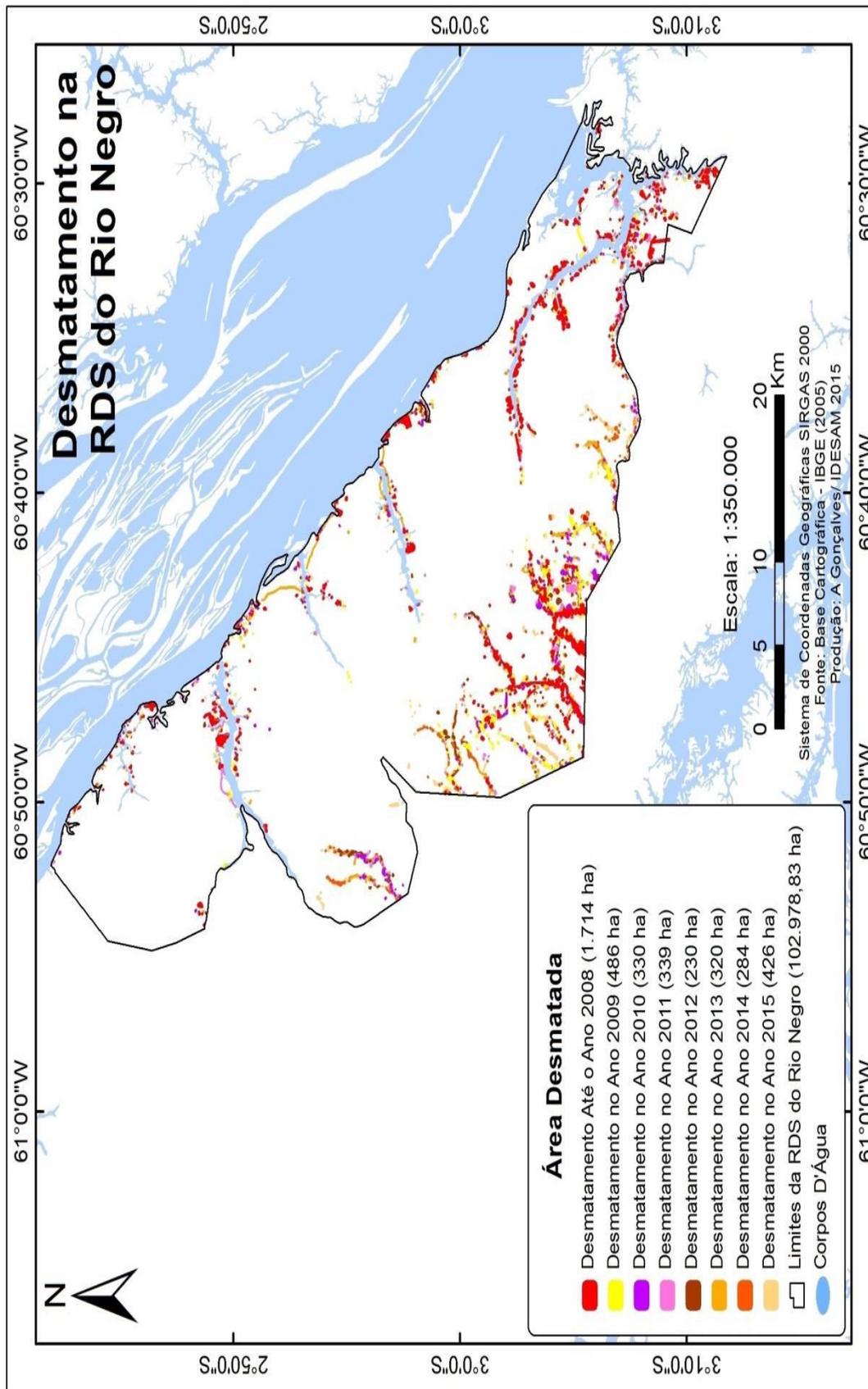
O processo de regularização da atividade madeireira, resultante dos incentivos de programas sociais na RDS do Rio Negro, foi efetivado por meio da elaboração de planos de manejo florestal (AMAZONAS, PG, 2017). A problemática dos manejos florestais na RDS está na comercialização da madeira extraída, por motivos de problemas burocráticos inerentes

ao Estado. O processo de venda é relato do comunitário (Entrevista 13), que se dá por etapas. Primeiro o plano de manejo tem que estar legalizado para se tirar a autorização no IPAAM, essa autorização tem tempo de validade para vender a madeira, depois deve ser paga a nota fiscal. A dificuldade está nas restrições para a venda, pois o comprador deve ser legalizado com CNPJ e ter o pátio, onde se pousa a madeira, também legalizado. Ocorre que, os impostos são altos e os pagamentos extras, referente a nota fiscal, aliado a falta de comprador que cumpra as exigências legais, faz com que a divisão dos lucros da venda entre os trabalhadores não compense o esforço de cada trabalhador. Problemas que o Estado tem que dar soluções.

A extração de madeira é atividade tradicional dos comunitários da RDS do Rio Negro. Muitos têm como profissão a carpintaria civil e a naval, e as espécies mais extraídas são o cumaru (*Dipterix* sp.), angelim (*Dinizia excelsa*), cupiúba (*Goupia glabra*), louro (*Ocotea* sp.) e itaúba (*Brosimum utile*).



Mapa 7 Recursos Madeireiros da RDS do Rio Negro.
Fonte: Amazonas, 2017.



Mapa 8. Desmatamento anual na RDS do Rio Negro entre os anos de 2008 e 2015.
Fonte: IDESAM, 2015

Por meio de incentivos estaduais foram criados 14 planos de manejo (PM) e identificados 90 recursos madeireiros. Entretanto, os comunitários que estão à frente dos PM dizem encontrar muita dificuldade para comercializar a madeira de manejo, há muita burocracia nos órgãos que emitem a licença, além do tempo que é posto para a comercialização.

Outro acontecimento de relevância, que atingiu diretamente a APA Rio Negro foi a inauguração da ponte sobre o Rio Negro em 2011. Isso significou um período de exploração e especulação imobiliária, vários lançamentos de empreendimentos imobiliários do outro lado do rio (margem direita do Rio Negro), como consequência, houve a abertura de ramais, estradas e áreas para construção de conjuntos e condomínios habitacionais e o crescimento na produção do polo ceramista, sem contar o aumento nas atividades agrícolas da região. As maiores causas de desmatamentos são as aberturas de ramais que facilitam o acesso e a venda de terrenos ilegais dentro da UC, os mesmos ramais servem de uso para a caça e extração de madeira. O extrativismo não-madeireiro também ocorre na região que contribui de forma irrelevante para economia local (AMAZONAS, PG, 2017).

Existem recursos florestais na região que servem para o extrativismo, espécies que tem valor econômico, como a arumã (*Ischnosiphon polyphyllus*) e o cipó titica (*Heteropsis* sp.) ou o junco, cujas fibras servem para confecção de artesanatos. As extrações desses recursos consolidam-se aos poucos como uma atividade econômica na região do baixo Rio Negro (Durigan; Castilho 2004). O artesanato é fabricado com sementes do local, e tingem-se com folhas de cajuru ou outras folhas ou raízes que mancham os tecidos, cipós e sementes. É um atrativo turístico.

Os dados do gráfico (Figura 11) foram retirados do Plano de Gestão da RDS (2017) e demonstram que os recursos madeireiros têm expressiva participação na economia local, bem como, na agricultura e na avicultura. O desmatamento continua sendo o foco maior para a insustentabilidade econômica, social, territorial e cultural da RDS. O turismo tem relevância, mas aparece somente como atividade realizada por empreendedores locais e empresas externas.

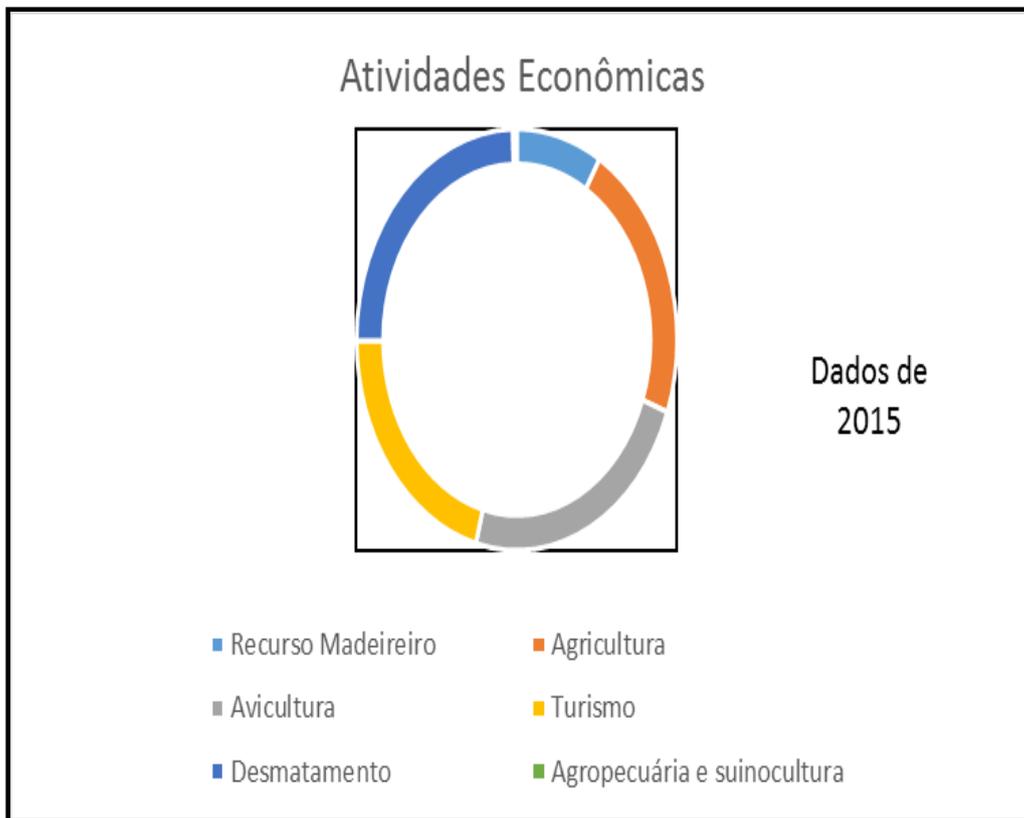


Figura 11 Atividades econômicas identificadas no PG da RDS do Rio Negro.
Fonte: AMAZONAS, 2017.

Os autores (MALDONADO, 2009; HOERNER, 2011; CORIOLANO, 2006) afirmam que projetar o turismo para as comunidades é justificável pela importância expressiva na produção da identidade, o uso da memória na construção de uma identidade, que servirá para servir ao turismo cultural, e no reconhecimento desta identidade pelos comunitários.

SESSÃO IV - CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

Na Grécia da antiguidade, o húbriis, era usado para aquilo que ultrapassasse sua própria medida, e por isso é condenado. O sentimento de extrema autoconfiança que acometia os heróis após a realização de seus feitos. Não raramente, eles passavam a se sentir invencíveis, chegando até a desafiar as próprias divindades que lhes haviam concedido a glória. Os deuses gregos não admitiam tal afronta. Havia um senso da “exata medida de todas as coisas”, e não era lícito ao homem desafiar essa ordem. A alguns os deuses davam mais, a outros, menos. E cada um deveria contentar-se com aquilo que lhe era concedido (NETO, 2012).

Assim pode-se imaginar o grandioso Rio Negro, que passa a ideia de *húbriis*, tão vanglorioso, autoconfiante, onipotente. Ao olhá-lo, logo se entende a exaltação pela qual ele foi e é descrito por muitos, agregam valores que passam da medida, ignoram seus limites ambientais e sociais. Parece uma afronta aos deuses, que coloca a sociedade em desafio para protegê-lo e conservá-lo, como a provocação das Esfinges de Tebas que, se a resposta for bem sucedida, continuará, mas se for negativa morrerá. Contudo, como há vida, há o movimento, e outros novos desafios serão apresentados.

O atual desafio da população que habita as margens do baixo Rio Negro é o socioambiental e econômico, pois precisam de cuidados, evitando o ecocídio³⁹. A realidade de quem vive nas margens dos rios e lagos que formam o imponente Rio Negro é de total dependência e uso inexorável dos recursos ambientais.

Viajar pelo Rio Negro é uma experiência cheia de emoção. Ao ver a paisagem⁴⁰ formada pelo rio, floresta, barrancas rionegrinas e praias, vislumbra-se formas sustentáveis de utilizá-las como atração turística. O potencial da paisagem amazônica ou bioma amazônico ainda não se conseguiu alcançar de forma integral pelas políticas públicas voltadas para o turismo - um modelo que envolva a paisagem, o social, econômico e o cultural.

³⁹ Jared Diamond, usa o termo para suicídio ecológico no livro *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*, 2010.

⁴⁰ A paisagem continua sem definição, é preciso encontrar um caminho que favoreça as abordagens capazes de associar: natureza e sociedade, ciência e cultura, individual e coletivo, teórico e prático, objetivo e subjetivo. A paisagem é um sistema aberto com muitas entradas e muitas saídas: o retorno da paisagem continua assimilado à natureza, mas se soma à noção social e cultural (LACERDA, 2014).

A cada distância vencida, a viagem enriquece-se, com os banzeiros, ilhas, pássaros e horizonte, até se chegar às primeiras comunidades. Os barrancos aparecem quando o rio está seco, o que exige mais empenho para se chegar a sede comunitária, a caminhada para subir o barranco é árdua. Quando o rio está cheio, a voadeira⁴¹ aporta na beira do barranco e mais fácil dese chegar a comunidade.

Ao visitar as comunidades do lago do Acajatuba e das margens do Rio Negro percebe-se as semelhanças em valores, necessidades e fragilidades sociais, econômicas e ambientais entre elas. Quando se inicia o diálogo com os comunitários, as similaridades ficam mais evidentes, a proximidade com Manaus é evidente, mas a falta de oportunidade de trabalho e a comunicação são incipientes. Não há agentes de saúde, a vida é sacrificada no cultivo da roça, na pesca, existe dificuldade para vender a madeira manejada. As histórias locais enfatizam, a submissão deles frente ao poder do Estado. Estas dificuldades são recorrentes entre os depoimentos dos comunitários.

Conforme escreveu Norbert Elias (1990), o termo poder soa antipático, agressivo, sendo consequência do processo de desenvolvimento das sociedades humanas onde não há equilíbrio de poder, tornando extremamente desigual.

Para entender melhor as semelhanças entre as comunidades, escreveu Matos (2015), os seres humanos vivem em relações de interdependência uns dos outros, formam grupos ou melhor, figurações, esta é para Elias (1994) o entrelaçar dos humanos, e estes não são seres isolados pois:

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a mais, que chamamos de “sociedade” (NORBERT ELIAS, 1994, P.178).

Nas comunidades do Rio Negro, encontram-se alegrias e queixumes por falta ou pouca presença do Estado. Existem grandes famílias formando outro modelo de poder e assim uma configuração local. Nesta configuração comunitária constam histórias que se apresentam nas

⁴¹ Como são chamados barcos de alumínio com motor de polpa a partir de 60 Hp.

conversas informais com os comunitários. Dentre elas está a transformação do local em área de proteção ambiental (APA) e depois em reserva de desenvolvimento sustentável (RDS).

No PG não consta como ocorreu à recategorização de parte da APA em RDS, e esta pergunta foi feita a uma comunitária do Tumbira que contou a história vivida:

(...) Primeiro a região aqui era uma Área de Proteção Ambiental, desde 1995, no então governador Amazonino Mendes. Eles proibiram os moradores de retirar a madeira. (ENTREVISTA 20, 2018).

Consta no Decreto de 1995 que cria a Área de Proteção ambiental no Art 2º do Decreto Nº 16.498 que:

A Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda e da Margem Direita, destina-se a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais. (DECRETO Nº 16.498/1995). (Anexo)

Naquela década a APA ficou sob a administração do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IMA/AM). No Decreto havia algumas restrições para a APA, como não autorização da terraplenagem, mineração, drenagens e escavação que venham causar danos ao ambiente; para as atividades agrícolas e pecuária teria as zonas de uso. Uma ampla restrição para uma área protegida.

No Ano de 2001, por meio da Lei 2.646, de 22 de maio, fizeram-se alterações nos limites da APA Rio Negro Margem Direita e Esquerda. Nesta Lei acrescentam-se na redação os objetivos básicos para a preservação de ecossistemas naturais.

Art. 6º. O Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte e Setor Sul, tem como objetivos básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (LEI 2.646 de 22 de maio de 2001).

Este objetivo difere muito daquele do ano de 1995, pois abre possibilidades de exercer atividades educacionais e econômicas, porém nada se fala nada sobre o social. Nos parágrafos

da Lei, consta que a visitação pública está sujeita as normas e restrições do plano de manejo; a pesquisa científica, que depende de autorização. Afirma ainda, que o objetivo básico da APA é proteger a diversidade biológica e disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais; afirma que a APA são constituídas por terras públicas e privadas. Consta que, respeitando os limites constitucionais podem ser estabelecidas normas e restrições para utilização da propriedade privada localizada no interior da APA. Naquele momento a administração da APA estava com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

Nos outros parágrafos não se menciona nada sobre a utilização da terra por parte dos comunitários, sobre o zoneamento agrícola, plano de manejo florestal, em suma, meios para manter sustentabilidade das comunidades da APA. Entrevistado nº 20 (2018) narrou:

O Ibama, começou a nos perseguir acho que no ano de 2005. Veio um funcionário do Ibama e disse que a gente não podia pescar, extrair madeira e caçar. Ficou difícil pra gente. Nesse mesmo ano, o fiscal do IBAMA apareceu nas comunidades entregou um convite para o dia 25 de setembro de 2005 comparecer na comunidade Tumbira.

Nessa reunião o pessoal do Ibama disse a todos os presentes que não era permitido pescar, caçar, tirar madeira, fazer roçado. Agora o que fazer para sobreviver? Desse dia em diante os fiscais começaram aparecer mais (ENTREVISTA 20, 2018).

Uma comunitária contou sobre a perseguição sofrida, a diminuição do território, do espaço construído por eles, a falta de representantes que lutassem pela permanência deles no seu local. O Estado estava expulsando por meio de Leis e Decretos, tudo realizado de forma legal com intuito de proteção do ambiente natural e não dos seres humanos, o que deixa evidente as relações de poder. Estas relações que consideram o indivíduo de um lado e o Estado de outro, como se não fossem elementos da mesma sociedade, no entendimento de Norbert Elias (1994):

A sociedade é o objetivo final e o indivíduo é apenas o meio, o indivíduo é o objetivo final e a união dos indivíduos numa sociedade é apenas um meio para seu bem-estar – eis os gritos de guerra que os grupos em confronto bradam um ao outro, no contexto de sua

situação atual, com as pressões e interesses que lhe são transitórios (NORBERT ELIAS, 1994, pg. 16)

Afirma Diegues (2008) sobre a atuação do Estado nestes casos:

(...) A disjunção entre o ambiente natural e a cultura tradicional, em que os homens são proibidos pelo Estado de exercer suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre o mito das sociedades tradicionais (DIEGUES, 2008, pg. 64).

As comunidades tradicionais ou populações tradicionais, tem suas representações simbólicas do espaço que foi construído por eles e o conhecimento do território que lhes aprovisiona meios para a subsistência. Essas comunidades têm modos de vida semelhantes, como o uso comum dos recursos naturais.

Ainda existe a dependência direta das comunidades do baixo Rio Negro do ambiente natural, como a pesca, caça, roça e extração de madeira para o comércio. Porém, diante das Leis e Decretos do Estado de proteção ambiental os comunitários tornaram-se infratores. Com o processo de fiscalização mais atuante por parte do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) dentro da então APA, as pessoas não podiam tirar madeira para venda, então passaram a sofrer necessidades. Sem ajuda do Estado, os comunitários começaram a burlar a fiscalização (ENTREVISTA 20, 2018).

Com as limitações para o auto sustento, foram reportados episódios de prisão dos comunitários por causa da extração de madeira. Diante desta limitação imposta pelo Estado, ocorreram várias mobilizações sociais no intuito de defender os direitos dos comunitários presos.

Segue uma longa história da busca por direitos junto às secretarias de Estado. Como não foi inaugural a proposta do Estado para região virar uma RDS, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, antiga SDS, o fez afim de que o processo de recategorização fosse mais rápido. Foram realizadas audiências públicas com alguns comunitários, consideraram-se todos os tramites legais e foi observado que não havia sido uma iniciativa comunitária, mas sim do Estado, que os colocou em uma situação sem escolhas.

O Estado, com o poder de decisão, condicionou a todos que participassem do Programa Bolsa Floresta (PBF), no ano de 2009, quando foram compelidos a formar associações para receber o benefício mensal e outros recursos como cursos e capacitações. Com o passar dos anos, essas exigências possibilitaram aos membros dessas organizações um maior nível de conhecimento e poder. O poder, de acordo com Elias (1990) não é vitalício e é um constituinte de todas as figurações:

Ele constitui um elemento normal de todas as relações humanas. Constantemente sucedem as provas de força maiores ou menores: serei eu o mais forte? - serás tu o mais forte? Passado algum tempo chegar a um certo equilíbrio de poder que, de acordo com circunstâncias pessoais e sociais, poderá ser estável ou instável (NORBERT ELIAS, 1990, pg. 80).

Isso permite entender que as organizações em associações passaram a ter um nível de conhecimento de seus direitos, equilibrando a balança do poder. Isso ficou claro com a criação da RDS, pois os grupos de moradores não eram organizados e nem conheciam seus direitos.

Pode-se citar Bursztyn (2008) sobre a continuidade do poder do Estado com instrumentos que deixam a interdependência no nível econômico; assim o Estado, preserva o caráter centralizador, por meio de associações e cooperativas.

O caráter paternalista do estado brasileiro em relação aos grupos de poder local se materializou, historicamente, por uma série de medidas de ajuda material e financeira que não visavam impor modificações na estrutura econômico-social ou no nível do desenvolvimento das forças produtivas locais. Enquanto o caráter do Estado se torna “autoritário ativo”, a situação começa se modificar: além das medidas de ajuda, o Estado vai-se tornando cada vez mais dirigista (BURSZTYN, 2008, pg.58).

Apesar do Estado ter agido de forma errônea e até coercitiva em transformar a Área de Proteção Ambiental em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a Organização Não Governamental Fundação Amazonas Sustentável, em 2008, surgiu para dar apoio, fomento e outros recursos para geração de renda e a proposta do turismo de base comunitária para a região.

Os conceitos de turismo de base comunitária, como já foram anteriormente citados, não funcionam para as comunidades da RDS do Rio Negro. A própria Organização Não Governamental não sabe o motivo da não apropriação pelos comunitários. Já foram realizados cursos de capacitação para o turismo, fomento de pousada e restaurante, porém sem a consistência e sempre sujeitos às eventuais possibilidades de visitação.

4.1. Relações socioculturais, ambientais e econômicas

A atual crise existente nas sociedades contemporâneas mora no pensamento da disjunção sociedade e natureza ou relação dos seres humanos e natureza. Às relações socioculturais, ambientais e econômicas estão estruturadas nesta separação influenciando a relação natureza e cultura em lados opostos.

O olhar fragmentado impede a interpretação da realidade e a relação das partes com o todo (Morin, 1973). Reforça Inving (2008) que diante da visão dicotômica a sociedade contemporânea ainda carrega à crença do domínio dos seres humanos sobre a natureza, desconsiderando o valor inerente à vida humana, o que reforça a fragmentação do pensamento, das percepções sobre a natureza. A autora faz ressalva que isso se deve à natureza capitalista das sociedades contemporâneas, que estão submetidas a lógica de mercado e lucro, assim fortificando a cisão entre a humanidade e a natureza.

A ação humana se torna paradoxal em relação à natureza, ao mesmo tempo em que destrói, agride com aversão, ela também desenvolve sentimentos para um ambiente limpo e favorável a vida humana (INVING, *Ibidem*).

São relações presentes na história, na sociedade, na cultura e na economia, inerentes com a natureza, a busca para dar sentido à vida, presente em todas as civilizações. As relações estão presentes no pensamento teológico, empírico, técnico e simbólico. Este último se mostra nos sistemas culturais, as crenças religiosas, cosmologias e mitos dão sentido ao uso da natureza, justifica o lugar ocupado pelos os homens (INVING, 2008)

Como as sociedades procuram transformar a natureza de acordo com suas condições históricas concretas, sendo assim, torna-se importante observar as relações socioculturais, ambientais e econômicas das comunidades Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, que implica em entender a rede de inter-relações sociais que ligam os indivíduos de uma determinada formação social. Formação que teve origem na sedentarização humana e na

domesticação de animais e plantas para alimentação. Daí inicia-se uma especialização humana que entrelaça as atividades e cria-se a rede de interdependência entre os homens (GONÇALVES, 2013). As ligações e dinâmicas entre os comunitários são partes integrantes do ambiente social e natural da região.

Os moradores da margem direita do baixo Rio Negro detêm o conhecimento natural da região, o cognitivo teve que despertar para se manter vivo. Conhecem as espécies silvestres - fauna e flora, a ciclagem das águas, em todo o ambiente natural que está presente na cultura e no imaginário dessas populações. Isto faz parte do processo de adaptação ao ecossistema amazônico (MATOS, 2015).

De acordo com o SNUC/2000 no contexto da categoria de populações tradicionais pode-se incluir a teoria de Norbert Elias (1992) com o conceito de figuração, que é formado por um conjunto de redes de inter-relações sociais que ligam os indivíduos de uma determinada formação social. Formação que teve sua origem na sedentarização humana e na domesticação de animais e plantas para alimentação. Daí inicia-se uma especialização humana que entrelaçam as atividades e criam-se a rede de interdependência entre os homens (GONÇALVES, 2013).

Os moradores das comunidades do Lago do Acajatuba, bem como, os moradores das comunidades da margem direita do Rio Negro desenvolvem as mesmas atividades de subsistência, como o roçado, a agricultura, a pesca e o extrativismo madeireiro, entretanto é de “conhecimento” entre os comunitários, a existência de práticas comerciais de recursos naturais. De maneira que, é ajustada a presença de parentesco nas comunidades, que não se restringe as comunidades da RDS do Rio Negro, como podemos constatar nos estudos de Matos (2015):

O grau de parentesco, compadrio e amizade cria laço afetivo que permite aos membros da comunidade, sem senso de culpa ou que maltrate a consciência, usufruir dos recursos naturais em benefícios próprios, em busca de melhor qualidade de vida (MATOS, 2015, pg. 100).

Apesar da interligação eles ainda não conseguiram melhorias econômicas, sociais e ambientais, o saneamento básico é precário, a forma de explorar a natureza, a própria agricultura traz desgaste à comunidade. Plantações são feitas sem planejamento e o produto

colhido, em grandes quantidades, não possui o devido escoamento. O turismo é vislumbrado como o segundo Eldorado, um ouro ainda não encontrado.

Estudiosos da região amazônica escrevem sobre o desenvolvimento de uma agenda positiva para a Amazônia.. Na pauta está a criação de infraestrutura física, social e econômica, que diminuiria os custos ambientais e sociais e aumentaria a capacidade produtiva das sub-regiões da Amazônia, e viabilizaria o projeto humano. Nesta lista constam itens para o desenvolvimento, tais como alternativas para o setor energético, transportes, qualidade no sistema educacional, melhores oportunidades de emprego, investir em pesquisa e tecnologia, dar ênfase ao setor agrícola, pesqueiro, mineral, florestal, ictiológico e hídrico, e como fundamental para a sustentabilidade da região está à saúde, saneamento, água tratada, tratamento do lixo e dos inúmeros tipos de doenças endêmicas que prejudicam a qualidade de vida dos seres humanos da região amazônica (BENCHIMOL 2010; MENDES 2001).

As populações do terceiro mundo ou em desenvolvimento ainda usam técnicas primitivas para cultivar a terra. Na Amazônia isso não é diferente, conforme Benchimol (2010) o estado do Amazonas é de extrema pobreza e suas populações marginais, vivendo nos trópicos, com a insignificante natureza e péssimas condições de saúde pública, habitação e educação.

A pobreza é impiedosa e parece ser perpétua, alternativas existem, mas continua adormecida em “berço esplêndido” para os povos tropicais. A falta de perspectivas de ciência e tecnologia ainda coloca essas populações nas chamadas técnicas “primitivas e rudimentares”, como a agricultura de “corte e queima” que é praticada a milhares de anos nas florestas tropicais. Estudos atestam que a agricultura de corte e queima o que tem favorecido o desmatamento e demais impactos ambientais e socioeconômicos. Com mudanças no uso do solo, da intensificação agrícola e do aumento demográfico (JUNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008).

O desmatamento da floresta está relacionado com o comércio ilegal de madeira e a expansão da fronteira agrícola sobre a Amazônia. Análises Geist e Labin (2001); Arraes; Mariano; Simonassi, (2012) afirmam que as causas dos desmatamentos nas florestas tropicais não podem ser reduzidas a poucas variáveis com a expansão agrícola, e o comércio de madeiras, existem vários fatores que acarretam degradação ambiental como o crescimento populacional e a construção de estradas, sem governança pública. Diante dessas complexas variáveis torna-se difícil desenvolver políticas de cunho universal que busquem controlar esse processo, afirma Folmer e Kooten, (2006).

O crescimento econômico e social de uma nação muitas vezes se traduz em melhorias socioambientais. Contudo nos países em desenvolvimento, como o Brasil, se traduz na ligação entre a pobreza e meio ambiente.

Países pobres são submersos em problemas ambientais, pois exercem maior pressão sobre os recursos naturais; países ricos, com maior estoque de capital humano e tecnológico, atingem a consciência ambiental, por isso, exercem maior conhecimento por controle da poluição. O crescimento populacional decresce nos países ricos, como o crescimento da renda (GOODSTEIN, 1999).

Os problemas socioambientais da Amazônia iniciaram-se com as políticas de desenvolvimento aplicadas à Amazônia Brasileira. A ditadura militar que iniciou na década de 1960 levou a uma exploração econômica e ocupação da região, privilegiando o uso predatório dos recursos naturais e sem preocupações ambientais.

A carência de políticas públicas direcionadas para transformar a situação socioeconômica dos povos da região é o “calcanhar de Aquiles”, conforme a escreveu Benchimol (2010), o único caminho para inclusão social das comunidades carentes é tirá-las da ignorância, do analfabetismo. Esses dois são elementos da perpetuação do atraso e da pobreza, o autor falava de uma educação de qualidade para as populações amazônicas.

A dificuldade para se frequentar uma escola nas comunidades da RDS existe, o perigo em usar as embarcações durante a noite para se chegar a uma escola que tenha o ensino médio é uma realidade. Ao concluir o ensino médio não existe perspectiva de continuação dos estudos em nível superior quem não tem recursos para sair da comunidade, não vai para a capital concluir sua formação.

Contudo o povo brasileiro tem inerente a alma sua inventividade, pois, é capaz de criar a arte, folclore e culturas. As habilidades manuais, artesanatos, construção de habitações flutuantes, marombas, barcos, músicas e danças, estão presentes nas sociedades excluídas, mas que potencializaria com a educação, para superar a pobreza e miséria (BENCHIMOL, *Ibidem*).

As comunidades que estão inseridas na UC de Uso Sustentável vivem em constantes transformações sociais. Como o caos da questão ambiental que atinge a humanidade, o assunto não se limita apenas ao meio ambiente, envolvem também conflitos culturais, sociais, políticos e econômicos para essas comunidades.

Elias (1993) escreveu que as inter-relações a rede de interdependências e diferenciação das atividades humanas indicam mudanças da estrutura social, que são perceptíveis no interno (psicológicos) e externo (social).

Faz parte do sociocultural das comunidades da RDS do Rio Negro, a agricultura familiar, caça, pesca e os festejos dos Santos Padroeiros, o artesanato feito de sementes e fibras e os campos de futebol nas sedes das comunidades, onde todo o fim de tarde a comunidade se reúne para jogar a “pelada” (AMAZONAS, PG, 2017).

A floresta é usada para fornecer a carne de caça, a madeira para uso e venda, remédios caseiros, como as cascas de árvores e fibras para o artesanato. O ciclo das águas mudam, a paisagem e o cotidiano, na vazante do rio ficam bom para pescar e na cheia favorece a navegação e diminui a distância entre as comunidades. A floresta e o rio oferecem o cosmológico, os mitos e histórias.

Como sustentabilidade sociocultural, ambiental e econômica para RDS do Rio Negro, o terceiro setor de cunho ambiental encoraja as comunidades a receberem turistas nos seus territórios. O turismo é avaliado como uma proposta viável para a conservação dos recursos naturais, da biodiversidade local e da valorização do patrimônio cultural. A relação da conservação do meio ambiente a atividade econômica está no uso da paisagem e da beleza natural das comunidades locais. Para este processo se efetive é necessário que o comunitário considere que o turismo depende do ambiente natural conservado.

A RDS do Rio Negro está próxima a Manaus e com um território que detém grandes belezas cênicas e com grande potencial turístico⁴², possui fauna endêmica e está na confluência Rio Negro/ Rio Solimões.

Hassan Zaoual (2008) fez estudos sobre o turismo em comunidades, atividades em sítios de referenciamento, e de acordo com este teórico esta abordagem só será bem-sucedida se as iniciativas ou políticas públicas respeitarem a complexidade do local, não sendo esta proposta de desenvolvimento uma quimera. O novo modelo de turismo situado associado a natureza, cultura e respeito a diversidade já é uma tendência, é a mudança de paradigma no turismo que privilegia a cultura local.

⁴² Potencial turístico de um lugar é um conjunto de bens materiais e imateriais à disposição do homem, que podem ser utilizados mediante um processo de transformação para satisfazer as suas necessidades turísticas (TRIGO, 2003).

A proposta de Zaoual (*Ibidem*) envolve o turismo situado, os símbolos do lugar, o comportamento dos indivíduos, as manifestações em ações, comportamentos e atividades econômicas que formam o sistema do turismo comunitário ou turismo de base comunitária.

4.2. Realidade do turismo nas comunidades

A teoria geral dos sistemas constitui bases conceituais para a aplicação do conhecimento interdisciplinar, e é constituída por uma referência lógica que permite identificar os elementos que compõe e interatuantes de um fenômeno, contando com suas funções, relações e interação deste com o ambiente. Essa interação é a influência recíproca que cada um dos elementos exerce sobre o desenvolvimento do outro. Considera-se que a teoria dos sistemas seja um instrumento de grande valia para entender a complexidade do turismo.

O turismo é um macro sistema que é bem definido por relações de serviços e instalações que são acionadas e criadas a partir do deslocamento humano. Nele constituem os subsistemas como os transportes, hospedagem, serviços de alimentação, comércio, agências de viagens entre outros.

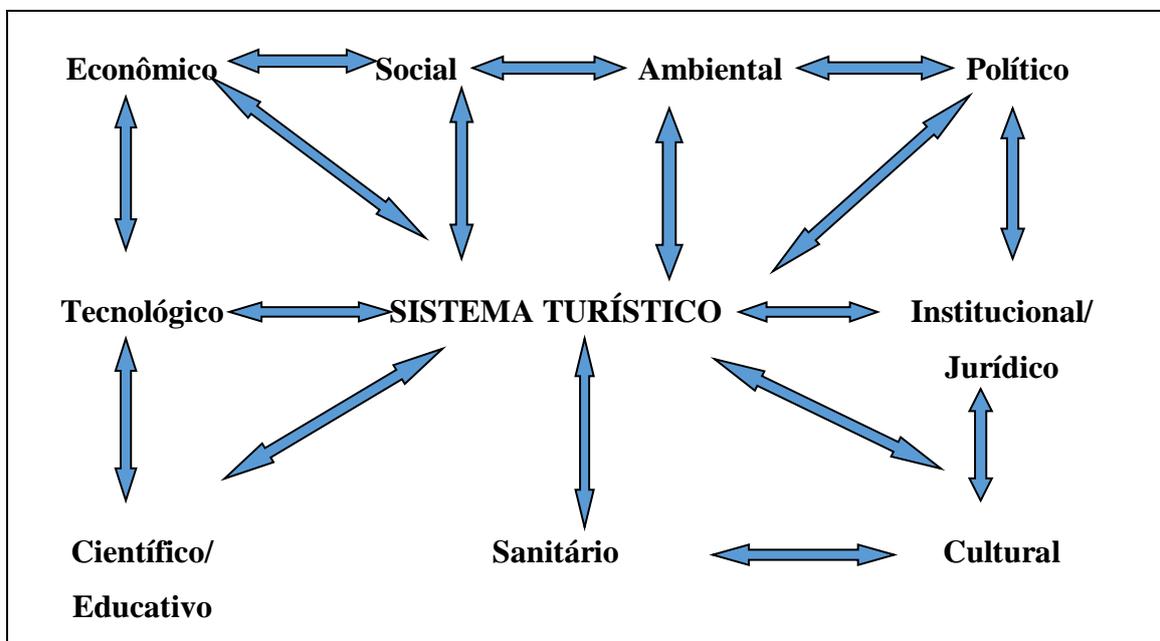


Figura 12. Sistema da inter-relação do turismo.
Fonte: CUNHA, 2001.

Nesse sistema turístico forma-se uma teia e nesse emaranhado se estabelece as inter-relações e interdependências, que estão intimamente relacionadas. As falhas no sistema impedem que este tenha um bom resultado e que o desempenho traga satisfação às expectativas de quem trabalha com o turismo. Apresentam-se entraves nas relações do sistema, as abordagens sistemáticas funcionam como difusões ou desvios de cada ponte do sistema ou subsistema.

No âmbito político, as iniciativas das prefeituras municipais que abrangem o território da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro e suas comunidades, não tem nenhuma política pública direcionada exclusivamente ao turismo. O que existe é uma falta de uma visão mais holística para o desenvolvimento econômico e melhorias na qualidade de vida.

Numa visão institucional/ jurídico, o estado do Amazonas ainda não tem uma Lei do Turismo específica ou para o turismo. Todos que desenvolvem a atividade no Estado estão por conta da Lei da livre-iniciativa econômica.

A formação cultural construída com a miscigenação de outras culturas, tem como base maior o ambiente natural, que, deve ser preservado e conservado, mas por falta de mais políticas públicas de educação e sustentabilidade, ocorre que há agressão ao ambiente natural, e isso pode se transformar a cultura local.

No setor sanitário, a situação das comunidades é precária, pois não há saneamento básico, tratamento de esgoto. Quem mora na sede da comunidade bebe água de poço, mas quem mora fora da sede bebe água do rio, sem qualquer tratamento. Com a falta desse recurso não há o cuidado individual e coletivo com o ambiente natural. Infelizmente não há nem sinais de mudanças para melhoria sanitária, que acarretaria melhorias na qualidade de vida, tais como a prevenção das doenças causadas por falta de condições sanitárias. Essas melhorias para a população local também favoreceriam as atividades turísticas.

No aspecto científico/educativo constata-se a instrução e o conhecimento dos comunitários, que fazem um sacrifício notável e constante para estudar. Os mais novos recebem apoio da família e se deslocam de suas comunidades para estudar. Para fazer faculdade, muitos comunitários seguem para o município de Iranduba, a fim de participar das aulas pela plataforma Educação a Distância (EAD). Para o turismo, quanto mais educação, maior o fortalecimento e a valorização da cultura local.

No acesso à tecnologia, as comunidades têm problemas com a comunicação, eles recebem sinal de TV e energia do Programa Luz para Todos. Apesar disso, existem sérios problemas com a comunicação, de modo que, nas comunidades visitadas, apenas uma recebe o sinal de internet que foi instalado em parceria do Governo do estado por Meio da Secretaria de educação do Estado (SEDUC) e da Fundação Amazonas Sustentável. De acordo com eles, isso é um empecilho para o desenvolvimento do turismo nas comunidades.

No setor econômico são pescadores, agricultores e recebem as bolsas família e a bolsa floresta, mas somente os associados. Poucos comunitários trabalham como diaristas nas atividades turísticas, atividade que pode ser caracterizada como complementar, pois representa um ganho extra na economia doméstica.

Em uma visão social, as comunidades são formadas por pessoas que têm uma relação de parentesco muito forte, são sempre compostas por famílias grandes, onde alguns dos filhos se espalham para outras comunidades. As sedes comunitárias são muito semelhantes, seguem um modelo de organização parecido, com a igreja, geralmente católica, o campo de futebol e as casas no entorno. Elas possuem escolas municipais com ensino de primeira a quinta série e outras com o ensino até a nona série, são poucas as que têm o ensino médio. Isso impõem aos alunos o deslocamento para outra comunidade, geralmente no período noturno.

Nas comunidades do Rio Negro que divulgam a iniciativa de turismo de base comunitária, o que se apresentou foi o turismo empreendedor que é organizado por um ou poucos comunitários, no caso da Pousada Tumbira e da Pousada Tariri. A primeira é uma pousada familiar, o proprietário tem dedicação exclusiva ao seu negócio, a família trabalha junto, o empreendedor tem um grupo de comunitários a que ele recorre para trabalhar indiretamente na pousada, com o fornecimento de produtos alimentícios e diretamente com serviços de guias para as trilhas. Estes, por sua vez, são pagos conforme o serviço prestado. Na comunidade Tumbira tem uma base de apoio da Fundação Amazonas Sustentável, que leva de Manaus para a comunidade os visitantes, muitos se hospedam na pousada e usam o restaurante. O diferencial é o meio a comunicação, tem a internet, que pertence a escola da SEDUC e serve aos moradores, pesquisadores, visitantes, turistas e também à pousada.

Na comunidade Santa Helena do Inglês, encontra-se a pousada comunitária Vistas do Rio Negro, que foi uma escolha comunitária e recebeu fomento do Programa Bolsa Floresta (PBF). No período da pesquisa não estava funcionando, os entrevistados informaram que é por falta de comunicação para vender pacotes turísticos e de um gerente para pousada. No momento da pesquisa a pousada apresentava sinais de deterioração, com necessidades de

passar por reforma para trocar madeiras. Além disso, havia o dilema: “se gastar dinheiro com a reforma e não aparecer turistas como serão pagos os gastos?” (ENTREVISTA19, 2018).



Foto 13. Pousada Comunitária na comunidade Santa Helena do Inglês. Autora: Peixoto, 2017.

Percebeu-se que nem sempre as escolhas comunitárias são as mais acertadas. Talvez, por falta de conhecimento do sistema turístico ou por receber influências externas com a ideia de que aquela atividade seria fácil de trabalhar e teriam ganhos para dividir entre os comunitários. Os problemas com a falta de gerência ocorrem porque eles querem alguém a frente do negócio, mas nenhum deles se dispõe a isso, outra barreira é dificuldade em criar o CNPJ. Alguns moradores até dão soluções para divulgar o empreendimento, como nos barcos de linha e nas lanchas “A jato⁴³” que fazem transporte regular para a região.

A pousada comunitária não logrou êxito entre os comunitários, porém deve-se lembrar que as mudanças não são tão simples e nem fáceis de adentrar nas novas configurações já estabelecidas. Norbert Elis (2011) afirma que as relações entre as dimensões de psicogênese e sociogênese é que realizam as transformações na estrutura do comportamento humano e na personalidade do indivíduo e, em consequência disso, provocam alterações na estrutura das relações sociais. As mudanças são absorvidas nas teias de relações, as chamadas interdependências.

⁴³ Lancha veloz semelhante a um ônibus, sendo fluvial e as pessoas viajam sentadas. Por ter motor veloz o tempo de viagem diminui.

A comunidade Saracá tem um restaurante comunitário, também fomentado pelo Programa Bolsa Floresta (PBF). A ideia principal era mobilizar a comunidade para trabalhar com produção de alimentos, dar oportunidade a todos no restaurante para comercializar junto aos turistas. Dois problemas imediatos foram postos: no primeiro problema, deveria haver o rodízio entre os comunitários para receber os turistas, mas, por falta de gerência e visão do mercado de negócios a comunidade não recebe turistas, no segundo problema, nem todos os comunitários conseguem se envolver com o restaurante, nem de forma direta e nem de forma indireta. Somente quando aparecem os grupos de turistas, os comunitários que encabeçam a atividade veem a Manaus para comprar alimentos.

O relato do comunitário (ENTREVISTA 15, 2018) declara que a comunidade apenas recebe uma vez por ano o grupo da Escola Bahai de Brasília, durante o carnaval. A referência da escola com a comunidade é de uma ex-aluna que estudou na Bahai. Para receber os visitantes, o presidente comunitário junto com outros comunitários se mobilizam, eles vão a Manaus para prover a dispensa, e comprar canos, torneira, fios elétricos para os devidos reparos na edificação do restaurante comunitário. A visita incentiva a cooperação comunitária para receber os turistas, e quem trabalha recebe diária pelo dia de trabalho.

Em decorrência de tudo que foi exposto anteriormente é possível afirmar que não há TBC nas comunidades da RDS do Rio Negro, nem mesmo o sistema turístico, com suas nuances. Quando se apresenta algum viés do sistema, não é dos preceitos do TBC. No discurso dos controladores do poder as palavras não refletem a realidade da organização comunitária, dos procedimentos e ações das figurações locais.

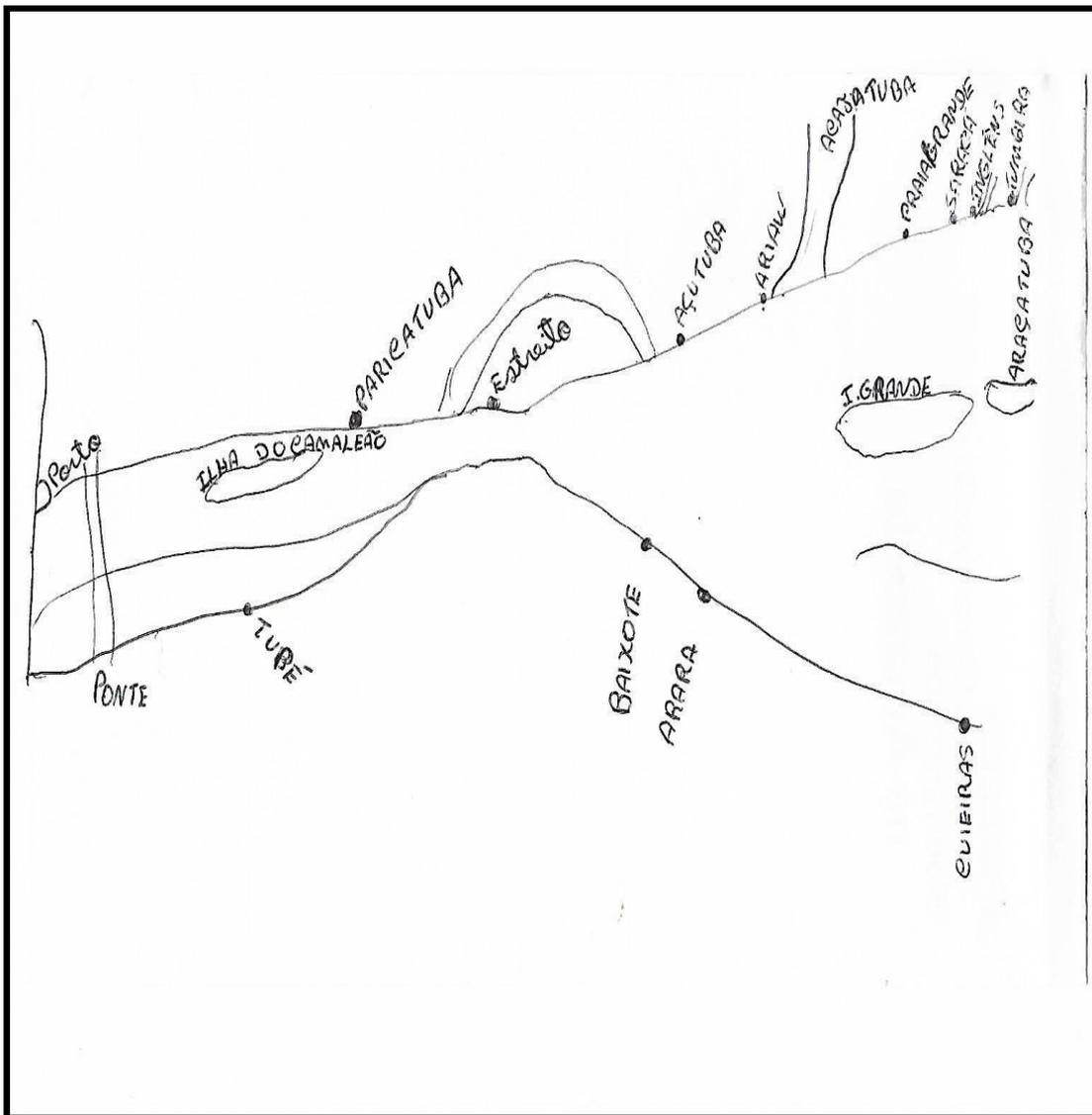


Figura 13. Mapa mental, com saída do Porto do São Raimundo para as comunidades. Org. Comunitária, 2018.

O quadro a seguir ilustra a incongruência entre a teoria e a prática. Foi observado na pesquisa de campo a forma como se desenvolve o que se atribui como o turismo de base comunitária (TBC) e sustenta a tese que nega a existência do turismo de base comunitária ou comunitário na região.

Turismo Tradicional	Teoria do TBC	Prática do turismo na RDS do Rio Negro
Atividade de economia privada; Há dependência do setor público; Considerado como indústria.	Redistribuição de poder e renda; com a abordagem integral da comunidade há a redução dos impactos negativos	Pequenas iniciativas de empreendedores comunitários; com grandes empresas privadas de turismo; pouca cooperação comunitária.
Múltiplas inter-relações	Cooperação e participação comunitária no planejamento e ações de desenvolvimento	Apenas um pequeno grupo que se dispõe a cooperar mas é pago em diária de serviço prestado
Social e político	Melhorias e modificações na estrutura social; apoio e fomento do Estado	As questões sociais existem pois não há eficiência e nem equidade; falta o Estado
Ambiental e cultural	Uso do patrimônio cultural ambiental que devem serem preservados	Usa-se o patrimônio ambiental com mais intensidade.
Institucional e jurídico	Deve ter apoio e ser legalizado	No Amazonas não há a Lei do Turismo
Oportuniza a geração de renda	Partilha de conhecimentos, outras frentes de trabalho e divisão de renda, melhorias socioambientais	Algumas iniciativas para o turismo e poucos comunitários usam a estrutura que foi construída com a finalidade do receptivo turístico.
Tecnológico	Meios de divulgação, comunicação como apoio as iniciativas locais.	Há falta dos meios de comunicação dentro da maioria das comunidades.
A hospitalidade tem	Pousadas comunitárias,	Pousadas particulares e uma

que seguir alguns critérios	casas de comunitários, estratégias de inserção.	pousada comunitária desativada
Oportunidade de conhecer outros locais e culturas, sem restrições de mobilização ou locomoção	Na imagem da comunidade deve haver a aceitação do turismo; o ambiente natural conservado; e as infraestruturas adequadas.	A imagem comunitária não mostra a aceitação; há limitação de mobilidade turística e acessibilidade.
Consumo da cultura local	Artesanatos, comidas e bebidas locais	O artesanato de cipó e sementes; A alimentação é o peixe assado com baião; não é apresentado de novo.

**Quadro 9. Turismo na RDS do Rio Negro.
Org. Peixoto, 2018.**

Considera-se que o ambiente natural na área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro ainda está conservado, mas precisa-se de cuidados. É necessário cuidar das comunidades, para que eles cumpram sua parte na conservação, e o Estado deve cumprir as suas obrigações perante os órgãos internacionais. Passar aos visitantes que são cidadãos pela harmonia social, cultural, educacional e saúde, e que não estão excluídos do desenvolvimento sustentável. Leonardo Boff (1999) escreveu: “ou aprendemos a cuidar ou pereceremos”.

O cuidado assume uma dupla função: de prevenção de danos futuros e de regeneração de danos passados. O cuidado possui esse condão: reforçar a vida, zelar pelas condições físico-químicas, ecológicas, sociais e espirituais que permitem a reprodução da vida e de sua ulterior evolução (O ETHOS QUE CUIDA, LEONARDO BOFF, 2007).

As populações humanas que habitam as comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro precisam de cuidados sociais, emocionais, acadêmicos, econômicos, culturais e ambientais. Na verdade, devem-se interpretar quais são as necessidades deles e prevalecer diante das externalidades que controlam o poder.

4.3 Comunidades sem atividade de turismo

As comunidades do lago do Acajatuba, que participaram da pesquisa, foram Nossa Senhora da Conceição, nossa Senhora de Fátima e XV de setembro. Para melhor localização do Lago, segue o mapa mental do morador que faz a percepção do local, esta se dá a partir do seu terreno. A descrição inicia com a floresta de igapó que fica em frente à casa, depois o lago grande, onde fica a comunidade XV de setembro, o caminho da pousada Tariri, a bifurcação entre o lago do Acajatuba e o igarapé do Mariano, outra pousadas e comunidades podem ser localizadas no mapa mental, bem como a AM 070, inclusive facilitando o entendimento a cerca da solicitação de abertura de ramal para escoar a produção e facilitar a locomoção dos comunitários do lago.

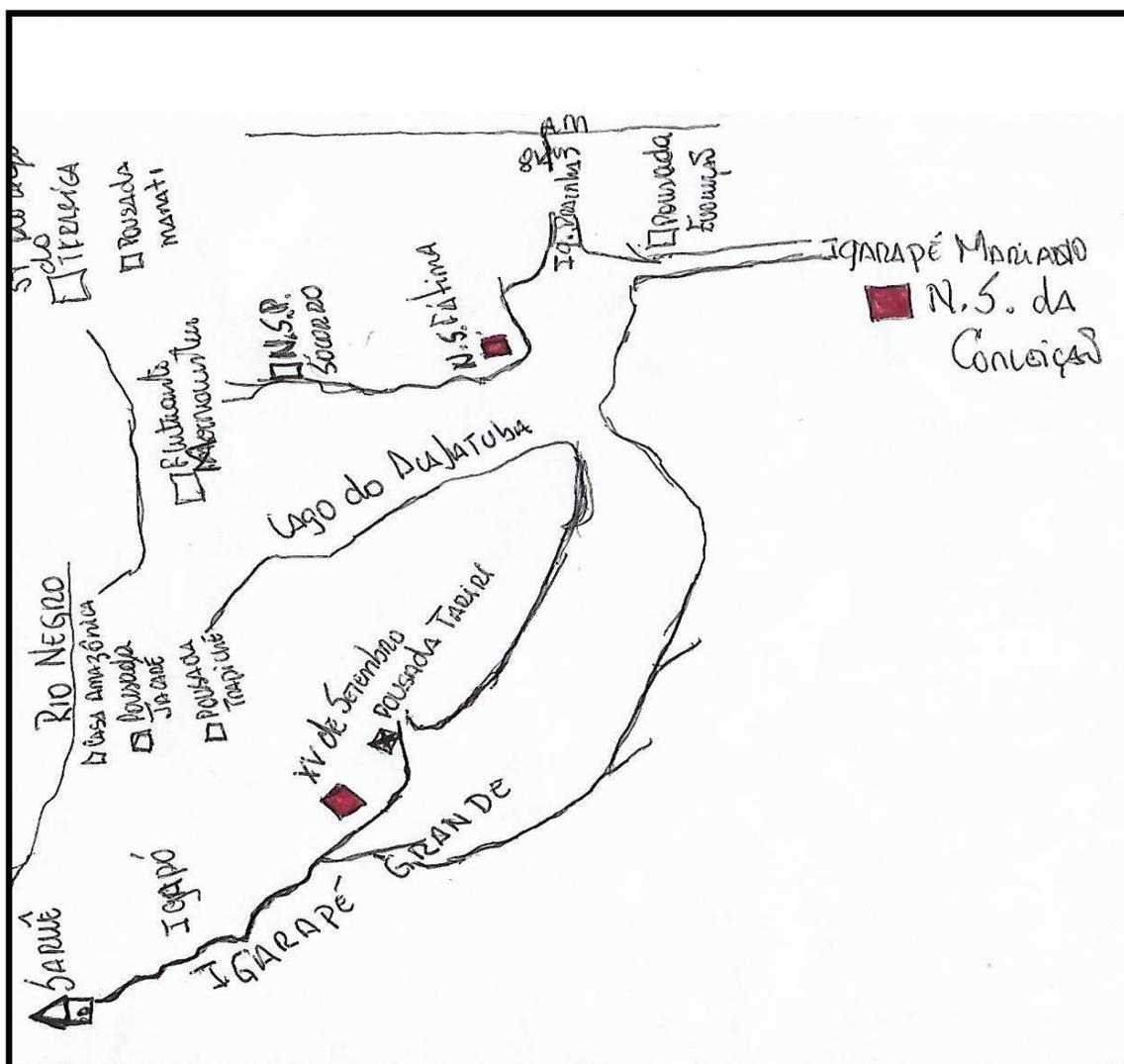


Figura 14. Mapa Mental. – Lago do Acajatuba.
Fonte: Comunitário, 2017.

Nogueira (2014) explica que os mapas mentais revelam a leitura que cada pessoa tem do seu lugar, bem como, a maneira como é percebido e concebido o lugar pelos seus habitantes, assim como os que olham de fora.

A primeira comunidade da pesquisa, Nossa Senhora da Conceição fica no igarapé do Mariano, que é um afluente do Lago do Acajatuba. É uma comunidade pequena, que recebe assistência do município de Manacapuru, pois está nos limites deste município. São poucas casas na sede da comunidade, a maioria está ao longo do igarapé Mariano.

É importante destacar que o igarapé do Mariano não tem praia, durante a vazante do rio, na época da seca, surgem os barrancos e sem a estrada de rio a comunidade fica isolada.

Nesta comunidade encontra-se uma relação de parentesco muito próximo, os vínculos de consanguinidade entre os comunitários são comuns. Formada por 73 famílias que estão espalhadas ao igarapé do lago Mariano.

Os problemas existentes na comunidade Nossa Senhora da Conceição são as drogas, a falta de comunicação, a necessidade de criação de outro meio de renda, a falta de escola na comunidade, não tem poço artesiano e nem agente de saúde. Alguns comunitários consideram a vida boa na comunidade por ter tranquilidade e segurança.

Foi entrevistada a presidente comunitária e lhe foi feita uma pergunta, se na comunidade havia alguma atividade voltada para o turismo, obteve-se a seguinte resposta:

Não há nenhuma atividade de receber turista na comunidade. Mas tem aqui quem faz artesanato de madeira. Nós têm interesse em receber turista. Para o ano vamos fazer parceria com a pousada para realizar curso para escultura em madeira, como canoas, remos, colher de pau. Temos artesanato com palhas, sementes de tento, morototó, açaí, bacaba e taboca (ENTREVISTA Nº 01, 2017).

A pousada que a presidente comunitária fala fica na entrada do lago Mariano (MAPA MENTAL, 2017), é a pousada Evolução que não foi edificada dentro da RDS, mas seus pacotes de turismo, como os passeios, estão dentro da Reserva de Desenvolvimento sustentável do Rio Negro.

O turismo aparece no discurso dos comunitários, quando se perguntou “o que o turismo traria para a comunidade?” eles responderam que traria renda, e “o que poderia ser feito para organizar o turismo?” as respostas foram a capacitação em turismo e artesanato e uma casa para exposição dos trabalhos artesanais dos comunitários.

A comunidade Nossa Senhora de Fátima fica no lago do Acajatuba. Sobre a percepção da vida neste local os comunitários disseram que é “mais ou menos” viver na comunidade, pois falta trabalho, união entre eles e que sofrem muito durante a seca do rio. Eles falaram que precisam de uma escola melhor na comunidade, bem como, um agente de saúde. Como esta comunidade está localizada num ponto que pode abrir um ramal para acessar a AM 070, a estrada Manoel Urbano, eles falam que isso melhoraria o acesso de outras pessoas à comunidade e o escoamento da produção agrícola, como macaxeira, mandioca, cará, milho, batatas, fruta e hortaliças. Isso facilitaria muito a vida dos comunitários, principalmente na seca.

Apesar de a comunidade estar entre as pousadas Evolução e Tariri, os comunitários não desenvolvem nenhuma atividade no turismo, apenas alguns deles são chamados para trabalhar quando há hóspedes nas pousadas. Os trabalhadores recebem por diária de serviço.

Quando se perguntou o que o turismo poderia trazer para a comunidade todos declararam que traria renda, afirmaram que ninguém na comunidade trabalha com o turismo e nem fazem artesanatos, mas que gostariam de se organizar para desenvolver a atividade, como a construção de uma pousada comunitária, melhorar a aparência da comunidade e capacitarem-se para o turismo e o artesanato.

A comunidade XV de Setembro se situa no Lago Grande pertence ao município de Iranduba, como os comunitários identificam o local. As respostas dos comunitários para avaliação da vida em comunidade afirmaram que é “mais ou menos”, pois falta trabalho, a vida é difícil, não há união entre os comunitários, falta uma boa escola na comunidade e não tem agente de saúde. Indicações muito assemelhadas aos depoimentos dos moradores de Nossa Senhora de Fátima.

A atividade de sobrevivência econômica desta comunidade é a agricultura e a pesca. Os comunitários identificaram algumas pessoas que trabalham com artesanato em madeira mologó, sementes e palhas. A comunidade tem interesse em participar da atividade de turismo, eles estão próximos a pousada Tariri, essa pousada é um empreendimento de uma

comunitária que trabalhou no Ariaú Tower e se estabeleceu na comunidade. A pousada usa, quando precisa, a mão-de-obra dos comunitários.

Os comunitários observam que, para a comunidade atender aos turistas é necessário que melhore a aparência, que haja capacitação em turismo e artesanato e que seja construída uma casa de artesanato para exposição.

Comunidade	Pousadas de Iniciativa privada	Parceria com a comunidade
N. Sra. da Conceição	Pousada Evolução	Oferecerá curso de artesanato
N. Sra. de Fátima	Pousada Evolução e Tariri	Uso da mão-de-obra comunitária
XV de Setembro	Pousada Tariri	Uso da mão-de-obra comunitária

Quadro 10. Parcerias das Pousadas no Lago do Acajatuba com as comunidades. Org. Peixoto

4.4 Impasses e possibilidades para o turismo colaborativo na RDS do Rio Negro

O impulsionar do sistema capitalista está em primar pelas técnicas e políticas, geralmente colocando a moral em segunda ordem. Como resultado disso se tem os limites do sistema, a respeito da sociedade e do meio ambiente. As alternativas apresentadas pelo capitalismo não conseguem superar o paradigma do progresso, são impregnadas da economia do capital. Ressalva Zaoual (2006) as ambiguidades de vocábulos que são dadas como alternativas:

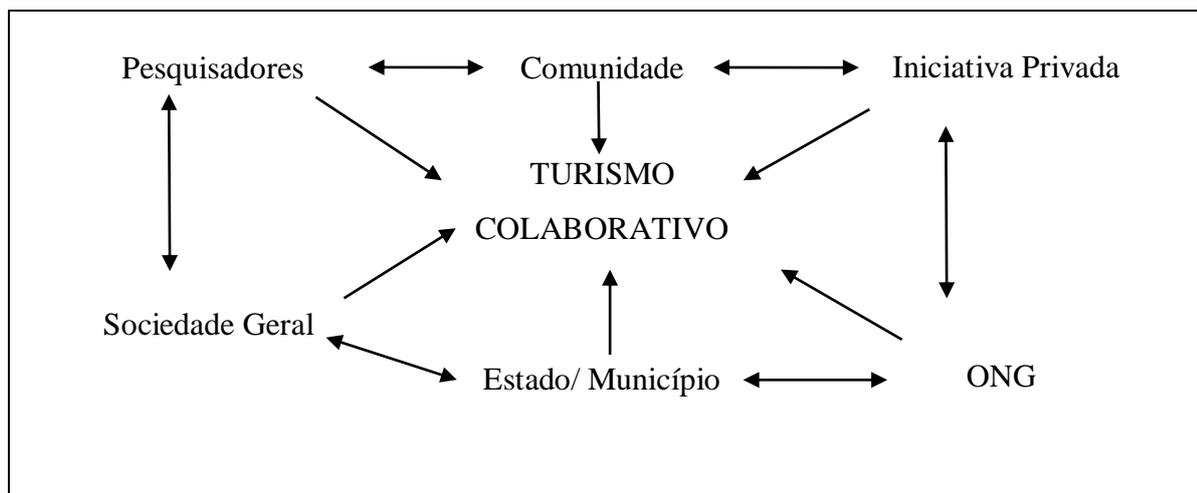
Não basta acrescentar qualificativos como local, sustentável, social, solidário, justo a categorias pertencentes a seu paradigma, como desenvolvimento, economia, comércio, democracia etc., para encontrar uma verdadeira visão paradigmática da alternativa às práticas desse sistema. Ademais, todas essas concepções e práticas podem ser recuperadas e recicladas nas capacidades de adaptação de que é capaz

a civilização econômica. A feição “simpática” de uma noção como a de desenvolvimento local não deve nos iludir (ZAOUAL, 2006, p. 69)

Aponta Zaoual (*Ibidem*) sobre as interdependências e as conexões que formam o sistema global, e inúmeras alternativas haurem ou servem para facilitar o sistema. Há a necessidade de uma nova abordagem, que seja flexível e que tenha capacidade de intervenção em várias escalas e valores ao mesmo tempo. A proposta do autor é o conceito de sítio, pois é flexível adequa-se a múltiplas entidades espaciais e organizacionais. Afirma que o essencial é que se trata de reunir homens, em alguma escala, em torno de um sentido, sistema de crenças que os motivam e coordenam (ZAOUAL, 2006).

A proposta do turismo colaborativo tem o cerne no envolvimento da comunidade de interesse, formada pelo Estado, município, pesquisadores, ONGs, comunidade local, iniciativa privada e sociedade geral. Os envolvidos colaboram entre si, de forma direta e indireta, para que cada um assuma suas responsabilidades dentro do processo. Este processo de colaboração gera escolhas, estratégias, define a ação, em tese.

O turismo colaborativo edifica-se em bases de possibilidades de investigação de um fenômeno complexo, com a contribuição dos saberes locais, técnicas e métodos para o desenvolvimento do turismo e o conhecimento científico para conservação ambiental e para a criação da oferta turística.



**Figura 15. Rede de interdependência do Turismo Colaborativo.
Org. Peixoto, 2018**

O sistema acima se apresenta de forma fechada, onde os colaboradores estão centrados no desenvolvimento da atividade turística. A colaboração está no envolvimento da comunidade, iniciativa privada, ONGs, Estado, Município, sociedade geral e pesquisadores, todos envolvidos e colaborando com o conhecimento, a atividade e o fomento ao turismo.

Bandeira (2016) explica que o trabalho em colaboração é formado por uma abordagem relacional em movimento entre a teoria e a prática. O cooperar e o participar não podem ser entendidos como uma colaboração, pois, para tanto se pressupõe negociação e responsabilidades das partes, com condições democráticas para a livre expressão do conhecimento, negociação e oportunidade para o desenvolvimento do turismo colaborativo. A importância da colaboração para o turismo em comunidades rurais, extrativistas ou tradicionais está em não se contentar com a simples representação local da realidade. O turismo colaborativo está na identificação das necessidades, em dar condições para uma crítica reflexiva entre a comunidade de interesse ou os sujeitos ideais. Ou seja, supõe a potencialização das possibilidades entre os agentes interessados da comunidade.

Sob o viés figuracional, compreendemos o turismo colaborativo como uma rede de interdependência funcional (como mostra a figura acima), que pode ser desestruturada a medida em que os indivíduos deixam de exercer sua função para manutenção dessa rede.

Como metodologia colaborativa interdependente, a participação é a coprodução, onde todos os atores são sujeitos colaborativos, com interação entre os pares nas suas distintas áreas de atuação e competências. Na formulação do sistema para o turismo colaborativo questões de sentido e significado são aplicadas em quatro etapas: 1) Planejamento das ações (O que fazer? Qual a infraestrutura? O que mostrar? Quem capacitar? Quais as atrações turísticas? Qual o atrativo turístico?); 2) aplicação das ações, a comunidade e a população local tornam-se receptores; 3) Avaliação, feita pelos turistas ou visitantes, por meio de questionários avaliam o produto e oferta turística; 4) Análise, é a ação da comunidade de interesse em que se reúne para avaliar o sistema do turismo colaborativo, usa-se como base as avaliações feitas pelos turistas/visitantes e os próprios colaboradores. Com o resultado da análise recomeça-se o novo movimento de planejamento, ações, avaliações e análise. Este esforço coletivo é sucedido da ação que vislumbra uma estratégia colaborativa.

O objetivo do turismo colaborativo é transformar a realidade incipiente do atual turismo, inclusive o que acontece na RDS do Rio Negro. Também pretende trazer benefícios aos comunitários, com o auxílio dos pesquisadores, da iniciativa privada, da sociedade em

geral, de ONGs, do Estado e de Municípios. Apresenta-se como foco que articula o local, a cultura, a integração sistêmica e o agir com sentido.

Com mais um incentivo que corrobora o desenvolvimento do turismo colaborativo Barros (2017) traz a criação das territorialidades locais – denominadas de *pays* – nessas localidades pode-se desenvolver formas de inovações na administração, distribuição de competências e poderes locais, como segue:

...Em termos de gestão do território essa entidade territorial consegue agrupar diversos grupos intercomunitários, que, federalizadas em delegações conseguem planejar e implementar projetos multidimensionais e pluriparticipativos com os diferentes atores que compõem a cena local, visando o desenvolvimento e sustentabilidade do território (BARROS, 2017, p.26).

Na pesquisa de campo apareceram indícios da ausência da comunidade de interesse na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. Esses sinais apresentam-se nas falas dos comunitários e nas observações *in loco*. Portanto, supõe-se que o incentivo à colaboração gera fortalecimento de laços sociais e interesses comuns.

O primeiro indício da ausência do Estado foi da empresa estadual de turismo a Amazonatur, que, conforme os entrevistados, não oferece apoio mais concreto, coerente e físico. Ocorre que há falta de políticas públicas de governo voltadas diretamente para o turismo situado. Deve haver a edificação de um planejamento integrado de forma horizontal, para adquirir conhecimentos específicos da realidade local, saber das carências e dos anseios dos comunitários, intervir em melhorias sociais e ambientais para o desenvolvimento do turismo nas comunidades, motivar as escolhas adequadas nas alterações locais para alcançar o desenvolvimento social, ambiental e dos benefícios econômicos do turismo situado.

No processo de planejamento integrado e colaborativo deve-se seguir etapas, como estudos do local em que se deseja intervir, mapear lugares e atividades potenciais que podem ser atrativos para o turismo, identificar os riscos ambientais que são inerentes a atividade turística e formular um plano de contingência factível.

Em outra parte do processo deve-se buscar conhecer as instituições, as empresas privadas do terceiro setor, agentes que tenham alguma relação com o local que podem ser aliados no planejamento. Também é preciso estabelecer metas e objetivos com foco na sustentabilidade local a serem alcançados em prazos predeterminados. Outra coisa importante

é saber entre os comunitários quem se identifica com as ações e atividades do turismo, de forma direta, e quem pode participar de forma indireta. Criar um plano de avaliação da atividade como fonte de informações que contenha os aspectos de relevância para embasar as intervenções, se for o caso.

O sistema social das comunidades é de formação familiar, famílias essas que já estão no local a mais de cinco décadas e que são estruturadas, elas detêm o conhecimento interno e são peça fundamental para a aceitação dos externos, com influência nas inter-relações sociais. Desempenham papéis sociais de destaque, estão no poder, como presidente comunitária e da associação-mãe. Essas famílias têm estrutura para a pesca comercial e movelaria e poderiam compor um núcleo econômico permanente e integrado ao sistema descrito acima.

Segundo Elias (2000) o poder se encontra em todas as figurações, porém, não é vitalício. Com essa assertiva pode-se afirmar que as relações de poder estão no seio das comunidades da RDS do Rio Negro onde podem ver os destaques sociais das famílias de influência comunitária, quer seja na política, na economia, no conhecimento e em outros níveis de manifestações da vida social. Mas em nenhuma figuração vitalícia essa agregação natural deve ser fortalecida no aspecto associativo.

Na comunidade Saracá foi construído um restaurante comunitário, que durante a pesquisa de campo, foi constatado que não está em uso constante, ou seja, é de uso esporádico, sem compromisso comunitário de benefícios à coletividade. A sustentabilidade do negócio implica no reconhecimento da necessidade do funcionamento contínuo do local. Precisa-se da mobilização das partes interessadas no desenvolvimento da comunidade. Além disso, edificação do restaurante poderia servir para outras atividades. Os comunitários são criativos, mas precisam de apoio na divulgação e na clareza dos compromissos gerados. Os entrevistados disseram que poderiam usar como apoio, a divulgação e o traslado dos turistas nas embarcações de linha.

Barco	Saída	Hora	Dia	Paradas	R\$	Destino	Volta/Dia	Hora	Paradas
Expresso A jato	Manaus	15h	Sexta Feira	Saracá	R\$ 40,00	Nova Esperança	Domingo	15h	Tumbira
				Sta. Helena					Sta. Helena
				Tumbira					Saracá
Barco Neuzane	Manaus	20h	Terça e Sexta Feira	Saracá	R\$ 40,00	Novo Airão	Domingo; Quinta Feira	20h	Tumbira
				Sta. Helena					Sta. Helena
				Tumbira					Saracá

**Quadro 11.Embarcações; comunidades, paradas, horários e valores.
Org. Peixoto, 2017.**

A pousada comunitária na comunidade Santa Helena do Inglês foi fomentada pela Fundação Amazonas Sustentável a pedido dos comunitários. Contudo, observou-se que falta a integração dos diversos setores (Secretarias de Estado, Fóruns de Turismo, Setores Privados) na mobilização para divulgar e manter a pousada economicamente sustentável.

A ressalva dos comunitários em não ter um gerente na pousada para fazer os serviços de contato, deixa claro que para esse tipo de negócio deve haver alguém com dedicação total ao serviço. Torna-se utópico o turismo de base comunitária que não tem como se manter organizado ou sem a mobilização total da comunidade em receber os turistas e desenvolver as atividades conforme as necessidades dos visitantes. Deve ser pensando um modelo de gestão para a pousada entre os comunitários, de forma que o futuro gerente seja empregado e receba pelo serviço, e não como diarista. Contudo, entende-se que, na ausência total desses recursos, não haveria possibilidade deste modelo sequer existir.

A Pousada do Garrido, na comunidade Tumbira, se desenvolve com o trabalho direto do comunitário empreendedor e principalmente com apoio da Fundação Amazonas Sustentável. É um caso que se reconhece como positivo para o turismo de iniciativa local. Envolve as partes interessadas, os internos e externos. O cuidado do proprietário com seu negócio faz com que aconteçam as visitas e existam serviços de qualidade para oferecer. Alguns comunitários dão sugestões de parcerias para divulgar o restaurante e a pousada com o

uso dos meios de transportes fluviais que passam dentro da reserva. Como os barcos de linha e o “A jato”, que poderiam divulgar as informações de modo contínuo.

A comunidade Nossa Senhora da Conceição é carente, falta estrutura local para os seus moradores, que precisam primeiro serem assistidos para depois se estruturarem no atendimento ao turista. Os comunitários relataram que o ambiente em que vivem impõem dificuldades, como o fenômeno natural da seca do rio, que ocasiona a necessidade de uma solução ou tecnologia que amenize o sacrifício deles durante a ciclagem das águas, época em que a comunidade fica isolada. Mas, a vazante não chega a ser o obstáculo maior para se viver nas margens do Igarapé do Mariano, e sim a falta de oportunidade de trabalho, de saúde e educação.

A comunidade Nossa Senha de Fátima tem ótima localização, uma boa oportunidade para desenvolver o turismo. Os comunitários pedem a abertura do ramal que liga a comunidade à estrada AM 070 que os tiraria do isolamento por terra, de forma que envolveria todas as comunidades do lago do Acajatuba. Não justifica a proteção ambiental em detrimento as melhorias para qualidade de vida dessas comunidades, o poder público deve colaborar na solução do problema existente e oportunizar meios e recursos dignos para o desenvolvimento da atividade econômica e da cidadania.

A comunidade XV de Setembro fica dentro do lago Grande. Na frente da comunidade, na outra margem do lago, aparece, durante a seca do rio, uma pequena praia de areia branca que pode ser muito atrativa para os turistas. No local há uma pousada, a pousada Tariri, cuja proprietária é associada da comunidade e trabalha diretamente com o turismo, usando como atrativo a área do Lago Grande que está dentro da RDS. A comunidade XV tem potencial para o turismo, bem como para outras atividades econômicas relacionadas ao turismo, como artesanato, agricultura e pesca. Mas, ainda não desenvolve nenhum segmento do turismo.

Apesar de haver o Plano de Gestão (PG) da RDS do Rio Negro (2017), e ainda ter pouco tempo da sua publicação, programas considerados no plano para a sustentabilidade das comunidades ainda não saíram do papel. Muitos entrevistados da pesquisa de campo não falaram sobre o PG, e quem falou disse que falta a criação da RDS. Outro participante disse que no PG estão as regras para uso da RDS. Notou-se que falta o conhecimento dos comunitários sobre o Plano de Gestão da RDS.

As políticas públicas ou programas de governo devem estar prontas para atender o cidadão e ter foco também na aproximação dos seus direitos de cidadania, a fim de conquistar

o bem-estar, a qualidade de vida, bem como, as soluções fundiárias e fomentação de outras fontes de trabalho. Esse cidadão deve participar das escolhas dos programas governamentais, sempre lembrando que, diante das escolhas, também podem ocorrer os erros da parte interna (comunitários). É neste momento que os estudos da região auxiliam na melhor escolha.

Por fim, o que foi proposto por esta pesquisa sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, foram soluções que deixam trilhas a serem exploradas em busca da compreensão de um todo complexo. Deixo os versos de Fernando Pessoa, apresentados ao final, como uma forma de incentivo ao fortalecimento da perspectiva local para a construção de seu próprio pertencimento.

O meu olhar

O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de, vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer,
Reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do Mundo...
Creio no mundo como num malmequer,
Porque o vejo. Mas não penso nele
Porque pensar é não compreender ...
O Mundo não se fez para pensarmos nele
(Pensar é estar doente dos olhos)
Mas para olharmos para ele e estarmos de acordo..
Eu não tenho filosofia: tenho sentidos...
Se falo na Natureza não é porque saiba o que ela é
Mas porque a amo, e amo-a por isso,
Porque quem ama nunca sabe o que ama
Nem sabe por que ama, nem o que é amar ...
Amar é a eterna inocência,
E a única inocência não pensar...
Alberto Caeiro, in "O Guardador de Rebanhos - Poema II"
Heterónimo de Fernando Pessoa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A. N. **Do Código Florestal para o Código da Biodiversidade**. Biota Neotrop. Oct/Dec 2010 vol. 10, no. 4. Disponível em<<http://www.biotaneotropica.org.br/v10n4/en/abstract?point-of-view+bn01210042010> ISSN 1676-0603> Acesso em 12.Abr.2019.

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do turismo: conceituação e organização**; Trad. HENDGES, Graciela Rabuske. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ACOSTA, A.. El buen vivir, una oportunidad por construir. In: **Ecuador Debate. Edición de Diciembre**. Quito - Equador, 2008.

AMAZONAS, **Roteiro para a elaboração de planos de gestão para as unidades de conservação do Amazonas**. 2 ed. 2010.

AMAZONAS, **Sistema Estadual de Unidades de Conservação**. 2 ed. Jun.2007.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque e; MARIANO, Francisca Zilania; SIMONASSI, Andrei Gomes. Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 1, p. 119-140, Mar. 2012. Available from <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000100007>. Acesso em 24 Nov. 2016.

ASCANIO, A. **Turismo e planejamento hoteleiro**. Campinas: Papyrus, 2003.

BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. A evolução da legislação turística brasileira: o início do direito do turismo. **Revista Virtual de Direito do Turismo**, Vol. 3, nº 02, Novembro de 2005. Disponível em<<http://www.ibcdtur.org.br/rvdtur.htm>> Acesso em 01. Out.2016.

BANDEIRA, Hilda Maria Martins. Pesquisa colaborativa: unidade, pesquisa e formação In IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo, et.al. (Org.) **Pesquisa colaborativa: multireferenciais e práticas convergentes**. EDUFPI. Universidade Federal do Piauí, 2016.

BARRETTO, Margarita. **Espaços públicos: usos e abusos**. In YAZIGI, Eduardo; Carlos, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Org.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo. Editora Hucitec, 1996.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, São Paulo. Papyrus Editora, 1995.

BARROS, José Fernandes. Reflexos da política de proteção dos espaços amazônicos sobre o sistema de produção e trabalho das populações moradoras em áreas protegidas. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia) – UFAM. Manaus, 2017.

BARROSO, Maria Sameiro. Cassandra – vox femina trágica I. Publicado no Boletim de Estudos Clássicos, Nº 42, **Associação Portuguesa de Estudos Clássicos**, Universidade de Coimbra, Dezembro de 2004, pgs. 199-214. Disponível em<http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/BEC41/12_-_CASSANDRA__VOX_FEMINA_TRAGICA.pdf> Acesso em 31.Out. 2016.

BARTHOLO, Roberto. **Sobre o lugar do turismo de base comunitária**. In. NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa, CRUZ, Jocilene Gomes da. Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico. Manaus: Edua, 2014.

BELISLE, Francois J. e HOY, Don R. The perceived impact of tourism by residents a case study in Santa Marta, Colombia. **Annals of Tourism Research**. Volume 7, Issue 1, 1980, Pages 83-101. Disponível em<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738380800089>> Acesso em 15. Nov. 2016.

BENCHIMOL, Samuel. **Zênite ecológico e nadir econômico-social**. 2ª ed. Manaus: Valer Editora, 2010.

BENCHIMOL. Samuel. **Amazônia – formação social e cultural**. Manaus: Editora Valer/ Editora Universidade do Amazonas, 1999.

BENEVIDES, I.P. **Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local**. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). Turismo Desenvolvimento Local. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 23-41.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **O Turismo e seu planejamento governamental no Ceará**. In Luzia Neide M. T. Coriolano (org). *O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**, 1999. Editora Vozes.

BRASIL, **Fundação brasileira para a conservação da natureza**, Boletim Informativo, Rio de Janeiro, v.12 (nº especial); pg. 136, 1977.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Dados e Fatos**. Embratur, 1995. Disponível em:<<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/67-outros/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>> Acesso em: 15. Mar. 2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Glossário de turismo**. Disponível em:<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/T.html>Acesso em 16. Jun. 15

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes**. 2013.

BRASIL, Programa de regionalização do turismo. **Mapa do turismo brasileiro**, 2016. Disponível em <<http://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>Acesso em 09.Out.16.

BRASIL. 2008. **Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm> Acesso em 09.Ago.2016.

BRASIL. Congresso. Senado. Agência Senado. **Pagamento por serviços ambientais na mata atlântica**, Ministério do Meio Ambiente/ Anais do Senado. Jornal do Senado. Federal, 2011. Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/infos/info_servicos_ambientais/info_servicos_ambientais.html> Acesso em 03. Ago.2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de regionalização do turismo. In BOFF, Leonardo. **O ethos do cuidado**. Brasília, 2007.

BROWN, K; BROWN, G.. **Habitat alteration and species loss in Brasil forest: social, biological and ecological determinants**. São Paulo: Unicamp/Univ. of Wisconsin (mimeo), 1991.

BRUNETTI, F. **Destination management: aspetti problematici, significato e percorsi alla ricerca di una qualità ad afeto promulgato**, in FRANCH, M. (a cura di), Destination management. Governare il turismo tra locale e Globale, Giappichelli, Torino, 2002. Disponível em <<http://scholar.google.it/citations?user=Jw3BHDUAAAAJ&hl=it.>> Acesso em 05. Ago. 2016.

BURSZTYN, Ivan. **Comercialização no turismo de base comunitária: inovar é preciso**. In. NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa, CRUZ, Jocilene Gomes da. Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico. Manaus: Edua, 2014.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 3º ed. Editora: Garamond. Rio de Janeiro,2008.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Trad. CABRAL, Álvaro. – São Paulo, Cultrix, 2006.

CARDOZO, Poliana Fabíola. **Metodologia de estudos da demanda turística**. 10.04.2008. Disponível <http://www.partes.com.br/turismo/poliana/metodologiadademanda.asp>> Acesso em 01. Nov.2015.

CARVAJAL, Gaspar de. ROJAS, Alonso de. ACUÑA, Cristobal de. **Descobrimientos do Rio das Amazonas**. Traduzidos e anotados por Cândido de Melo Leitão. Coleção Brasileira. Série “Viajantes”. v. 203. 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional,1945. Disponível em:<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/161/Descobrimientos-do-Rio-das-Amazonas>> Acesso em 13.Fev.2017

CASTILLO, L. A.G.; OLIVEIRA, V.M.. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. **Pasos revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, vl.13, nº5. 2015.

CECHIN, Andrei Domingues, VEIGA, José Eli. **A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen**. Disponível em< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300005> Acesso em 19. Out.2016

- CLEAVER, K. et.al. **Conservation of west and central African rainforest**. Washington: Banco Mundial/UICN. 1992.
- CORIOLOANO, L.N.M.T. **O Turismo Comunitário: Índícios de Mudanças**. In: CORIOLOANO, L.N.M.T (Org.). O turismo nos discursos, nas políticas e no controle à pobreza, 2006. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8574195979>> Acesso em 15.Dez. 2016.
- COSTA, Kelerson Semerene. **Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel**. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-597020070005000005&script=sci_arttext> acesso em: 10. Jan. 2016.
- CUNHA, Licínio. **Introdução ao turismo**. 3. ed. Editora Verbo, Lisboa.
- DANIEL. João, 1722-1776. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**, v 1/ padre João Daniel – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- DENCKER, Ada Freitas Maneti; VIÁ, Sarah Chucid Da. **Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase em comunicação)**. São Paulo: Futura, 2001.
- DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Trad. RAPOUSO, Alexandre. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento de turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6 ed. ampliada – São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC. 2008.
- DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo (Orgs.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**, Org. São Paulo, 2000. Disponível em:< http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf> Acesso em 01.Set. 2015.
- DIEGUES, Antônio Carlos; NOGARA, Paulo José. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do saco de mamangá-Parati-Rio de Janeiro**. 2ª ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 1: uma história de costumes. Trad. Ruy Jungmann, 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ELIAS, Norbert. Volume 2: **formação do estado e civilização**. Trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed.,1993.
- ELIAS. Norbert. **Introdução a sociologia**. Biblioteca Nacional de Portugal. Edições 70. Abril, 2011.
- FABRINO, N.H.; NASCIMENTO, E. P.; Costa, H.A. Turismo de Base Comunitária: Dos Conceitos às Práticas e das Práticas aos Conceitos. **VII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisas em Ambiente e Sociedade - ANNPAS**, 2015. Disponível em:< <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ann.2&lng=P.>> Acesso.Mar.2019.

FARIAS, G. B. A observação de aves como possibilidade ecoturística. **Revista Brasileira de Ornitologia**, vol. 15, n. 3, p. 474-477, set. 2007. Disponível em <www4.museu-goeldi.br/revistabronito/revista/index.php/BJO/article/.../pdf_517> Acesso em 10. Out. 16

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Organizada, atualizada, anotada e ampliada por Francisco Jorge do Santos, Auxiliomar Silva Ugarte e Mateus Coimbra de Oliveira. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/EDUA, Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em <www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em 15. Nov. 2016.

FIGUEIREDO, Silvio Lima, (ORG.) in. FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional. Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação**. Belém. NAEA, 2008.

FRANCO, José Luiz de Andrade; et al.. **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS). **Relatório de atividades 2013**. Manaus, v 6, 2014.

FUSTER, Luiz Fernandez. **Teoría y técnica del turismo**. Tomo I. Mundo Científico, Série Turismo. Editora Nacional. 2 edición. Madrid, 1971

G., Roger Loyola. **A economia ambiental e a economia ecológica: uma discussão teórica**. Disponível em <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ii_en/mesa2/4.pdf> Acesso em 07. Set. 2016.

GARCIA, T.S.; FIGUEIRÓ, A.S.; DEGRANDI, S.M.. Possibilidades para um turismo de base comunitária na bacia do Rio Camaquã (RS): um diálogo com o desenvolvimento baseado no território. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr., 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent. MCINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Trad. COSTA, Roberto Cataldo. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONÇALVES, Sérgio Campos. **Processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma teoria interpretativa através da sociologia, da história e psicologia**. OPIS, catalão, v13, n.1, p. 200 – 221 – jan./jun.2013. Disponível em <<https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/19011>> Acesso em 15. Jan. 2016.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

GOODLAND, Robert; IRWIN, HOWARD. **A selva amazônica: do inferno ao deserto vermelho?** Trad. JUNQUEIRA, Regina Regis. São Paulo: Editora Itatiaia, da Universidade de São Paulo, 1975.

GRIMM, Isabel Jurema; SAMPAIO, Carlos Ciose; GARCIA, MANON. Estratégias de desenvolvimento: a pesquisa científica no campo do turismo de base comunitária. **Gest. Tur**, N° 27, enero - junio 2017, pp 44 - 65. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223353239004>> acesso em 22. Fev. 2019.

GUSMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. **Histórias de brancos: memória, historiografia dos índios Manao do Rio Negro (sécs. XVIII-XX)**. Disponível em: <http://www.cpei.ifch.unicamp.br/pf-cpei/%20GuzmanDecioMarcoAntoniodeAlencar_M.pdf> Acesso em 22. Jan. 2017.

HALLACK, Nathália; BURGOS, André; CARNEIRO, Daniela Maria Rocco. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Ambientalmente sustentável**, janeiro - dezembro 2011, ano VI, vol. I, núm. 11-12, páginas 7-25. Disponível em <<https://www.passeidireto.com/arquivo/18185342/turismo-de-base-comunitaria--estado-da-arte-e-experiencias-brasileiras>> acesso em 22. Fev. 2019.

HAULOT, Arthur. **Turismo Social**. Série Trillas Turismo. Editora Trillas. México, 1991.

HAYWOOD, K. M. Responsible and responsive tourism planning in the community. Tourism management. **ACTAS del XIII Congreso de antropologia de la FAAEE**. p. 105-118. 1988.

HERNÁNDEZ NAVARRO, J. R.; TREJOS BENAVIDES, E.. Estratégias de desarrollo económico local y la gestión del turismo rural comunitario en costa rica: análisis de una experiência. **Tourism & Management Studie**.. Universidade do Algarve Faro, Portugal. V. 1, 2013.

HERRMANN, Gisela, COSTA, Cláudia. **Gestão integrada de áreas protegidas: uma análise de efetividade de mosaicos**. Brasília-DF, 2015: WWF-Brasil.

HIWASAKI, L.. Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan`s protected areas. **Society and Natural Resources**, vol. 19, 2006.

IRVING, M. A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível?** In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras, 2009. Disponível em <www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf> Acesso em 15. Dez. 2016

JUNIOR, Nelson Novaes Pedrosa; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; ADAMS, Cristina. **A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação**. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum., Belém , v. 3, n. 2, p. 153-174, ago. 2008 . Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000200003&lng=pt&nrm=iso> Acessos em 20. Nov. 2016.

KELLY, Brian; LONDON, Mark. **Amazônia: um grito de alerta**. Rio de Janeiro Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A. 1983.

LACERDA, Mariana de Oliveira. A paisagem da terra dos diamantes [manuscrito]: Passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva. **Tese** (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/IGCC-9KTJZD>> Acesso em 03. Fev. 2018.

LAGE, B.; MILONE, C. **Economia do turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

LÁTKOVÁ, P.; VOGT, C.. Residents' Attitudes toward Existing and Future Tourism Development in Rural Communities. **Journal of Travel Research** , v.51, 2012.

LEMOS, L. **Turismo: que negócio é este?** Campinas: Papirus, 2001.

LEONARDI, V. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira.** Brasília: Paralelo 15, Ed. UnB, 1999.

LIMA, M.C. Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos. 2002. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em:<<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/172/138>> Acesso em 15. Dez. 2016.

LIMA, R.. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social. Rio de Janeiro. **Tese.** Doutorado em Engenharia de Produção - Programa de Engenharia de Produção, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

LOYOLA G. Roger. A economia ambiental e a economia ecológica: uma discussão teórica. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, 2, São Paulo, 2001. Disponível em:<<http://www.Nepam/unicamp.br/ecoeco>> Acesso em 15. Dez. 2016.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. Org. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf> Acesso em 15. Set. 2014.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. **Descobrir e redescobrir o grande rio das amazonas. As relaciones de Carvajal (1542), Alonso de Rojas SJ (1639) e Christóbal de Acuña SJ (1641).** Disponível em <www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/19048/21111> Acesso em 10. Jan. . 2016.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e figurações na hiterlândia amazônica.** Manaus: Editora Valer/ Fapeam, 2015.

MEDEIROS, Jássio Pereira de; BORGES, Djalma Freire. **Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN.** RAP Rio de Janeiro 41(1):63-81, Jan./Fev. 2007. Disponível em<<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n1/05.pdf> > Acesso em 11. Jul. 2016.

MEDEIROS, Jássio Pereira; BORGES, Djalma Freire Borges. **Participação Cidadã no planejamento das ações da Emater - RN.** Disponível em <www.scielo.br/pdf/%0D/rap/v41n1/05.pdf> Acesso 15. Mar. 2016.

MEDEIROS, Marcelo. **Desmatamentos já atingiram 144 mil hectares nas unidades de conservação da RMM.** Disponível em http://acritica.uol.com.br/amazonia/Manaus-Azonas-Meio_ambiente-RMM-pesquisa-Desmatamentos-atingiram-hectares-conservacao-RMM_0_597540592.html Acesso em 20. Set. 2014.

MEGGERS, Betty Jane. **Amazônia: a ilusão do paraíso.** Trad. LINHARES, Maria Yedda. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MELO, Flávia et.al. Reflexões sobre o objeto de pesquisa em turismo: uma abordagem crítica. **VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, ANPTUR**, 2010. Disponível em <<http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2010/paper/view/580>> Acesso em 21. Mar. 2016

MENDES, Armando Dias. **Amazônia: modos de (o) usar**. Manaus: Editora Valer, 2001.

MENDONÇA, T. C. M.; IRVING, M. A.. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE), in: **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 4, nº. 4, 2004.

MINGMETHAPORN, K.. **HOSTS, Guests and Our Shared Planet: Climate-Friendly, Community-Based Tourism in Thailand**. Contours, Vol. 19, Issue 4, 2009.

MOLINA E., Sergio. **Turismo e ecologia**. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MONTEIRO, Elizandra Cristina dos Santos Carneiro; ALBUQUERQUE, Carlossandro Carvalho Estudo sobre os programas turísticos desenvolvidos no estado do Amazonas no período de 2003 a 2005: projetos e ações de. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Edição ISSN 1980-6930, 03/2007. Disponível em <www.revistas.uea.edu.br/.../aboré/.../Elizandra%20Cristina%20dos%20Santos%20Car...> Acesso em 06. Out. 2016

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX: neurose**. Trad. SARDINHA, Maura Ribeiro, 9. ed -Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

MORIN, Edgar. **O Método 1 - a natureza da natureza**. Trad. de Ilana Heinberg. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2003. 479 p. (La Méthode 1 - la nature de la nature. Editions du Seuil, 1977).

MULLER, Charles C. **O debate dos economistas sobre a sustentabilidade – uma avaliação sob a ótica da análise do processo produtivo de Georgescu-Roegen**. EST. ECON., São Paulo, V. 35, N. 4, P. 687-713, outubro-dezembro 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v35n4/v35n4a04.pdf>> acesso em 15. Out. 2016.

MURPHY, Peter E.. **Tourism: A community approach**. Londres. Methuesen, 1985.

MURPHY. Peter E.. **Tourism as a community industry-an ecological model of tourism development**. **Tourism Management**. Disponível em:<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0261517783900626>>: Acesso em 15. Nov. 2016.

NEVES, Eduardo. **Esboço da história antiga do rio negro**. In Baré: povo do rio. (org). HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulisses. Edições Sesc São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/15018881/Esbo%C3%A7o_da_Hist%C3%B3ria_Antiga_do_Rio_Negro?auto=download> Acesso em 10. Ago. 2016.

NEVES, Ruth Maria de Souza. **Análise da gestão do uso público: turismo e lazer em duas unidades de conservação do mosaico de áreas protegidas do baixo Rio Negro/AM. Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia – MPGAP. INPA, 2018. Disponível em <<https://bdtd.inpa.gov.br/handle/tede/2606>> Acesso em 03. Mar. 2019.

NIKOLLA, Irida. MIKO, Davis. Importance of tourism in community development. **Mediterranean Journal of Social Sciences**. MCSER Publishing Rome-Italy. Vol 4, nº 9, october2013. Disponível em <<http://www.mcser.org/journal/index.php/mjss/article/view/1064>> Acesso em 10. Ago. 2016.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Percepções e representações gráficas: a “geograficidade” nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas**. Manaus, EDUA, 2014.

OKASAKI, Etsuko. **A community-based tourism model: its conception and use**. **Journal os Sustainable Tourism**. Vol.16, nº5, 2008. Disponível em <ftp://ftp.puce.edu.ec/Facultades/CienciasHumanas/Ecoturismo/ArticulosTurismo/Art%C3%ADculos%20cient%C3%ADficos/Turismo%20sostenible/Journal%20of%20Sustainable%20Tourism/community_base%20model.pdf> Acesso em 05. Ago. 2016

OLIVEIRA, Maurício. A maior indústria do mundo. **Revista Exame**, 05/04/2007. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/890/noticias/a-maior-industria-do-mundo-m0125844>> Acesso em 07. Nov. 2015

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONUBR). 1995. **17 objetivos para transformar nosso mundo**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso. Mar. 2019

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, OMT. **Entender el turismo: glossário básico**. Disponível em: <<http://media.unwto.org/es/content/entender-el-turismo-glosario-basico>> Acesso em 17. jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, OMT. **Glossary of tourism terms**, 2014. Disponível em: <<https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/staticunwto/Statistics/Glossary+of+terms.pdf>> Acesso em 16. Jun. 2015.

PAIVA, Ricardo Alexandre et al. **Tropical hotel de Manaus (1963) de Sérgio Bernardes: turismo, utopia e modernidade**. Disponível em <http://www.seminario2016.docomomo.org.br/artigos_apresentacao/sessao%2017/DOCOSPE_S17_PAIVA_PAULA_MACIEL.pdf> Acesso em 12. Fev. 2018.

PAKMAN, Elbio Troccoli. Sobre definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. **XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. 24 a 26 de setembro de 2014. Universidade do Estado do Ceará/UECE. Disponível em: <www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2014/.../034.pdf> Acesso em 15. Mai. 2015.

PEIXOTO, Shirley Cintra Portela de Sá. Turismo e lazer em Unidade de Conservação: a experiência de São João do Tupé – Redes do Tupé. 2013. 113p. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2013.

PIRES, Fernando Dias de Ávila. Papel dos parques nacionais e reservas equivalentes na conservação dos ecossistemas. In BRASIL, **Fundação brasileira para a conservação da natureza**, Boletim Informativo, Rio de Janeiro, v.12 (nº especial); pg. 136, 1977.

PORTO, Nailza Pereira. Análise socioeconômica do turismo de base comunitária no mosaico de áreas protegidas do baixo Rio Negro- AM. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em

Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia – MPGAP. INPA, 2014. Disponível em < bdt.d.inpa.gov.br/handle/tede/1532> Acesso em 03.MAR. 2019.

QUEIROZ, M. P. I. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis-São Paulo: Vozes-Edusp (Estudos Brasileiros, v.3). 1973.

REIS, Arthur César Ferreira Reis. **História do Amazonas**. 2ª ed. – Belo Horizonte: Itatiaia; [Manaus]: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. – Coleção reconquista do Brasil. 2ª.série; v.145).

REIS, Arthur César Ferreira. **Um estadista colonial**. 3 ed. Manaus: Academia Amazonense de Letras, Prefeitura Municipal de Manaus e Editora Valer, 2006.

RICHARDS, G.; HALL, D.. **Tourism and sustainable community development**. Londres. Routledge. 2000.

ROCHA, Jefferson Marçal da. **A ciência econômica diante da problemática ambiental**. Disponível em< www.ucs.br/site/midia/arquivos/IPES_TD_009_JUL_2004.pdf> Acesso e, 07. Set. 2016.

ROGERSON, C.M. (2014). Informal Sector Business Tourism and Pro-Poor Tourism: Africa's Migrant Entrepreneurs. **Mediterranean Journal of Social Sciences MCSER Publishing**, Rome-Italy, vol 5, nº 16, p. 153-161.

RUSSELL, P Community-based tourism. **Journal Travel & Tourism Analyst 2000** No. 5 pp. 89-116. Disponível em:< <http://www.cabdirect.org/abstracts/20013076385.html;jsessionid=830AE1D6C7A366519FE8875F26C2B471>> acesso em 22. Out. 2015.

SAAYMAN, M.; GIAMPICCALI, A.. Community based tourism and pro-poor tourism: dissimilar positioning in relation to community development. **Journal for New Generation Sciences**, v.13, nº3, 2015.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

SACHS, I. **O gato de Alice e outras crônicas: pensando o Brasil às margens do Sena**. São Paulo: Cortez. 2002.

SALLES, Vicente. **Rapsódia amazônica de João Daniel. Introdução Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**, v 1/ padre João Daniel – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. Brasília, 2003.

SAMPAIO, C. A. C; CORIOLANO; L.N.. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 3, n. 1, 2009.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775); Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro; Apêndice ao Diário de Viagem; Relação geográfica e histórica do rio Branco da América Portuguesa**. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/ACA-Fundo Editorial, 1985.

SAMPAIO, Sofia, Estudar o turismo hoje: para uma revisão crítica dos estudos de turismo, **Etnográfica [Online]**, vol. 17 (1) | 2013, posto online no dia 13 Março 2013, consultado no dia 13 Março 2013. URL: [http:// etnografica.revues.org/2615](http://etnografica.revues.org/2615).

SANSOLO, R; BURSZTYN, I.. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.G.; Burszty, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, parte I, 2009.

SANTINE, Daniel. **Satélites ajudam visualizar impactos da Ponte do Rio Negro**. 19.set.2013. O eco. Disponível em <<http://www.oeco.org.br/blogs/oeco-data/27562-satelites-ajudam-a-visualizar-impactos-da-ponte-do-rio-negro/>> Acesso em 06. Ago.2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia da emergência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, outubro, 2002: 237-280. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=788&id_lingua=> Acesso em 20. Out. 2012.

SANTOS, Fabio Franklin Storino dos. **Capital Social: Vários conceitos, um só problema / 2003**. 84 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2003. Disponível em<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2403/59888.pdf.txt?sequenc e=2>>Acesso em 11. Jul. 16.

SANTOS, J. R. Aspectos evolucionários de produção camponesa do território Manaus e entorno. 6/11/10. 431f. Tese (Doutorado) -**Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônico**, Belém. Disponível em:<<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2721>> Acesso em: 29. Set. 2014.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. As diferentes faces do estado do Amazonas: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá. **Tese** (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SCHWINK; BORMANN, Arthur, **Die Lehre von fremdenverkehrs**. Berlim, 1931

SILVA, Glaubécia Teixeira da. Percepções sócio-espaciais e de turismo em Paricatuba-Iranduba-Amazonas / Glaubécia Teixeira da Silva. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Ciências do ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. UFAM, 2008. Disponível em: <www.ppgcasa.ufam.edu.br/pdf/dissertacoes/2008/GlaubeciaTeixeira.pdf>Acesso em: 03.MAR. 2019.

SILVA, Josiane Nascimento da. Reserva de desenvolvimento sustentável do Rio Negro (AM): uma reflexão sob o viés da teoria eliasiana. **Dissertação**. Programa de Pós graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM. Disponível em <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6951>> acesso em 02.MAR. 2019.

SILVA, Marilene Corrêa da, **Metamorfoses da Amazônia**. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2013.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ Uninorte, 2004.

SIMMONS, David G. Community participation in tourism planning. **Tourism Management**. Volume 15, Issue 2, April 1994, Pages 98-108. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0261517794900035>> Acesso em 15.nov. 2016.

SINGER, P.. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SLOAN , P.; LEGRAND , W.; KAUFMANN ,C. S.. A survey of social entrepreneurial community-based hospitality and tourism initiatives in developing economies: A new business approach for industry. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, v. 6, 2014.

SOUSA, Roberta Maria de Moura. Reserva de desenvolvimento sustentável Rio Negro (AM) e sua relação com o turismo de base comunitária: perspectivas de gestão local na Amazônia e percepção das comunidades. **Tese**. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPB. Belém, 2017. Disponível em:<www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/.../ROBERTAMARIADEMOURASOUSA> Acesso em: 3 de MAR. 2019

SOUZA, Márcio, **O empate contra Chico Mendes**. São Paulo, Ed. Marco Zero, 1990.

SOUZA, N.P.; Nelson, S.P. Badialli, J.E.L.; Lima, M.A.V.; Pádua, S.M. Como compatibilizar conservação, desenvolvimento e turismo: a experiência do baixo Rio Negro, Amazonas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.3, n.2, 2010, pp.173-190. Disponível em:<<https://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/.../61/36>> Acesso 03. Fev. 2019.

TAKAHASHI, L. Y. Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do Estado do Paraná. 1998. 129f. **Tese** (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TRENTIN, Fabiana; FRATUCCI, Aguinaldo César. **Política nacional de turismo no Brasil: municipalização à regionalização**. Book of Proceedings Vol. I – International Conference on Tourism & Management Studies – Algave, 2011. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5018532.pdf>> Acesso em 15. Dez. 2016.

TRIGO. Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo, como aprender, como ensinar**. 3 ed.: Editora Senac, São Paulo, 2003.

VALERI, Sérgio Valiengo; SENÔ, Mirela Andréa Alves Fisher. **A importância dos corredores ecológicos para a fauna e a sustentabilidade de remanescentes florestais**. Disponível em:<www.saoluis.br/revistajuridica/arquivos/005.pdf> Acesso 15. Mar. 2018.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesp,2008.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem anos nos trópicos**. Trad. COSTA, Clotilde da Silva. - 3.ed.- Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. THORELL, Ana. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual**, vol.8 nº 2, 2008. Disponível em <http://www.globalgarbage.org/turismo/Do_turismo_de_massa_ao_turismo_situado__quais_as_transicoes.pdf> acesso em 15. Ago. 2016.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 2005.

ZEIDEMANN, Vivian Karina. “**O rio das águas Negras.**” **Florestas do Rio Negro**. Companhia das Letras, São Paulo. 344p (2001): 62-87. Disponível em<<http://www.ecologia.ib.usp.br/guiaigapo/images/livro/RioNegro02.pdf>> acesso em 20. Jan. 2017.

ANEXOS

ANEXO 1. DECRETO DE CRIAÇÃO DA RDS RIO NEGRO

LEI Nº 3.355, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2008

DISPÕE sobre a redefinição dos limites territoriais da ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA MARGEM DIREITA DO RIO NEGRO, SETOR PADUARI-SOLIMÕES, criada pelo Decreto nº 16.498, de 2 de abril de 1995, e redelimitada pela Lei nº 2.646, de 22 de maio de 2001, e CRIA a RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO, e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

LEI: Nº 3.355, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2008

Art. 1º - O art. 5º da Lei nº 2.646, de 22 de maio de 2001, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA MARGEM DIRETA DO RIO NEGRO, SETOR PADUARI-SOLIMÕES, criada pelo Decreto nº 16.498, de 2 de abril de 1995, e redelimitada pela Lei nº 2.646, de 22 de maio de 2001, localizado entre os Municípios de Iranduba, Novo Airão e Manacapuru, passa a ter área aproximada de 461.740,67 ha (quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e quarenta hectares e sessenta e sete centiares), calculado em projeção, Albers Equal Área Conic com datum SAD-69, e descrição dos limites na base cartográfica 1:250.000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística seguindo os limites e confrontações: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas 61°12'55.308" W e 2°06'13.211" S, situado na margem Direita do Rio Negro, na confluência do Rio Paduari com o Rio Negro; deste descendo pela a margem direita do Rio Negro até o Ponto 02 de coordenadas geográficas 60°57'13.55" W e 2°36'56.272" S, situado na confluência do Igarapé da Freguesia com o Rio Negro, próximo a Cidade de Novo Airão; deste subindo pela a margem esquerda do Igarapé da Freguesia até o Ponto 03 de coordenadas geográficas 60°59'40.644" W e 2°42'17.167" S, situado na confluência do Igarapé da Freguesia com um igarapé sem denominação; deste subindo pela a margem esquerda de igarapé sem denominação até o Ponto 04 de coordenadas geográficas 60°57'00.545" W e 02°44'08.087" S; deste segue por uma reta até o Ponto 05 de coordenadas geográficas 60°55'25.722" W e 2°44'06.521" S, situado na nascente de um igarapé sem denominação; deste segue pela margem direita do referido igarapé até o Ponto 06 de coordenadas geográficas, 60°53'37.645" W e 2°40'02.028" S, situado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Negro; deste segue pela a margem direita do Rio Negro até o Ponto 07 de coordenadas geográficas 60° 52'14.353" W, 2°42'07.308" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 08 de coordenadas geográficas 60°54'29.900" W, 2° 44'28.017" S; deste segue em linha reta até o Ponto 09 de coordenadas geográficas 60°54'48.241" W, 2°46'23.803" S; deste segue em linha reta até o Ponto 10 de coordenadas geográficas 60°54'34.062" W, 2°47'27.954" S; deste segue em linha reta até o Ponto 11 de coordenadas geográficas 60°54'05.804" W, 2°48'44.066" S, localizado na margem direita do Igarapé Açú; deste segue pela margem direita a jusante pelo referido igarapé até o Ponto 12 de coordenadas geográficas 60°52'08.174" W, 2°49'26.076" S; deste segue pela margem direita do referido igarapé até o Ponto 13 de coordenadas geográficas

60°50'06.385" W, 2°50'20.932" S, localizado no entroncamento do Igarapé Açú com o Igarapé Angelim; deste segue pela margem esquerda a montante do Igarapé Angelim até o Ponto 14 de coordenadas geográficas 60°52'31.629" W, 2°52'43.846" S, localizado na margem esquerda do Igarapé Angelim; deste segue pelo referido igarapé até o Ponto 15 de coordenadas geográficas 60°53'13.105" W, 2°53'07.449" S, localizado no entroncamento do Igarapé Angelim com outro sem denominação; deste segue pelo igarapé sem denominação até o Ponto 16 de coordenadas geográficas 60°53'58.561" W, 2°55'43.823" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 17 de coordenadas geográficas 60°52'58.369" W, 2°57'41.56" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 18 de coordenadas geográficas 60°51'38.233" W, 2°58'06.811" S, localizado na cabeceira do Igarapé Camará; deste segue pelo referido igarapé a jusante até o Ponto 19 de coordenadas geográficas 60°48'38.739" W, 2°56'29.830" S, localizado no igarapé Camará; deste segue em linha reta até o Ponto 20 de coordenadas geográficas 60°48'32.978" W, 2°56'35.843" S; deste segue em linha reta até o Ponto 21 de coordenadas geográficas 60°49'41.281" W, 2°58'03.171" S; deste segue em linha reta até o Ponto 22 de coordenadas geográficas 60°49'50.993" W, 3°01'46.583" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 23 de coordenadas geográficas 60°48'33.284" W, 3°05'26.460" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 24 de coordenadas geográficas 60°43'30.398" W, 3°05'35.294" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 25 de coordenadas geográficas 60°41'33.324" W, 3°07'03.430" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 26 de coordenadas geográficas 60°40'44.222" W, 3°06'58.349" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue pela margem direita do referido igarapé a jusante até o Ponto 27 de coordenadas geográficas 60°32'23.939" W, 3°09'20.500" S, localizado no Lago Acajatuba; deste segue em linha reta até o Ponto 28 de coordenadas geográficas 60°29'08.406" W, 3°11'45.828" S, localizado na margem direita do Igarapé Grande, deste segue pela margem direita a jusante do referido igarapé até o Ponto 29 de coordenadas geográficas 60°29'24.546" W, 3°07'28.166" S, localizado na margem direita do Lago Acajatuba; deste segue em linha reta até o Ponto 30 de coordenadas geográficas 60°29'10.526" W, 3°07'11.515" S, localizado no Lago Acajatuba; deste segue pela margem direita a jusante pelo referido Lago até o Ponto 31 de coordenadas geográficas 60°28'03.832" W, 3°05'20.361" S, localizado na margem direita do Rio Negro; deste segue em linha pela margem direita do Rio Negro até o Ponto 32 de coordenadas geográficas, 59°59'08.519" W e 03°11'54.640" S, situado próximo a confluência do Rio Negro com o Solimões; deste segue pela a margem esquerda do Solimões até o Ponto 33 de coordenadas geográficas, 60°05'09.068" W e 03°17'24.948" S, situado na margem esquerda do Rio Solimões; deste segue em linha reta até o Ponto 34 de coordenadas geográficas, 60°09'12.772" W e 03°15'50.542" S, deste por uma reta até o Ponto 35 de coordenadas geográficas, 60°10'53.392" W e 3°15'24.738" S, deste segue em linha reta até o Ponto 36 de coordenadas geográficas, 60°12'46.883" W e 3°16'14.991" S, situado na margem esquerda do Rio Solimões; deste segue pela a margem esquerda do referido Rio até o Ponto 37 de coordenadas geográficas, 60°34'48.898" W e 03°18'51.563" S, situado na confluência do Rio Solimões com um igarapé sem denominação; deste segue pelo referido igarapé sem denominação até o Ponto 38 de coordenadas geográficas, 60°35'09.970" W e 03°16'46.326" S; deste segue em linha reta até o Ponto 39 de coordenadas geográficas, 60°39'01.448" W e 03°14'41.734" S; deste segue pela estrada de Manacapuru - Novo Airão até o Ponto 40 de coordenadas geográficas, 60°42'09.173" W e 03°11'41.718" S; deste segue pela referida estrada até o Ponto 41 de coordenadas geográficas, 60°51'37.704" W e 03°02'56.641" S; deste segue pelo limite da divisão municipal do Município de Manacapuru até o Ponto 42 de coordenadas geográficas, 60°59'02.943" W e 03°00'16.636" S; deste segue em linha reta até o Ponto 43 de coordenadas geográficas, 61°07'37.062" W e 02°52'52.007" S; deste segue pelo interflúvio passando pelos Pontos 44 de coordenadas geográficas, 61°08'05.808" W e

02°50'37.336" S, Ponto 45 de coordenadas geográficas, 61°10'05.352" W e 02°49'04.002" S; deste segue em linha reta até o Ponto 46 de coordenadas geográficas, 61°10'37.010" W e 02°47'09.991" S; deste segue em linha reta até o Ponto 47 de coordenadas geográficas, 61°12'23.675" W e 02°45'06.760" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue pelo referido igarapé até o Ponto 48 de coordenadas geográficas, 61°19'35.134" W e 02°41'20.253" S, localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; deste segue pelo igarapé até o Ponto 49 de coordenadas geográficas, 61°22'46.886" W e 02°40'28.236" S; deste segue pela a margem direita do Rio Paduari até o Ponto 50, de coordenadas geográficas 61°26'33.381" W e 02°30'42.481" S, localizado no Rio Paduari; deste segue pela margem direita do referido Rio até o Ponto 01 início da descrição."

Art. 2º - Fica criada a RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO, localizada entre os municípios de Iranduba, Novo Airão e Manacapuru, com área aproximada de 103.086,02 ha (cento e três mil, oitenta e seis hectares e dois centiares), calculado em projeção Albers Equal Área Conic com datum SAD-69, e descrição dos limites na base cartográfica 1:250.000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A descrição do memorial inicia no Ponto 01, de coordenadas geográficas 60°32'23.939" W, 3°09'20.500" S, localizado no Lago Acajatuba; deste segue em linha reta até o Ponto 02 de coordenadas geográficas 60°29'08.406" W, 3°11'45.828" S, localizado na margem direita do Igarapé Grande, deste segue pela margem direita a jusante do referido igarapé até o Ponto 03 de coordenadas geográficas 60°29'24.546" W, 3°07'28.166" S, localizado na margem direita do Lago Acajatuba; deste segue em linha reta até o Ponto 04 de coordenadas geográficas 60°29'10.526" W, 3°07'11.515" S, localizado no Lago Acajatuba; deste segue pela margem direita a jusante pelo referido Lago até o Ponto 05 de coordenadas geográficas 60°28'03.832" W, 3°05'20.361" S, localizado na margem direita do Rio Negro; deste segue em linha reta até o Ponto 06 de coordenadas geográficas 60°29'49.024" W, 3°4'13.653" S, localizado na margem direita do Rio Negro; deste segue a montante pela margem direita do referido Rio até Ponto 07 de coordenadas geográficas, 60°38'52.532" W, 2°56'24.134" S, localizado na margem direita da boca do Igarapé Tumbira; deste segue em linha reta até o Ponto 08 de coordenadas geográficas 60°39'10.995" W, 2°56'06.170" S, localizado na margem esquerda da boca do Igarapé Tumbira; deste segue pela margem direita do Rio Negro a montante até o Ponto 09 de coordenadas geográficas 60°41'47.862" W, 2°53'07.698" S, localizado na margem direita da boca do Igarapé Camará; deste segue em linha reta até o Ponto 10 de coordenadas geográficas 60°42'02.115" W, 2°52'49.336" S, localizado na margem esquerda da boca do Igarapé Camará; deste segue pela margem direita do Rio Negro a montante até o Ponto 11 de coordenadas geográficas 60°45'20.170" W, 2°49'39.137" S; deste segue em linha reta até o Ponto 12 de coordenadas geográficas 60°45'28.368" W, 2°49'18.948" S; deste segue pela margem direita do Rio Negro a montante até o Ponto 13 de coordenadas geográficas 60°47'27.043" W, 2°45'13.502" S, localizado na margem direita da boca do Igarapé Marajá; deste segue em linha reta até Ponto 14 de coordenadas geográficas 60° 47' 37.359" W, 2°45'07.688" S, localizado na margem esquerda da boca do Igarapé Marajá; deste segue pela margem direita do Rio Negro a montante até o Ponto 15 de coordenadas geográficas 60°52'17.326" W, 2°42'08.031" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 16 de coordenadas geográficas 60°54'29.900" W, 2°44'28.017" S; deste segue em linha até o Ponto 17 de coordenadas geográficas 60°54'48.241" W, 2°46'23.803" S; deste segue em linha reta até o Ponto 18 de coordenadas geográficas 60°54'34.062" W, 2°47'27.954" S; deste segue em linha reta até o Ponto 19 de coordenadas geográficas 60°54'05.804" W, 2°48'44.066" S, localizado na margem direita do Igarapé Açú; deste segue pela margem direita a jusante pelo referido igarapé até o Ponto 20 de coordenadas geográficas 60°52'08.174" W, 2°49'26.076" S; deste segue pela margem direita do referido igarapé até o Ponto 21 de coordenadas geográficas 60°50'06.385" W, 2°50'20.932" S, localizado no entroncamento do Igarapé Açú com o Igarapé Angelim; deste segue pela margem esquerda a montante do Igarapé Angelim até o

Ponto 22 de coordenadas geográficas 60°52'31.629" W, 2°52'43.846" S, localizado na margem esquerda do Igarapé Angelim; deste segue pelo referido igarapé até o Ponto 23 de coordenadas geográficas 60°53'13.105" W, 2°53'07.449" S, localizado no entroncamento do Igarapé Angelim com outro sem denominação; deste segue pelo igarapé sem denominação até o Ponto 24 de coordenadas geográficas 60°53'58.561" W, 2°55'43.823" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 25 de coordenadas geográficas 60°52'58.369" W, 2°57'41.56" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 26 de coordenadas geográficas 60°51'38.233" W, 2°58'06.811" S, localizado na cabeceira do Igarapé Camará; deste segue pelo referido igarapé a jusante até o Ponto 27 de coordenadas geográficas 60°48'38.739" W, 2°56'29.830" S, localizado no Igarapé Camará; deste segue em linha reta até o Ponto 28 de coordenadas geográficas 60°48'32.978" W, 2°56'35.843" S; deste segue em linha reta até o Ponto 29 de coordenadas geográficas 60°49'41.281" W, 2°58'03.171" S; deste segue em linha reta até o Ponto 30 de coordenadas geográficas 60°49'50.993" W, 3°01'46.583" S; deste segue em linha reta até o Ponto 31 de coordenadas geográficas 60°48'33.284" W, 3°05'26.460" S; deste segue em linha reta até o Ponto 32 de coordenadas geográficas 60°43'30.398" W, 3°05'35.294" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 33 de coordenadas geográficas 60°41'33.324" W, 3°07'03.430" S localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue em linha reta até o Ponto 34 de coordenadas geográficas 60°40'44.222" W, 3°06'58.349" S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste segue pela margem direita do referido igarapé a jusante até o Ponto 01, início da descrição.

Parágrafo único. Ficam excluídas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro as áreas privadas cujas propriedades se comprovam nos termos da lei.

Art. 3º - A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e manejo dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o saber e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por essas populações.

Parágrafo único. O Poder Executivo e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS editarão as normas necessárias para a efetiva implementação da reserva, atendidas as determinações da Lei Complementar Estadual nº 53, de 5 de junho de 2007.

Art. 4º - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, órgão gestor da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO, adotará as medidas necessárias para a sua implantação e controle, na forma do art. 20 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e art. 21 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 5 de junho de 2007.

§ 1º - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS poderá celebrar instrumento específico para a gestão da área, com entidades ou instituições públicas, ou com organizações da sociedade civil de interesse público, com objetivos afins ao da unidade, atendidos os pressupostos da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999.

§ 2º - A instituição gestora, na hipótese prevista no parágrafo anterior, encaminhará à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS ao final de

cada semestre, relatório circunstanciado das atividades e ações desenvolvidas, assim como plano de trabalho das atividades previstas para o semestre seguinte.

Art. 5º - O Plano de Gestão da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO será elaborado no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS fixar, por ato próprio, as diretrizes gerais para a elaboração do Plano de Gestão e ao Conselho Deliberativo da reserva aprová-lo.

Art. 6º - O Poder Executivo promoverá por meio da Casa Civil e sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, no prazo de 30 (trinta) dias, a republicação da Lei nº 2.646, de 22 de maio de 2001, com texto consolidado em face das disposições desta Lei.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO, em Manaus, 26 de dezembro de 2008.

EDUARDO BRAGA
Governador do Estado
JOSÉ MELO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Governo
RAUL ARMONIA ZAIDAN
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

Publicado no DOE de 30.12.2008, pág. 9.

ANEXO 2. DECRETO DE USO PÚBLICO PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

Decreto Nº 30.873, de 28 de Dezembro de 2010

ESTABELECE diretrizes para o uso público em Unidade de Conservação sob gestão do Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável SDS e dá providências

O GOVERNADO DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 15 e 54, incisos VIII, da Constituição Estadual de 1989 e

CONSIDERANDO as disposições do artigo 225 da Constituição Brasileira de 1988, que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar para as presentes e futuras gerações o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida;

CONSIDERANDO as competências definidas na Constituição Brasileira de 1988 para as questões ambientais, estabelecendo a administração comum, conforme o artigo 23, incisos III, VI, VII e a legislação concorrente e suplementar, conforme o artigo 24, VI, VII e parágrafos;

CONSIDERANDO os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, ratificado pelo Congresso Nacional e promulgados por ato do Poder Executivo, em especial os acordados na Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD, dentre os quais a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Conservação – Quadro sobre Mudança do Clima bem como as normas e mecanismos de implantação deles decorrentes;

CONSIDERANDO as normas e mecanismos de implantação decorrentes de acordos internacionais, em especial para a Política Nacional da Biodiversidade, com as disposições do Decreto Federal nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, e para o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, conforme o Decreto nº de 13 de abril de 2006;

CONSIDERANDO as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

CONSIDERANDO os objetivos e diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Turismo, instituída pela Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro 2008;

CONSIDERANDO a Lei Delegada nº 66, de 9 de maio de 2007, que dá a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável – SDS a competência de gestão das unidades de conservação;

CONSIDERANDO que a Lei nº 2.790, de 9 de maio de 2003, que institui a Amazonastur e estabelece sua finalidade;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 53, de 05 de junho de 2007, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, institui como um de seus objetivos favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo sustentável;

CONSIDERANDO que os parques estaduais têm como objetivo básico a preservação do ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, respeitadas as restrições contidas em seus planos de gestão e os atos normativos pertinentes, de acordo com os artigos 11 e 33 da Lei Complementar nº 53, de 05 de junho de 2007;

CONSIDERANDO que a estrada parque e o rio cênico são categorias de manejo que tem dentre seus objetivos de manejo promover o desenvolvimento turístico e viabilizar o desenvolvimento social e econômico das comunidades tradicionais, respeitadas as restrições contidas em seus planos de gestão e nos normativos pertinentes, de acordo com os artigos 23, 25 e 33 da Lei complementar nº 53, de 05 de junho de 2007;

CONSIDERANDO que o monumento natural, refúgio de vida silvestre, área de proteção ambiental, floresta estadual, reserva extrativista, reserva de fauna e reserva de desenvolvimento sustentável são categorias de manejo que admitem a visitação pública, respeitadas as condições e restrições estabelecidas no plano de gestão da unidade, as normas estabelecidas pelo órgão gestor e o previsto em regulamento, de acordo com os artigos 12, 13,16, 18, 19, 20, 21 e 33 da Lei Complementar nº 53, de 05 de junho de 2007;

DECRETA

Art. 1º. Este decreto institui diretrizes para o uso público das unidades de conservação administradas pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC, de acordo com os objetivos de cada categoria de manejo.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES SEÇÃO – DAS DEFINIÇÕES

Ar. 2º. Para fins deste decreto, entende-se por:

I – uso público: visitação com finalidade recreativa, esportiva, turística, histórico-cultural, educacional e de interpretação e conscientização ambiental, que se utiliza dos atrativos das unidades de conservação e da infraestrutura e equipamentos eventualmente disponibilizados para tal;

II – Ecoturismo: é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações;

III – esporte de aventura: conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas em interação com a natureza, a partir de sensações e de emoções, sob condições de incertezas em relação ao meio e de risco calculado. Realizadas em ambientes naturais, como exploração das possibilidades da condição humana, em resposta aos desafios desses ambientes, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidos com a sua sustentabilidade socioambiental;

IV – esportes radicais: conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas a partir de sensações e de emoções, sob condições de risco calculado, realizadas em manobras arrojadas e controladas, como superação de habilidades de desafio extremo e desenvolvidas em ambientes controlados, podendo estes ser artificiais, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental;

V – pesca esportiva: modalidade da pesca amadora em que é obrigatória a prática do pesque e solte, sendo vedado o direito à cota de transporte de pescadores, prevista na legislação;

VI – turismo de aventura: segmento do mercado turístico que promove a prática de esportes de aventura em ambientes naturais, que envolvam riscos controlados, avaliados e assumidos, exigido o uso de técnicas e equipamentos específicos e adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros;

VII – visitação especializada: segmento do turismo especializado em programas que visam oferecer ao visitante conhecimento sobre temas específicos (como p. ex. observação, de aves e outras espécies) sem que haja coleta de qualquer material ou possam configurar e resultar em produtos acadêmicos, cuja regulamentação é realizada por norma própria;

VIII – turismo cultural: segmento do mercado turístico cujo o principal atrativo se concentra nas tradições e nas populações locais, abrangendo desde a simples apreciação de manifestações culturais até o conhecimento da cultura local;

IX – turismo educacional: segmento do turismo no qual alguma forma de aprendizagem é um componente importante e motivador para a experiência turística.

SEÇÃO II – DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º As unidades de conservação são bens de uso comum da sociedade, e seu uso público rege-se-á pelos seguintes princípios:

I – compatibilização do uso público com a conservação dos recursos naturais e os processos ecológicos de acordo com os limites definidos para a unidade de conservação;

II – intervenção mínima na paisagem pelas estruturas administrativas e de uso público, harmonizando-as com o ambiente;

III – estímulo a participação comunitária de forma a contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões onde as unidades de conservação estaduais encontram-se inseridas;

IV – atendimento a todos os segmentos da sociedade, respeitando as diferentes motivações dos visitantes e estabelecendo estratégias diferenciadas para cada um desses segmentos;

V – não-obrigatoriedade da contratação dos serviços oferecidos pelas unidades de conservação diretamente ou por meio de seus concessionários e permissionários, incluindo serviços de condução de visitantes, salvo nas hipóteses em que indispensáveis para a preservação de atributos naturais, históricos ou arqueológico frágeis, definidos no plano de gestão ou plano de uso público da unidade;

VI – co-responsabilização do usuário pela preservação do patrimônio natural, cênico, histórico e cultural das unidades de conservação estaduais, bem como de suas instalações e equipamentos;

VII – atendimento das expectativas e necessidades dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências, serviços, segurança e aquisição de conhecimento;

VIII – disponibilizações das informações referentes à identificação do território das unidades de conservação estaduais, dos serviços e atividades disponibilizadas ao público, bem como de seus respectivos regulamentos e restrições;

IX – limitação do uso de aparelhos sonoros e de veículos motorizados nas unidades de conservação estaduais, de forma a reduzir o impacto sobre a fauna e preservar a qualidade da experiência dos outros visitantes;

X – estímulo a serviços e atividades desenvolvidas por voluntários.

CAPÍTULO II – DA VISITAÇÃO

SEÇÃO I – DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PASSÍVEIS DE VISITAÇÃO

Art. 4º A visitação somente é permitida nas unidades de conservação que possuem plano de gestão.

Parágrafo único. Nas unidades de uso sustentável que não possuem plano de gestão, a visitação será permitida se a unidade possui plano de uso público elaborado de forma participativa, ou com a finalidade de satisfação das necessidades econômicas, sociais e culturais da população beneficiária.

SEÇÃO II – DA AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA

Art. 5º A autorização de entrada para visitação tem como objetivo orientar sobre as regras da unidade, controlar o número de visitantes, identificar características de usuários para fins de gestão e garantir a segurança do visitante.

Art. 6º A entrada para visitação será autorizada pelo órgão gestor das unidades de conservação, de forma simplificada, de acordo com procedimentos específicos.

§ 1º Os operadores de turismo com atividades de uso público nas unidades de conservação deverão estar cadastrados no órgão estadual de turismo e poderão solicitar autorização anual ao órgão gestor das unidades de conservação, de acordo com procedimentos específicos.

§ 2º A visitação pública em reserva particular do patrimônio natural e em reserva particular de desenvolvimento sustentável está sujeita à autorização do proprietário da unidade, sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de gestão.

SEÇÃO III – DAS ATIVIDADES PERMITIDAS

Art. 7º São permitidas as seguintes atividades de uso público nas unidades de conservação, de acordo com a categoria de manejo e desde que previstas no plano de gestão ou plano de uso público:

- I - visitação para lazer e recreação;
- II - educação e interpretação ambiental;
- III - esportes de aventura;
- IV - esportes radicais;
- V - turismo de aventura;
- VI - ecoturismo;
- VII - turismo cultural;
- VIII - turismo educacional;
- IX - pesca esportiva;
- X - visitação especializada;
- XI - outras atividades compatíveis com os propósitos e objetivos das unidades de conservação, a critério do órgão gestor das unidades de conservação.

§ 1º A visitação especializada não autoriza a realização de pesquisa científica, que demanda autorização própria.

§ 2º Será estimulada a celebração de instrumentos jurídicos com as organizações representativas das atividades previstas no caput como forma de obter subsídios e apoio à adequada gestão de uso público nas unidades de conservação estaduais, bem como para compatibilizar a sua prática com os objetivos de preservação ambiental dos mesmos, inclusive colaborando com o monitoramento ambiental nas áreas abertas à visitação pública.

Art. 8º A administração da unidade de conservação estadual poderá, justificadamente, limitar ou proibir, provisória ou definitivamente, alguma atividade de uso público no todo ou parte de seus limites.

Art. 9º O órgão gestor das unidades de conservação também poderá promover ou apoiar a realização de encontros que objetivem debater e instituir diretrizes para o uso público em unidades de conservação estaduais enfocando temas considerados relevantes para sua gestão como: práticas de esportes de aventura e esportes radicais, planejamento de trilhas, segurança em ambientes naturais, uso público para portadores de necessidades especiais, uso público religioso, interpretação e condução ambiental, educação ambiental, serviços e demanda turística, pesquisa científica, participação social e desenvolvimento local, dentre outros temas julgados pelo órgão gestor das unidades de conservação como relevantes para a compatibilização entre uso público e proteção da biodiversidade, dos processos ecológicos, dos serviços ambientais e da paisagem.

SEÇÃO IV – DA COBRANÇA DE INGRESSOS

Art. 10. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável, por meio do órgão gestor das unidades de conservação, poderá implantar, administrar ou conceder sistema de cobrança de ingresso nas unidades de conservação estaduais, observadas as características de cada unidade.

Parágrafo único – Poderão ser cobrados outros serviços prestados, tais como transporte de acesso às unidades de conservação.

Art.11. Fica autorizada a cobrança adicional para o uso de áreas especiais, tais como trilhas de montanhas, travessia, áreas de difícil acesso ou especialmente frágeis.

Parágrafo único. As áreas especiais submetidas a cobrança serão aquelas assim consideradas no plano de gestão ou plano de uso público.

Art. 12. Os valores dos ingressos serão definidos pelo órgão gestor das unidades de conservação, sendo admitido o escalonamento dos mesmos em função de fatores tais como:

I – época do ano;

II – finalidade da visitação;

III – estrutura e atrativos oferecidos pela unidade de conserva o;

IV – idade e condi o física do visitante;

V – local de residência do visitante;

VI – número de dias da permanência na unidade;

VII – outros fatores relevantes para o caso concreto.

  1  O  rgo gestão das unidades de conserva o poderá ainda estabelecer sistema de passes que estimule a visita o em diversas unidades de conserva o, ou diversas vezes em uma mesma unidade, num dado período de tempo.

  2   vedada a reserva de ingressos para uma única empresa ou pessoas de forma que caracterize monopólio ou reserva de mercado.

Art. 13. São isentos de pagamento de ingressos:

I – visitante brasileiro ou estrangeiro que demonstre possuir residência permanente no Brasil com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II – crianças com até 12 (doze) anos de idade incompletos desde que acompanhadas de um adulto;

III – estudantes e acompanhantes cujo estabelecimento de ensino regular agende previamente junto   administra o das unidades de conserva o a realiza o de atividades de educa o ambiental;

IV – popula es tradicionais extrativistas beneficiárias da unidade de conserva o;

V- colaboradores ou membros de institui es colaboradoras, no exercício de suas atividades na unidade de conserva o;

VI – pesquisadores autorizados para realizar pesquisas na unidade de conserva o;

VII – servidores de  rgo públicos, desde que a serviço na unidade de conserva o;

VIII – guias de turismo, devidamente regularizados pelo Ministério do Turismo, no exercício de suas atividades profissionais na unidade de conserva o;

IX – condutores de visitantes cadastrados, no exercício de suas atividades na unidade de conserva o.

Art. 14. O resultado da arrecada o constituirá fonte de receita própria da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS e deverá ser revertida para as unidades de conserva o sob sua gestão, de acordo com o Artigo 35, da Lei n  9.985, de 18 de julho de 2000, combinado com o Artigo 52 da Lei Complementar n  53, de 05 de junho de 2007, do Sistema Estadual de Unidades de Conserva o.

SE O V – DO HORÁRIO DE VISITA O

Art. 15. O  rgo gestão das unidades de conserva o poderá estabelecer horários de visita o para cada unidade de conserva o aberta ao uso público, de acordo com o plano de gestão e plano de uso público.

SEÇÃO VI – DAS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SUPORTE À VISITAÇÃO

Art. 16. O órgão gestor das unidades de conservação dotará as unidades de conservação estaduais, onde cabível, de estruturas e equipamentos de suporte à visitação, de acordo com os respectivos planos de gestão ou plano de uso público.

Parágrafo único. A decisão de instalação das estruturas e equipamentos referidos no caput levará e consideração:

- I – a fragilidade do ambiente;
- II – as características do atrativo;
- III – as características culturais da região;
- IV – o fluxo estimado de visitação;
- V – o perfil do visitante;
- VI – os materiais e técnicas que melhor se adequem à situação específica;
- VII – a preservação da paisagem;
- VIII – outros fatores relevantes para o caso concreto.

Art. 17. Serão admitidos nas unidades de conservação estaduais, quando previstos no plano de gestão ou plano de uso público:

- I – centro de recepção e atendimento ao turista;
- II – trilhas autoguiadas e guiadas;
- III – torres de observação;
- IV – outros equipamentos ou infraestrutura para interpretação ambiental;
- V – banheiros;
- VI – alojamentos (abrigos, campings, hotéis de selva, pousadas ou similares);
- VII – estabelecimentos para alimentação (como restaurantes, lanchonetes ou similares);
- VIII – infraestrutura para o comércio de suvenires;
- IX – infraestrutura da equipe da unidade para uso público;
- X – infraestrutura para a prestação de serviços de transporte, lazer e práticas esportivas, quando necessário;
- XI – portal de entrada à unidade de conservação ou placa de identificação;
- XII – placas de delimitação ou de interpretação ambiental;
- XIII – outros necessários ao desenvolvimento do uso público.

SEÇÃO VII – DA SEGURANÇA DOS VISITANTES

Art. 18. Os visitantes das unidades de conservação estaduais deverão assumir integralmente os riscos provenientes de sua conduta, inerentes à prática de atividades em ambientes naturais, mediante a assinatura de termos específicos, quando couber.

Art. 19. Os praticantes de esporte de aventura, radicais e de turismo de aventura nas unidades de conservação estaduais deverão assinar um Termo de Reconhecimento de Risco – TRR, nas situações em que o órgão gestor das unidades de conservação julgar pertinentes.

§ 1º No TRR deverá estar especificado, no mínimo, que a pessoa reconhece:

- I – estar em uma área natural que oferece riscos inerentes e indissociáveis do próprio ambiente natural;
- II – que irá praticar atividades que envolvam diversos tipos e graus de riscos, que podem gerar lesões e mesmo a morte;
- III – que, em caso de acidente, quaisquer custos relacionados ao atendimento médico e despesas correlatas deverão ser arcados pelo praticante das atividades previstas neste artigo.

§ 2º No caso do praticante das atividades previstas no caput ser menor de idade, os pais ou responsáveis legais deverão assinar o TRR, conforme previsto na Resolução Normativa EMBRATUR nº 161 de 09.08.85 e nº 392 de 06.08.98.

CAPÍTULO III – DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS VISITANTES

Art. 20. Os serviços oferecidos aos visitantes nas unidades de conservação poderão ser disponibilizados diretamente pelo órgão gestor das unidades de conservação, ou por outras instituições públicas, privadas ou organizações civis, mediante delegação, e se enquadrarão nas seguintes categorias:

I – Concessão de uso: ato administrativo no qual o órgão gestor das unidades de conservação, mediante licitação, delega a execução ou a prestação de serviço de utilidade pública a pessoa jurídica em seu nome, sujeitando-se sempre à sua regulação e fiscalização;

II – Permissão de uso: ato administrativo negocial, discricionário e precário, independente de licitação, pelo qual o órgão gestor das unidades de conservação, por meio de Termo de Permissão de Uso, permite à pessoa física ou jurídica a execução de serviços de interesse coletivo, ou uso especial de bens públicos, a título gratuito ou remunerado do permissionário e atendendo ao interesse público;

III – Autorização de uso: ato administrativo unilateral, discricionário e precário, não passível de licitação, mediante o qual o órgão gestor das unidades de conservação consente ao particular a realização de certa atividade, serviço ou utilização de determinado bem público, quando a execução deste não for vinculada à administração da unidade e tampouco for necessária especialização na sua prestação ao público.

Parágrafo único. No caso de reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável e florestas estaduais, as comunidades tradicionais beneficiárias dessas unidades poderão ser organizadas para a prestação de serviços aos visitantes.

Art. 21. O desenvolvimento dos serviços e atividades delegados a terceiros mediante concessão de uso será efetuada por meio de contrato administrativo, e em seu certame licitatório o órgão gestor das unidades de conservação deverá estimular a participação das micro e pequenas empresas da região.

Parágrafo único. No processo de licitação relativo à concessão de uso deverão ser considerados favoravelmente os seguintes aspectos:

I – empresa ou instituições com histórico de engajamento em ações de desenvolvimento sustentável nas unidades de conservação;

II – empresas ou instituições que desenvolvam trabalhos com cooperativas, associações ou comunidades locais, levando-se em consideração a cultura local.

III – propostas que incorporem aspectos referentes à proteção e conscientização ambiental, em consonância com os objetivos da unidade de conservação.

Art. 22. A atuação de voluntários nas unidades de conservação será regida por norma própria, a ser expedida pelo órgão gestor das unidades de conservação.

CAPÍTULO IV: DOS SERVIÇOS DE CONDUÇÃO E GUIAGEM NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Art. 23. A atividade profissional de condutores de visitantes, guias, monitores ambientais ou qualquer outra designação que caracterize profissionais que exerçam atividades de condução, guiagem, instrução e similares com visitantes será permitida no interior das unidades de conservação mediante prévio credenciamento bianual das empresas, entidades ou profissionais autônomos no órgão estadual de turismo.

§ 1º As empresas, entidades ou profissionais que exercem atividades de instrução ou guiagem no interior das unidades de conservação deverão assinar, no ato de seu credenciamento, um Termo de Responsabilidade de Condutores e Guias em que declararão estar cientes das normas, regulamentos e restrições específicas da unidade.

§ 2º As empresas, entidades ou profissionais que agirem em desacordo com as normas das unidades de conservação serão descredenciados pelo período de um ano e, em caso de reincidência, serão descredenciados em caráter definitivo.

Art. 24. A contratação de serviços de condução e guiagem nas unidades de conservação, seja pessoas físicas ou jurídicas, será facultada ao visitante, exceto quando se tratar da visita em áreas excepcionalmente frágeis ou vulneráveis apontadas pelo órgão gestor das unidades de conservação ou em outras áreas identificadas no plano de gestão ou no plano de uso público da unidade.

Art. 26. Para a realização do evento esportivo competitivo, o representante legal deverá assinar um Termo de Compromisso Ambiental, no qual serão estabelecidas as condições para a realização do mesmo, incluindo eventuais medidas de caráter mitigatório e compensatório.

Parágrafo único. Na realização de eventos competitivos é proibida a abertura de novas trilhas ou a utilização de áreas para acampamento que não estejam previstas no plano de gestão ou no plano de uso público da unidade de conservação.

CAPÍTULO VI – DO ORDENAMENTO E CONTROLE DA VISITAÇÃO

Art. 27. O ordenamento e o controle das atividades de uso público nas unidades de conservação serão realizados em conformidade com o estabelecimento em seus planos de gestão ou plano de uso público.

Parágrafo único. Devem ser estabelecidos sistemas de registro e controle da visita, incluindo, no mínimo dados que:

I – quantifiquem o fluxo de visitantes, certificando o controle de entrada e saída dos mesmos;

II – registrem o perfil dos visitantes em relação à naturalidade, demanda por atividade, idade, ocupação profissional e outros que venham a ser considerados relevantes pelo órgão gestor das unidades de conservação;

III – exponham a opinião do visitante e suas expectativas;

IV – subsidiem o planejamento turístico, como motivo da visita, tamanho do grupo, tipo de transporte utilizado, época da visita, dentre outros.

CAPÍTULO VII – DA COMUNICAÇÃO AO VISITANTE

Art. 29. O visitante das unidades de conservação deverá ser informado, por meio de placas, cartazes, folhetos e outras formas de comunicação, sobre:

I – a importância ambiental da unidade de conservação;

II – seus atrativos naturais e culturais;

III – as formas adequadas de visita visando ao atendimento de suas expectativas e à conduta de mínimo impacto ambiental;

IV – os riscos inerentes à visita e à permanência em ambientes naturais;

V – o regulamento para a prática de cada atividade, quando existente;

VI – as condições, dificuldades e distâncias dos serviços médicos e de resgate em caso de acidente;

VII – outras informações pertinentes.

§ 1º A informação deve ter linguagem clara, fácil, educativa e estar exposta e disponibilizada no Centro de Visitantes ou outras estruturas administrativas das unidades de conservação, bem como em outros locais julgados estratégicos.

§ 2º Os meios de comunicação com o visitantes devem utilizar técnicas de interpretação ambiental como forma de estimular a reflexão, a apreciação e o entendimento das questões ambientais e culturais locais.

CAPÍTULO VIII – DAS VEDAÇÕES

Art. 30. Ficam proibidas aos visitantes e operadores de turismo no interior das unidades de conservação as seguintes atividades:

I – o trânsito, estacionamento, atracação, pouso ou decolagem de veículos automotivos, embarcações e aeronaves em locais não autorizados;

II – a prática de corrida de bicicleta e de ciclismo de montanha, nas unidades de proteção integral;

III – o trânsito de veículos movidos a tração animal, nas unidade de proteção integral;

IV – o uso e a permanência de animais domésticos;

V – o depósito de lixo fora dos recipientes apropriados (lixeiros);

VI – a retirada parcial ou total de qualquer planta;

VII – a caça, a pesca (salvo a pesca esportiva nas UCs onde possa ser praticada), a captura de animais silvestres ou a montagem de artefatos de caça, bem como proporcionar maus-tratos ou alimentação inadequada à fauna local;

VIII – a introdução de espécies animais ou vegetais, domésticas ou silvestre, nativas ou exóticas, independente da forma de introdução;

IX – a prática da atividade comerciais não autorizadas;

X – a utilização de produtos químicos para banho ou lavagem de objetos em corpos hídricos naturais ou artificiais existentes no interior das unidades de conservação, assim como a captação da água para outros fins sem a devida autorização;

XI – a realização de eventos sem a devida autorização (festas, encontros religiosos, torneios, de pesca e shws, dentre outros);

XII o ateamento de fogo na vegetação, bem como a realização de fogueiras ou qualquer outra conduta que possa causar incêndio florestal ou em outras formas de vegetação nativa;

XIII – o acampamento fora das áreas designadas para esse fim;

XIV – a realização de caminhadas fora das trilhas de uso público, bem como a abertura e interligação de atalhos que possam acelerar o processo erosivo das mesmas;

XV – a realização de pesquisa científica sem a devida autorização;

XVI – a entrada com armas de fogo, armas brancas com lâminas de mais de 20cm de comprimento, arpão, arco e flecha, salvo com autorização do órgão gestor das unidades de conservação;

XVII – o uso de bebidas alcoólicas, salvo nos locais de hospedagem e alimentação;

XVIII – o uso da imagem e do nome das unidades de conservação para fins comerciais sem a devida autorização;

XIX – a instalação ou afixação de placas, tapumes, avisos ou sinais, ou quaisquer outras formas de comunicação áudio-visual ou de publicidade que não tenham relação direta com a gestão da UC;

XX – a utilização de aparelhos sonoros, salvo com autorização expressa do órgão gestor da unidade.

§ 1º Manifestações religiosas que utilizem velas ou quaisquer outro artefato que produza chamas só poderão ocorrer com prévia aprovação pelo órgão gestor, em locais previamente designados para tal, e o material empregado deverá ser recolhido pelos praticantes das religiões interessadas.

§ 2º o uso ou permanência de animais domésticos no interior das unidades de conservação poderá ser autorizado, excepcionalmente, pelo chefe da unidade de conservação em circunstâncias que o justifiquem.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Os demais casos de uso público nas unidades de conservação não contemplados neste decreto serão avaliados pelo órgão gestor das unidades de conservação.

Art. 32. Os infratores dos dispositivos deste decreto que causarem dano direto ou indireto às unidades de conservação estarão sujeitos às sanções previstas na Lei Complementar nº 53/2007 e na Lei Federal nº 9.605/98.

Art. 33. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 28 de dezembro de 2010

OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ
Governador do Estado
RAUL ARMONIA ZAIDAN
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil.

Anexo 3. **Lei Nº 2908 de 13/07/2004 – em fase de elaboração**

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

LEI Nº 2908 de 13/07/2004

DISPÕE sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no Estado do Amazonas

Art. 1º - O Poder Executivo Estadual, em parceria com as Prefeituras Municipais em cujo território haja recursos naturais e patrimônio cultural que sejam objeto de visitação e turismo, são responsáveis pela elaboração de uma política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável.

§1º - Entende-se por política de desenvolvimento do ecoturismo os programas voltados para a implementação do segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem estar das populações.

§ 2º - Entende-se por política de desenvolvimento do turismo sustentável os programas voltados para um uso sensato, apropriado e eficiente dos recursos, de maneira ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável, de forma que o

atendimento das necessidades atuais não comprometa a possibilidade de uso pelas futuras gerações.

Art. 2º - A política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável deve estabelecer regras, instrumentos de gestão e recursos, a serem definidos com os diversos setores sociais, econômicos e governamentais, para garantir a preservação da biodiversidade, traçando limites, organizando e dirigindo ações logísticas.

Art.3º - A implementação da política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável deve definir diretrizes e normas em função de:

I - a compatibilização das atividades de ecoturismo e do turismo sustentável, com a preservação da biodiversidade, como:

- a) uso sustentável dos recursos naturais, evitando seu esgotamento;
- b) redução de resíduos gerados, bem como seu tratamento e sua destinação final;
- c) manutenção da diversidade natural e cultural;

d) capacidade de suporte, que se traduz pelo nível que um sítio pode suportar, sem provocar degradação do ecossistema, com estudos voltados para a circulação de pessoas na área e sistemas de rodízios de trilhas.

II - a parceria entre segmentos sociais, como:

- a) iniciativa privada, compreendendo os serviços turísticos em geral e o comércio;
- b) comunidade, compreendendo local e turistas;
- c) poder público;
- d) organizações não-governamentais nacionais e internacionais (ONGs).

III - a conscientização, sensibilização, a capacitação e o estímulo à população local para a atividade de ecoturismo e do turismo sustentável.

Art.4º - A política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável deve contemplar a preservação das características da paisagem, prevenindo a poluição sonora, visual e atmosférica na localidade.

Art.5º - A gestão da política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável observará as seguintes etapas:

I - prevenção da degradação do ecossistema:

a) ambientais: extensão da área e do espaço utilizável, fragilidade do ambiente, sensibilidade de espécies animais em relação à presença humana e recursos da biodiversidade;

b) sociais: desenvolvimento da visitação e preservação das tradições locais;

c) administrativos: implantação da trilhas ou caminhos em sistema de rodízio e de administração dos visitantes, controle sobre o uso inadequado dos recursos ou serviços.

II - preservação da biodiversidade.

Art.6º - O Poder Executivo deverá criar programas específicos por meio de seus órgãos competentes, os quais incentivem a implantação e ampliação, por parte do poder público municipal, da política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável.

Art.7º - Os Municípios deverão apresentar plano de gestão para a política de desenvolvimento e do turismo sustentável, devidamente aprovado pelos órgãos estaduais competentes, quando da solicitação de financiamento às instituições oficiais.

Art.8º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

APÊNDICES

Apêndice 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da pesquisa Estudo das Relações Socioculturais e o Turismo como Atividade Econômica entre Comunidades da RDS do Rio Negro, sob a responsabilidade da pesquisadora Ma. Shirley Cintra Portela de Sá Peixoto, que pretende estudar as socioculturais e o turismo como atividade econômica. A sua participação é voluntária, se dará por meio de entrevista que será gravada com seu consentimento, depois de transcrita será destruída. Nessa pesquisa consistirá apenas em responder as perguntas que lhe serão feitas e que será realizada com sua concordância, em data, horário e local a ser combinado. Não há riscos decorrentes de sua participação na pesquisa, não correrá qualquer risco de ordem física ou psicológica ao responder essa entrevista. Se você aceitar participar, estará contribuindo para auxiliar na estruturação dessa atividade no sentido de conhecer a opinião dos moradores e trazer benefícios para o desenvolvimento do turismo como atividade econômica. Se depois de consentir em sua participação o Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço: Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia- PPGSCA/UFAM, Av. General Rodrigo Octávio 6200 - ICHL - Setor Norte - Campus da UFAM. CEP 69077-000. Tel/Cel: (92) 3305-4581/ (92) 9128-6406 ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130. Consentimento Pós-Informação. No final da pesquisa e defesa da dissertação os resultados serão apresentados nessa comunidade numa reunião a ser marcada.

Consentimento pós-informação

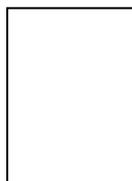
Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ____/____/____

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

Impressão do dedo polegar



Apêndice 2 - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Descrição do lugar e suas respectivas paisagens turísticas

1. Tipos de atrativos turísticos da localidade: praias, lagos, cachoeira, floresta, trilhas.
2. Tipos de infraestrutura e logística: restaurantes, lanchonetes, banheiros, transporte para acesso, guias de turismo disponível, trilhas, passeios organizados, comércio de artesanato local, higiene do local, saneamento básico e resíduos, placas de sinalização, acomodação e apresentação pessoal dos moradores.
3. Atividades turísticas existentes: tipo, responsáveis, organização, divulgação, duração e frequência, roteiro oferecido; tipo de turistas envolvidos, custos e forma de pagamento, se existem a participação dos moradores com agências externas ou se a atividade é organizada pelos próprios moradores.
4. Comportamento dos moradores, dos turistas e guias de turismo: hospitalidade da comunidade e agentes de turismo, formas de recepção, mudança ou incorporação da rotina social dos moradores com a atividade de turismo, satisfação dos moradores com essas atividades, interesse dos turistas com a atividade, profissionalismo dos moradores com a atividade frente aos turistas.

Apêndice 3 - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Prot. Nº _____

Data: ____/____/____.

Comunidade _____ Polo _____

4. Como AVALIA A VIDA AQUI NA COMUNIDADE?

Ótima Boa mais ou menos Ruim Péssima

4.1. Por quê?

5. Que **TIPOS DE PROBLEMAS** tem na comunidade e que poderiam ser melhorados?

6. Nessa comunidade tem **ALGUMA ATIVIDADE DE TURISMO?**

Não Sim

6.1 Se sim, **O QUE FAZEM?**

6.2 Se não, **TERIA ALGUM INTERESSE EM SE ORGANIZAR PARA RECEBER TURISTAS?**

Não Sim

6.3 Na sua opinião **O QUE DEVE SER FEITO PARA RECEBER TURISTAS?**

7. O que **O TURISTA TRAZ ou TRARIA** para a comunidade?

Coisas boas

Problemas

Tipo de solução para o problema_

8. Qual a base da **ECONOMIA FAMÍLIAR**

AGRICULTURA

O que faz com excedente?

Qual o valor comercial (um, lata, quilo...)?

Quem compra?

EXTRATIVISMO (RNM)

O que retira da mata?

Óleos

Quais

Quem compra?

PALHAS

Quais?

Quem compra?

SEMENTES?

Quais?

Quem compra?

PESCA

Quais os peixes?

Quem compra?

ARTESANATO

O que usa para fazer o artesanato?

Quem compra?

EXTRAÇÃO MADEIREIRA

Que tipo?

Para que tiram?

Para quem vendem?
